FRANCISCO TOURINHO





O CALVINISMO EXPLICADO

VOLUME 1

Prefácio Rev. Idauro Campos

TEONTOLOGIA | PROVIDÊNCIA | DECRETOS



DORT EDITORA

LANÇAMENTO

E-books Evangélicos

Nossos e-books são disponibilizados gratuitamente, com a única finalidade de oferecer leitura edificante a todos aqueles que não tem condições econômicas para comprar. Se você é financeiramente privilegiado, então utilize nosso acervo apenas para avaliação, e, se gostar, abençoe autores, editoras e livrarias, adquirindo os livros.

"Às vezes, após certos tempos de esquecimento, surge, finalmente, alguém para nos fazer lembrar de que a longa e difícil estrada que conduz à sabedoria só pode ser percorrida com habilidade por aqueles que não ignoram o que há de mais elevado e nobre na tradição. Pois bem, a obra "Calvinismo Explicado" do amigo Tourinho surge para nos fazer lembrar de que o cume da sabedoria reformada permanece ocupado por 'grandes desconhecidos' do passado: os caudatários da escolástica reformada. Ou seja, não estamos falando apenas de mais um livro no mercado editorial, senão que de um trabalho de resgate. Portanto, todo aquele que pretende conhecer o que há de melhor na tradição reformada, deverá, a partir de agora, voltar-se para a obra do Tourinho. Em suma, indico-a com muito gosto a todos os estudiosos da visão calvinista ortodoxa."

Leandro L. Bezerra

Professor de teologia e filosofia (IALTH). Bacharel em teologia (Umesp). Bacharel em filosofia (Unicap). Mestre em filosofia(UFPE).

“A presente obra disserta sobre temas caros, senão centrais, ao pensamento calvinista, a saber, o ser de Deus, a sua soberania, providência e eleição. O autor fundamenta sua escrita em bases bíblicas bem interpretadas, é teologicamente coeso com a tradição reformada (citando Calvino e outros reformadores), consistente na lógica e detém bastante clareza na argumentação. O leitor pode não concordar com algum ponto salientado, mas tem neste texto uma excelente pesquisa. O livro serve tanto como uma ótima introdução ao tema quanto parte de bibliografias em cursos teológicos.”

Juan de Paula

Pastor Batista, Professor de Teologia em diversos Seminários Teológicos no Estado do Rio de Janeiro.

Francisco Tourinho

O CALVINISMO EXPLICADO



Teontologia – Providência – Decretos
Volume 1



Copyright © Francisco Tourinho

Gerência editorial e de produção | Dort Editora
Capa | Paulo César da Silva
Diagramação | Deivinson Bignon
Revisão | Idauro Campos e Deivinson Bignon

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)

Tourinho, Francisco
O calvinismo explicado: teontologia, providência e decretos / Francisco Tourinho – Rio de Janeiro: Dort Editora, 2019.

2019

É proibida a reprodução total ou parcial do texto deste livro por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos etc), a não ser em citações breves, com indicação da fonte bibliográfica. Este livro está de acordo com as mudanças propostas pelo novo Acordo Ortográfico, em vigor desde janeiro de 2009.



Contatos
contato.dorteditora@gmail.com

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

PREFÁCIO

SOBRE O LIVRO

Calvinismo e Escolasticismo

1. PROVIDÊNCIA E CONCORRÊNCIA DIVINA

Introdução
1 - O que é providência divina?
1.1 - Provas Escriturísticas da providência divina conforme entendido pela doutrina calvinista
2 – Podem os atos livres serem determinados? A isso afirmamos. Contra os defensores da liberdade libertária
2.1 – Provas Escriturísticas das declarações paradoxais
2.2 – A determinação dos atos livres
2.3 - Que tipo de liberdade a teologia reformada calvinista defende?
2.3.1 - Natureza não é instinto – contra a alegação de molinistas
3 – Analisando a liberdade libertária
3.1 – A Liberdade Libertária é impossível – contra molinistas e arminianos
3.1.1 – Gera absurdos lógicos e tornaria o homem igual a Deus
3.1.2 – A presciência de Deus se torna falível
3.1.2.1 – Refutando a presciência simples – contra arminianos
3.2 - A liberdade libertária é um pressuposto para a responsabilidade humana? – Isso negamos contra molinistas e arminianos
4 – Concursus providencial divino
4.1 – O concurso providencial é prévio, simultâneo ou moral? Afirmamos o primeiro. Negamos o segundo e o terceiro
4.1.1 – Argumentos bíblicos que endossam o concurso prévio – contra molinistas e arminianos
4.2 – Erros a serem evitados sobre a concorrência divina
4.2.1 – A ordem predicamental é distinta da ordem transcendental? Isso afirmamos
4.2.2 – O mover de Deus é simultâneo? Isso negamos contra molinistas e arminianos
4.3 – Argumentos filosóficos que rejeitam o concurso simultâneo e a ausência de

concorrência – contra molinistas, arminianos e durandistas
4.4 - O mover de Deus, além de causal não é sempre indiferente – contra molinistas e arminianos
4.5 - Há em Deus um conhecimento natural, livre e médio? Afirmamos o primeiro e o segundo, impugnamos o terceiro
4.6 – O concurso providencial é moral? Isso negamos contra arminianos e scotistas
5 – A determinação divina nos leva ao fatalismo? Isso negamos
6 – Sobre a determinação dos atos pecaminosos
6.1 – Deus determina todas as coisas, mas não é o autor do pecado e do mal moral – contra a alegação de tomistas, molinistas, arminianos
6.2 – Resposta ao problema da determinação dos atos maus – seria Deus autor do pecado e do mal ao determinar um ato mau?
6.2.1 - Deus não coloca o mal em ninguém
6.2.2 - Deus torna os atos maus certos, portanto determinados, mas somente como causa primeira, nunca como causa segunda ou executor de tal ato
6.2.3 - E as polêmicas declarações de Calvino? Afirma ele que Deus deseja o mal e faz o homem pecar? Isso negamos
7 – O caso de Adão
7.1 – Se somos movidos de acordo com a nossa própria natureza, como Adão se inclinou para o mal, já que não tinha uma natureza depravada?
7.2 – Adão era perfeito, mas não absolutamente perfeito
Conclusão

2. TEONTOLOGIA

Introdução
1 – Quem é Deus?
1.1 - O nome de Deus é uma descrição do seu Ser, não uma designação – contra Testemunhas de Jeová e outras seitas
1.2 – Deus é ato puro
1.2.1 – Provas Escriturísticas de que Deus é Ato Puro
1.3 - Deus é eterno
1.3.1 – Objeções a esse conceito de eternidade
1.4 – Deus é absolutamente simples
1.5 – Algo é bom porque Deus quer, ou Deus quer algo porque é bom? Impugnamos a primeira e afirmamos a segunda – contra o voluntarismo de Duns Scotus e Gordon Clark
1.6 – A vontade de Deus
1.6.1 – Existe vontade primária e vontade secundária ou decreto de fim e decreto de meio? Isso afirmamos contra decretos condicionais
1.6.2 – Existe uma vontade decretiva e uma preceptiva? Isso afirmamos
1.6.3 – Existe vontade antecedente e consequente? A isso afirmamos ao nosso modo – contra tomistas, molinistas e arminianos

1.7 – O Infralapsarianismo é o posicionamento das Escrituras e nossa tradição? Isso afirmamos
1.8 – A impossibilidade do supralapsarianismo
1.9 – Negamos o amyraldismo
2 – Doutrina da Trindade
2.1 – Não há contradição entre Trindade e simplicidade. Trindade não é uma composição em Deus – contra Testemunhas de Jeová e outras seitas
2.2 – O Credo Niceno – a geração do Filho e processão do Espírito Santo envolve ou não uma comunicação de essência? A isso distinguimos os diferentes pontos de vista
2.3 – Deus é único, mas é Trino – provas escriturísticas da unidade na pluralidade
2.4 – Entendendo a lógica da Trindade
2.4.1 – Respondendo algumas objeções: Jesus sendo Deus pode ter um Deus acima de si? A isso distinguimos – contra arianos
2.4.1.1 A Morte de Estevão: Se Deus é Triuno, por que Estevão não viu o Espírito Santo?
Conclusão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

AGRADECIMENTOS

AO SENHOR Jesus toda glória, honra e louvor!

Agradeço à minha avó Francisca por ter me ensinado a amar a Deus desde criança; esse ensino foi de valor inestimável. Gostaria de agradecer ao medievalista Carlos Alberto por tudo que me ensinou. Sem sua paciência, esse material nunca teria sido possível. Agradeço de coração ao reverendo Idauro de Oliveira Campos Júnior, primeiro por acreditar em mim, um autor desconhecido, sem receber nada em troca. Agradeço suas orientações, teria sido mais difícil sem elas, muito obrigado por tornar mais fácil a minha caminhada. Deus o abençoe!

PREFÁCIO

O CALVINISMO explicado. “Uma ontologia do pensamento soteriológico calvinista”. Esta é a forma como classifico o livro escrito por Francisco Tourinho. Uma obra importante e necessária! Um texto claro, didático, rico, profundo sobre o calvinismo, uma das correntes teológicas e intelectuais da Reforma Protestante.

Tourinho se envereda pelo bom caminho da exposição minuciosa de um tema da Teologia Histórica. Faltava, no Brasil, uma obra com tal pretensão e fôlego. Temos bons livros que abordam o conceito básico da soteriologia calvinista, explicada em suas cinco proposições principais: os famosos “Cinco Pontos do Calvinismo” (ou “TULIP”), como ficou conhecida no ambiente acadêmico e teológico. Mas, nenhuma das obras mais conhecidas no Brasil, pretendeu explicar de forma detida e exaustiva a ontologia do pensamento calvinista. Tarefa árdua, interessada e, certamente, difícil. Eis, então, o grande mérito dos esforços de Francisco Tourinho.

Insisto para com o leitor, estudante do tema, a perseverança na leitura e que deixe o autor guiá-lo pelas profundezas do pensamento teológico do calvinismo. O uso de fontes primárias e de autores não muito conhecidos, porém caros à Tradição Reformada na Europa, coloca a obra fora do lugar comum das publicações teológicas em nosso país.

Francisco Tourinho foi ousado em propor tal leitura no Brasil. Sua pesquisa é farta. Seu tema é denso. Seu método é rígido e exigirá do leitor atenção. A mesma atenção que teve o autor em selecionar suas fontes e produzir o texto, tão rico.

Parabenizo o autor! E recomendo sua obra. Sou um entusiasta das pesquisas. Sejam históricas ou teológicas. E reconheço uma obra quando é diferenciada. E o “Calvinismo explicado” está, sem dúvida, em tal categoria.

Boa leitura!

Idauro de Oliveira Campos Júnior

Ministro Congregacional. Mestre em História Social. Diretor Acadêmico do Seminário Teológico Congregacional de Niterói. Professor de História da Teologia Cristã e do Protestantismo Brasileiro.

SOBRE O LIVRO

O OBJETIVO desse livro é abordar assuntos que têm sido esquecidos na teologia reformada. Neste primeiro volume encontram-se devidamente explicadas as crenças calvinistas a respeito da providência divina, teontologia e decretos. Quanto à primeira, explicaremos e responderemos sobre o problema da determinação dos atos livres, a responsabilidade humana diante do determinismo divino, se o determinismo torna Deus autor ou responsável pelo mal, além de aprender as diferenças entre os tipos de liberdade, os tipos de *concursus* providenciais e o porquê da doutrina calvinista ser superior, no sentido acadêmico, que as concorrentes, como molinismo, arminianismo, scotismo, suarezismo e durandismo. Quanto ao segundo, explicaremos nossa visão sobre Deus, a eternidade, sua unicidade, simplicidade, a doutrina da Trindade, e mostraremos por que nossa doutrina se mostra mais coerente que as concorrentes no que tange ao conceito ortodoxo a respeito de Deus.

Esse livro será dividido em duas grandes seções. A primeira tratará da providência e concorrência, e a segunda tratará de teontologia. Cada grande seção terá várias subseções. Embora a ordem apresentada no livro seja a inversa do emprego natural nas teologias sistemáticas, que primeiro tratam do Ser de Deus e depois de sua providência, esse livro foi escrito de modo que cada grande seção é suficiente em si mesmo, não dependendo da outra para ser entendida. Como a seção sobre providência e concorrência tem um aspecto apologético muito mais forte que a seção de teontologia, achamos por bem colocar, estrategicamente, ela antes da outra. Não há uma seção somente para decretos, os ensinos sobre os decretos estão dentro do corpo do texto sobre providência e teontologia.

Esse livro tem dois diferenciais. O primeiro é que a abordagem dos problemas não traz um “mais do mesmo”, pelo contrário, trouxemos à luz soluções antes dadas, porém atualmente esquecidas. Essas soluções estarão expostas neste livro de forma didática, e, poderíamos ficar surpresos como muitos de nossos problemas teológicos atuais já foram resolvidos por mestres do passado. O segundo diferencial é que este livro tem uma abordagem comparativa entre as várias doutrinas concorrentes ao calvinismo. As obras brasileiras, em geral, se limitam à comparação com o arminianismo. Nossa obra vai além. Comparamos o calvinismo com o tomismo, arminianismo, molinismo, suarezismo, durandismo e o scotismo.

A obra terá um estilo escolástico de escrita. Primeiro, se demonstra o que os adversários acreditam; depois, o que acreditamos e o porquê de nossa tese teológica ser a mais coerente. O livro também busca resgatar a linguagem teológica dos primeiros reformadores, e até mesmos seus estilos, algo que tem sido esquecido no meio reformado.

O livro também tem um forte caráter confessional. Todas as nossas teses terão uma tripla base: Escritura, Confissões e opiniões de teólogos confessionais (tradição), e a razão (defesa argumentativa da tese diante das adversárias). Há uma forte rejeição de doutrinas que consideramos opostas aos ensinamentos de um calvinismo confessional; logo, é razoável dizer que o livro terá um caráter apologético forte em defesa de uma ortodoxia. O livro terá um formato de artigo acadêmico, portanto, não veremos o uso da primeira pessoa do singular, mesmo quando, o expressado naquele momento, seja a opinião pessoal do autor, no entanto, quando essa opinião pessoal for expressada, isso ficará claro no escrito.

A obra foi escrita para ser entendida. Embora tenhamos feito o esforço para sermos o mais didáticos possível, poderá existir algumas partes difíceis de entender. Caso isso aconteça, não esmoreçam. Abandonar a preguiça intelectual e se debruçar sobre as páginas para aprender aquilo que porventura tiver dificuldade é o que diferencia os medíocres dos notáveis. O mundo nada deve aos medíocres. Quem não paga o preço pelo conhecimento, um dia pagará o preço pela ignorância. Teologia também é uma descrição e uma explicação da realidade, e a realidade não é fácil de entender. Quem disser que Teologia é fácil está mentindo, pois há assuntos que não têm outra forma de ser aprendidos a não ser pela labuta. Há um grande número de notas de rodapé e várias referências que possibilitarão ao leitor investigar qualquer termo usado, qualquer conceito explicado. Se o leitor der a devida atenção, nada no livro será passado em branco.

Calvinismo e Escolasticismo

Esclarecer sobre a relação entre calvinismo e escolasticismo é de suma importância para a leitura dessa obra. Faremos aqui um uso frequente do escolasticismo calvinista, e esperamos que isso não seja motivo de escândalo. Que o período pós-reforma foi considerado um período escolástico para os calvinistas e até mesmo para os luteranos, é um fato tão público e notório que sequer precisa de referências. A tradição escolástica dentro do calvinismo é muito forte, embora percebida de forma mais leve em João Calvino, foi em

Beza, seu sucessor, que a relação entre Calvinismo, Aristóteles e o escolasticismo se tornou de fato amigável. Beza foi acusado de escolasticismo pelos luteranos; isso foi uma crítica, não foi um elogio; mas isso revela como o método escolástico é definitivamente uma forma característica do calvinismo pós-reforma.

Atualmente, apesar de fazermos uso exaustivo da lógica aristotélica, incoerentemente, alguns a consideram uma filosofia pagã e que, por isso, deve ser considerada um corpo estranho no cristianismo. Deve-se fazer certas distinções sobre essas afirmações. Que Aristóteles, Platão e outros filósofos gregos não eram cristãos e, por consequência, suas filosofias são pagãs, é um fato inegável; mas disso não se segue que o uso de filosofia grega, portanto pagã, torna quem a usa um pagão; ou que estaríamos substituindo a Palavra de Deus por filosofia, pois, se assim fosse, tornaríamos pagãos todos os pais da Igreja, incluindo aquele que deu a base da teologia reformada, o imortal Santo Agostinho. Para Platão, Deus era imutável; para Aristóteles, Deus era o motor imóvel, o ato puro; e, segundo Herman Bavinck, "a teologia cristã concordou com essa avaliação. Deus, de acordo com Irineu, é sempre o mesmo, autoidêntico. Em Agostinho, a imutabilidade de Deus flui diretamente do fato de que ele é o ser supremo e perfeito... A mesma ideia aparece repetidamente nos escolásticos e nos teólogos católicos romanos, tanto quanto nos teólogos luteranos e reformados".[1] Bavinck diz o mesmo sobre o conceito de eternidade, que os reformadores concordaram, sem adicionar nem tirar, o que primeiramente foi desenvolvido por Agostinho, melhorado em Boécio e, por fim, tomando sua forma final em Tomás de Aquino. O próprio Bavinck era um aristotélico.[2]

Fica mais fácil entender o relacionamento entre Calvinismo, escolasticismo e filosofia grega quando entendemos que os reformadores nunca pensaram em criar uma outra Igreja, mas reformar a Igreja antiga. Não era para descartar tudo que foi ensinado pelos Santos, como Agostinho, Anselmo ou Tomás de Aquino, mas para corrigir e descartar aquilo que fora considerado desvio. Assim, no calvinismo, digo em sua forma confessional, encontraremos, como está mostrado no livro, elementos fortes do escolasticismo, mesmo que essa verdade seja difícil de engolir para os adeptos de um calvinismo mais recente que demonizaram o escolasticismo, principalmente na abordagem tomista, por causa de sua epistemologia, e acabaram jogando, com isso, o bebê fora junto com a água suja, algo que foi duramente criticado pelo Dr. Sproul.[3] Esperamos que certos preconceitos

não impeçam os leitores de apreciar essa obra, já que tudo que for aqui falado, que tiver apelo aos filósofos, terá também uma justificação bíblica, assim, nossa tese estará sempre baseada na Escritura, tradição e razão.

O reformador João Calvino incentiva a leitura dos filósofos dizendo que seus ensinamentos são verazes, é lógico que apenas enquanto nos ajudam a entender a Escritura e se submetem a ela. Calvino claramente diz:

> Quanto, porém, às próprias faculdades da alma, relego aos filósofos que dissertem com mais sutileza. Para que a piedade seja edificada, nos será suficiente uma definição singela. Confesso que as coisas que ensinam são realmente verazes, não apenas agradáveis de se conhecer, como também são proveitosas e por eles habilidosamente coligidas, nem tampouco proíbo de seu estudo aqueles que estão desejosos de aprender.[4]

Calvino, apesar de ser um platônico, não era menos escolástico por isso. Em verdade, a declaração de Vicente Temudo Lessa, sobre o reformador, é surpreendente:

> Aplicado à teologia, deleitava-se em Scotus, Boaventura, e, especialmente em Aquino. Não viesse a ser um reformador, como aconteceu, certamente seria um ardente discípulo do *Doctor Angelicus*. Não foi debalde que o apelidaram de Aquino da reforma protestante.[5]

Calvino também nunca se posicionou contra novos termos teológicos, mas se opunha a um exagero deles ao ponto que obscurecesse a teologia invés de clarificá-la, como o mesmo diz: “Se alguém, então, censura a novidade dos termos, porventura não se julgará, com merecida razão, que não se atenta dignamente para a luz da verdade, visto que está a censurar apenas isto: tornar a verdade clara e lúcida”.[6] Essa obra está dentro do escantilhão de Calvino, pois usa os termos usados pelas confissões e pelos primeiros calvinistas, além de justificar biblicamente tudo que ali está dito.

Calvino, apesar de ver com suspeitas o pensamento de Aristóteles, o período pós-reforma rejeitou totalmente essas suspeitas de Calvino e tornou Aristóteles um forte aliado.[7]

Zwinglio, que aprendeu grego sozinho para estudar os filósofos da Grécia, disse que o Espírito Santo operou através desses filósofos[8], pois esses escritos só poderiam ser explicados através de uma operação do

Espírito Santo.

Se lermos a Confissão de Fé de Westminster, por exemplo, encontraremos termos como causa primária, causa secundária, causa contingente, causa necessária, causa livre, substância, natureza, pessoa, contingência, necessidade, espírito puríssimo, que são termos que dificilmente seriam explicados sem a filosofia aristotélica/escolástica. Além disso, a doutrina da simplicidade divina, que foi defendida por todos os calvinistas, e foi desenvolvida no período escolástico, jamais poderia ser explicada sem o apelo à filosofia aristotélica/escolástica. Algo interessante e digno de nota, que ilustra muito bem como se deu a formação da doutrina calvinista após a morte de Calvino, foi que Beza, quando ainda reitor da Academia de Genebra, recusa a um candidato a professor chamado Ramus (fundador do Ramismo) como titular dessa academia, justamente porque o candidato não era aristotélico (escolástico). Vejam como Beza o responde:

> O primeiro obstáculo é que no momento não há vaga na Academia, e nossos recursos são tão pequenos que não podemos aumentar o número de professores... O segundo obstáculo jaz em nossa determinação de seguir a posição de Aristóteles, sem desviar uma linha, quer Lógica, quer nas demais áreas de nossos estudos.[9]

A academia de Genebra era a maior academia de calvinismo do mundo, o que mostra irrefutavelmente como a teologia calvinista tradicional tem laços estreitos com o aristotelismo e, consequentemente, com o escolasticismo.

E por que não falaremos do gigante reformado chamado Gisbertus Voetius, também conhecido como Papa de Utrecht, justamente pela sua defesa da ortodoxia calvinista? Foi influente no Sínodo de Dort, e é conhecido pelo seu escolasticismo, também chamado de “o maior dos escolásticos”.[10] Gisbertus Voetius usou a tese da pré-moção causal divina, tese essa usada nesse livro, e que foi desenvolvida por Santo Tomás de Aquino, no esteio de Aristóteles. Voetius usa essa tese para debater e combater o falso ensino cartesiano de Descartes.[11] William Ames era um tomista, e foi o autor mais citado na história do calvinismo, para se ter uma ideia, ele foi citado mais que Lutero e Calvino juntos. Francis Turretini, que foi o primeiro a escrever baseado nas confissões e cânones de Dort, por isso é considerado como o sistematizador de um calvinismo confessional, é um exemplo de escolasticismo que se nota em uma leitura rápida dos seus

escritos recheados de várias citações de Aristóteles, e aos teólogos medievais, em particular, Tomás de Aquino. O mesmo também defendeu as teses de concurso prévio, assim como Voetius, e que estão expostas nesse livro. Girolamo Zanchi, com toda a sua envergadura intelectual, era conhecido como "um calvinista em termos de conteúdo teológico e um tomista em termos de filosofia e metodologia".[12]

Ainda devemos considerar que não se deve pensar que tudo que foi escrito no período escolástico seja heresia, a linha que separa a heresia da ortodoxia no período escolástico é bem nítida. Por que deveríamos desprezar os argumentos de Santo Anselmo, o pai dos escolásticos, sobre a substituição penal, que é a base da expiação limitada? Muitos calvinistas atualmente, porque não dizer a maioria, são voluntaristas éticos. Essa doutrina surgiu com Duns Scotus, no auge da escolástica, posteriormente foi defendida por Zanchi, e há um debate no próprio livro sobre se Calvino tinha ou não essa crença, visto que Gordon Clark, que é voluntarista, usa Calvino para endossar esse ensino.

Podemos citar outros grandes teólogos calvinistas que foram extremamente escolásticos, como Theophilus Gale, Pedro Mártir, John Humfrey, John Owen etc. JKS Reid observa que em Calvino, Bullinger, Musculus, Vermigli, Beza, Ursinus, Zanchi, Polanus e Perkins "encontramos nesses pensadores, no lado da providência e da causalidade divina abrangente, uma concepção de panergismo escotista (de John Duns Scotist) ou uma concepção escolástica padrão da concordância da vontade divina e humana"[13], em outras palavras: eram todos escolásticos, de uma forma ou de outra.

O mais importante é que tudo que é falado no livro tem um apelo às Escrituras e às confissões, acompanhado de várias referências a teólogos calvinistas clássicos. Então, parafraseando Santo Agostinho: Onde concordamos, que andemos juntos, onde duvidamos, que investiguemos juntos, e onde eles estiverem errados, que se voltem para nós, e onde nós estivermos errados, que nos voltemos para eles. E, sem parafrasear, dizemos de todo coração a todos os leitores que "todo aquele que ler estas explanações, quando tiver certeza do que afirmo, caminhe lado a lado comigo; quando duvidar como eu, investigue comigo; quando reconhecer que foi seu o erro, venha ter comigo; se o erro for meu, chame minha atenção".[14]

Deus os abençoe.

Francisco Tourinho, em 17/01/2019.

1. PROVIDÊNCIA E CONCORRÊNCIA DIVINA

Introdução

NESSA SEÇÃO será ensinado sobre o entendimento calvinista da providência e concorrência divina e também sobre a noção de liberdade de acordo com a teologia reformada. É fato indiscutível, dentro do Cristianismo, que Deus tem presciência, portanto teria o conhecimento de todos os eventos futuros de forma exaustiva, o que nos levaria ao seguinte problema: se Deus sabe infalivelmente o que determinado ser humano vai fazer amanhã, por exemplo, como esse ser humano poderia fazer diferente do que Deus previu? Pode esse ser humano desfrutar de uma verdadeira liberdade? No entanto, na teologia reformada calvinista, o problema se agrava mais ainda, pois essa teologia prega que Deus sabe do futuro porque é o causador de todos os atos futuros, e, portanto, o seu determinante. Ora, se Deus determina todos os eventos futuros, como pode existir livre-arbítrio? Em outras palavras, uma vez que Deus determina o futuro, como o homem pode ser livre? Existe uma liberdade de fato? Ou é apenas ilusória? Nossas atitudes têm significados? Quais os tipos de conhecimentos de Deus? Deus tem conhecimento médio? Como Deus prevê eventos futuros? Esses foram os problemas que nos levaram a escrever esse capítulo. Como proposta de solução deles, faremos uma exposição do *concursus* providencial divino de acordo com a teologia reformada. Esse capítulo se demonstra necessário, principalmente, devido à escassez de trabalhos quanto a essa maravilhosa doutrina, que é a doutrina da providência, sendo o *concursus* uma parte muito pouco explorada dessa doutrina.

O Dr. Héber Campos faz essa notável observação em seu monumental trabalho sobre a providência divina, ele diz: “Não obstante a realidade da providência divina, tem havido um certo desprezo à doutrina da providência nas últimas décadas no mundo chamado cristão. Ela tem sido esquecida ou negligenciada nos ensinos de seminários e das igrejas”[15] pois grande parte dos poucos materiais que se tem, tem sido superficiais, descritivos e afirmativos, onde são feitas afirmações de que Deus é soberano e a tudo controla e determina, ao mesmo tempo que afirmam que o homem é livre, ou dizem que o homem não tem liberdade alguma, mas poucos propõem uma forma de como conciliar, dentro de um sistema lógico, todas essas difíceis afirmações, o que normalmente nos leva assumir um mistério. Assumir um

mistério não é ruim em si mesmo, o próprio apóstolo Paulo assume que certas coisas, dadas a sua grandeza, são misteriosas (1Co 2.7). No entanto, isso não é motivo para evitarmos uma análise das Escrituras, e, através da direção do Espírito Santo, propor uma tese genuinamente bíblica e ortodoxa a respeito de um tema que é considerado misterioso. Nosso trabalho, nesse capítulo, terá como fontes as Escrituras Sagradas, os escritos do grande reformador João Calvino, a Confissão de fé de Westminster, Confissão Helvética, Cânones de Dort, os teólogos François Turretini, Pedro Mártir, Theophilus Gale, Herman Bavinck, além das referências de algumas poucas teologias sistemáticas de autores signatários da teologia reformada calvinista. O objetivo do uso restrito de fontes deve-se à proposta de ter uma doutrina da providência e concorrência que seja genuinamente calvinista, sem correr o risco de imputar a este autor um desvio temerário da doutrina ortodoxa. Procuramos também explanar o porquê de rejeitarmos algumas doutrinas concorrentes, como molinistas, arminianas e durandistas.

1 - O que é providência divina?

O reformador João Calvino ensina que a providência divina é o governo ativo de Deus sobre todas as coisas, se estende a tudo que foi criado. Deus definitivamente controla, rege, sustenta, preserva e move cada evento, objeto e tudo o mais que se possa chamar de existente, como diz:

> Portanto, que os leitores apreendam de início que não se chama providência aquela através da qual Deus observa passivamente do céu as coisas que se passam no mundo; ao contrário, é aquela pela qual, como que a suster o leme, governa a todos os eventos. Portanto, ela se estende, por assim dizer, tanto às mãos, quanto aos olhos. [16]

Providência divina então, pode ser definida como “a ordenação de todas as coisas para um determinado fim”, ou seja, é o modo como Deus conduz seu plano na história, ordenando cada essência criada em seu plano. A Confissão de Fé de Westminster é mais precisa e didática quando diz:

> Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor.[17]

Segundo Francis Turretini[18], o termo providência abarca especialmente três coisas: *prognosin*, *prothesin* e *dioikesin* – o conhecimento da mente, o decreto da vontade e a administração eficaz das coisas decretadas –; conhecimento que dirige, vontade que ordena e poder que cumpre.

Calvino, em sua obra *Contra os libertinos*, divide a providência divina em três partes:

1- Providência universal, como escreve o reformador:

> Primeiro de tudo, há uma *operação universal* pela qual ele guia todas as criaturas de acordo com a condição e propriedade que ele deu a cada um quando ele as fez.[19]

Calvino quer dizer que Deus move todas as coisas de acordo com a natureza[20] que lhes é própria. Nessa providência universal ou operação universal, como Calvino chama, fazem parte os decretos permissivos. Os decretos permissivos são assim chamados porque Deus quando os move não infunde ali o material que dará forma ao ato, mas somente move o material pré-existente na criatura. Falaremos disso mais a frente.

2 - Providência particular ou "ordenança especial: O segundo modo ou maneira em que Deus opera em Suas criaturas é que ele faz com que elas sirvam à Sua bondade, justiça e julgamento de acordo com a Sua presente vontade de ajudar os Seus servos, de punir os ímpios e de testar a paciência dos fiéis, ou para castigá-los em Sua bondade paternal".[21]

Segundo Calvino, além de uma providência geral[22] (concurso geral ou operação universal), também existe uma ordenança especial (concurso particular), em que Deus age diretamente nas criaturas para cumprir seus propósitos. Aqui estão os decretos ativos. Deus age diretamente na criatura, fornecendo o material que dá forma ao ato.

3 – É uma variação da operação especial, mas especificamente como ele opera nas criaturas levando em conta os efeitos noéticos da queda. "O terceiro tipo de operação de Deus e é que ele governa seus seguidores, vivendo e reinando neles pelo seu Espírito Santo".[23] Esse terceiro tipo de concurso é uma operação particular exclusiva para os eleitos. Aqui, o decreto ativo toma a forma de regeneração, para que se cumpra a eleição.

Segundo do Dr. Heber Campos, a doutrina da providência pode ser

dividida nos seguintes elementos:

> *Conservatio* que envolve a preservação da criação; *Provisio*, é o aspecto da providência que faz todas as provisões básicas para a vida das pessoas de forma natural ou sobrenatural; *Directio*, é o aspecto que trata de como Deus conduz as suas criaturas; *Gubernatio* envolve a direção de todas as coisas para o cumprimento dos propósitos previamente determinados; *Retributio* é o aspecto da providência divina que trata da punição dos pecadores, sejam eles justos ou injustos; *Concursus* envolve a ideia de cooperação de Deus e homens na realização de todos os atos, sejam bons ou maus, para a consecução de tudo o que Deus de antemão escreveu, embora não precise ser considerado mais um elemento da providência, mas sim um modo de Deus trabalhar.[24]

1.1 - Provas Escriturísticas da providência divina conforme entendido pela doutrina calvinista

As Escrituras endossam, insistentemente, que a providência divina está sobre absolutamente tudo do que se pode considerar existência, seja inanimado (objetos mortos, mundo físico, leis da natureza), ou vivos irracionais (animais brutos), ou vivos racionais (anjos e homens).

- Sobre tudo que existe:

> “Só tu és Senhor; tu fizeste o céu, o céu dos céus, e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto neles há, e tu os guardas com vida a todos; e o exército dos céus te adora” (Ne 9.6).

> “Mas ao fim daqueles dias eu, Nabucodonosor, levantei os meus olhos ao céu, e tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei e glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é um domínio sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. E todos os moradores da terra são reputados em nada, e segundo a sua vontade ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem possa estorvar a sua mão, e lhe diga: Que fazes?” (Dn 4.34,35).

> “Nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados, conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade” (Ef 1.11).

- Sobre as leis da natureza, animais brutos e plantas:

> “Tudo o que o Senhor quis, fez, nos céus e na terra, nos mares e em todos os abismos.

Faz subir os vapores das extremidades da terra; faz os relâmpagos para a chuva; tira os ventos dos seus tesouros. O que feriu os primogênitos do Egito, desde os homens até os animais; O que enviou sinais e prodígios no meio de ti, ó Egito, contra Faraó e contra os seus servos; O que feriu muitas nações, e matou poderosos reis: A Siom, rei dos amorreus, e a Ogue, rei de Basã, e a todos os reinos de Canaã" (Sl 135.6-11).

"Ele rega os montes desde as suas câmaras; a terra farta-se do fruto das suas obras. Faz crescer a erva para o gado, e a verdura para o serviço do homem, para fazer sair da terra o pão, E o vinho que alegra o coração do homem, e o azeite que faz reluzir o seu rosto, e o pão que fortalece o coração do homem. As árvores do Senhor fartam-se de seiva, os cedros do Líbano que ele plantou, Onde as aves se aninham; quanto à cegonha, a sua casa é nas faias. Os altos montes são para as cabras monteses, e os rochedos são refúgio para os coelhos. Designou a lua para as estações; o sol conhece o seu ocaso. Ordenas a escuridão, e faz-se noite, na qual saem todos os animais da selva. Os leõezinhos bramam pela presa, e de Deus buscam o seu sustento. Nasce o sol e logo se acolhem, e se deitam nos seus covis. Então sai o homem à sua obra e ao seu trabalho, até à tarde. Ó Senhor, quão variadas são as tuas obras! Todas as coisas fizeste com sabedoria; cheia está a terra das tuas riquezas" (Sl 104.13-24).

"Nenhum [pardal] cairá em terra sem a vontade de vosso Pai" (Mt 6.26).

"... as aves do céu, vosso Pai celestial as alimenta" (Mt 6.30).

- Governa sobre as nações:

"O Senhor desfaz o conselho dos gentios, quebranta os intentos dos povos. O conselho do Senhor permanece para sempre; os intentos do seu coração de geração em geração" (Sl 33.10,11).

"Porque o reino é do Senhor, e ele domina entre as nações" (Sl 22.28).

- Sobre a vitória e derrota dos homens em suas empreitadas:

"Porque nem do oriente, nem do ocidente, nem do deserto vem a exaltação. Mas Deus é o Juiz: a um abate, e a outro exalta" (Sl 75.6,7).

- Sobre a aparente sorte:

"Os homens jogam os dados sagrados para tirar a sorte, mas quem resolve mesmo é Deus, o Senhor" (Pv 16.33).

Aqui vale destacar que a crença judaica e apostólica no domínio absoluto de Deus sobre todos os acontecimentos era tão grande, que os mesmos jogaram os dados sagrados e tiraram a sorte para escolher o novo apóstolo: “Então tiraram sortes, e a sorte caiu sobre Matias; assim, ele foi acrescentado aos onze apóstolos” (At 1.26). Os israelitas também tiraram sortes para descobrir o pecado de Acã (Js 7.16) e também para dividir a herança entre as tribos (Js 15.1-12). Portanto, não há motivos para pensar que Provérbios 16.33 seria algum tipo de hipérbole poética, mas deve ser encarado em sua total literalidade, pois o testemunho da Escritura é claro de que essa era a crença dos homens de Deus no passado.

- Na proteção do seu povo:

“Todas as coisas cooperam para o bem dos que amam a Deus” (Rm 8.28).

“... vosso Pai sabe o que vos é necessário antes de vós lho pedirdes” (Mt 6.8).

- Nascimento, vida e hora da morte:

“Os teus olhos viram o meu embrião; todos os dias determinados para mim foram escritos no teu livro antes de qualquer deles existir” (Sl 139.16).

“Visto que os seus dias estão determinados, contigo está o número dos seus meses; tu lhe puseste limites, e ele não poderá passar além deles” (Jó 14.5).

Não serão apresentados mais versículos, pois consideramos os apresentados suficientes para estabelecer a verdade de que Deus tem o controle providencial sobre tudo.

2 – Podem os atos livres serem determinados? A isso afirmamos. Contra os defensores da liberdade libertária[25]

Teremos duas declarações aparentemente paradoxais, a saber:

1 - Todos os acontecimentos são determinados por Deus, inclusive as ações humanas.

2 - Os homens são livres.

2.1 – Provas Escriturísticas das declarações paradoxais

- Deus determina (decreta) todas as coisas

Esse é um fato incontestável dentro das Escrituras Sagradas. No entanto, dado que já foi citado vários versículos que mostram um exaustivo controle de Deus sobre tudo, tentaremos não ser exaustivos nesse tópico:

> "Quem poderá falar e fazer acontecer, se o *Senhor não o tiver decretado?* Não é da boca do Altíssimo que vêm tanto as desgraças como as bênçãos?" (Lm 3.37,38).

> "Este é o propósito que *foi determinado sobre toda a terra*; e esta é a mão que está estendida sobre todas as nações. Porque o Senhor dos Exércitos o determinou; quem o invalidará? E a sua mão está estendida; quem pois a fará voltar atrás?" (Is 14.26,27).

> "Que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade. Que chamo a ave de rapina desde o oriente, e de uma terra remota o homem do meu conselho; porque assim o disse, e assim o farei vir; eu o formei, e também o farei" (Is 46.10,11).

- Deus determina o dia da morte:

> "Visto que os *seus dias estão determinados*, contigo está o número dos seus meses; tu lhe puseste limites, e ele não poderá passar além deles" (Jó 14.5).

- Determina atos bons:

> "Quem diz de Ciro: Ele é o meu pastor, e cumprirá tudo o que me apraz; dizendo também a Jerusalém: Sê edificada; e ao templo: Funda-te" (Is 44.28).

- Determina atos maus:

> "O Rei, pois, não deu ouvidos ao povo, porque *esta revolta vinha do Senhor*" (1Rs 12.15).

> "E, na verdade, o Filho do homem vai *segundo o que está determinado*; mas ai daquele homem por quem é traído!" (Lc 22.22).

> "A este que vos foi entregue pelo *determinado conselho e presciência de Deus*, prendestes, crucificastes e matastes pelas mãos de injustos" (At 2.23).

- O homem é livre:

> “Eles escolheram seus próprios caminhos, e delicie-se com as suas abominações. Mas também vai escolher aflição para eles e enviar-lhes o que eles temem isso. Como ninguém respondeu quando eu chamei, quando eu falava, ninguém ouvia. Pelo contrário, o que era mau aos meus olhos e escolheu o que eu não gosto” (Is 66.3,4).
>
> “Eis que só achei que Deus fez o homem reto; mas eles procuraram muitas invenções” (Ec 7.29).
>
> “Os céus e a terra tomo hoje por testemunhas contra vós, de que te tenho proposto a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe pois a vida, para que vivas, tu e a tua descendência” (Dt 30.19).[26]

2.2 – A determinação dos atos livres

A Confissão de Fé de Westminster (CFW) nos diz:

> Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém *de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade* ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.[27]
> Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, *Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente*.[28]

Os decretos divinos “nada mais são do que os conselhos de Deus concernentes às coisas futuras fora dele”.[29] O fato de nada acontecer fora da vontade divina nos remete à necessidade dos decretos. Decretar e determinar serão usados como sinônimos neste trabalho. Assim, ao tratarmos dos problemas relativos à determinação dos atos livres, estaremos também trabalhando com os decretos, já que o *concursus* providencial divino é o meio pelo qual se executam os decretos.

Uma importante observação a ser feita é que é definitivamente um mito que na teologia reformada calvinista os homens não gozem de liberdade. Nessa teologia, o homem não só tem liberdade, como também é causa total de tudo que faz, mas também é afirmado que Deus controla, preserva e determina tudo. A declaração de John Owen (1616-1683) sobre o livre-arbítrio é bastante esclarecedora com relação ao modo como o calvinismo

ortodoxo via a liberdade humana. Ele diz:

> Contudo, observe-se aqui que não nos opomos absolutamente ao livre-arbítrio, como se fosse "*nomen inane*", uma mera invenção, como se não existisse tal coisa no mundo, mas apenas nesse sentido que os pelagianos e os arminianos o afirmam. Sobre os termos não contenderemos. Nós concedemos ao homem, na substância de todas as suas ações, tanto poder, liberdade e a autonomia como uma mera natureza criada é capaz. Concordamos que ele seja livre em sua escolha, de toda a coação exterior (coerção) ou necessidade natural interior, para trabalhar de acordo com a eleição e deliberação, abraçando espontaneamente o que parecer bom para ele. Agora, chame esse poder de livre-arbítrio ou o que lhe agrada, sem torná-lo supremo, independente e ilimitado, e não ficaremos nem um pouco perturbados.[30]

A segunda Confissão Helvética, no artigo 9, expõe o pensamento calvinista a respeito do livre-arbítrio, notem, que é *condenado como heresia*, dizer que o mal do primeiro homem não foi produzido pelo seu livre-arbítrio, vejamos.

> Nesta questão, que sempre produziu muitos conflitos na Igreja, ensinamos que se deve considerar uma tríplice condição ou estado do homem.
> Qual era o homem antes da queda. Há o estado em que o homem se encontrava no princípio, antes da queda; era certamente reto e livre, de modo que podia continuar no bem ou declinar para o mal, mas inclinou-se para o mal e se envolveu a si mesmo e a toda a raça humana em pecado e morte, como se disse acima.
> Depois, importa considerar qual se tornou o homem depois da queda. Sem dúvida, seu entendimento não lhe foi retirado, nem foi ele privado de vontade, nem foi transformado inteiramente numa pedra ou árvore; mas seu entendimento e sua vontade foram de tal sorte alterados e enfraquecidos que não podem mais fazer o que podiam antes da queda. O entendimento se obscureceu, e a vontade, que era livre, tornou-se uma vontade escrava. Agora ela serve ao pecado, não involuntária, mas voluntariamente. Tanto é assim que o seu nome é "vontade"; não é "não-vontade".
> O homem pratica o mal por sua própria vontade. Portanto, quanto ao mal ou ao pecado, o homem não é forçado por Deus ou pelo diabo, mas pratica o mal espontaneamente e, nesse sentido, ele tem arbítrio muito livre. Mas o fato de vermos, não raro, que os piores crimes e desígnios dos homens são impedidos por Deus de atingir seus propósitos não tolhe a liberdade do homem na prática do mal, mas é Deus que, pelo seu próprio poder, impede aquilo que o homem livremente determinou de modo diverso. Assim, os irmãos de José livremente determinaram desfazer-se dele, mas não o puderam, porque outra coisa parecia bem ao conselho de Deus.
> O homem por si só não é capaz do bem. Com referência ao bem e à virtude, o entendimento do homem, por si mesmo, não julga retamente a respeito das coisas

divinas. A Escritura evangélica e apostólica requer regeneração de todos aqueles de entre nós que desejamos ser salvos. Por conseguinte, nosso primeiro nascimento de Adão em nada contribui para nossa salvação. São Paulo diz: “O homem natural não aceita as cousas do Espírito de Deus”, etc. (1Co 2.14). E em outra passagem ele afirma que nós, por nós mesmos, não somos capazes de pensar nada de bom (2Co 3.5). Ora, sabe-se que a mente ou entendimento é a luz da vontade, e quando o guia é cego, é óbvio até onde a vontade poderá chegar. Por isso, o homem ainda não regenerado não tem livre-arbítrio para o bem e nenhum poder para realizar o que é bom. O Senhor diz no evangelho: “Em verdade, em verdade vos digo: Todo o que comete pecado é escravo do pecado” (Jo 8.34). E o apóstolo São Paulo diz: “Por isso o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar” (Rm 8.7). O entendimento das coisas terrenas, porém, não é inteiramente nulo no homem decaído.

Compreensão das artes. Deus em sua misericórdia permitiu que permanecesse o talento natural, apesar de este distar muito daquele que existia no homem antes da queda. Deus manda o homem cultivar o seu talento e, ao mesmo tempo, lhe acrescenta dons e favores. E é manifesto que não fazemos nenhum progresso em todas as artes sem a bênção de Deus. Certamente, a Escritura atribui todas as artes a Deus; e, na verdade, até os pagãos atribuem a origem das artes a deuses, que seriam os seus inventores.

Quais são os poderes dos regenerados, e de que modo é livre o seu arbítrio? Finalmente, devemos ver se os regenerados têm e até que ponto têm livre-arbítrio. Na regeneração, o entendimento é iluminado pelo Espírito Santo, para que compreenda os mistérios e a vontade de Deus. E a própria vontade não é somente mudada pelo Espírito, mas é também equipado com poderes, de modo, que ela espontaneamente deseje o bem e seja capaz de praticá-la (Rm 8.1ss). Se não concedermos isso, negaremos a liberdade cristã e introduziremos uma servidão geral. Mas também o profeta registra o que Deus diz: “Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei” (Jr 31.33; Ez 36.26ss). E o Senhor também diz no evangelho: “Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres” (Jo 8.36). E São Paulo também escreve aos filipenses: “Porque vos foi concedida a graça de padecerdes por Cristo, e não somente de crerdes nele” (Fp 1.29). E outra vez: “Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao dia de Cristo Jesus” (Fp 1.6). E ainda: “Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.13).

Os regenerados operam não só passiva, mas ativamente. Entretanto, ensinamos que há duas coisas a serem observadas: Primeiro, que os regenerados, na sua eleição e operação, não agem só passiva, mas ativamente. São levados por Deus a fazer por si mesmos o que fazem. Santo Agostinho muito bem afirma que “Deus é nosso ajudador. Mas ninguém pode ser ajudado, se não aquele que faz alguma coisa”. Os maniqueus despojavam o homem de toda ação e o faziam semelhante a uma pedra ou a um pedaço de pau.

O livre-arbítrio é fraco nos regenerados. Segundo, nos regenerados permanece a

> fraqueza. Desde que o pecado permanece em nós, e nos regenerados a carne luta contra o espírito até o fim de nossa vida, eles não conseguem realizar livremente tudo o que planejaram. Isso é confirmado pelo apóstolo em Romanos 7 e álatas 5. Portanto, é fraco em nós o livre-arbítrio por causa dos remanescentes do velho Adão e da corrupção humana inata, que permanece em nós até o fim de nossa vida. Entretanto, desde que os poderes da carne e os remanescentes do velho homem não são tão eficazes que extingam totalmente a operação do Espírito, os fiéis são, por isso, considerados livres, mas de modo tal que reconhecem a própria fraqueza e não se gloriam de modo algum em seu livre-arbítrio. Os fiéis devem ter sempre em mente o que Santo Agostinho tantas vezes inculca, segundo o apóstolo: "o que tendes que não recebestes? Se, pois, o recebestes, por que vos vangloriais, como se não fosse um dom?". A isso ele acrescenta que aquilo que planejamos não acontece imediatamente, pois os resultados das coisas estão nas mãos de Deus. Esta a razão por que São Paulo ora ao Senhor para promover sua viagem (Rm 1.10). E esta é também a razão pela qual o livre-arbítrio é fraco.
>
> Nas coisas externas há liberdade. Todavia, ninguém nega que nas coisas externas tanto os regenerados como os não-regenerados gozam de livre-arbítrio. O homem tem em comum com os outros animais (aos quais ele não é inferior) esta natureza de querer umas coisas e não querer outras. Assim, ele pode falar ou ficar calado, sair de sua casa ou nela permanecer, etc. Contudo, mesmo aqui se deve ver sempre o poder de Deus, pois essa foi a causa por que Balaão não pôde ir tão longe quanto desejava (Nm 24), e Zacarias, ao voltar do templo, não podia falar como era seu desejo (Lc 1).
>
> *Heresias. Nesta questão, condenamos os maniqueus, os quais afirmam que o início do mal, para o homem bom, não foi de seu livre-arbítrio.* Condenamos, também, os pelagianos, que afirmam que um homem mau tem suficiente livre-arbítrio para praticar o bem que lhe é ordenado. Ambos são refutados pela Santa Escritura, que diz aos primeiros: "Deus fez o homem reto"; e aos segundos: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres" (Jo 8.36).[31]

Agora perguntamos: *Como pode um ato ser livre e ainda determinado por Deus?* A própria Confissão de fé de Westminster nos dá a solução: "Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias" (Seção 5.2). Explica-se: Deus, que é a causa primeira, move cada criatura, que é a causa secundária, de acordo com a própria natureza delas, pois "Deus mantém todas as coisas existindo e preservando as propriedades com as quais ele criou"[32], como está escrito: "Só tu és Senhor; tu fizeste o céu, o céu dos céus, e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto neles há, e tu os guardas com vida a todos" (Ne 9.6), e em Jó 34.14,15: "Se ele tem a intenção de retirar o seu espírito, tirar o fôlego da vida, toda a humanidade pereceria, a humanidade seria poeira!". Calvino

ensina que: “Ele (Deus) guia todas as criaturas de acordo com a condição e propriedade que ele deu a cada um quando ele as fez”.[33] E acrescenta:

> … disse Paulo em Atenas: que somos, que vivemos e temos nosso próprio movimento (At 17.28). Por isso Deus tem nos admoestado, que não podemos durar um minuto de tempo, exceto que nos sustentemos em Sua mão... também Deus nos dá vida e nos dá o que temos de faculdade e poder. *No entanto, esta operação Deus não impede que cada criatura, tanto no céu como na terra, de reter a sua qualidade e natureza, e usar a sua própria inclinação*.[34]

François Turretini explica que “Deus, que opera tudo em todos, governa e administra as causas secundárias de tal forma que *não elimina sua natureza e condição*. Antes, ele as protege e conserva, e *permite que também exerçam e produzam seus movimentos*”[35], e também Herman Bavinck diz:

> … que as duas causas, embora sejam totalmente dependentes da causa primária, são, ao mesmo tempo, causas essenciais e verdadeiras. Com seu poder todo-poderoso, Deus toma possível toda causa secundária e está presente nela com seu ser em seu início, progresso e fim. É ele que a estabelece e a coloca em ação (*praecursus*) e que também se une a ela em seu trabalho e a leva a seu efeito (*concursus*). Ele é quem efetua em nós “tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.13). *Mas essa atividade energizante da causa primária nas causas secundárias é tão divinamente grande que precisamente por meio dela ele incita essas causas secundárias à sua atividade própria. “A providência de Deus não elimina, mas estabelece a causa secundária”. A concorrência é precisamente a razão para a autoatividade das causas secundárias e essas causas, sustentadas do início ao fim pelo poder de Deus, trabalham com uma força que é apropriada e natural para elas.* Tampouco, efetivamente, a atividade de Deus anula a atividade da criatura e esta é mais vigorosa na medida em que a primeira se revela mais rica e plenamente. Portanto, a causa primária e a causa secundária permanecem distintas. A primeira não destrói a segunda, mas, pelo contrário, confere realidade a ela, e a segunda existe somente como resultado da primeira.[36]

Pedro Mártir Vermigli, teólogo calvinista contemporâneo de Calvino, também concorda:

> 52. Quando unido à presciência, isto não subverte nem destrói as naturezas, mas trabalha nelas de modo que concorde com elas. Portanto, uma vez que a natureza e a propriedade da vontade humana é trabalhar livremente e por escolha, *a presciência de Deus não tirará esse poder ou faculdade dela*, embora sua predestinação seja a causa

de todos os atos bons feitos pelos eleitos.[37]

Mas o que é causa primária e secundária? Causa primeira é o iniciador de movimento, e a causa segunda é a peça a ser movida. Peguemos o fogo como exemplo. O fogo queima, e é de sua natureza queimar. Deus criou e preserva assim, então quando Deus move ou energiza o fogo, o fogo não pode molhar, ele vai inevitavelmente queimar. Deus é a causa primeira e o fogo a causa segunda. Para exemplificar melhor o que é uma causa primeira e uma causa segunda, imaginemos um lenhador e seu machado. Quando o lenhador usa seu machado para cortar a árvore, ele é uma causa primeira e o machado a causa segunda. O lenhador move o machado, mas quem corta de fato é o machado, pois é o machado que tem o ferro cortante que executa o corte. Essa é a natureza do machado. O lenhador move o machado de acordo com a natureza do machado, que é a causa segunda. Se o machado é cego e cheio de dentes, o corte não sairá bom. É assim o homem depravado nas mãos de Deus: ele é um machado cego e cheio de dentes, e a não ser que Deus afie esse machado, ele continuará fazendo cortes ruins ou corte nenhum, pois faz segundo sua própria natureza. O mover do lenhador sempre é bom, mas mesmo que ele seja um perito em cortes de árvores, uma ferramenta ruim ainda produzirá efeitos não desejados. E, dessa forma, começamos a entender a relação entre a determinação divina e os atos maus. Esse último ponto será abordado de forma exaustiva mais a frente.

Semelhante ao fogo e ao machado, Deus move o ser humano de acordo com a natureza que lhe é própria, portanto, racional, livre, consciente; logo, sempre que Deus move o homem, esse ato é livre por necessidade lógica, já que o homem é livre e Deus move de acordo com a propriedade da natureza, assim, Deus o move livremente. Girolamus Zanchi explica o parecer calvinista a esse respeito:

> A influência que a presciência divina tem sobre a certa futuridade das coisas conhecidas de antemão, não torna desnecessária a intervenção das segundas causas, nem destrói a natureza das próprias coisas.
> Meu entendimento é que *a presciência de Deus não coloca nenhuma necessidade coercitiva sobre as vontades dos seres naturalmente livres.* Por exemplo, o homem, mesmo em seu estado caído, é endurecido com uma liberdade de vontade natural; todavia ele age desde o primeiro até o último momento de sua vida, em absoluta subserviência (embora, talvez, não o saiba, nem o projete) aos propósitos e decretos de Deus concernentes a ele: não obstante, ele não é sensível a nenhuma compulsão,

mas age de forma livre e voluntária, como se ele fosse *sui juris*, sujeito a nenhum controle e absolutamente senhor de si mesmo.[38]

Dentro desse mesmo contexto, visto que o decreto ou a determinação divina se executa por meio das causas secundárias, é importante ressaltar que as mesmas se dividem em, pelo menos, três tipos: *causas necessárias, causas contingentes e causas livres*. A primeira é uma causa cuja possibilidade a ser atualizada é uma só, como, por exemplo, as leis da natureza, que produzem resultados necessários. Se pularmos 500 vezes, ou milhares de vezes, ou infinitas vezes de um prédio, nós cairemos todas as vezes, porque só há uma possibilidade a ser atualizada, ou seja, a de cair. Por isso chamamos de causa necessária, pois os eventos acontecem necessariamente ou fatalmente. A segunda é relativa às causas que dependem de determinadas condições para produzir um resultado, resultados esses que não produziriam por si mesmas. Aqui estão incluídos todos os eventos que, para nós, são considerados por acaso, fortuitos, acidentais. Esses eventos podem ou não acontecer, pois Deus poderia movê-las de um modo ou de outro. Portanto, não acontecem necessariamente, mas contingentemente. Podemos recorrer ao caso dos apóstolos, que ao jogarem os dados sagrados, a sorte caiu sobre Matias (At 1.26), mas poderia muito bem ter caído sobre José, caso Deus quisesse.

Para clarificar ainda mais, observe a imagem abaixo:



Do lado esquerdo nós temos claramente a obra de uma mente. Absolutamente, ninguém diria que as estátuas esculpidas no muro dos reformadores foram criadas pelo tempo e pelas leis da natureza. Há uma informação precisa e complexa demais que só pode ser fruto de uma mente.

No meio, temos o Grand Canyon, uma obra esculpida pelo vento e pelas leis da natureza. E no lado direito, temos um sorteio da loteria. No primeiro caso, qualquer pessoa diria que foi o resultado de uma mente inteligente; no segundo, que foi conseguido por obra do acaso; no terceiro, os resultados também seriam randômicos.

Mas, lembremos: Nada acontece por acaso, todas coisas acontecem pela vontade e pela determinação rigorosa de Deus. Então, para nós, tanto o primeiro e o segundo, como o terceiro terão uma mente por trás. Então, por que consideramos o primeiro o fruto de uma mente e o segundo e o terceiro frutos de um acaso? Por que não encontramos um padrão inteligível, no terceiro evento se cada resultado da loteria também é definido por Deus? A resposta está na diferença entre as causas. A primeira, Deus fez através de uma causa secundária livre, racional, logo, deve-se ter impressa no efeito a racionalidade da causa secundária. No segundo, Deus moveu uma causa secundária necessária, que, embora obedeça algum padrão, ainda é irracional e se comporta de forma irracional, ou seja, Deus moveu a causa secundária de forma a se comportar de acordo com sua irracionalidade; e, na terceira, uma causa contingente, que dará resultados aleatórios, e mesmo que tenha a mente de Deus coordenando, ao analisar os resultados, jamais se achará uma mente ali, pois Deus faz com que se comporte exatamente assim, como se não houvesse uma mente. Posto isso, podemos entender quando dizemos que Deus move o homem livremente, pois, da mesma forma que ele move os jogos da loteria, para se comportar como se não tivesse uma mente, e por isso são contingentes, Deus move o homem de forma que ele se comporte racionalmente e livremente, pois o homem é uma causa livre e racional.

Além disso, devemos agora entender que em tudo, enquanto foi criado, Deus consegue ver as possibilidades dessas essências criadas, que, estão, naquele momento, todas disponíveis para Deus. Esse primeiro momento, antes do decreto, chama-se *necessidade hipotética* (*in sensu diviso*). No segundo momento temos a emissão do decreto, quando há uma atualização de algumas possibilidades, e Deus, ao tornar ato uma das possibilidades, descarta os outros atos, mas as possibilidades permanecem. Esse segundo momento é chamado de *necessidade de certeza* (*in sensu composito*), visto que o resultado agora é certo. Devemos manter em mente que, mesmo depois do decreto, a possibilidade continua lá. Ela só não poderá mais ser atualizada, pois o dado continua sendo um dado, mesmo depois de ter apresentado um dos resultados. Portanto, Deus nunca removeu as potências desse dado, mas

removeu os atos. Por isso, é totalmente racional dizer que, embora Deus tenha decretado de uma forma, era possível que fosse de outra. Embora o controle de Deus seja exaustivo, e em relação a Deus o decreto seja certo, a causa secundária, nesse caso, age de forma contingente, pois poderia ter sido de outra forma de acordo com as circunstâncias e a vontade divina. Por isso mesmo, confiamos que se pularmos de um prédio, vamos infalivelmente cair, mas não confiamos que todas as vezes que jogamos um dado ele dará o mesmo resultado, pois a lei da gravidade é uma causa secundária necessária, e o dado é uma causa secundária contingente.

Já na causa livre está o homem, onde sua decisão não é determinada propriamente por nenhum fator extrínseco ou intrínseco, pois é capaz de produzir um resultado diferente do que ela faz. A vontade humana, antes de ser movida por Deus, tem a potência de fazer A ou B, e até que seja determinada a fazer A ou B, ela não pode se determinar. Portanto, dizemos que essa causa secundária é livre, pois tem em si a potência de fazer diferente do que faz.

A esse estado de indeterminação dos atos livres, que se situa antes da determinação divina, nós chamamos de necessidade hipotética (*sensu diviso*), pois, nesse momento lógico, nossa vontade é flexível tanto a um lado, como a outro. A vontade aqui é considerada como Deus a criou, mutável e flexível, portando, sem uma necessidade intrínseca. Mas depois da determinação divina, temos uma necessidade de certeza ou consequência (*sensu composito*), que a partir daqui não poderá mais ser mudada em seu efeito produzido. Theóphilus Gale, eminente teólogo calvinista, assinala:

> A soma de tudo é isto, que a determinação ou predeterminação Divina concorra a este ou àquele ato, não torna a negação daquele ato, ou um ato contrário uma impossibilidade simples ou estritamente natural, como alguns nos persuadiriam, mas só infere uma necessidade da consequência, a vontade tendo ainda, em *sensu diviso* [em um sentido dividido], isto é, na suposição da retirada da concorrência Divina, uma habitual indiferença em agir ou não agir, no *sensu composito* [em um sentido composto], como predeterminado pela consciência divina, não pode deixar de agir.
> Ou sumariamente assim: A vontade tem, nesse exato momento, quando é predeterminado por Deus para este ou aquele ato, um poder habitual ou indiferença radical à negação desse ato, ou à apresentação de um ato contrário: Assim, a predeterminação divina exclui apenas um ato contrário, não o poder radical a esse ato. [39]

Para ilustrar, podemos considerar uma água recebendo o calor do fogo.

Embora a água tenha em si a potência de ser gelo, jamais será gelo enquanto estiver recebendo o calor do fogo, ou a determinação do fogo para esquentar. Então, podemos dizer que em *sensu diviso* a água pode ser gelo e fogo, mas em *sensu composito*, a água só pode esquentar. Ou seja, a necessidade é de consequência, não é do consequente. Por isso João Calvino, ao tratar sobre Judas, ensina que o decreto não impôs necessidade alguma sobre Judas. No *Comentário* de Calvino ao evangelho de João 17.12, ele diz:

> Judas caiu para que a Escritura se cumprisse. Mas seria um argumento infundadíssimo se alguém inferisse disso que a revolta de Judas deve ser atribuída a Deus e não a ele mesmo, como se a predição colocasse necessidade sobre ele.

Também o historiador alemão Heinrich Heppe (1820-1879), sobre os escolásticos reformados:

> 13. Como, portanto, todo o mal ocorre contra '*voluntatem mandantem*' (contrariando a vontade ordenadora), mas absolutamente nada '*voluntário voluntatem efficientem e efficaciter permittentem*' (fora da vontade eficiente e eficaz permissiva) de Deus, tudo o que acontece é necessário por Deus, não necessitam de coação [necessidade de coerção] mas necessitam de hipotética [uma necessidade hipotética] e consequente [a necessidade de consequência]. Tudo segue como ordenado na hipótese *decreti divini*, de modo que o decreto divino não abole nem a liberdade das criaturas pessoais (que sempre determinam o que Deus determinou que seja feito), nem, no que diz respeito à *causa secunda* [segunda causa], a contingência das coisas (que mais tarde deixa de ser contingência somente em relação ao conselho divino).[40]

Alguns podem achar essa distinção fútil, como fez Lutero em seu *Comentário* aos Romanos (8.26).[41] Para o reformador Martinho Lutero, essas distinções não tinham efeitos práticos e não faziam diferença, uma vez que o homem depois do decreto não poderia fazer nada de diferente, seguiria então que o que vem antes deve ser desprezado. Mas discordamos do nosso amado reformador nesse ponto. Se só existe necessidade de consequência e não uma hipotética, segue-se então que todas as coisas acontecem por necessidade, e cairíamos no fatalismo. Essa distinção é importante, pois nos mostra como fica resguardada a possibilidade diferente em detrimento de um decreto, além de nos mostrar como algo livre é movido livremente. O teólogo calvinista Pedro Mártir Vermigli (1499 - 1562), apresenta mais uma razão, e sabiamente explica:

> […] Não pode haver conhecimento [de Deus] a menos que (como dissemos) seja certo e seguro, mas essa determinação e certeza Dele – dissemos e dizemos novamente – não subverte a natureza das coisas nem tira a liberdade de nossa natureza.
> Podemos provar isso da seguinte maneira: Deus previu que muitas coisas eram possíveis que nunca serão, e embora nunca sejam, a presciência de Deus não remove delas a possibilidade da existência. Vamos ilustrar isso com um exemplo das Escrituras. Quando Cristo foi preso, ele disse: "Eu poderia ter pedido ao meu pai e ele teria me dado mais do que doze legiões de anjos para me defender desses soldados" (Mt 26.53). Aqui Cristo afirma que era possível a ele pedir que lhe fossem concedidas tantas legiões de anjos, mas isto não foi feito nem foi feito para ser feito, e embora isso nunca aconteça, no entanto, não foi impedido pela presciência, mas foi possível. Portanto, uma vez que a presciência de Deus não exclui a possibilidade, tampouco remove a contingência e a liberdade.[42]

Então perguntamos: será que Jesus mentiu ao dizer que havia sim a possibilidade de ele pedir ao Pai uma legião de anjos? Se Lutero estiver certo, e tivermos somente uma necessidade de certeza, e não uma hipotética, então sim, Jesus estava apenas sendo um embusteiro na frente dos apóstolos naquele momento, mas como essa postura é inadmissível ao Mestre, então é óbvio que Lutero está errado, e nosso raciocínio está correto: A possibilidade existe mesmo quando os atos dessas possibilidades são negados. Por isso a acusação de fatalismo não é efetiva contra nossa teologia, pois o fatalismo ensina que todos os eventos acontecem necessariamente, enquanto nossa teologia ensina que as causas livres são movidas livremente.

Assim, fica compreendido agora o que se é dito na Confissão de fé de Westminster: "Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente".[43] As causas livres são movidas livremente pelo decreto, logo, são determinados, pois seus atos são tornados certos, mas são livres porque não lhes foi anulada a natureza, nem retiradas as possibilidades. Portanto dizemos apropriadamente que Deus move as causas necessárias de forma necessária, as causas livres de forma livre, e as causas contingentes de forma contingente. Se o homem tem racionalidade e pode deliberar decisões, é assim que Deus o moverá. Como diz o teólogo puritano William Twisse (1578-1646):

> (…) Dizemos com [Tomás] Aquino, que "a vontade de Deus é tão eficaz, a ponto de fazer com que todas as coisas aconteçam da maneira como acontecem; a saber, coisas

> necessárias necessariamente, e coisas contingentes de maneira contingente ou livre, seja no bem ou no mal.[44]

Poderá alguém objetar que isso não significa liberdade, pois depois do decreto o homem não pode fazer diferente. De fato, é racional, em um olhar mais apressado, fazer tal indagação, pois, no argumento acima, pode-se pensar que o homem seria livre somente por uma hipótese, no primeiro momento antes do decreto, mas que, no segundo momento, nós não seríamos livres, e como todos nós estamos no segundo momento, então de fato não somos livres e a distinção entre necessidade hipotética e de certeza seria inútil e ficaríamos sem liberdade de qualquer forma. Mas respondemos que, além de biblicamente mostrarmos que as possibilidades existem ainda depois do decreto, o que nos leva a conclusão lógica de que há possibilidades existentes naquele momento sem serem atualizadas, mesmo depois do decreto, também asseguramos que o homem faz tudo de livre vontade, pois a necessidade de certeza, que é o momento em que se emite o decreto, não coage o homem a fazer qualquer coisa. Para explicar esse segundo argumento, devemos entender o que o calvinista entende por liberdade nesse segundo momento lógico, o de necessidade de certeza.

É importante ressaltar, que o reformador Martinho Lutero permanece com a opinião de que o homem, embora não possa fazer diferente, faz tudo de livre vontade. Lutero diz:

> Devemos diferenciar cuidadosamente entre uma necessidade de infalibilidade e uma necessidade de coação; já que tanto os homens bons como os maus, por meio de suas ações, cumprem o decreto e a designação de Deus, mas não são forçados a fazer nada, mas a agir voluntariamente.[45]

Então, mesmo para o reformador, o decreto não é coercitivo, Deus, sendo onipotente, determina que cada ser livre, aja livremente.

2.3 - Que tipo de liberdade a teologia reformada calvinista defende?

No calvinismo podemos considerar, pelo menos, quatro tipos de liberdade[46], a saber:

1 – Liberdade de independência: pertencente somente a Deus.

2 – Liberdade de coação: quando o homem age espontaneamente, de

vontade própria, sem coação.

3 – Liberdade de necessidade física: liberdade pela qual o homem não age pelo instinto, mas pelo seu entendimento e racionalidade.

4 – Liberdade de servidão: Liberdade pela qual o homem age sem o jugo do pecado.

Para nós, no momento, importará a liberdade 2 e 3, haja vista que a número 1 é exclusiva de Deus e a 4 pertenceu ao homem sem pecado. *Definiremos, então, o ato livre como sendo aquele ato que é voluntário, não coagido, racional, ou seja, o ato que um homem, após deliberar racionalmente, tem vontade de fazer e o faz; esse ato é livre*. A Confissão de Fé de Westminster, já citada anteriormente, diz que nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas. Explicando melhor, cada criatura e, em específico, os agentes livres, faz aquilo que sua natureza[47] o constrange a fazer, sendo cada decisão tomada um ato de sua própria vontade, mas energizada/movida por Deus. John Owen explica qual o posicionamento calvinista com relação à liberdade da vontade:

> Nós concedemos uma liberdade e domínio tão grandes às nossas vontades, sobre seus próprios atos, como uma criatura sujeita ao supremo governo da providência de Deus, é capaz de fazer. Nós somos dotados de tal liberdade de vontade como é livre de toda compulsão exterior e necessidade interior, tendo uma faculdade eletiva de aplicar-se àquilo que lhe parece bom, no qual é uma livre escolha, apesar de ser subserviente ao decreto de Deus.[48]

O teólogo calvinista Theophilus Gale, sobre a predeterminação divina e a liberdade da vontade, estabelece seis pontos, dos quais destaco quatro, dizendo:

> 1 - Liberdade Natural, como denota um poder, tem uma e a mesma ideia ou Natureza com a vontade. Portanto,
> 2 - Todos os atos da vontade têm a liberdade na mais estrita essência essencialmente inerente a eles.
> 3 - O Domínio que um Agente Livre tem sobre seu próprio Ato não é absoluto, mas limitado e condicionado.
> 4 - A necessidade que surge do compromisso de Deus, a causa primeira, de maneira nenhuma diminui, mas estabelece a Liberdade Natural da vontade. Pois em nada violenta a vontade, ou é injurioso à sua liberdade, desde que o ato que ele proponha

> seja voluntário, enquanto a vontade voluntariamente elege e abraça o que é predeterminado, o ato é livre por estar em seu próprio poder.[49]

Por vontade, Calvino entende que "a função da vontade, entretanto, é escolher e seguir o que o entendimento ditar como bom, rejeitar e evitar o que ele houver desaprovado".[50],[51]

Melhor explicado fica na exposição do teólogo e filósofo Jonathan Edwards, que expõe que vontade é:

> [...] aquilo pelo qual a mente escolhe algo. *A faculdade da vontade é aquele poder ou princípio da mente pela qual é capaz de escolher. Um ato da vontade equivale a um ato de escolher ou de escolha*. Se alguém achar que seja uma definição mais perfeita da vontade dizer que é aquilo pelo qual a alma ou escolhe ou recusa, contento-me com isso, embora ache que seja o suficiente dizer que é aquilo pelo qual a alma escolhe, pois em qualquer tipo de ato da vontade a mente escolhe uma coisa em detrimento de outra. Ela escolhe algo ao invés de seu contrário ou ao invés da ausência ou não existência daquela coisa. Logo, em qualquer ato de recusa, a mente escolhe a ausência da coisa recusada. O positivo e o negativo são colocados diante da mente para a sua escolha, e ela escolhe o negativo, e essa ação de escolha da mente, nesse caso, é propriamente o ato da vontade: a determinação da vontade entre os dois é uma determinação voluntária, mas isso é o mesmo que fazer uma escolha. De modo que, por quaisquer nomes que chamemos o ato da vontade: escolher, recusar, aprovar, desaprovar, gostar, desgostar, abraçar, rejeitar, determinar, orientar, ordenar, proibir, inclinar, ser avesso, agradar-se ou desagradar-se: tudo pode ser reduzido a esse [ato] de escolher. Para a alma, agir voluntariamente é sempre agir eletivamente.[52]

Peguemos o exemplo do homem em seu estado natural, o apóstolo Paulo diz: "Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1Co 2.14) e "porquanto a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem em verdade o pode ser" (Rm 8.7). Segundo o primeiro texto citado, o homem natural sequer entende as coisas de Deus, ele simplesmente não tem a opção de fazer diferente, mas, sem dúvida, tem a vontade de rejeitar a Deus por causa da sua natureza depravada.[53] Essa natureza inclina o homem para as obras da carne, inclinação essa tão poderosa que somente com a graça de Deus esse homem poderá fazer diferente do que já faz, portanto, a não ser que Deus transforme essa natureza depravada em uma natureza regenerada, ele jamais poderá produzir frutos dignos de arrependimento, mas ele não é coagido a

isso, não é forçado, como alguns objetores argumentam, a liberdade dele não foi tirada, é a condição dele que o coloca nesse estado, é a condição de depravado que o constrange a tomar atitudes que são pecaminosas, rejeitando a Deus, pois uma árvore ruim produz frutos ruins (Mt 7.18) e de uma mesma fonte não pode jorrar água doce e amarga, e uma figueira não pode produzir azeitonas (Tg 3.11,12).

As atitudes do homem são determinadas pela sua natureza, pelo seu estado interior, seja depravado ou regenerado, seja ele nascido de novo ou um homem natural, como é dito: “Se a raiz é santa, também os ramos o são” (Rm 11.16) e está escrito: “Nenhuma árvore boa dá fruto ruim, nenhuma árvore ruim dá fruto bom” (Lc 6.43). Aqui fica rejeitada a chamada liberdade libertária (*liberdade irrecepta* – uma liberdade não recebida, não movida), pois de uma figueira não se produz outro fruto a não ser figo e de uma fonte não jorra dois tipos de águas diferentes, assim como o homem não toma dois tipos de decisões por não poder agir contra sua própria natureza. O homem é livre por tomar atitudes de livre vontade, não por ter opções ou por ter capacidade de fazer diferente, tudo que ele faz é de vontade própria, por isso é livre, no entanto o ato é certo, logo é determinado, uma vez que Deus move esse homem a tomar determinada atitude, sem o coagir, pois o homem, embora movido, faz exatamente aquilo que a sua própria natureza o constrange a fazer. Isso quer dizer que o homem, de fato, escolhe fazer o que faz; ele delibera sobre isso, mas é movido por sua natureza a escolher o que vai escolher. Turretini diz:

> *A predeterminação não destrói, porém conserva a liberdade da vontade*.[54] Por ela Deus não compele as criaturas racionais a agir por uma necessidade física ou brutal. Antes, ele apenas efetua isto: que ajam tanto coerentemente consigo mesmas quanto em harmonia com sua própria natureza, isto é, com base na preferência (*ekproaireseōs*) e espontaneamente (a saber, são de tal modo determinadas por Deus que também se determinam).[55]

O caso mais claro de que liberdade significa vontade, e não a capacidade de fazer diferente do que se faz, é o nosso estado no céu, já glorificados. Os objetores dessa doutrina costumam dizer que se não temos o poder de fazer diferente, nós seríamos robôs e Deus um ditador. Ledo engano, pois se assim fosse, no céu Deus seria um ditador, já que a Escritura é clara de que não haverá mais mal algum, nem mesmo pecado, ou seja, não pecaremos mais de

forma alguma, não vai haver essa opção, mas isso torna Deus um ditador e o homem um robô? A resposta é não. No céu estaremos todos em um estado de regeneração total, que se chama glorificação, é o extremo oposto do homem natural, assim como o homem natural sequer consegue entender o evangelho e sem a regeneração divina jamais entenderá e desejará a Deus, assim também o homem no céu jamais sentirá vontade de pecar, porque sua natureza glorificada, totalmente divina, o constrangerá a fazer sempre a vontade de Deus, quando for movido por este.

No céu seremos livres, porque teremos vontade, mas não faremos o contrário, porque agiremos conforme a nossa nova natureza, como está escrito: “Mas graças a Deus que, embora tendo sido escravos do pecado, obedecestes de coração à forma de doutrina a que fostes entregues. E libertos do pecado, fostes feitos escravos da justiça” (Rm 6.17,18). Uma vez que está provado que o homem faz más obras por ser mau e faz boas obras por ser bom, quer dizer, que sua natureza, boa ou má, é quem decide o que o homem vai fazer ou não, que as boas e más obras são frutos de uma árvore boa ou ruim, é um absurdo que possa haver de fato uma múltipla escolha onde o homem pudesse escolher entre um ato pecaminoso e um ato piedoso positivamente ou negativamente no mesmo momento, pois isso implicaria dizer que o homem poderia ser reto e ao mesmo tempo apóstata, para um mesmo objeto em um mesmo sentido, o que nos leva a uma contradição lógica. Portanto, é cabalmente verdadeiro que a liberdade libertária é impossível de existir, pois é um conceito contraditório e quimérico.

O caso do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo é um evidente caso de que não se perde a liberdade se não podemos, de fato, fazer diferente do que já faríamos, e uma forte refutação à afirmação de que o decreto anula a liberdade, pois vejamos, será que nosso Senhor poderia de fato pecar por ocasião de sua tentação? E se poderia pecar, como ficariam as profecias messiânicas? Isso chega a ser irônico quando analisamos um determinado texto bíblico, a saber, o próprio texto que Satanás usou para tentar a Jesus, está no Salmo 91.11, que diz: “Porque aos seus anjos dará ordem a teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos”. A ironia está exatamente nos próximos versículos, que asseveram profeticamente que Jesus venceria o diabo, esmagando a cabeça da serpente: “Eles te sustentarão nas suas mãos, para que não tropeces com o teu pé em pedra. Pisarás o leão e a cobra; calcarás aos pés o filho do leão e a serpente” (Sl 91.11,12). Então, diante dessa profecia, poderíamos dizer que Jesus não era livre porque não

poderia fazer diferente do que fez? E diante da acusação de que nossos atos perderiam os significados (que seríamos robôs), poderíamos então dizer que a tentação de Jesus foi uma encenação? E se ser livre significasse poder fazer diferente do que se faz, por um acaso Deus poderia errar em sua profecia? Pode-se objetar dizendo que não podemos comparar Jesus com o homem normal, pois Jesus era Deus. Respondemos dizendo que afirmar isso é dizer que Deus é menos livre que o homem, o que é absurdo, ou seja, se liberdade significa poder fazer diferente, e o próprio Cristo não pode fazer diferente, e ele não pode fazer isso porque é Deus, então isso significa dizer que Deus seria menos livre que o homem, pois o homem poderia fazer diferente e Deus não.

Além de uma causa interna (pois Deus, tendo contato direto com o espírito humano, age em nossa vontade, de dentro para fora, no nosso coração, por fim natureza) como falamos agora, as causas externas do decreto também movem o homem a um ato livre. Ao olharmos o livro de Apocalipse, por exemplo, nós vemos que o decreto de Deus que assegura que nós seremos vencedores e que o mesmo resgatará sua Igreja, longe de ser uma causa para a perda de significado das nossas atitudes, é justamente o que nos motiva a seguir em frente e pregar mais ainda o evangelho. Se as certezas dos acontecimentos através dos decretos divinos tornassem nossos atos sem significados (nos tornasse robôs), o livro de Apocalipse seria um grande desperdício. A emissão de decreto não pode ser confundida com a execução do decreto, pois veja pela própria realidade que foi a emissão do decreto da volta de Cristo e é justamente através da certeza que temos que é estimulada em nós a vontade de livremente pregar, avançar e fazer a vontade de Deus. Portanto, podemos dizer com tranquilidade que o decreto é rígido, mas a ação da causa secundária é livre, e que o decreto é um motivador dos atos livres e um poderoso criador de significados e sentido aos atos livres dos homens.

Ficou explícito, na exposição desse tópico, que todos os atos humanos são livres, mas poderiam objetar: onde fica então a escravidão da vontade ao pecado como ensinado em João 8.34; Romanos 6.20 e outros versículos? Respondemos que há a necessidade de distinção entre a liberdade de um homem regenerado (*libertas Christiani hominis*) e a escravidão da escolha (*servum arbitrium*). Ao primeiro, é referido à liberdade que o homem regenerado possui para escolher o bem, e o segundo, embora não podendo de forma alguma escolher o bem sobrenatural, ainda faz livremente tudo que pode fazer, nesse caso, todos os atos rebeldes contra Deus, por isso o

primeiro tem uma liberdade cristã, e o segundo tem uma liberdade escrava, por ter opções limitadas, mas ainda é liberdade por escolher entre diferentes atos pecaminosos. A diferença entre um e outro são as possibilidades.

Theophilus Gale[56] ressalta que deve ser desfeita essa confusão, de que a ausência do poder de fazer o bem, seja tomada como uma falta de liberdade natural da alma, pois, fazer o bem é um acidente na alma, e a liberdade é essencial à alma, portanto, não poder fazer o bem, não anula a liberdade natural da alma. Gale destaca que os adversários de nossa ideia costumam confundir esses pontos, achando que pelo fato de afirmarmos que ao homem natural é vedado fazer o bem, nós negamos a ele a sua liberdade natural, isso é falso. Infelizmente, parece que esse erro tem sido defendido até pelos homens reformados do nosso tempo, ao bradarem que o homem não tem livre-arbítrio ou livre vontade por ocasião do seu estado de depravação.

2.3.1 - Natureza não é instinto – contra a alegação de molinistas

Luís de Molina defende que caso o livre-arbítrio não seja libertário, ou melhor, que "o livre-arbítrio não possa fazer outra coisa que aquela à que ele tenha sido determinado"[57], ele não veria como o livre-arbítrio poderia realmente ser livre. Molina chega a comparar o ser humano com um jumento guiado por um cabresto, sendo o guia Deus e o homem um jumento, caso a liberdade libertária não seja verdadeira, pois um animal agiria pelos seus instintos e espontaneidade.

Deve-se rejeitar que o homem decida por instinto, pois se assim o fosse, ele não seria diferente de um animal bruto, mas defendemos que cada homem de fato entende, delibera e escolhe entre isso ou aquilo, como explica Calvino:

> A divisão que usaremos será considerar duas partes na alma: o entendimento e a vontade. Entretanto, a função do entendimento é discernir entre as coisas que lhe são propostas, para ver qual há de ser aprovada e qual há de ser rejeitada; a função da vontade, entretanto, é escolher e seguir o que o entendimento ditar como bom, rejeitar e evitar o que ele houver desaprovado.[58]

Também a Segunda Confissão Helvética:

> Depois, importa considerar qual se tornou o homem depois da queda. Sem dúvida,

> seu entendimento não lhe foi retirado, nem foi ele privado de vontade, nem foi transformado inteiramente numa pedra ou árvore; mas seu entendimento e sua vontade foram de tal sorte alterados e enfraquecidos que não podem mais fazer o que podiam antes da queda. O entendimento se obscureceu, e a vontade, que era livre, tornou-se uma vontade escrava. Agora ela serve ao pecado, não involuntária, mas voluntariamente. Tanto é assim que o seu nome é “vontade”; não é “não – vontade”. [59]

Não devemos confundir instinto com vontade constrangida pela natureza, pois o instinto é sem reflexão, pois não exige entendimento, já a vontade é após a reflexão, pois exige entendimento.

Calvino explica sobre isso ensinando que o homem de fato quer fazer o que faz, e que não age por compulsão por não querer algo diferente do que quer, pois se Deus quer somente o bem e o diabo quer somente o mal, isso tornaria Deus um escravo e um compulsivo de sua vontade? Isso tornaria Deus menos livre por poder fazer somente o bem e não poder fazer o mal?

> Com efeito, nem se pronunciou inadequadamente Bernardo, que ensina subsistir em todos nós o querer – porém, querer o bem ser proveito; querer o mau, defeito. Isto é, simplesmente querer provém do homem: querer mal, da natureza corrompida; querer bem, da graça. Além disso, ao afirmar que a vontade é despojada da liberdade, necessariamente ou arrastada ou conduzida para o mal, é de admirar se a alguém a expressão pareça enganosa, visto não ter qualquer coisa de dissonante, nem ser estranha ao uso dos santos. Contudo ofende aos que não sabem distinguir entre necessidade e compulsão. Mas, se alguém lhes pergunta: Porventura Deus não é necessariamente bom? Porventura o diabo não é necessariamente mau? Que responderiam? Ora, a bondade de Deus é a tal ponto entrelaçada com sua divindade, que não lhe é mais necessário ser Deus do que ser bom. O diabo, porém, em decorrência de sua queda, a tal ponto se alienou da comunhão do bem, que nada pode fazer senão o mal. Porque, se algum sacrílego resmunga que a Deus se deve pouco de louvor por sua bondade, a qual ele é compelido a conservar, não se lhe dará uma resposta imediata, a saber: que ele não pode fazer o mal em razão de sua imensa bondade, não por forçosa compulsão? Portanto, não se impede que a vontade de Deus seja livre em fazer o bem, só porque ele por necessidade opera o bem; se o diabo, que outra coisa não pode fazer senão o mal, entretanto peca por vontade, quem por isso dirá que o homem peca menos voluntariamente, uma vez que está sujeito à necessidade de pecar?[60]

A pergunta que fica: seria Deus menos livre e o diabo menos culpado por fazerem o que fazem por necessidade de suas respectivas naturezas? Seria

Deus um robô de si próprio? Logo, fica definido claramente que a necessidade de certeza não nos tira a liberdade nem nos coloca em estado de compulsão.

A seguir, trabalharemos o conceito de liberdade libertária e suas devidas dificuldades.

3 – Analisando a liberdade libertária

Livre-arbítrio libertário é o mesmo que liberdade libertária ou liberdade irrecepta, seria definida, de acordo com o filósofo W. L. Craig:

> Alguns filósofos diriam que a essência da liberdade libertária é a habilidade de escolher agir ou não de determinado modo sob as mesmas circunstâncias. Uma análise indiscutivelmente melhor da liberdade libertária vê sua essência na ausência de determinação causal da escolha de uma pessoa, independente da própria atividade causal da pessoa. Isso equivale a dizer que causas outras que não a própria, não determinam a forma como essa pessoa faz suas escolhas em determinadas circunstâncias; fica a critério da pessoa a forma como ela faz suas escolhas. Essa concepção de liberdade é muito diferente da visão voluntarista ou compatibilista, que define liberdade em termos da ação voluntária (ou não coagida), de modo que o fato de uma ação ser determinada em termos causais é compatível como [sic.] o fato de ela ser "livre". A noção de [...] liberdade libertária [...] exclui a hipótese de que Deus determine como devemos escolher livremente.[61]

Devemos primeiro observar em que a liberdade libertária se assemelha ao conceito de liberdade humana calvinista.

1 – "é a habilidade de escolher agir ou não de determinado modo sob as mesmas circunstâncias". Aqui estamos de acordo. Os calvinistas ortodoxos não afirmam que nossas atitudes são infalivelmente determinadas por circunstâncias, logo, podemos sim escolher agir e não agir, pelo menos enquanto necessidade hipotética, já que a vontade pode ser movida para um lado ou outro.

2 – "ausência de determinação causal da escolha de uma pessoa, independente da própria atividade causal da pessoa". Nesse ponto, o calvinista vai discordar. Dizer que a vontade humana deve se autodeterminar somente com as forças do próprio homem é postular um movimento autônomo do mover divino. Na teologia calvinista a determinação divina faz o homem se autodeterminar. Para os calvinistas não existe liberdade sem um

estabelecimento dela por parte de Deus. Ensinamos que é necessária a determinação divina para estabelecer a liberdade. Ter liberdade não significa ser livre de Deus, e embora os defensores da liberdade libertária possam negar que afirmam isso, é exatamente isso que afirmam. Eles dirão que Deus permite que elas sejam livres, mas livres de que e de quem? Se for livre para agir conforme a natureza de cada homem, concordamos. Se for agir livre do pecado, concordamos que em determinadas situações sim. Agora agir livre do decreto, é agir livre de Deus. Trataremos desse ponto mais a frente.

3 – "fica a critério da pessoa a forma como ela faz suas escolhas". Aqui podemos concordar, pois tudo que o homem faz é de livre vontade, como já vimos. Isso significa que, uma vez recebendo o poder de Deus para tal, ele de fato escolhe, de acordo com sua natureza.

Antes de passarmos para mais explicações, é importante observar, para fins didáticos, que são sinônimos nas diversas teologias o livre-arbítrio libertário ou arbítrio liberto ou liberdade libertária (é assim que arminianos e molinistas modernos chamam essa liberdade) ou liberdade irrecepta (esse é o termo designado para esse tipo de liberdade no catolicismo romano, os tomistas usam essa nomenclatura). Quando a liberdade significa apenas vontade, como defendemos aqui, é chamado de livre agência ou simplesmente liberdade (calvinismo) ou pode simplesmente ser chamado de livre-arbítrio ou livre-arbítrio participado (tomismo). Dessa forma, quando um tomista falar de livre-arbítrio ele falará de livre agência (e não de liberdade libertária como os arminianos pregam), quando um calvinista falar de liberdade ele estará falando de livre agência, e quando o arminiano falar de livre-arbítrio ele quer falar a mesma coisa que liberdade libertária. A mesma expressão pode significar conceitos opostos de acordo com a doutrina. Essas definições são importantes porque em meio aos debates deve-se utilizar os mesmos conceitos, e como os termos significam conceitos diferentes pode haver um mau entendimento entre uma pessoa e outra, ou até mesmo um signatário de determinada corrente teológica usar um termo de uma corrente para apoiá-lo, quando o mesmo, na verdade, significa o termo do outro no qual ele está querendo provar a falsidade. Por exemplo, um arminiano poderá usar os textos de São Tomás para provar que ele acreditava em livre-arbítrio no mesmo sentido que Armínio, simplesmente porque os dois usam o mesmo termo, isso seria um engano[62] pois o termo "livre-arbítrio", para Aquino, é o mesmo que livre agência, e o arminiano estaria, na verdade, usando um texto a favor do calvinismo e não em apoio ao arminianismo.

Luís de Molina, que ensina liberdade libertária, define liberdade como:

> Diz-se que um agente livre é aquele que, tendo todos os requisitos para agir, pode agir e não agir, ou fazer algo igual ao oposto. Em virtude dessa liberdade, a faculdade pela qual esse agente pode agir assim recebe a denominação de livre. Mas, como isso não acontece, a menos que seja precedido pela discrição e pelo julgamento da razão, segue-se que, na medida em que exige esse julgamento de antemão, recebe o nome de livre-arbítrio. "Por esta razão, se em algum lugar devemos colocar o livre-arbítrio, não será outro senão a vontade, na qual reside formalmente a liberdade, que se desdobra precedida pelo julgamento da razão". Nesse sentido, o agente livre se distingue do agente natural, em cujo poder não está atuar e não atuar, mas, colocando todos os requisitos para agir, agirá necessariamente e de tal maneira que, se ele fizer uma coisa, ele não pode fazer o contrário.[63]

O mesmo afirma que se não podemos fazer diferente do que fazemos, somos como jumentos[64], observação que será discutida mais a frente.

Jacó Armínio corrobora com as afirmações acima, de que o livre-arbítrio não pode ser determinado; melhor dizendo, que a vontade humana deve-se autodeterminar sem um mover prévio, mas simultâneo. Ele diz:

> A providência divina não determina um livre-arbítrio a uma parte de uma contradição ou contrariedade, isto é, *por uma determinação que precede a vontade propriamente dita*; sob outras circunstâncias, a colaboração da própria vontade com o querer é a causa concomitante, determinando, assim, o querer com a própria vontade, *por um ato que não é anterior, mas simultâneo*, como expressam os próprios acadêmicos.[65]

Tendo em vista esses três conceitos de liberdade libertária, avancemos para o próximo ponto.

3.1 – A Liberdade Libertária é impossível – contra molinistas e arminianos

Vários são os motivos pelo qual a liberdade libertária é impossível, colocaremos pelo menos dois deles. Exporemos primeiramente os argumentos filosóficos contra tal ideia e depois os Escriturísticos.

3.1.1 – Gera absurdos lógicos e tornaria o homem igual a Deus

Turretini diz:

> Como o homem depende de Deus quanto à essência e à vida, assim deve depender de Deus quanto às ações e os movimentos de sua alma (a melhor parte do homem). Pois declarar que o homem é independente na vontade e na ação equivale a fazê-lo independente em sua existência [ou em seu ser], porque, o que quer que ele seja na ação, assim ele é no existir [ou em seu ser].[66]

Explicando Turretini, usaremos como exemplo o fogo. Fogo gera fogo, mas para gerar fogo é necessário que este mesmo tenha forma de fogo, porém esta forma não está em ato, mas está atualizada pela existência. Portanto, de Deus depende a forma e o ser do fogo, que em sua atividade pode trabalhar esquentando e, portanto, esse trabalho de esquentar também depende de Deus. Assim também é o homem, Deus deve conservar sua liberdade movendo essa liberdade, por isso o homem é livre somente ao ser movido por Deus, pois, se não for movido, a liberdade é apenas potencial e nunca pode ser exercida.

Deus, sendo causa primeira, não pode ser movido por ninguém, Deus é *actus irreceptus*, pois não carece de absolutamente nada, tendo todas as perfeições, como diz Francis Turretini (2011, Vol 1, p. 262): "*Deus é um ato puríssimo*, não tendo mistura passiva e, portanto, rejeita toda composição (porque em Deus nada há que necessite tornar-se perfeito nem que possa receber perfeição de algum outro, mas é tudo o que pode ser, e não pode ser nada mais além do que é). Deus é potência ativa, isso significa que ele tem todas as capacidades e por isso mesmo não pode receber nada, pois só se recebe o que não se tem, e se não tiver já não é perfeito".[67] Todo movimento no universo criado é energizado por Deus, não há movimento que não seja causado por ele, toda atitude humana é movida por Deus, esse mover é causal. Para que a liberdade libertária seja verdadeira, é necessário que o próprio homem possa iniciar seu movimento[68], saindo do estado de "não volição" para o estado de "volição", "pois a noção fundamental ao livre-arbítrio[69], dito de forma simples, é que o agente não é causado a agir por causas outras que não ele próprio".[70] Esse movimento independente, autônomo, tornaria o homem um motor imóvel, e, portanto, igual a Deus. Para que a liberdade libertária seja verdadeira, a vontade humana deve ser capaz de poder atualizar-se sem a causalidade divina. Isso nos gera o problema de tornar o homem um motor imóvel, pois teria a capacidade de

passar da potência[71] para o ato[72] sem ser movido anteriormente por Deus (pois somente o Eterno é motor imóvel, só ele não precisa receber, todo aquele que não é Deus precisa receber para que se mova da potência para o ato, da capacidade para a concretização daquilo que outrora era só capacidade, passar da potência para o ato é gerar uma perfeição[73]), e nos leva também a absurdos lógicos uma vez que é impossível que a vontade humana atualize a si mesma, já que nada passa da potência ao ato senão por um ser em ato (a água, com potência de evaporar, só atualiza esta potência quando é movida a tal pelo calor do fogo). Ora, a não ser que assumamos que o nada pode atualizar o móvel (sabemos que do nada, nada vem), ou que o móvel contém de antemão o ato e a perfeição para qual está em potência (e então cairíamos no absurdo de dizer que algo é motor e móvel ao mesmo tempo sob o mesmo aspecto), isso nos levaria direto à rejeição da lei da não-contradição e portanto seria falso. Seria como se Idauro tivesse o ato (ou perfeição) de saber de cor a Bíblia toda, e ao mesmo tempo tivesse a potência de saber de cor a Bíblia toda. Logo, Idauro saberia e não saberia a mesmíssima coisa ao mesmo tempo, o que é absurdo e, portanto, devemos rejeitar a liberdade libertária pelo bem da lógica, pois implica que alguém tem a potência e o ato ao mesmo tempo, que equivale a um quadrado/redondo (contradição lógica). John Owen resume bem esse pensamento:

> Em primeiro lugar, cada coisa que é independente de qualquer outra ao operar é puramente ativa, e assim, consequentemente, um deus; pois nada, senão a vontade divina pode ser um ato puro, possuindo uma tal liberdade em virtude de sua própria essência. Toda vontade criada deve ter uma liberdade por participação, que inclui uma potencialidade tão imperfeita como que não seja posta em ação sem alguma pré-ação (se posso dizer assim) de um agente superior. Nem esta ação, sendo extrínseca, prejudica de qualquer forma a verdadeira liberdade da vontade, que requer, de fato, que o princípio interno de funcionamento seja ativo e livre, mas não que este princípio não seja movido por aquela operação, por meio de um agente externo superior. Nada neste sentido pode ter um princípio independente de operação que não tenha uma existência independente. Não é necessário para a natureza da causa livre, supondo que uma ação livre venha a proceder, que ela seja o princípio de si mesma, mais do que é necessário para a natureza uma causa que seja a causa primeira.[74]

O segundo absurdo lógico é que absolutamente nada na criação pode ser causa de si mesmo, pois toda causa precede seu efeito. Assim sendo, se a liberdade é auto-causada ela teria que anteceder a ela mesma, o que é também

absurdo, “pois a determinação da vontade supõe um efeito que deve ter uma causa. Se a vontade for determinada, há um determinador. Deve-se supor que esse seja o caso mesmo com relação àqueles que dizem que a vontade determina a si mesma. Se isso ocorrer, a vontade é tanto a determinadora quanto a determinada. É uma causa que age e produz efeitos sobre si mesma e é o objeto de sua própria influência e ação”.[75] Concluímos assim que a liberdade libertária não pode ser verdadeira.

Notem que os argumentos usados no parágrafo anterior têm como base as duas primeiras vias de Tomás de Aquino, que são argumentos a favor da existência de Deus. Esses argumentos formam, além de poderosíssimos argumentos a favor da existência de Deus, os argumentos filosóficos mais poderosos contra a existência da liberdade libertária, além de que a primeira via tem amplo respaldo bíblico (Vide tópico 4.1.1), como mostraremos mais a frente. Sendo assim, é não só um argumento filosófico, mas teológico e bíblico. Enquanto as duas primeiras vias de Tomás de Aquino forem verdadeiras, a liberdade libertária não o pode ser. Ironicamente, arminianos e molinistas usam essas vias de forma regular em seus livros e artigos de apologética cristã contra os ateus, mas sem saber que esses mesmos argumentos destroem seus próprios sistemas. Os únicos que estariam sendo coerentes a usar as vias de Tomás de Aquino seriam os calvinistas, por adotarem um modelo de liberdade recebida. Tomás de Aquino concorda conosco quando assim diz:

> Não é possível que uma mesma coisa esteja, ao mesmo tempo, em ato e em potência sobre a mesma coisa, mas sobre coisas diversas, o que é quente em ato não pode estar quente em potência para esse mesmo grau de calor, mas para outro grau mais alto, ou seja, que em potência está ao mesmo tempo frio. É, pois, impossível que uma mesma coisa seja ao mesmo tempo e ao mesmo modo motor e móvel, ou que se mova a si mesma.[76]

E também:

> Mas como nenhuma coisa por si mesma move ou opera a menos que seja algo que move sem ser movido, de um terceiro modo se diz que uma coisa é causa da ação de outra enquanto a move para atuar; com isto não se entende a dispensação ou a conservação da capacidade de atuar, senão a aplicação da capacidade para ação; por exemplo, um homem é causa da incisão realizada por uma lâmina a movendo. A natureza inferior que atua não atua senão sendo movida; a mesma natureza dos corpos

> inferiores é alterar alterando-se, o céu em movimento altera sem ser alterado, e, porém não move sem ser movido, e isto não finaliza até que se chega a Deus; necessariamente se conclui que Deus é a causa da ação de qualquer coisa natural enquanto que move e aplica a capacidade para atuação.[77]

Mas poderão objetar: para que o homem tenha liberdade, sua vontade não pode ser determinada por outro, antes, ele mesmo deve determinar sua vontade. Respondemos que discordamos que a liberdade não possa ser determinada por outro; uma vez que o homem é uma causa secundária, ele sempre dependerá da causa primária, portanto, sua liberdade sempre será limitada. Nós concedemos que o homem possa determinar a si mesmo, mas somente na condição de causa secundária, nunca de primária, se ele se determinasse como causa primária ele se tornaria Deus, pois somente o mesmo é causa primária.

3.1.2 – A presciência de Deus se torna falível

A liberdade libertária se apoia na falsa ideia de que a livre atuação implica necessariamente em indeterminismo. No entanto, por necessidade lógica, um evento indeterminado nos levaria à incerteza, e um evento incerto jamais poderia ser previsto, isso tornaria a presciência divina impossível. Seja qual for a decisão humana, ela nunca é indeterminada, pois não existe estado de neutralidade no homem. Se o estado de neutralidade existisse, nenhuma atitude moral nossa teria valor. Uma neutralidade implicaria em uma total falta de caráter no homem, porque conceitos como virtude e depravação se perderiam totalmente caso as escolhas fossem aleatórias, ou seja, totalmente livres. No entanto, nem arminianos, nem molinistas, em geral, defendem uma neutralidade no homem, mas defendem que embora haja circunstâncias que inclinem o homem a fazer A ou B, ou que haja uma predisposição interior por parte do homem para atitude A ou B, essa predisposição não é determinante. Nós discordamos e acreditamos que a Escritura também. Didaticamente, trataremos primeiro do conceito de liberdade molinista e depois do arminiano.

O conceito de liberdade molinista também afirma que a liberdade está na vontade, assim como os calvinistas. No entanto, ele afirma que essa vontade pode querer e não querer não de modo somente potencial, mas de modo atual, ou seja, o homem não só tem a capacidade como pode realizar tal ato

contrário, o homem tem o poder de concretizar esse ato. Todavia, Luís de Molina era um teólogo treinado e sabia que ao dizer que o homem tem a capacidade de atualizar um ato ou outro sem a determinação divina, ele imputaria em Deus uma falibilidade de conhecimento futuro, e aí é onde reside a contradição do próprio Molina, uma vez que ele define que o homem pode atuar e não atuar como pressuposto para que a liberdade seja verdadeira. Em outro lugar ele afirma que "Deus não determina a vontade com sua concorrência geral, nem com nenhum outro, mas deixa-o livre, de modo que, uma vez dada a presença e assistência de tudo o que é necessário para agir, se determinar".[78] As consequências do ensino de Molina aqui seria que o homem não atua livremente, pois, segundo seu próprio entendimento, o homem se determinaria infalivelmente em uma direção se colocado em situação A ou B. Explicando melhor:

1 - Molina diz que para que o agente seja livre, ele deve poder tornar ato ou não tornar ato determinada ação.

2 - Molina defende que ao ser posto em determinada situação, esse homem agirá de determinado modo necessariamente, não podendo fazer o contrário, não podendo não fazer.

3 - Logo, se o homem infalivelmente tomará determinada atitude em determinada situação, não podendo fazer o contrário, então o ato do homem não é livre, e sim determinado.

Para Luís de Molina, o homem é livre, mas agirá infalivelmente de determinada forma se colocado em determinadas condições, então Deus o colocaria em determinada condição e assim o homem faria "livremente" aquilo que Deus queria. Mas, ora, isso não resolve o problema. Na verdade, ele apenas achou outro caminho para chegar à mesma conclusão que os calvinistas, de que o homem, devido à sua natureza, agirá infalivelmente de determinada forma, caso seja movido em situação A ou B. Portanto, se perguntarmos a um molinista como Deus conhece o que o homem vai fazer em situação A ou B, ele dirá que Deus conhece a natureza daquele homem (supercompreensão), ou que conhece todas as verdades, e que por isso sabe infalivelmente o que o homem vai fazer pelo seu livre-arbítrio independente da moção divina. Ora, mas se Deus já sabe, então esse ato está determinado, mas se o ato é indeterminado, então Deus não sabe, logo é falível.

Mas os problemas molinistas não param por aí. Para Molina, a certeza divina acerca daquilo que um homem faria, posto em uma ordem determinada de coisas, advém da supercompreensão que Deus tem do livre-

arbítrio criado (conhecimento médio), mas isso, na verdade, retira de Deus o bem que ele coloca na criatura no ato de obrar, deixando a própria criatura ser a real governante, pois a causa da ação, estando na ausência da providência divina, seria totalmente independente da vontade de Deus. No entanto, isso é impossível uma vez que a causa de todo bem é o próprio mover de Deus, se esse mover não atuar sobre a vontade humana para sair de seu estado de potência, ela jamais se atualizará para produzir o bem de ser livre. Deus é causa de toda boa ação, logo, é impossível imaginar que uma boa ação possa ter lugar graças ao livre-arbítrio do homem sem uma energia que mova essa ação ao bem, mas se a vontade independe de Deus, então ela além de não poder atualizar ação alguma muito menos pode atualizar uma boa ação.

Tem algo que esse argumento pode acrescentar ao nosso arrazoado, vejamos: se Deus sabe o que o ser humano vai fazer por conhecer sua essência, ou seja, sua natureza, podemos então concluir que a atitude do homem é infalivelmente direcionada por sua natureza, de outro modo Deus não poderia saber seu resultado certo. Isso concorda com a doutrina calvinista de que as ações do homem são resultadas direto na natureza dele, o que nos leva à conclusão de que ele não poderia fazer diferente.

Francis Turretini, escolástico calvinista, assim escreve:

> Finalmente, se as ações livres não dependessem de Deus e não fossem governadas por ele, seriam efetuadas tendo Deus como ignorante e inconsciente, ou negligente ou contrariado (o que não se pode dizer e pensar sem cometer impiedade). A forma como a providência de Deus concorre com a vontade do homem (sem, contudo, destruir sua liberdade).[79]

3.1.2.1 – Refutando a presciência simples – contra arminianos

Imaginemos que qualquer um dos agentes livres (anjos ou homens) pudesse estar com Deus antes da criação, e esse mesmo habitante perguntasse a Deus o que ele faria no dia 07/06/2030 (só como exemplo), Deus poderia infalivelmente responder? Suponhamos que Deus dissesse que esse homem estaria em um restaurante comendo, como esse homem poderia decidir estar em outro lugar? Se a liberdade libertária é verdadeira, o conhecimento de Deus sobre o futuro é falível. Uma vez que o conhecimento de Deus sobre o futuro é infalível e exaustivo, a liberdade libertária não pode ser verdadeira. Há quem possa dizer que Deus apenas contempla o futuro sem determiná-lo,

os arminianos chamam isso de presciência simples. Essa doutrina nos leva a problemas mais graves, pois atribui a Deus potência passiva (podendo receber algo de fora e, portanto um ser movido), tornando Deus um ser incompleto e, portanto, causado. Explica-se: Deus é o Ser que tem todas as perfeições, por isso mesmo ele é causa de todas as causas, a causa primeira, pois não depende de coisa alguma fora dele e não pode possuir carência alguma das criaturas.

Se dissermos que Deus contempla o futuro para saber o que terá no futuro, então esse conhecimento vem de fora de Deus, e não dele mesmo, esse conhecimento viria das criaturas e de suas ações livres. Se Deus recebe algo das criaturas então ele não pode possuir todas as perfeições, pois foi aperfeiçoado recebendo conhecimento de fora. Se Deus contempla o futuro e depois o decreta, quem determinou o futuro na verdade foram as criaturas e não Deus, e Deus passa a ser um Ser determinado e não um determinante, isso seria um total desgoverno da parte daquele que é soberano sobre todo o universo, seria quase um deísmo, em última análise. Também é totalmente contraditório dizer que Deus tem controle providencial sobre tudo, inclusive concorrendo com todos os atos humanos[80], e ao mesmo tempo dizer que Deus não determina tudo, pois, ao afirmar que Deus concorre com todas as atitudes humanas, Deus de antemão já é um determinador de tais atitudes, pelos menos em seus efeitos e como causa primeira de tudo que acontece. Assim, sem decreto, sem controle providencial meticuloso, é impossível uma doutrina da concorrência meticulosa, como Armínio ou Molina defendem, de que Deus concorre com tudo que acontece, nos levando a uma contradição insolúvel. Trataremos dessa contradição mais a frente.

Algo importante desse argumento é que ele é baseado unicamente na infalibilidade de Deus nos conhecimentos, pois poderiam objetar que mesmo que Deus saiba infalivelmente o futuro não significa que ele determinou o futuro, ao que respondemos primeiramente que o argumento não se baseia no ato determinativo de Deus em primeiro lugar, mas no consenso entre os teólogos de que Deus tem o conhecimento infalível e exaustivo dos eventos futuros, pois o próprio Armínio afirma: “O entendimento de Deus é certo e infalível, de modo que ele vê certeza e infalibilidade até mesmo em coisas futuras e contingentes”.[81] Se esse conhecimento é infalível, então o futuro é fixo e os atos determinados. A pergunta seguinte seria: Quem determinou? Podemos ter três respostas: 1) Deus determinou, 2) o homem determinou, 3) as forças cegas e randômicas da natureza determinaram. Se o evento é certo,

ele é determinado, isso está totalmente fora de debate, a questão é quem tornou esse evento certo para que pudesse ser previsto com certeza antes do seu acontecimento. Quem determinou tal evento? Se foi o homem que determinou, então Deus se torna passivo e determinado, pois seu conhecimento viria da criatura, não dele mesmo e isso ofenderia a perfeição divina. Se foram as forças cegas da natureza, então isso nos levaria ao deísmo. Resta-nos então que foi Deus, através do seu decreto, que determinou o futuro, e que a sua presciência depende do seu decreto, pois a origem do conhecimento que Deus tem deve ser ele mesmo, não as criaturas, pois sendo ele perfeitíssimo, nada recebe de fora, pois não carece de nada.

O arminiano insiste que para que um ato seja genuinamente livre, ele não pode ser pré-ordenado por Deus, mas temos dois pontos que o arminiano reconhece:

(1) Deus conhece infalivelmente todos os eventos futuros;

(2) Deus decretou o mundo já conhecendo infalivelmente o futuro, melhor dizendo: Antes da fundação do mundo[82], Deus sabia, infalivelmente, sem chances de erro, por exemplo, que Francisco decidiria livremente ser um cristão; portanto, essa decisão por ser prevista como certa antes do nascimento de Francisco, era uma decisão inevitável, certa, determinada e também livre.

Por que era inevitável? Não por causa do livre-arbítrio de Francisco, pois sua decisão é indeterminada, pois pode escolher A ou B, mas o arminiano nega que seja por causa da predestinação de Deus, então segue-se que existe alguma fonte fora do homem e também fora de Deus que fixa esse futuro para que Deus o conheça infalivelmente. A pergunta é: Quem fixou esse futuro se não for o próprio Deus? Um anjo? O diabo? As leis da natureza? Armínio deixa claro que acontecimento algum é por sorte ou por acaso[83], ou seja, eles devem ter um fixador para se tornarem alvo de uma presciência infalível. Fica claro que o paradoxo arminiano está para além do mistério, *é, na verdade, um erro teológico, já que nos leva a uma real contradição e uma total ausência da providência divina*. Quer dizer, embora seus proponentes afirmem que Deus tem uma providência ativa sobre tudo e uma presciência infalível, ao mesmo tempo afirmam uma liberdade libertária; logo, a presciência infalível não se segue logicamente dos seus ensinos.

Armínio, para fugir do argumento acima, afirma que o conhecimento infalível de Deus não impõe necessidade sobre as coisas, no entanto, esse argumento é inócuo, pois nós também afirmamos o mesmo, logo, dessa

afirmação, não se deduz que o homem poderá fazer diferente do que Deus previu. Ele diz:

> Por mais certos que possam ser os atos do entendimento de Deus, isto não impõe nenhuma necessidade às coisas; antes, estabelece nelas contingência. Pois, assim como ele conhece a coisa propriamente dita e o seu modo, e esse modo for contingente, ele deve conhecê-lo como tal e, portanto, permanece contingente, com respeito ao conhecimento divino.[84]

Lembremos que estamos falando de presciência, característica da ciência de visão[85] (conhecimento livre), ou seja, daquele conhecimento do que está certo para acontecer. Portanto, como não se trata do conhecimento de simples inteligência (conhecimento natural), não estamos tratando aqui de eventos possíveis, ou eventos contingenciais futuros (daquilo que pode ou não pode acontecer), mas do que é certo acontecer. Logo, a contingência não é do resultado do evento em relação à presciência, mas do modo de agir da causa secundária, que agirá contingentemente, mas com o resultado certo. Estamos tratando aqui do *sensu compositio* (conferir tópico 2.3 sobre a determinação dos atos livres), em que a ação embora contingente, já não poderá atualizar resultados diferentes do que já foi previsto pela ciência de visão. Girolamus Zanchi explica que a presciência não destrói a natureza da coisa criada, ou seja, se a coisa criada é de natureza contingente, ela permanecerá contingente, mas somente em relação a ela mesma e ao seu modo de agir, não em relação à presciência divina, já que o conhecimento de Deus é infalível e certo: “A influência que a presciência divina tem sobre a certa realização das coisas futuras não torna desnecessária a intervenção de causas secundárias, nem destrói a própria natureza das coisas”.[86] “Em consequência da vontade imutável e da presciência infalível de Deus, tudo o que acontece, acontece necessariamente; entretanto, com relação às causas secundárias, e à nós homens, muitas coisas são contingentes, isto é, inesperadas e aparentemente acidentais.”[87] O próprio Armínio, quando trata da providência divina, defende que nada é por acaso ou sorte[88], ou seja, em relação à presciência divina, nada é contingente, mas em relação à natureza e ao modo da causa secundária agir, temos contingência. Assim, o argumento de Armínio é totalmente ineficaz, pois o resultado do evento continua sendo certo, e, portanto, determinado para Deus e para nós em relação a Deus, embora nós mesmos façamos tudo livremente. Para fechar a explicação, o teólogo

calvinista Girolamus Zanchi diz:

> Meu entendimento é que a presciência de Deus não coloca nenhuma necessidade coercitiva sobre as vontades dos seres naturalmente livres. Por exemplo, o homem, mesmo em seu estado caído, é endurecido com uma liberdade de vontade natural; todavia ele age desde o primeiro até o último momento de sua vida, em absoluta subserviência (embora, talvez, não o saiba, nem o projete) aos propósitos e decretos de Deus concernentes a ele: não obstante, ele não é sensível a nenhuma compulsão, mas age de forma livre e voluntária, como se ele fosse *sui juris*, sujeito a nenhum controle e absolutamente senhor de si mesmo.[89]

Ao demonstrar que até mesmo para os calvinistas, a presciência não impõe necessidade e mesmo o decreto não anula a natureza da causa segunda, provamos a ineficácia do argumento arminiano, pois não se segue que a contingência do evento dará poder ao homem para fazer diferente do que Deus previu, portanto, segue de pé que o evento é determinado.

Acrescento mais um paradoxo – os arminianos modernos negam que Deus tenha um controle providencial meticuloso sobre todas as coisas[90], mas, ao mesmo tempo, afirmam que Deus concorre com todas as coisas. Mas se Deus concorre com todos os atos, então como ele não controla tudo? É por acaso ele controlado pelo homem em alguma situação? E se Deus concorre com todas as ações futuras, então é impossível que essa fixidez do futuro se dê por outra causa senão ele próprio, pois Deus colaborando com todos os atos humanos, como afirma Armínio, já deve saber desde a eternidade com quais atos concorrerá ou não concorrerá. Ou seja, Deus mesmo é quem torna o futuro possível ou não, de acordo com sua vontade de concorrer com o ato ou não, quer dizer, é impossível haver um futuro sem a determinação de Deus, já que todos os atos futuros dependem da concorrência divina para acontecer. O próprio Armínio diz: “Ele conhece quais coisas, das criaturas, podem existir – quer venham a existir ou não – pela sua conservação, impulso, auxílio, *cooperação* e permissão”[91], quer dizer, o modo de Deus conhecer se dá pelo que ele mesmo causa através de sua concorrência, e se a concorrência é o modo pelo qual se executa um decreto, concluímos que somente através do decreto Deus pode conhecer o futuro infalivelmente. O próprio sistema arminiano oferece a arma para sua própria derrota.[92] O diálogo com um arminiano seria parecido com esse:

- Calvinista: Deus conhece infalivelmente o que você fará amanhã desde

a eternidade?

- Opositor libertariano: Sim, ele sabe.

- Calvinista: Então como você pode fazer diferente do que Deus já sabe? Deus pode errar?

- Opositor libertariano: Mas isso não significa que Deus determinou o futuro.

- Calvinista: Mas eu não falei que Deus determina o futuro, eu perguntei se Deus sabe. Meu argumento está baseado na infalibilidade do conhecimento de Deus. Não está em questão aqui quem determinou. Então, Deus pode errar?

- Opositor libertariano: Não pode errar.

- Calvinista: Então como você tem livre-arbítrio libertário se você não pode fazer diferente?

Assim o debate termina. O opositor pode optar por dizer que Deus não sabe infalivelmente. Nesse caso, devemos perguntar se Deus não é perfeito em conhecimentos e colocar alguns versículos bíblicos que comprovem o conhecimento exaustivo de Deus sobre os atos futuros. Roger Olson, eminente teólogo arminiano, reconhece a existência desse problema, e que é insolúvel para essa teologia. Então, para não negar a perfeição de Deus e para não negar o livre-arbítrio libertário, ele simplesmente aceita a contradição e diz ser um mistério:

> Como Deus pode conhecer decisões e ações livres futuras (que não foram predeterminadas por coisa alguma) *é um mistério com o qual arminianos clássicos estão dispostos a viver*, pois acreditam que ela (uma simples presciência divina sem o determinismo abrangente divino) é ensinada nas Escrituras e porque ela é a única alternativa a outras visões da presciência de Deus que eles (os arminianos clássicos) não podem abraçar. Não há contradição lógica nesse mistério. Em algum ponto, toda teologia inclui mistérios.[93]

Roger Olson coerentemente afirma, concordando com o teólogo William G. Witt, que caso a liberdade libertária seja verdadeira, é impossível que Deus de fato saiba o que um agente livre fará em exercício do seu livre-arbítrio:

> Nem mesmo Deus poderia saber com certeza o que uma criatura racional faria em dada situação anterior à sua decisão de livre-arbítrio, não porque o conhecimento de Deus é limitado, mas porque (lógica e temporariamente) antes da decisão real da

vontade da criatura, *o resultado do ato da criatura é inerentemente incerto*.[94]

Evidentemente, toda teologia inclui mistérios, mas não estamos diante de um. Estamos diante de uma patente contradição; e como duas afirmações contraditórias, em um mesmo sentido, não podem ser verdadeiras, chegamos claramente à conclusão: *ou Deus é perfeito ou a liberdade libertária é verdadeira, os dois não podem ser verdadeiros*. Quando estamos diante de uma afirmação de que alguma questão teológica é um mistério, devemos distinguir se o mistério provém da própria natureza do problema, ou se de uma noção inexata dos termos em que estão empregando o problema, e esse último é o caso do paradoxo entre liberdade libertária e infalibilidade de conhecimentos futuros, pois não só arminianos, como também molinistas utilizam uma falsa noção de liberdade, e com termos inexatos transformam a questão em um paradoxo insolúvel.

Refutando, então, a presciência simples, fica rejeitada também a eleição condicional arminiana, pois a mesma se baseia em uma presciência simples. A visão arminiana afirma que "a eleição é condicional, porque se baseia no pré-conhecimento de Deus daqueles que livremente reunirão as condições designadas por Deus para receber salvação".[95] Por pré-conhecimento, leia-se presciência simples. Como Deus se tornaria passivo, determinado e imperfeito por receber conhecimento das criaturas, a eleição condicional, como também qualquer decreto que se diga condicional, simplesmente é impossível. Além do mais, se Deus elege baseado no que ele viu que o homem faria, então a salvação é meritória, pois se baseia no que o homem fez, não no que Deus faz.

Ainda trataremos mais a frente sobre como Deus conhece o futuro. Por hora, para não fugirmos do foco, isso nos basta.

3.2 - A liberdade libertária é um pressuposto para a responsabilidade humana? – Isso negamos contra molinistas e arminianos

Também fica devidamente refutada a objeção comum de que a liberdade libertária é o pressuposto para a responsabilidade humana e consequentemente para o mérito humano, como defende Luís de Molina[96] e também Jacó Armínio.[97] Tal pressuposto foi levado ao extremo pelo pré-molinista Prudêncio de Montemayor, que defendeu que "se Cristo recebeu o

preceito de morrer ele não morreu livremente, então, não houve mérito nele”[98], isto é, se Cristo não podia falhar em sua missão, se ele não podia fazer diferente, então sua morte não poderia salvar, pois qual mérito teria ele para nos imputar? A própria afirmativa, ao invés de ser um argumento a favor da liberdade libertária, é uma arma contra, pois implica dizer que se Deus não pode fazer diferente do que faz, então ele não é bom de fato (o que atribui a Deus a potência de fazer o mal), ou que se Cristo, sendo Deus, não pudesse falhar, ele não morreu por amor de fato (o que atribui a Deus falibilidade), isso é blasfemo. Aqui fica demonstrado, para qualquer observador atento, os perigos que tal doutrina pode trazer para o seio da Igreja, pois Montemayor apenas seguiu rigorosamente a premissa de que a liberdade libertária é a base para a responsabilidade humana e, portanto, também é para o mérito e para os significados dos atos dos agentes livres. Acertadamente, Montemayor foi proibido, pelo Tribunal do Santo Ofício, de continuar ensinando esse modo de pensar.

Segundo a doutrina do pecado original ou depravação total, o homem é incapaz de sequer entender o evangelho e, portanto, também é incapaz de tomar uma atitude diferente da rejeição a Deus, já que o mesmo sequer entende. Se partirmos do pressuposto que é o poder de fazer diferente que imputa em nós a culpa, o homem depravado não poderia ser considerado culpado por sua rejeição a Deus, isso transformaria o estado de depravação em um estado de salvação! Pois culpa nenhuma poderia ser imposta ao homem natural e ninguém seria condenado, uma vez que o poder de fazer diferente é o fator que torna o homem responsável pelos seus atos, o depravado jamais seria responsável.

Que o homem em estado de depravação é culpado, isso é atestado pela Escritura claramente. Mesmo em estado de ignorância, o homem tem culpa, pois está escrito:

> “Vocês mataram o autor da vida, mas Deus o ressuscitou dos mortos. E nós somos testemunhas disso. Pela fé no nome de Jesus, o Nome curou este homem que vocês veem e conhecem. A fé que vem por meio dele lhe deu esta saúde perfeita, como todos podem ver. Agora, irmãos, eu sei que vocês agiram por ignorância, bem como os seus líderes. Mas foi assim que Deus cumpriu o que tinha predito por todos os profetas, dizendo que o seu Cristo haveria de sofrer. Arrependam-se, pois, e voltem-se para Deus, para que os seus pecados sejam cancelados, para que venham tempos de descanso da parte do Senhor, e ele mande o Cristo, o qual lhes foi designado, Jesus” (At 3.15-20).

Se a ignorância ou depravação tornasse o homem inocente, o apóstolo jamais mandaria os israelitas se arrependerem de terem matado a Cristo por sua ignorância. E tampouco importa se Deus usou essa maldade deles para cumprir seus propósitos. O homem continua culpado da mesma forma, pois fez de acordo com a maldade que estava em seu coração. Jacó Armínio elenca a ignorância como uma das causas do pecado, ao lado da maldade e da fraqueza[99], ou seja, a ignorância é causa do pecado, não um salvo conduto. Ninguém é isento por ignorância. Assim, a liberdade libertária deve ser rejeitada como pressuposto para a responsabilidade humana, pois se fosse a capacidade de fazer diferente que tornasse um homem culpado, jamais poderíamos impor culpa sobre um ignorante. A Escritura continua concordando conosco quando diz que "aquele que não conheceu a vontade de seu Senhor, e fez cousas dignas de castigo, *será menos castigado*" (cf. Lc 12.48). O texto é claro ao dizer que o ignorante, aquele que nunca ouviu do evangelho, embora receba uma pena menor, não será livre de castigo. E a Escritura Sagrada ainda diz: "Eu, que antes fui perseguidor blasfemo e contumelioso, consegui misericórdia, *porque obrei por ignorância*, como quem ainda não tinha a fé" (1Tm 1.13).

É importante destacar que o ponto de vista defendido aqui é um ponto em comum com todas as escolas teológicas ocidentais. O homem natural não tem a opção de ir a Deus por suas próprias forças enquanto não tem um encontro regenerador com ele, seja através de uma graça preveniente (arminianos e molinistas), seja através da graça eficaz (calvinistas e tomistas). Vejamos primeiramente Jacó Armínio:

> Esta é minha opinião a respeito do livre-arbítrio do homem: Em sua condição primitiva, tendo vindo das mãos do Criador, o homem foi dotado com uma porção de conhecimento, santidade e poder, para capacitá-lo a entender, estimar, considerar, desejar e fazer o bem, de acordo com o que lhe foi dado como missão. No entanto, ele não podia realizar nenhum desses atos, exceto com o auxílio da graça divina. *Mas em seu estado de descuido e pecado, o homem não é capaz de pensar, nem querer, ou fazer, por si mesmo, o que é realmente bom*; pois é necessário que ele seja regenerado e renovado em seu intelecto, afeições e desejos, e em todos seus poderes, por Deus, em Cristo, por intermédio do Santo Espírito, para que possa ser corretamente qualificado para entender, estimar, considerar, desejar e fazer aquilo que realmente seja bom. Quando ele é feito participante dessa regeneração ou renovação, considero que, estando liberto do pecado, ele é capaz de pensar, de querer e fazer aquilo que é

bom, mas ainda não sem a ajuda continuada da graça divina.[100]

O artigo 3 da remonstrância concorda:

> Que o homem não possui por si mesmo graça salvadora, nem as obras de sua própria vontade, de modo que, em seu estado de apostasia e pecado para si mesmo e por si mesmo, *não pode pensar nada que seja bom – nada, a saber, que seja verdadeiramente bom, tal como a fé que salva antes de qualquer outra coisa.* Mas que é necessário que, por Deus em Cristo e através de seu Santo Espírito, seja gerado de novo e renovado em entendimento, afeições e vontade e em todas as suas faculdades, para que seja capacitado a entender, pensar, querer e praticar o que é verdadeiramente bom, segundo a Palavra de Deus (Jo 15.5).[101]

Armínio diz que o homem não pode pensar, querer, fazer o que é de fato bom sem que seja antes regenerado, isso significa dizer que o homem nesse estado não é responsável por sua conduta pecaminosa? Não será imputada sobre ele culpa? Se assim for, todos nascemos salvos então, e a pregação do evangelho se torna totalmente desnecessária.

Luís de Molina, embora discorde de Armínio de que o homem não possa fazer nada de bom se não pela graça de Deus, concorda que nenhum bem, com efeito sobrenatural, possa ser feito pelo homem sem a graça de Deus. Como diz Molina:

> Para passar a considerar as forças do livre-arbítrio no homem – já em estado de nudez, já caído em pecado ─ vamos começar apresentando a seguinte conclusão: somente com o concurso geral de Deus e sem outro dom, nem ajuda da graça, o homem pode realizar um bom trabalho moral, dirigido a um fim natural e, em relação a este fim, é verdadeiramente bom e virtuoso, mas não porque este trabalho se ajuste a um propósito sobrenatural e, em relação a este fim, possa ser considerado um bem sem mais e um trabalho virtuoso.[102]

> […] nosso livre-arbítrio não só não pode estabelecer amizade com Deus e tornar-se digno da vida eterna, *mas sem o dom especial e ajuda de Deus, ele não pode fazer nada* – tanto da parte do entendimento quanto da parte da vontade – para dispor, para receber a graça e atrair amizade com Deus, nem tampouco uma vez que o homem tenha sido justificado, ele pode cumprir toda a lei ou evitar todos os pecados – incluindo os mortais – ou perseverar na justiça recebida, sem o dom especial e a ajuda de Deus.[103]

Luís de Molina (2015, p. 46), um pouco antes, no a. 13 q.14. disp II (leia-se: artigo 13, questão 14, disputa 2), observa algo muito importante que corrobora com a conclusão da nossa análise. Ele diz que as crianças não podem ser consideradas culpadas de seus atos, pois não sabem discernir entre bem e mal. Ora, se não pode ser imputado a elas culpa, e o homem natural é um homem culpado, mesmo sem ter a capacidade de fazer diferente, logo, concluímos que o pressuposto para a responsabilidade é o discernimento de bem e mal, e não a capacidade de poder atualizar uma escolha ou outra. Note que o homem natural de fato escolhe, mas sempre escolhe a direção contrária a Deus. Ainda assim ele é culpado e inimigo de Deus como está escrito na carta de Paulo aos romanos: "Porquanto a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem em verdade o pode ser" (Rm 8.7). A doutrina do pecado original sustenta que houve a partir da queda uma depravação que leva o homem a inclinações más e viciosas e, sendo assim, sua vontade sempre se voltará para coisas más. *É a incapacidade moral que estabelece a culpabilidade para o homem*. Se a incapacidade de agir de forma diversa é determinada por uma coação de um terceiro, por exemplo, não há que se falar em culpabilidade ou responsabilidade moral para o agente, mas quando determinada pela sua incapacidade moral, não há como isentá-lo. Este é o fundamento da responsabilidade moral. A conclusão é inequívoca, a liberdade libertária não é um pressuposto para a responsabilidade humana.

O conceito desses dois autores tem um peso redobrado, pois são os mesmos que defendem a liberdade libertária, e, como vimos, são refutados pelos seus próprios conceitos. Já Calvino e Tomás de Aquino não defendem liberdade libertária. Para Tomás de Aquino, a vontade deve ser movida, pois nada pode se mover se não for movida por outro, com isso ele refuta o *concursus* indiferente e uma vontade não causada. Todo livre-arbítrio para Tomás de Aquino é participado, recebido e, portanto, não libertário. Ele diz: "Quando o livre-arbítrio se move, isso não exclui o fato de que é movido por outro, do qual recebe o real poder para se mover".[104]

O argumento daqueles que creem na liberdade libertária tem o alicerce de que todo pecado deve ser voluntário, e, caso não possamos fazer diferente, esse ato não seria voluntário. No entanto, essa tese já foi derrotada aqui mesmo ao provar que todo ato humano em relação a Deus é voluntário. Embora não se possa fazer diferente, ele não é coagido por Deus, mas pela própria natureza desse homem. Acrescentamos também que mesmo que um

homem não possa escolher diferente do que ele já escolheria, em uma situação de múltiplas opções, toda escolha pressupõe a rejeição de “A” em detrimento de “não A”, sempre se escolhe algo em rejeição a outro; logo, mesmo que não se pudesse escolher diferente, ainda assim o homem escolheu um e rejeitou o outro. Quando o homem escolhe fazer o mal, mesmo que sua natureza não permita que ele queira ao bem, ele ainda escolheu fazer o mal porque tinha, naquele momento, vontade de fazer o mal e não tinha vontade de fazer o bem; logo, ele escolheu fazer o mal invés de fazer o bem por causa da vontade de fazer o mal e não o bem, e assim a escolha é genuína, visto que o homem entendeu, deliberou, sentiu vontade e decidiu agir de acordo com a vontade que teve. É totalmente inconcebível a acusação dos opositores de que um ato feito de forma voluntária e sem coação não seja um ato livre, e pior, que o executor de tal ato não seja responsável por isso. O próprio Jacó Armínio defende que “a vontade é a causa apropriada, adequada e imediata do pecado, e tem dois motivos e incentivos para cometer o pecado: um deles interior, e o outro exterior”[105], ou seja, se o homem tem vontade de fazer aquilo que é contra a lei divina, isso já é causa apropriada para que algo seja pecado, não há necessidade dele poder querer diferente naquele momento.

Para ilustrar melhor nosso ponto de vista e a derrota do ponto de vista adversário, imagine só que estejamos de frente com um assassino, e no interrogatório seja perguntado a ele:

- Por que você matou outro homem?
- Porque eu quis.
- Você se sente arrependido?
- Não!
- Então você não faria diferente caso voltasse no tempo?
- Não, não faria, o mataria novamente. Era da minha vontade matar. Eu quis matar e gostei de fazer isso.

A pergunta é: como não considerar um homem assim culpado? O fato dele não fazer ou não querer fazer diferente do que foi feito, não o isenta de culpa, como é visto no diálogo acima.

Uma análise exegética do texto de 1Coríntios 2.14 comprova a conclusão do nosso arrazoado e nos clarificará a respeito do funcionamento da mente do homem depravado. Está escrito:

> “Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente”

(1Co 2.14).

- "*Ora, o homem natural*": não precisamos de muitas explicações aqui, pois o contraste é feito entre o homem natural e o homem espiritual do versículo seguinte (v. 13), que traz "mas o homem espiritual", ou seja, usa-se uma conjunção adversativa, "mas", mostrando o antagonismo entre um conceito e outro. O homem natural é o homem em sua natureza caída; por isso, natural. Ou seja, a natureza natural em contraste com a natureza espiritual. A palavra usada no grego aqui é ψυχικος (*psuchikos*) e tem os seguintes significados, de acordo com o Dicionário Strong (referência 5591):

> 1) de ou que faz parte da respiração, 1a) que tem a natureza e características daquilo que respira, 1a1) o principal da vida animal, o que os seres humanos têm em comum com os animais, 1b) governado pela respiração, 1b1) a natureza sensual com sua dependência dos desejos e das paixões.

O significado é bem forte. Passa a mensagem de uma dependência próxima a uma irracionalidade, pois enfatiza não aquilo que temos como diferença dos animais brutos, mas justamente aquilo que temos em comum com eles, ou seja, instintos, dependência etc. Significa, de fato, um homem dependente, escravo e insensível à mensagem do evangelho e que precisa da iluminação do Espírito Santo.

- "*não compreende as coisas do Espírito de Deus*": a palavra no grego usada para "compreender" é a palavra δεχομαι (*dechomai*)[106], que significa literalmente "receber", "aceitar", "tomar", que pode ser em sentido literal, por exemplo em Atos 22.5: "E, recebendo destes cartas para os irmãos, fui a Damasco...", ou em sentido figurado, significando, segundo o Dicionário Strong: "Receber, admitir com a mente e o coração"[107], como em Mateus 11.14,15: "E, se o quereis reconhecer (*dechomai*), ele mesmo é Elias que havia de vir. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça". Ou Tiago 1.21: "recebei com mansidão a palavra em vós enxertada". Note bem no versículo de Tiago 1.21 como o homem recebe a palavra de Deus e como em 1Coríntios 2.14 ele rejeita a palavra de Deus. Isso é de suma importância, pois mesmo que o homem natural não consiga apreender com a mente que aquilo é bom, ele, de fato, rejeita de forma positiva, não se omite simplesmente de receber, não é deixar passivamente de aceitar, mas ele rejeita de forma positiva.[108] Paulo parece se basear em sua própria experiência, pois quando era um homem

natural perseguia os cristãos achando inclusive que estava fazendo o bem. Paulo estava em um estado de cegueira tão grande que achava que o mau era bom. Era incapaz moralmente de sequer discernir o que era bom e mau verdadeiramente. Essa é uma característica do pecado e do mal para o homem depravado. Ele faz o mal achando que é bem ou pelo bem que isso vai proporcionar. Por exemplo, um homem que fornica faz isso pensando no bem do prazer, ou um homem que rouba pensa no bem do objeto a ser possuído, e assim por diante. Paulo, de fato, escolhia perseguir os cristãos, e ele, positivamente e ativamente rejeitava o Cristianismo. Não era simplesmente uma rejeição passiva. Ele era ativo. Isso se prova pelo fato de ele não se contentar em simplesmente rejeitar, mas de perseguir a fé cristã. Portando, diante de uma múltipla escolha, a escolha é genuína. De fato se rejeita positivamente e também se acolhe positivamente.

Segundo o léxico grego de LOUW & NIDA[109], a palavra grega *dechomai* também significa "receber ou aceitar um objeto ou um benefício em que a iniciativa pertence ao doador", mas o foco da atenção na transferência passa a ser a pessoa que recebe, ou seja, o sujeito. No caso do texto analisado, é ativo em sua participação. Ele, de fato, nega, rejeita e, por isso, é culpado. Ele tem a vontade de rejeitar, portanto escolhe rejeitar em detrimento de aceitar. Então, a escolha é genuína, não coagida e, portanto, livre, mesmo que o referido não possa fazer diferente do que fez. Aliás, se ele assim pudesse, ele não seria um homem natural e São Paulo cairia em contradição. Notem também que aqui fica ratificada a tese de que é a *incapacidade moral humana que torna ele culpado,* pois não há coação nessa vontade a não ser a do próprio homem a determinar o curso da escolha por causa da sua incapacidade moral. Todo entendimento do evangelho é dado a partir de uma iniciativa divina. Antes disso esse homem, de fato, não entende o evangelho e, por isso, o rejeita: "Então lhes abriu o entendimento, para que pudessem compreender as Escrituras" (Lc 24.45). Sem essa abertura de entendimento, jamais qualquer homem compreenderia as Escrituras, mas isso não o torna inocente. Se o homem tivesse uma capacidade inata de entender o evangelho, para que lhe seria necessário um "abrir" do entendimento? Por que então São Paulo diria que orava para que o entendimento das pessoas fosse aberto? (Cl 1.9).

Aqui também fica rechaçado qualquer posicionamento que ensine que o auxílio especial de Deus, seja a graça preveniente ou a graça eficaz, sejam desde o nascimento do agente livre, pois, se assim fosse, as crianças já

nasceriam com olhos abertos e a razão da oração de São Paulo não existiria. John Wesley, distinto mestre arminiano, ensina esse ponto de vista quando diz:

> A admissão de que a alma de todos os homens, por natureza, está morta em pecado não desculpa ninguém, já que não existe nenhum homem na condição de mera natureza; não existe homem que é totalmente destituído da graça de Deus, a não ser que ele tenha extinguido o Espírito.
> Nenhum homem vivo é totalmente destituído do que vulgarmente se chama "consciência natural". Mas isso não é natural, é mais adequado denominá-lo de graça preveniente.[110]

Além de Wesley claramente negar 1Coríntios 2.14 ao dizer que não existe homem natural, ele também não faz distinção entre uma graça comum ou concurso geral, em que Deus derrama suas bênçãos a todos os homens, derrama chuva sobre o ímpio e o santo, para uma graça especial ou concurso particular, que é feita por outros autores, como o próprio Armínio, Molina, Tomás de Aquino e João Calvino. A teologia wesleyana parece ser controversa nesse aspecto, pois o mesmo afirma que "não há poder algum no homem para realizar qualquer boa obra, falar qualquer palavra boa ou manifestar qualquer bom desejo até que do alto lhe seja dado. Portanto, não é suficiente dizer que todo homem está apenas doente por causa do pecado; não, nós estamos todos mortos em delitos e pecados".[111] É no mínimo estranho dizer que estamos, de fato, mortos em delitos e em pecados, quando a graça preveniente é justamente uma retirada desse estado e, segundo o próprio Wesley, todos os homens já nasceriam com a graça preveniente. Logo, é contraditório dizer que existe um homem de fato morto em delito e em pecado. Portanto, fica derrotada aqui a posição wesleyana de uma graça preveniente universal desde a infância.

- "*porque lhe parecem loucura*": Eis aqui o motivo pelo qual o homem natural rejeita a boa nova – o evangelho parece loucura para este homem, a mensagem escutada por ele não passa de uma bobagem, um "conto de fadas" (quem nunca ouviu falar isso?). Ele até pode entender a lógica interna do argumento, mas isso não lhe é suficiente, pois ele encara aquilo como uma história que não pode ser verdadeira, absurda. Às vezes até reconhece que tem uma lógica apenas dentro da história, mas não pode ser real, assim como a história do Super-Homem em uma HQ, ou em um gibi da Turma da Mônica. Não é por acaso que a palavra no grego usada para "loucura" pode

significar também “tolice”. Ele apreende com a mente, o entendimento julga a mensagem como ruim e a vontade escolhe o que lhe foi dado pelo entendimento. Mas por que o entendimento dele é incapaz de julgar a mensagem do evangelho como boa e agradável? O mesmo Paulo responde em outro lugar: “porque elas se discernem espiritualmente”. Paulo ensina que no homem natural “tanto a mente como a consciência deles estão corrompidas” (Tt 1.15b). Como a mente está corrompida, ele não fará o correto julgamento do que é bom ou ruim.

Aqui também fica rejeitada a ideia de que o homem só está corrompido espiritualmente, mas sua mente está intacta. A Escritura é clara ao afirmar que não só o espírito humano, mas a sua mente e consciência também estão corrompidas. São Paulo afirma, mesmo depois da sua regeneração em Cristo, que “não que sejamos capazes, por nós, de pensar alguma coisa, como de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus” (2Co 3.5). Vejam que a mente está corrompida de tal modo que não conseguimos sequer pensar em uma coisa boa se não formos assistidos pela graça divina. Aqui também rejeitamos a tese de Molina, que defende que o homem pode, de si mesmo, fazer coisas boas. Não só o texto de 2Coríntios 3.5 pode ser usado para refutar Molina, mas também o de Tiago 1.17, que diz que “toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes”. E também é dito: “não há ninguém que entenda; Não há ninguém que busque a Deus. Todos se extraviaram, e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só” (Rm 3.11,12). Essas passagens afirmam claramente que se é bom, é porque vem do alto, não de nós mesmos. Assim, a graça é necessária tanto para atitudes boas, para fins naturais, como para fins sobrenaturais. A primeira é a graça comum, a segunda é a graça especial, pois o coração do homem é inteiramente inclinado para o mal, e não há uma bondade inata no homem, mas aquela que é infundida por Deus, como está escrito no primeiro livro de Moisés:

> “O Senhor sentiu o aroma agradável e disse a si mesmo: ‘Nunca mais amaldiçoarei a terra por causa do homem, *pois o seu coração é inteiramente inclinado para o mal desde a infância*. E nunca mais destruirei todos os seres vivos como fiz desta vez’” (Gn 8.21).

É importante salientar que embora tenham sido desfeitos os dons supernaturais (sobrenaturais), corrompidos os naturais, a razão do homem ainda existe, embora enfraquecida, mas que pode ser assistida pela graça de

Deus a ponto de se manifestar até mesmo entre os pagãos, e, de fato, o Espírito de Deus se manifestou a muitos pagãos com auxílios especiais que os capacitaram a escrever reflexões filosóficas, jurídicas, a produzir ciência e tudo mais, como diria João Calvino:

> Quantas vezes, pois, entramos em contato com escritores profanos, somos advertidos por essa luz da verdade que neles esplende admirável, de que a mente do homem, quanto possível decaída e pervertida de sua integridade, no entanto é ainda agora vestida e adornada de excelentes dons divinos. Se reputarmos ser o Espírito de Deus a fonte única da verdade, a própria verdade, onde quer que ela apareça, não a rejeitaremos, nem a desprezaremos, a menos que queiramos ser insultuosos para com o Espírito de Deus. Ora, nem se menosprezam os dons do Espírito sem desprezar-se e afrontar-se ao próprio Espírito. E então? Negaremos que a verdade se manifestou nos antigos jurisconsultos, os quais, com equidade tão eminente, plasmaram a ordem política e a instituição jurídica? Diremos que os filósofos foram cegos, tanto nesta apurada contemplação da natureza, quanto em sua engenhosa descrição? Diremos que careciam de inteligência esses que, estabelecida a arte de arrazoar, a nós nos ensinaram a falar com razoabilidade? Diremos que foram insanos esses que, forjando a medicina, nos dedicaram sua diligência? O que dizer de todas as ciências matemáticas? Porventura as julgaremos delírios de dementes? Pelo contrário, certamente não poderemos ler sem grande admiração os escritos dos antigos acerca dessas coisas. Mas os admiraremos porque seremos obrigados a reconhecer seu profundo preparo. Todavia, consideraremos algo digno de louvor ou mui excelente que não reconheçamos provir de Deus? Envergonhemo-nos de tão grande ingratidão, na qual nem mesmo os poetas pagãos incidiram, os quais têm professado que a filosofia é invento dos deuses, bem como as leis e todas as boas artes. Portanto, se esses homens, a quem a Escritura chama ψυχικος [*psychikoús* – naturais, 1Co 2.14], que não tinham outra ajuda além da luz da natureza, foram tão engenhosos na inteligência das coisas deste mundo, tais exemplos devem ensinar-nos quantos são os dons e graças que o Senhor tem deixado à natureza humana, mesmo depois de ser despojada do verdadeiro e sumo bem.[112]

4 – Concursus providencial divino

Também chamado de doutrina da concorrência[113] divina. Concurso ou *concursus* será definido nesse trabalho como sendo *a parte da doutrina da providência que explica como a causa primária se relaciona com as causas secundárias no governo divino*. Primeiro devemos distinguir um concurso geral de um concurso particular. O concurso geral é aquele que Deus sustenta, preserva e move todas as coisas de acordo com a natureza que lhes é própria, nesse concurso não estão presentes os auxílios divinos, não há uma

infusão de qualquer elemento a mais da parte de Deus. Concurso particular é aquele em que estão presentes os auxílios divinos[114] ou uma operação de Deus inclinando o homem a fazer sua vontade ativamente. Para exemplificar, tomemos um homem, se esse homem estiver sujeito somente ao concurso geral, Deus o moverá, preservará, governará, tornará capaz a sua existência e o seu agir, e esse homem vai agir de acordo com a natureza dele mesmo, ou seja, racional, livre, consciente etc. Adicionado a isso, podemos ter um homem com uma natureza natural (que chamamos no calvinismo de natureza depravada) ou espiritual (que chamaríamos de natureza regenerada), de acordo com os conceitos do apóstolo Paulo. Caso esse homem queira fazer um mal e Deus permitir que esse mal aconteça, então Deus permitiu apenas com seu concurso geral, já que não atuou de forma a impedir tal ato, se tal ato fosse impedido por alguma graça especial, alguma inclinação do querer daquele homem por parte de Deus, então teríamos um concurso particular ou especial.

Se o mesmo homem é atingido, por exemplo, pela graça irresistível de Deus, onde Deus infunde o bem no homem para mudar o seu querer através da regeneração[115], ou qualquer outra graça especial, nós teríamos então um concurso particular. Deus é a causa primeira de todas as coisas somente no tocante ao concurso geral, mas não é a causa de todas as coisas quanto ao concurso particular, pois não podemos dizer que Deus é causa do pecado, por exemplo. Essa distinção é extremamente importante para o nosso trabalho e trataremos dela mais a frente. Na teologia calvinista, o *concursus* providencial (aqui envolve tanto o geral como o particular) é "prévio... físico, particular, especifico e imediato"[116],[117],[118], ou como diria Calvino, "a providência é atual e eficaz, universal e particular".[119] Dependendo da corrente teológica, podemos ter diferentes formas de interpretar o *concursus*, para que possamos ter uma explanação mais didática, explanaremos os principais:

- *Concurso prévio*[120]: esse é o concurso defendido pelos calvinistas[121] e tomistas.[122] Para os calvinistas, tudo que se movimenta deve ser movido por outro. O concurso é prévio, físico, particular, especifico e imediato. Nesse concurso, Deus é sempre determinante, nunca determinado. Deus incita e previamente move as criaturas à ação, e guia à elaboração de uma coisa particular, ou seja, a criatura só se determina quando recebe poder para se determinar. Essa precedência é de natureza, não é cronológica.

Explicaremos mais a frente.

- *Concurso simultâneo indiferente*: defendido por molinistas e alguns arminianos. Defende que o mover de Deus é simultâneo ao do homem, não havendo mover anterior no homem, mas os dois autodeterminados se movem igualmente como causas parciais. Deus e o homem se movem como em trilhos separados. Deus coopera com os homens como duas pessoas remando dentro de uma embarcação, como causas parciais da vontade e totais no efeito.

- *Concurso moral*: opera à maneira de uma causa moral, isto é, persuadindo, ou dissuadindo, ou propondo, ou removendo os objetos e ocasiões. Esse concurso é usado por alguns scotistas, agostinianos, arminianos[123] e molinistas na ocasião da ação da graça preveniente. Para arminianos e molinistas, a graça preveniente é tida por uma influência, mas não age eficazmente a promover um efeito certo em seu influxo na criatura. Já para agostinianos e scotistas, a graça preveniente é eficaz ao promover um efeito certo na criatura. Os scotistas usam o termo *delectatio victrix*, isso é, uma moção moral.

- *Concurso imediato*: também defendido por calvinistas, tomistas, arminianos e molinistas. É a influência direta de Deus sobre a criatura, sem mediador, como a água que refresca uma mão.

- *Concurso mediato*: Esse concurso é defendido pelos durandistas (seguidores de Guilherme Durando). É quando a influência de Deus sobre a criatura é indireta. Alguns autores molinistas defendem que o concurso mediato também é defendido pelos molinistas, afirmando que o concurso geral é uma ação indireta (mediata) sobre a criatura, não direta (imediata). [124],[125]

4.1 – O concurso providencial é prévio, simultâneo ou moral? Afirmamos o primeiro. Negamos o segundo e o terceiro

O concurso prévio é uma ação da causa primária logicamente anterior à causa secundária (não confundir com cronologicamente anterior) e uma colaboração de duas causas totais durante a ação concorrente da causa primária e secundária. A precedência é de natureza, não temporal, visto que Deus e o homem estão em ordens diferentes. Deus na transcendental e o homem na predicamental. Será explicado no tópico seguinte. Pode-se dividir o concurso em dois tempos lógicos distintos – o pré-concurso (*praecurso*), quando há somente a ação divina e daí o nome prévio, e o concurso

propriamente dito, que é quando o homem entra em atividade juntamente a Deus. Para ficar mais didático, chamaremos apenas de concurso prévio.

4.1.1 – Argumentos bíblicos que endossam o concurso prévio – contra molinistas e arminianos

A Escritura diz em Hebreus 1.3: “Sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder”. Gruden comenta sobre a palavra sustentar:

> A palavra grega traduzida por “sustentar” é *phero*, “sustentar, manter”. Ela é comumente usada no NT para dar a ideia de carregar algo de um lugar para o outro, como trazer um paralítico em uma maca até Jesus (Lc 5.18), trazer vinhos ao encarregado de uma festa (Jo 2.8), ou trazer a capa e os livros a Paulo (2Tm 4.13). Isso não significa simplesmente “suster”, mas tem o sentido de controle proposital sobre o que está sendo carregado de um lugar para outro.[126]

A palavra *pherô*, segundo o Dicionário Strong (5342), significa “ser, carregar, gerar, produzir, vir, deixar que ela conduza, ser conduzido, suportar, continuar, liderar, mover, alcançar, correr, sustentar”. A palavra *pherô*, nesse texto de Hebreus 1.3, ratifica tanto a preservação como a concorrência, tendo um sentido muito amplo, sendo o versículo mais completo quanto à descrição da natureza da providência divina. Assim, o texto pode ser traduzido tranquilamente por “movendo todas as coisas pela palavra do seu poder”. É como se Deus, para manter algo existindo, tivesse que movê-lo. Isso fica claro em nossa observação comum, já que não vemos absolutamente nada ao nosso redor em estado de ociosidade, tudo está em movimento o tempo inteiro, em transformação, que nos leva à necessidade de um motor imóvel, de um Logos que seja imutável, para que todo o restante faça sentido e até mesmo que o conhecimento seja possível.

O Dr. Heber Campos afirma que:

> Paulo afirma categoricamente que Deus “faz todas as coisas de acordo com o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). Isto quer dizer que nada do que acontece neste mundo é à parte do cumprimento da vontade de Deus e sem que ele esteja envolvido. A palavra grega que é traduzida como “faz” é *energeo* (de onde vem a palavra portuguesa energia, que é a comunicação de poder ou o fato de Deus trabalhar), que indica o fato de Deus energizar cada obra na qual ele participa. Sem a energia ou o poder divino, nenhum evento acontece e nenhuma obra é feita. A vontade de Deus opera de modo que em todas as coisas tem participação. Nenhum evento que acontece

no mundo está fora da providência de Deus.[127]

A palavra grega *energeo* não significa em hipótese alguma “cooperar”, como dois homens em igualdade que iniciam um trabalho (tese molinista e arminiana), mas significa “causar ou tornar possível determinada função – fazer funcionar, dar a capacidade para fazer”.[128] Logo, podemos afirmar que o mover de Deus no homem é causal, ou seja, anterior à atividade da causa secundária. Deus sempre inicia o movimento, mas não só inicia, ele também dirige e está ativo em todo o tempo. Portanto, deverá ser rejeitada a ideia de um *concursus* parcial simultâneo como defendido por molinistas e arminianos, mas endossado um *concursus* causal e total, isto é, uma ação da causa primária anterior à causa secundária e uma colaboração de duas causas totais durante a ação concorrente da causa primária e secundária. *Essa anterioridade não deve ser tida como cronológica, mas de natureza, ou seja, ontológica*. Deve-se evitar o erro de colocar Deus no tempo, na mesma ordem do homem. Ou seja, no plano das criaturas. Por exemplo, um homem, para fazer outro homem relutante agir de acordo com seu plano, deveria forçar esse homem de alguma forma, que poderia ser pondo-lhe uma arma na cabeça. O mover divino não implica em uma coação justamente porque Deus é supratemporal. Sua ação é instantânea e age direto no espírito humano.

Precedência de natureza é uma precedência ontológica, entitativa da causa para com o efeito. Para Calvino, a causa preceder ao efeito cronologicamente, é algo meramente acidental e acessório ao princípio de causalidade. Esta precedência temporal acontece apenas nas causas que não operam subitamente, e que transitam da potência ao ato na operação, como por exemplo, um homem que move um machado, esse homem é a causa externa do movimento, enquanto Deus é a causa interna. Nas causas (como Deus) que operam subitamente (de modo instantâneo), não há propriamente um trânsito, uma sucessão, porque se trata de uma operação simples e indivisa, e assim o efeito é coetâneo à causa, sem que deixe de ser o efeito, e a causa, causa. Uma analogia que os antigos gregos utilizavam para ilustrar esse tipo de causalidade é o do pé permanentemente pousado na terra. Um pé, ao pisar na terra, acaba por deixar uma pegada. Essa pegada é um efeito do pé pousado na terra, mas sua aparição é simultânea à própria “ação” do pé, sem que deixe de ser efeito dele, e ele, causa dela. Não há propriamente uma precedência temporal, porque onde supomos a “ação” do pé, também supomos a aparição da pegada de modo simultâneo a esta ação. Explicaremos

melhor no tópico 4.2.1, onde trataremos das diferencia entre ordem predicamental (da criatura), e ordem transcendental (de Deus).

Algumas passagens paralelas com o uso da palavra *energeo* podem ser usadas para ratificar esse posicionamento da anterioridade, além das já citadas, vejamos: “E há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera (*energeo*) tudo em todos” (1Co 12.6). Nessa ocasião, o apóstolo Paulo está falando sobre os dons que o Espírito concede ao cristão, será mesmo que alguém poderá dizer que o homem produz o dom em parceria com Deus ou que pode ser a causa conjunta sendo ainda determinante da ação? Ou é mais razoável concluir que Deus causa, age eficazmente, anterior ao movimento do agente, e só depois o agente começa a sua participação?

Outro exemplo de uso da palavra *energeo* é o texto de Filipenses 2.13: “Porque Deus é o que opera tanto o querer como o realizar”. Pode-se argumentar uma operação parcial por causa do versículo anterior, que diz: “Operai a vossa salvação com tremor” (v. 12), mas Paulo não fala aqui de uma colaboração de causas parciais, pois a palavra usada para “cooperar” é a palavra grega *synergeo* (Strong[129] 4903), e na mesma carta, no mesmo capítulo, em Filipenses 2.25, Paulo usa a palavra synergeo: “Contudo, penso que será necessário enviar-lhes de volta Epafrodito, meu irmão, cooperador (*synergeo*) e companheiro de lutas, mensageiro que vocês enviaram para atender às minhas necessidades” (Fp 2.25). Se em Filipenses 2.13 Paulo quisesse passar uma ideia de cooperar, como causas parciais, ele saberia muito bem que palavra usar. Não seria *energeo*, mas *synergeo*. Afirmamos, então, que tanto a causa primária como a causa secundária são totais durante o evento acontecido, e que colaboram, mas não como causas parciais e simultâneas, mas como causas totais, sendo a primária anterior à secundária.

Dois versículos que nos ajudam a provar que tanto Deus como o homem são causas totais de um mesmo efeito, são os versículos de 2Samuel 24.1, em comparação com 1Crônicas 21.1. Vejamos:

> “Mais uma vez *a ira do Senhor se acendeu contra os israelitas, e ele incitou Davi* contra eles, dizendo: Vá e levante o censo de Israel e de Judá” (2Sm 24.1).
>
> “Então *Satanás se levantou contra Israel e incitou Davi* a levantar o censo de Israel” (1Cr 21.1).

Os dois textos mostram claramente que Deus e o diabo foram causas de um mesmo efeito, e foram causas totais, pois, se assim não fosse, não

poderiam aparecer isoladamente em um versículo como sendo um autor completo da ação. Assim, o texto deve ser entendido nos moldes da concorrência, onde Deus e outra criatura são causas totais de qualquer efeito, por isso pode-se dizer que Deus incitou Davi, mas somente enquanto concorria com Satanás. E Satanás também incitou, sendo este o agente que incitou diretamente a Davi. Como já vimos na doutrina da concorrência, Deus e a criatura concorrem, mas cada um em sua ordem. Então, embora Deus concorra com todos os atos das criaturas, inclusive os maus, ele não é causa formal do ato, apenas causa motora.

4.2 – Erros a serem evitados sobre a concorrência divina

4.2.1 – A ordem predicamental é distinta da ordem transcendental? Isso afirmamos

Chamamos de ordem predicamental aquilo que é relativo às criaturas e de ordem transcendental aquilo que é relativo a Deus. O mover prévio do concurso, também chamado de *predeterminação física*, acontece na ordem transcendental, que é um mover de dentro, que move diretamente no Ser do agente a ser movido, e a ordem predicamental move de fora, movendo na ordem operativa da forma substancial da causa segunda (criatura). Na ordem predicamental há uma precedência temporal, e na transcendental há uma precedência de natureza. Então digamos que o homem vai usar um machado para cortar uma árvore. Deus move o homem em seu Ser, mas o contato com o machado quem faz é o homem, pois o homem, sendo criatura, move esse machado de forma extrínseca, mas isso não quer dizer que Deus não seja também uma causa nesse momento, mas somente em sua ordem, a de mover o homem em seu Ser, enquanto o homem move o machado em sua ordem, a da criatura, sendo causalmente o movedor do machado. Dessa forma, Deus e o homem são causas totais de um mesmo efeito, mas cada um em sua ordem. O reverendo Jack Reid explica a visão de Calvino:

> A Predestinação de Calvino *não tem nada a ver com fatores antecedentes* – nem mesmo com fatores anteriores aos envolvidos na determinação. Tem a ver com fatores, ou mais estritamente com um fator, se o termo é de todo admissível, o que é anterior a qualquer tipo de precedência, e portanto está localizado não num primeiro momento no tempo, mas sim de modo provisório ou supratemporal. Enquanto os outros termos operam dentro da categoria temporal e são, portanto, definíveis, a Predestinação tem um caráter não temporal que a constitui outra ordem do ser.

> Predestinação ou predeterminação não é determinação simplesmente por um poder maior, mas é diferente em espécie da mera determinação e, portanto, a *fortiori* [daí muito mais diferente da visão ainda mais forte] do determinismo. *A predestinação é bem diferente do destino*.[130]

É por esse mesmo motivo que não podemos confundir o princípio da causalidade com o princípio "tudo que se move é movido por outro" (*quidquid movetur ab alio movetur*), pois alguns, na tentativa de refutar o concurso prévio em favor de ter um argumento para a liberdade libertária, tem usado como exemplo que as partículas subatômicas "surgem do nada", "sem causa alguma" e, por isso, movem-se por si só. Seja lá o que isso queira dizer, de algo surgir do nada, essa afirmação por si só já é absurda, pois do nada, nada vem, e o nada é ontológico, é uma ausência de Ser. Não é simplesmente um vácuo quântico, já que o vácuo quântico é um objeto e, portanto, já não é nada. Ainda que fosse verdade que essas partículas sejam incausadas, não se segue que elas operam independentemente do mover divino, pois o mover divino é no Ser do objeto movido e não em sua causa externa no âmbito das criaturas. Além disso, tudo que não é absolutamente simples, como Deus, está duplamente em potência para o seu ato, pois não há uma identificação perfeita entre operar e ser, o que só acontece com Deus, e se estão em potência, precisa-se de um mover divino que faça esse trânsito.

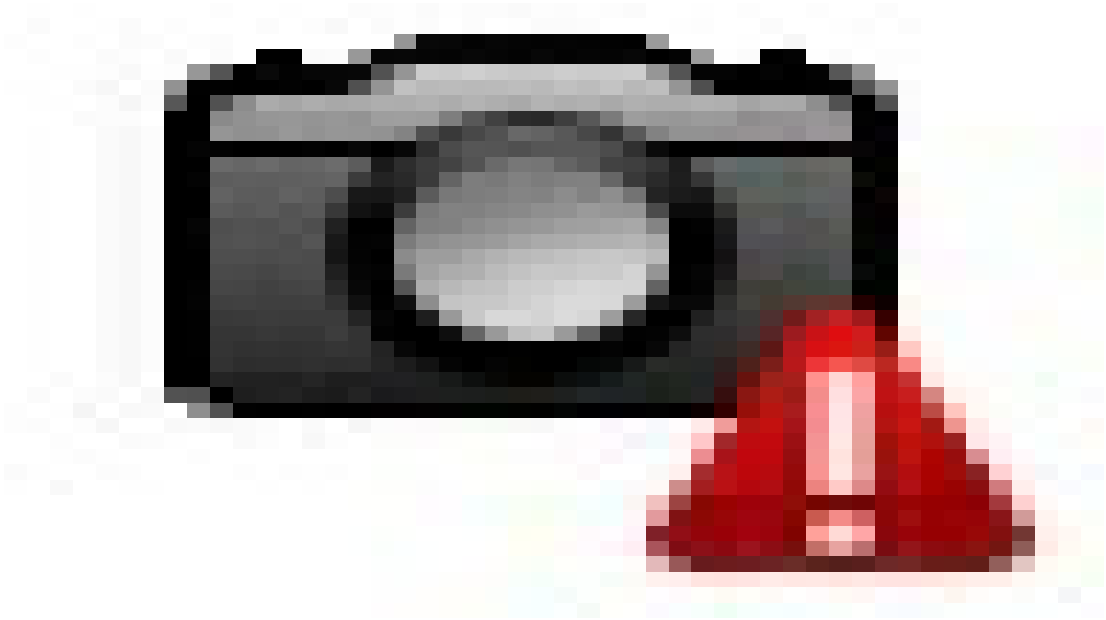
4.2.2 – O mover de Deus é simultâneo? Isso negamos contra molinistas e arminianos

Um erro que pode se pensar é que Deus apenas coopera com o homem como causa parcial, e esse não causa o mover do homem previamente, mas esse mesmo homem se move autonomamente e simultaneamente com Deus como causa parcial e não causada em sua vontade. Esse é o ensino molinista da concorrência divina, Molina defende que o mover de Deus não é prévio, mas simultâneo (*concursus simultaneus*) ao do homem, como dois homens remando em uma embarcação para chegar ao objetivo final, esse ensino também é chamado de não-premocionista ou cooperacionalismo, assim escreve Molina:

> Pois a totalidade do efeito é devida tanto a Deus quanto às segundas causas. Agora, não é devido a Deus ou às causas secundárias como causas totais, *mas como causas parciais* que ao mesmo tempo exigem a concorrência e influência da outra causa da

> mesma maneira que, quando dois homens empurram um barco, esse movimento em sua totalidade vem de cada um deles, mas *não como causas totais do movimento*, porque qualquer um deles produz ao mesmo tempo com o outro todas e cada uma das partes do mesmo movimento.[131]

A diferença entre o concurso prévio e o simultâneo pode ser visto no esquema abaixo:
a – predeterminação física da causa secundária.
b – operação natural da causa secundária.
c – concorrência simultânea da causa primeira.



No ponto 1 (premocionismo) nós temos uma predeterminação física. No ponto 2 (cooperacionalismo / não premocionismo), há ausência da predeterminação física da causa secundária. Além dessa diferença, os premocionistas creem que a causa primária e secundária são duas causas totais do mesmo efeito, e os cooperacionalistas (que defendem a concorrência simultânea), dizem que a causa primária e secundária são apenas causas parciais na produção do mesmo efeito.

Com a concorrência simultânea Molina tenta preservar a liberdade libertária, já que, segundo ele, a vontade não é movida por Deus, mas pelo

próprio homem, conciliando essa liberdade com uma providência exaustiva já que ainda assim Deus concorre com tudo que acontece. Deus, nessa concorrência, é totalmente indiferente, não inclinando o homem para um lado ou outro, mas o homem é quem determina a direção do concurso, e, por consequência, do decreto. Essa concorrência simultânea e a liberdade libertária são os alicerces da *ciência média ou conhecimento intermediário*, que é o componente central do molinismo. Abordaremos esse tipo de conhecimento mais a frente, por enquanto trataremos apenas da concorrência simultânea e sua indiferença.

Para justificar o descarte que ele faz da necessidade de um mover prévio, Luiz de Molina usa dois exemplos, a saber, o de uma semente e do fogo, e também divide os objetos em duas categorias, os que precisam ser movidos e os que não precisam ser movidos. Na visão do autor, um instrumento como um machado precisa de uma força anterior que o faça mover, mas uma semente não precisa disso, uma vez que aquela que a gerou, mesmo que já tenha morrido, ainda assim ela tem uma capacidade inata de se desenvolver, de mudar, ou seja, de se automover.[132] Com o fogo ele usa o mesmo caminho. Na visão de Molina, quando o fogo esquenta a água não existe mover prévio no fogo, ele mesmo produz seu próprio calor, mas o mover de Deus está na água, que recebe o mover do fogo e o mover de Deus, simultaneamente, produzindo o mesmo efeito que é esquentar a água. Essas duas ações não são distintas, pois Molina nega que sem concorrência divina a causa segunda possa exercer alguma atividade. Então a atividade é una, como causas parciais que produzem totalmente o mesmo efeito. O homem seria assim como o fogo, teria capacidades que poderia exercer sem um mover prévio, podendo assim transitar da potência para o ato sem um mover prévio. Deus não causaria essa transição, ele apenas esperaria esse trânsito.

De modo similar temos Jacó Armínio e alguns dos seus seguidores, que defendem um concurso simultâneo e uma determinação humana sobre Deus:

> A providência divina não determina um livre-arbítrio a uma parte de uma contradição ou contrariedade, isto é, por uma determinação que precede a vontade propriamente dita; sob outras circunstâncias, *a colaboração da própria vontade com o querer é a causa concomitante, determinando, assim, o querer com a própria vontade, por um ato que não é anterior, mas simultâneo*, como expressam os próprios acadêmicos. [133]

Diz também Roger Olson:

> Deus coopera com o pecador no pecado após e como uma consequência da livre decisão do pecador de pecar.[134]

Rejeitamos essa tese, primeiro porque torna o homem autônomo, pois teria movimento próprio sem mover prévio, e segundo porque Deus se torna determinado e passivo.

4.3 – Argumentos filosóficos que rejeitam o concurso simultâneo e a ausência de concorrência – contra molinistas, arminianos e durandistas

Depois de explanar as razões bíblicas, temos o problema do trânsito da potência para o ato, sem uma ação prévia. Isso impugna a lógica, pois *nada passa da potência para o ato se não por outro ser em ato,* ou seja, como exemplo, a água não pode ganhar calor a não ser que receba de outra fonte que já tenha calor. Assim dizemos que a liberdade humana só pode ser exercida se for movida, pois se não for movida, ela ficaria em potência para sempre, sem nunca se atualizar, dessa forma, o molinismo, ao defender que o homem pode sair do estado de "não volição" para o estado de "volição" sem um mover prévio, na verdade destrói a liberdade humana que ele tanto tenta defender, já que essa liberdade ficaria em eterno estado de potência, nunca se atualizando, como diria Francis Turretini:

> [...] agir ou não agir, deve ser determinado a agir por outro, *porque o que é potencial (in potentia) não pode ser reduzido à realidade, exceto por algo que esteja no ato* (*in actu*). Mas, toda causa secundária (especialmente a vontade do homem) é assim. Portanto, é necessário que ela seja determinada à realidade por algum outro princípio externo (que não pode ser nenhum outro senão o próprio Deus).[135]

Embora essa argumentação já tenha sido feita anteriormente, irei repeti-la brevemente para caso algum leitor procure uma explicação diretamente nesse tópico do trabalho. Deus é ato puro, ele é o único motor imóvel, todos os outros devem ser movidos por algo anterior. É isso que defende Tomás de Aquino em sua primeira via. Dessa forma, qualquer ser que seja automovido é um motor imóvel e independente de Deus, se tornando igual a Deus, o que é impossível. Assim, ao dizer que o trânsito da potência para ato, ou seja, um movimento, não precisa de outro movimento prévio, que é o que o molinismo defende, ele está a dizer que esse mesmo tem poder de se automover. Isso também torna Deus um ser passivo, pois precisa esperar o trânsito da

potência para o ato da criatura, para que assim um ato seja determinado. Se é a criatura que determina, então Deus passa a ser determinado.

Molina também usa o argumento como o do fogo, para dizer que ele não depende de um mover prévio para que possa esquentar. Então, respondemos que, para gerar fogo, é necessário que este mesmo tenha forma de fogo, porém, esta forma não está em ato, mas está atualizada pela existência. Portanto, de Deus depende a forma e o ser do fogo, que em sua atividade pode trabalhar esquentando e, portanto, esse trabalho de esquentar também depende de Deus. Ainda assim, o fato de Deus usar uma causa instrumental não anula a sua ação imediata sobre o efeito, como diz Francis Turretini:

> Se ele usa as causas secundarias como meios, não segue que ele não age também imediatamente, pois ele as usa não com respeito à ação da criatura e, consequentemente, do próprio efeito (como se ele não a alcançasse imediatamente), mas subordina a si as causas secundarias (por cujo fluxo ele também alcança o próprio efeito imediatamente).[136]

Não basta somente uma causa motora, o influxo de Deus passa pela causa e atinge o seu efeito. É um influxo que move *ab intus* (de dentro), do íntimo de todas as coisas.

O posicionamento que defende um *concursus* não causal, mas simultâneo, que nos leva a causas parciais, foi rejeitado pelo Sínodo de Dort:

> Erro 9 - Graça e livre vontade são as causas parciais que operam juntas no início da conversão. Pela ordem destas causas a graça não precede à operação da vontade do homem. Deus não ajuda efetivamente a vontade do homem para sua conversão, enquanto a própria vontade do homem não se move e decide se converter.[137]

Embora a rejeição de erros acima esteja dentro de um contexto de negação do pelagianismo, é notória a rejeição de um movimento simultâneo parcial.

Fica também rejeitada a tese de que Deus apenas conserva as potências criadas, sem ter um governo efetivo sobre o agente livre que segue sozinho a partir disso, ou seja, para os defensores dessa tese, a saber, os seguidores de Guilherme Durando, também conhecido como “durandistas”, a concorrência é apenas a preservação, ou seja, junta-se em uma só a concorrência e a preservação (os teólogos chamam de conservacionismo), mas seria mais acertado se disséssemos que não há concorrência.[138] Essa tese deve ser

rejeitada porque é impossível que o homem se mova sozinho, para que algo gere perfeição (passe de potência para o ato) esse mesmo algo deve ser movido e a causa desse mover não poder abandoná-lo. Ironicamente, a maioria esmagadora dos leigos são durandistas sem mesmo ter ciência disso. É comum vermos pessoas dizerem que Deus nos criou com livre-arbítrio e que nós tomamos nossas decisões, como se estivéssemos soltos nesse mundo: Deus no céu, o homem na terra, e Deus olhando lá de cima e intervindo no mundo quando achava que devia intervir em favor de alguém. Por isso a importância da explicação da tese de Durando, que é popular em prática, e desconhecida em conceito. O professor Leandro Bezerra explica acertadamente o porquê de termos que negar o durandismo, ratificando e ampliando a explicação dada acima. Ele diz:

> O conservacionismo, por sua vez, não se sai melhor do que o ocasionalismo; aliás, é o seu extremo oposto, na medida em que sustenta que as causas segundas podem obrar sem qualquer atuação direta e imediata de Deus – quanto às causas livres, obrar tanto o mal como o bem. Neste sentido, temos, por um lado, a subtração da asseidade divina, e por outro, o absurdo de causas segundas eficientes atuantes independentemente da causa primeira – o que seria, por sua vez, a negação da divina providência no âmbito das causas segundas (livres ou não) e da graça no âmbito da salvação. Portanto, para encontrarmos a relação adequada entre Deus e o mal no âmbito da providência e do governo divino (incluindo a predestinação), será necessário seguirmos por outras vias.[139]

Os pensadores reformados rechaçaram tanto o posicionamento de Durando, como o de Armínio e o de Molina. João Calvino diz:

> Contudo não repudio totalmente o que se diz acerca da providência geral, mas que, por sua vez, me concedam que o universo é regido por Deus, não apenas porque vigia sobre a ordem da natureza por ele estabelecida, como também porque exerce peculiar cuidado de cada uma dentre suas obras. Realmente é verdade que as espécies das coisas são movidas, uma a uma, por instinto secreto da natureza, como que a obedecerem ao eterno mandato de Deus, e que o que Deus uma vez estatuiu emana naturalmente. E aqui pode-se evocar o que Cristo diz, ou, seja, que ele e o Pai estiveram sempre em ação desde o início (Jo 5.17); e o que Paulo ensina: que “nele vivemos, nos movemos e existimos” (At 17.28); e o que também o autor da Epístola aos Hebreus, querendo provar a deidade de Cristo, afirma: todas as coisas são sustentadas por seu poderoso arbítrio (Hb 1.3).[140]

Turretini diz:

Primeiro, porque a Escritura por toda parte atribui a Deus (como a causa primeira) as ações das causas. Não se diria isso verdadeiramente se todo o método da providência conservação consistisse unicamente na conservação e sustentação das coisas faculdades e se Deus não concorresse eficientemente com elas. Assim lemos que Deus "enviou José ao Egito" (Gn 45.7); "tem o coração do rei em suas mãos e o inclina para onde bem quiser (Pv 21.1); usa os ímpios como um machado, vara, serra, bastão, para sua obra (Is 10.15,26; 13.5). Visto que essas coisas por si sós não agem a menos que o artífice concorra, assim as causas secundárias (comparadas a esses instrumentos) não agem simplesmente por seu próprio poder, mas por fim são movidas pela causa primária. E não se pode objetar que se pode dizer que Deus concorre, visto que ele dá às criaturas a faculdade de agir e preserva essa faculdade (embora não concorra efetivamente com elas). Uma coisa é concorrer com a conservação das faculdades; outra, com suas operações. No entanto, lemos nas passagens evocadas que Deus concorre com as próprias ações, e a similitude citada prova isso necessariamente, pois, embora os instrumentos possam por si sós ter a faculdade de operar, não podem operar sem a concorrência do artífice e a aplicação de sua mão.[141]

Turretini ainda continua:

Como a criatura tem vida própria em substância com respeito a Deus, também ela deve ter vontade em operação, pois o modo de operar segue o modo de ser (pois estes caminham sempre juntos). Ora, a própria criatura depende de Deus em substância, portanto também em operação. Mas se Deus, por sua providência, se ocupa apenas da conservação das coisas (ou de um concurso geral e indiferente determinado pela causa secundaria), a criatura em ação não dependera de Deus; não só isso: Deus, ao contrário, dependerá da criatura, e a causa primária se converterá na secundaria, e esta naquela. Além disso, a secundaria não será subordinada, porém coordenada e independente. E assim haverá muitos seres primários e princípios primários; sim, tantos princípios quantas causas e vontades há nos homens e nos anjos, pois, como bem observa Tomás de Aquino, é essencial a um princípio primário que ele possa agir sem o auxílio ou influência de um agente anterior.[142]

Herman Bavinck explica que no molinismo:

Deus é visto como extraindo seu conhecimento das ações humanas livres não a partir de seu próprio ser, mas da vontade das criaturas, e, assim, torna-se dependente do mundo para seu próprio conhecimento. As criaturas ganham independência, e Deus torna-se o executivo-chefe de um mundo no qual ele é o escravo de seus

subordinados.[143]

O que Molina explicitamente ensina é que Deus é de fato determinado pelo ser humano, mas obviamente nega as consequências óbvias desse ensino, e não afirma que Deus adquira potência passiva, não afirma que o homem se torne autônomo, nem que Deus se torne escravo de seus subordinados. Não estamos aqui dizendo que Molina ensinou isso, mas que essas são as consequências de seu ensino, e, como veremos no próximo tópico, o molinismo pode surpreender ainda mais.

4.4 - O mover de Deus, além de causal não é sempre indiferente – contra molinistas e arminianos

Outro erro a ser cometido é o de achar que Deus, pelo fato de mover a criatura de acordo com sua natureza, esteja submetido à natureza e determinação da causa segunda.

Luis de Molina ensina que o concurso geral de Deus é indiferente e que é determinado pela causa segunda, isso deve ser rejeitado, pois Deus não pode ser determinado por outro, nem pode receber nada de fora. Isso faria de Deus um ser imperfeito, pois quem recebe, recebe algo que não tem, e quem é determinado está inevitavelmente recebendo um influxo causal externo. Assim escreve Molina:

> De fato, com seu concurso geral, Deus influencia como causa universal com uma influência indiferente sobre diferentes ações e efeitos, *sendo essa influência determinada - em relação ao gênero dessas ações e efeitos – pela influência particular das causas secundárias*, que diferem na função da diversidade de cada virtude para agir; se esta causa é livre, então em seu próprio poder ela será influenciada de tal maneira que uma ação ocorre antes da outra – por exemplo, querer algo ao invés de rejeitá-lo, andar em vez de sentar, produzindo um efeito em vez de outro, isto é, um artefato em vez de outro – ou até mesmo suspender totalmente sua influência para que nenhuma ação ocorra.[144]

Para Luis de Molina, Deus é como a luz do sol, ele não produz e não determina que um homem gere outro homem ou influencia que um cavalo gere outro cavalo, Deus é indiferente, uma força presente, mas quase impessoal.

> *Então o concurso de Deus é determinado pela disputa particular de causas segundas*

> *da mesma forma que a influência do sol* – que também é universal é determinado pela influência do homem para produzir outro homem e pela a influência do cavalo para a procriação de outro cavalo; para o sol e o homem eles geram outro homem, como Aristóteles diz em sua Física, lib. II632, e o mesmo então o sol e o cavalo geram outro cavalo.[145]

Molina, de acordo com as citações acima, também afirma que está no poder da criatura suspender totalmente sua influência para que uma ação ocorra, sendo Deus passivo. Ele ainda continua dizendo:

> Mas nós não dizermos que o concurso universal de Deus determine a vontade a dar consentimento, mas que, pelo contrário, *o influxo particular do livre-arbítrio determina o concurso universal*[146] de Deus.[147]

O ensino é claro: Deus precisa esperar a decisão da criatura, para só assim se determinar a fazer e colaborar com o movimento da criatura, isso é a mesma coisa que um movimento autogerado e uma determinação da parte da criatura sobre Deus, tornando Deus determinado ao invés de determinante.

Esse ensino deve ser rejeitado, pois Molina ensina explicitamente que o determinante da ação e, portanto, do curso do decreto, é o homem e não Deus. Além disso, temos uma série de problemas com essa tese, a saber:

- Quem determina é sempre mais perfeito que o determinado, portanto, se Deus é determinado pelo homem no concurso, então, nesse caso, o homem seria mais perfeito do que Deus.

- Se o concurso é indiferente, então de nada adianta orar, pois Deus não poderia inclinar infalivelmente o homem a fazer o bem a não ser que a própria causa secunda determinasse o concurso divino ao ato de fazer o bem ou o mal. Mesmo com auxílios divinos (concurso particular), no molinismo a graça é preveniente, ela não tem o poder de mover eficazmente a vontade humana para uma direção ou outra.

- Deus não seria causa do bem mais do que seria causa do mal, pois ele mesmo não é o determinador do concurso, mas um determinado pela vontade do homem, tornando Deus um par, ou quem sabe, até mesmo, um servo do homem.

- Se o concurso é indiferente, eu sequer poderia agradecer a Deus caso recebesse uma ajuda de um próximo, pois não foi Deus quem determinou que esse homem me ajudasse, mas antes, o homem se determinou a fazer e Deus apenas concorreu com esse ato indiferentemente. Ser molinista, nesse caso,

nos tornaria até pessoas mal agradecidas ao Pai. Para Luis de Molina, somente com o concurso geral o homem já pode fazer boas obras, quer dizer, o homem não precisa do auxílio divino para fazer uma boa ação, desde que não seja uma obra de valor sobrenatural, como querer seguir a Deus, por exemplo.

Partindo desses argumentos elencados acima, o molinismo deve ser rejeitado por razões óbvias, uma vez que Deus se torna um mero acessório humano. Analisando por esse ângulo, não seria exagero comparar o molinismo com o deísmo ou durandismo, uma vez que Deus é indiferente em seu concurso (não inclina infalivelmente o homem para alguma direção), não faz a mínima diferença prática se ele concorre ou não com a criatura, pois estaria submetido à vontade humana. É importante salientar que Molina defende que sem a concorrência de Deus, o homem não pode executar qualquer ato, então o máximo que Deus pode fazer é não concorrer com determinada criatura caso não seja do desejo dele que ação A ou B seja executada. No entanto, ainda persiste o problema de que se ação de Deus é indiferente, ele não pode inclinar, infalivelmente, o homem a executar o bem, e, logicamente, ao mal também não, o que torna Deus, na prática, apenas um conservador das vontades e do movimento humano, por isso a comparação com o durandismo.

Quanto à afirmação de que Deus é um ser determinado no molinismo, costuma-se objetar que é Deus quem escolhe o mundo no qual essa pessoa escolherá livremente. Respondemos, primeiramente, que são as próprias palavras de Molina que afirmam que Deus é determinado no concurso, e, segundo, atacando diretamente a objeção, respondemos que esse decreto de escolha do mundo em que as pessoas escolhem livremente o que Deus quer é baseado no que a criatura faria. Como Deus não é determinante, ele receberia conhecimento das criaturas para assim decretar. Embora Molina negue essa consequência, ainda assim é a única conclusão lógica viável, a saber: se Deus não é o determinante do decreto, então ele é determinado, logo, é aperfeiçoado recebendo de fora. Ao receber essa resposta, o molinista ainda pode objetar dizendo que seria impossível que Deus recebesse algo de criaturas que ainda não existiam, ao que respondemos que se é impossível que Deus receba algo de criaturas que não existem, tampouco a liberdade dessas criaturas pode ser real antes delas existirem, pois, uma vez que nada se pode fazer diferente depois de Deus atualizar[148] um mundo possível, segue-se que, caso o argumento da não-existência de criaturas seja verdadeiro, será

verdadeiro também que elas não gozaram de liberdade alguma antes de existir, tornando totalmente infrutífero o argumento dos mundos possíveis para a conciliação entre liberdade libertária e o decreto de Deus.

Segue-se ainda uma contradição no molinismo, que uma vez que Deus é quem arbitrariamente estabelece a situação em que o homem infalivelmente tomará determinada atitude, não podendo fazer o contrário, então essa atitude não pode ser libertária de fato, pelo contrário, ela é determinada, ainda que indiretamente, por Deus, assim o próprio molinismo se refuta, pois o homem só poderia fazer diferente do que faz conjecturalmente, não atualmente. Luís de Molina afirma que Deus também é determinante, mas somente na condição daquele que livremente concorre junto com a criatura sem interferir em sua vontade. No entanto, é importante salientar que o mesmo Molina, que afirma que Deus concorre com todos os nossos atos e é determinante em sua própria ordem, do efeito, mas não da vontade, também ensina que o homem é totalmente livre e independente de Deus. Ao que parece, pois, Molina, por alguns instantes, ao ser pressionado pelos opositores, teve que aderir rapidamente a uma espécie de durandismo, afirmando que Deus apenas conserva a potência sem uma influência de Deus nos atos dos agentes livres, ele diz: “Como temos explicado, Deus não determina a vontade com sua concorrência geral, nem com nenhum outro, *mas deixa-o livre*, de modo que, uma vez dada a presença e assistência de tudo o que é necessário para agir, se determinar”.[149]

Isso mostra o que de fato significa o termo “indiferença” para Molina. É como se Deus nem ali estivesse. Nesse sentido, não difere, na prática, do que defendia Guilherme Durando: uma ausência de concorrência. Mas só uma preservação das potências, pois Molina defende que uma vez dada a assistência de tudo ao outro do que é necessário, essa vontade mesma se determina a fazer o que quer fazer. Essa frase – mas deixa-o livre –, só fará sentido, para que alcance o objetivo desejado de Molina, se implicar em uma independência de Deus. E sabemos por si só ser isso impossível. Embora Molina defenda uma necessidade de Deus no *concursus*, na prática, seria como se Deus não estivesse ali. Assim sendo similar ao durandismo na prática, embora diferente na teoria.

Não diferente, porém de forma mais sutil, ensina Jacó Armínio:

> A providência divina não determina um livre-arbítrio a uma parte de uma contradição ou contrariedade, isto é, por uma determinação que precede a vontade propriamente

> dita; sob outras circunstâncias, a colaboração da própria vontade com o querer é a causa concomitante, determinando, assim, o querer com a própria vontade, por um ato que não é anterior, mas simultâneo, como expressam os próprios acadêmicos.[150]

Diz também Roger Olson: “Deus coopera com o pecador no pecado após e como uma consequência da livre decisão do pecador de pecar”.[151]

Às vezes podemos não notar no primeiro olhar, mas Armínio está ensinando que o homem pode se autodeterminar sem um mover prévio, ou seja, que ele pode passar da potência para o ato sozinho, se tornando um motor imóvel. Ensina que Deus aguarda uma determinação da criatura para que ele possa concorrer com a mesma, isso é exatamente o que Molina também ensina, e uma permissão em uma concorrência simultânea invocaria necessariamente uma indiferença. Ironicamente, arminianos atuais como Roger Olson e Dave Hunt negam a existência da ciência média, que é uma conclusão necessária do concurso simultâneo. As razões para rejeitar o concurso simultâneo e indiferente já foram apresentadas, mas nunca é demais. Portanto, continuemos.

João Calvino mostra algumas razões do porquê a teologia reformada negar o concurso indiferente. Ele diz:

> E de fato Deus reivindica para si onipotência, e quer que reconheçamos que ela lhe é inerente, não como a imaginam os sofistas, indiferente, ociosa e semientorpecida; mas, ao contrário, vigorosa, eficaz, operosa e continuamente voltada à ação; tampouco uma onipotência que seja apenas um princípio geral de movimento indistinto, como se a um rio ordenasse que flua por leito uma vez preestabelecido; mas, antes, de modo que se ajuste a movimentos individuais e distintos. Por isso, pois, ele é tido por Onipotente, não porque de fato possa agir, contudo às vezes cesse e permaneça inativo; ou, por um impulso geral de continuidade ao curso da natureza que prefixou, mas porque, governando céu e terra por sua providência, a tudo regula de tal modo que nada ocorra senão por sua determinação. Pois, quando se diz no Salmo (115.3) que “Ele faz tudo quanto quer”, trata-se de uma vontade definida e liberada. Ora, seria insipiente interpretar estas palavras do Profeta à maneira dos filósofos, ou, seja, que Deus é o agente primário, visto ser o princípio e a causa de todo movimento, quando, antes, nas coisas adversas, os fiéis se confortam neste alento: que, já que estão debaixo de sua mão, nada sofrem senão pela ordenação e mandado de Deus. Pois, se o governo de Deus assim se estende a todas as suas obras, é pueril cavilação limitá-lo ao influxo da natureza.[152]

Embora Deus mova a causa secundária segundo a natureza dela mesma,

não podemos afirmar que Deus esteja limitado a agir somente assim, como se a natureza de tal ser pudesse limitá-lo. Para os calvinistas, dois posicionamentos são possíveis: 1) o concurso pode ser indiferente para os atos maus, e 2) a concorrência nunca é indiferente de fato.[153] As duas interpretações são possíveis nos escritos de Calvino, no entanto, nesse trabalho optaremos pela posição de número 2 (dois), a concorrência nunca é indiferente de fato, por acharmos que representa melhor o pensamento do reformador de Genebra; uma vez que a maldade humana não tem limites, Deus está sempre inclinando a natureza do homem para o bem, ou seja, todo mal que acontece, já acontece de forma muito menor do que realmente aconteceria, pois Deus já agiu limitando esse homem a fazer o mal que ele faria caso Deus fosse indiferente. Se a concorrência fosse indiferente para os atos maus, o homem usaria sua maldade em toda sua intensidade e o mundo seria destruído. A razão de rejeitar uma concorrência indiferente, mesmo para atos maus, isto é, que Deus apenas se move de acordo com a natureza da criatura, sem poder incliná-la para poder fazer Sua vontade, nos levaria à conclusão de que os acontecimentos seriam determinados pela criatura e não por Deus, que é justamente a falha do molinismo. Se a criatura é quem detém o poder de determinar o evento a se seguir, então Deus passa a ser um agente passivo na concorrência e, portanto, um agente determinado, invés de determinante.

Isso nos levaria a conclusões absurdas, pois tornaria a criatura a verdadeira governante, não Deus. Isso é rejeitado pelas Escrituras, que dizem que “como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer” (Pv 21.1), ou “... porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.13), e ainda: “O coração do homem planeja o seu caminho, mas o SENHOR determina os seus passos” (Pv 16.9). Deus não poderia inclinar a vontade do homem, nem determinar os passos do mesmo, caso a sua operação sobre a criatura estivesse sujeita totalmente à natureza da mesma; isto é, se seu mover fosse indiferente, e como mostramos, nas Escrituras, Deus é continuamente quem determina. Ele nunca é determinado por outro. Para que Deus incline a vontade do homem para fazer isso ou aquilo, Deus age na natureza deste, para que ao ser movido o seja de vontade própria, preservando a liberdade humana. Ou seja, Deus pode tanto não alterar a natureza humana, entregando o ser humano ao seu próprio prazer, como acontece com os ímpios reprovados e suas atitudes más (nesse caso, Deus

apenas inclinaria o homem a não fazer um mal maior). Como Deus pode mudar a natureza do homem para ele agir conforme ele quer, lembrando que sempre que Deus atua na natureza do homem é para que o mesmo faça o bem, pois a maldade e depravação já é inerente ao homem desde que nasce, devido à depravação total (pecado original). Por esse mesmo motivo, não se pode ter o que chamamos de liberdade libertária, uma liberdade autônoma, onde o homem poderia fazer diferente daquilo que foi movido por Deus, já que o mesmo é escravo de sua natureza. Calvino diz:

> Contudo, aqui nos deve ocorrer que, por entre esta corrupção de nossa natureza, algum lugar há para a graça de Deus, não aquela que a expurgue, mas aquela que a coíba interiormente. Ora, se o Senhor permitisse à mente de cada um esbaldar-se de rédeas soltas em todos os desejos, sem dúvida ninguém haveria que, de fato, não propiciasse confirmação de que, mui verdadeiramente, em si concorreriam todas aquelas coisas más pelas quais Paulo condena toda a natureza (Rm 3.12).
> E então? Porventura te eximes ao número desses cujos pés são velozes para derramar sangue (Rm 3.15), as mãos aviltadas em rapinas e assassinatos, a garganta semelhante a sepulcros abertos, a língua enganosa, os lábios pejados de veneno (Rm 3.13), as obras inúteis, iníquas, pútridas, letais, cuja mente é sem Deus, cujas entranhas são depravações, cujos olhos estão voltados para as insídias, o ânimo alçado para ultrajar; em suma, todas as partes engrenadas para infindas impiedades? Se, como o declara o Apóstolo inqualificadamente, cada alma é sujeita a todas as abominações desta espécie, seguramente vemos o que haveria de ser, se o Senhor deixasse que a licenciosidade humana vagasse, conforme sua inclinação. Não há nenhuma fera raivosa que seja impelida tão desbragadamente; rio nenhum, por mais caudaloso e violento, que o desbordamento seja tão impetuoso. Em seus eleitos, o Senhor cura estes achaques na maneira que logo exporemos; nos outros, aplicado um freio, apenas os coíbe, só para que não se arrojem a extremos, até onde antevê ser conveniente para a preservação da totalidade das coisas.[154]

Aqui jaz um ponto extremamente importante da doutrina de Calvino, pois, ao contrário de outras doutrinas que pregam que Deus é indiferente em relação aos atos maus, em Calvino, o concurso, mesmo para o mal, nunca é indiferente, justamente porque Deus está sempre concorrendo para o bem, limitando assim a maldade humana e portando sendo o determinador da ação final por determinar até onde vai maldade humana no ato final, sendo que essa limitação é sempre impeditiva, sem ela o homem tomaria atitudes muito piores, moralmente falando. Geralmente o termo dado a isso no calvinismo chama-se “graça comum”. Assim, Calvino genialmente livrou Deus de ser

um Ser determinado no *concursus*, nos livrando do erro dos molinistas, como também o livrou de ser culpado moralmente pelo efeito do concurso, uma vez que o mesmo está agindo para o bem e limitando o mal. Assim Deus é determinante e sempre bom mesmo nos atos maus dos homens, em que Deus concorre.

No entanto, é importante ressaltar que a concorrência divina, na visão de Molina, nem sempre é indiferente, pois o mesmo defende a graça preveniente, que seria uma moção (mover) em que Deus apenas atrairia o indivíduo para o bem, mas não o suficiente para que essa atração fosse eficaz, de modo que o homem possa, ainda assim, escolher o contrário. Isso é o equivalente à concorrência moral, portanto, não é indiferente. Luís de Molina escreve:

> Também afirmamos: a graça preveniente é um movimento do arbítrio livre pelo qual Deus se move, convida e incentiva-o a concordar com a realização do ato ou bom uso do livre-arbítrio de que estamos falando, a fim de que está disponível para graça. No entanto, é um movimento que não impõe nenhuma necessidade com relação a este concurso, mas deixa você livre para não participar e fazer inútil esse movimento e, portanto, aplicar sua própria influência, particular e necessário, além de toda a força e influência da graça preveniente – que este ato ou bom uso do livre-arbítrio ocorrerá –, ou para suspendê-lo ou influenciar de maneira contrária.[155]

Embora não haja indiferença nesse concurso particular, ainda assim o homem é o determinante final da ação, pois a graça preveniente apenas excita, convida o homem, mas é dependente do livre-arbítrio humano para que se torne uma graça cooperante. Logo, seja em um concurso geral, seja em um concurso particular com a presença dos auxílios divinos, o homem ainda é o determinante final da ação, e Deus, o determinado.

Luís de Molina ainda acrescenta:

> Eu repeti várias vezes que a graça preveniente, enquanto graça preveniente, precede no tempo ou por natureza ao influxo do livre-arbítrio, porque se considerarmos que, mais tarde no tempo ou por natureza, essa graça se torna cooperante – naturalmente, quando o livre-arbítrio consente e influência sobre seu ato, essa graça também influencia e coopera nele simultaneamente –, então a influência sob a qual esta graça acontece cooperando, não precede no tempo, nem por natureza, a influência do livre-arbítrio; ao contrário, essas duas influências juntas com o concurso universal com a qual Deus influencia também no mesmo ato, eles são simultâneos, eles têm uma dependência mútua e eles se unem na mesma ação sobrenatural produzida sob esses

> três causas consideradas como uma causa total única, da mesma forma que o influxo geral de Deus e a influência da segunda sobre a natureza se produzem e desaparecem simultaneamente, eles têm uma dependência mútua e eles se unem em uma mesma ação e efeito natural produzido por ambas as causas.

Notem aqui que as operações da vontade são subtraídas do domínio de Deus, pois Molina, além de tornar o homem independente, torna o homem e Deus meros aliados, cuja disposição o próprio Deus dependeria, quer dizer, Deus seria dependente das disposições humanas para gerar um efeito desejado.

Concluímos então que a indiferença no concurso molinista não é uma característica indispensável, muito pelo contrário. Se Deus continua sendo bom, amoroso e não perde nenhuma de suas características ao inclinar o ser humano para agir de forma A ou B, então para que mesmo a necessidade da indiferença? Ora, se a indiferença se torna desnecessária, o *concursus* simultâneo também, e teríamos que o molinismo seria um amontoado de argumentos desnecessários. O pronunciamento de Molina de que "em virtude de sua onipotência, Deus pode inclinar o nosso livre-arbítrio para onde ele quer, salvo de pecar"[156] confirma nossa conclusão, uma vez que, ao apelar para um atributo próprio de Deus, o mesmo infere que Deus continua sendo bom, moral, amoroso e tudo que Deus é, caso ele incline o nosso livre-arbítrio para onde ele quer, mas se Deus pode inclinar a vontade do homem sem afetar em nada seu caráter, sem cairmos em heresia, por que mesmo há uma necessidade de indiferença no concurso?

Por que deveria criticar o posicionamento calvinista que prega justamente isso, que Deus inclina o homem para onde quer, mas que esse não lhe tira a liberdade nem faz o homem pecar? Se podemos afirmar o que afirmamos sem incorrer em heresias, então estamos mais do que justificados em manter nosso posicionamento teológico. Acrescentamos ainda que mesmo quando o concurso não é indiferente, como no caso da graça preveniente, segundo o próprio Molina, o homem continua livre de forma libertária, logo, concluímos que a indiferença não é pressuposto básico e necessário para que haja sequer liberdade libertária, parecendo claro que Molina erra ao ensinar a necessidade, em todas as situações, da indiferença na concorrência divina.

4.5 - Há em Deus um conhecimento natural, livre e médio? Afirmamos o primeiro e o segundo, impugnamos o terceiro[157]

Luís de Molina explica o seguinte:

> Devemos distinguir em Deus *uma ciência tripla*, se não queremos alucinar na tentativa de conciliar a liberdade de nosso arbítrio e a contingência de coisas com presciência divina. *Um puramente natural*, que, consequentemente, de modo algum ele pode sofrer variação em Deus; através dela, ele sabe todas as coisas que o poder divino ─ seja com imediatismo, seja com intervenção das segundas causas - pode fazer, tanto em relação às naturezas individuais necessárias e suas uniões, como em relação às naturezas contingentes, mas não porque vão ocorrer ou não em um determinado, mas porque eles podem ou não ser indiferentemente, sendo este uma característica necessária de tais futuros e, portanto, caem sob a ciência natural de Deus. *Outro puramente livre*, por meio do qual, sem hipóteses, nem qualquer condição, Deus sabe de maneira absoluta e determinada de todos as uniões contingentes e após o livre ato de sua vontade, o que as coisas vão acontecer realmente e as que não. Finalmente, o terceiro é a *ciência média*, através da qual Deus vê em sua essência, em virtude da mais alta e inescrutável compreensão de todo livre-arbítrio, o que ele faria em razão de sua liberdade inata, se fosse colocado neste ou em que ou mesmo em qualquer das ordens infinitas das coisas, mesmo que em a realidade também poderia, se quisesse, fazer o oposto, como é evidente o que dissemos nas disputas 49 e 50.[158]

> Além disso, que algo dotado de livre-arbítrio se incline para um ou outro sentido, uma vez colocado em uma certa ordem determinada de coisas e circunstâncias, não é se deve à presciência divina – pelo contrário, Deus pré-sabe isso, porque este algo dotado de livre-arbítrio deve fazer livremente isso mesmo –, nem que Deus queira que se faça tal coisa, mas que esse algo dotado de livre-arbítrio vai querer livremente fazer tal coisa. A partir daqui, é muito claro que a ciência através do qual Deus prevê, antes de decidir criar este algo dotado de livre-arbítrio, o que faria, dada a hipótese de que fosse colocado na referida ordem de coisas, vai depender do que esse algo dotado de livre-arbítrio fará, na razão de sua liberdade, isto ou aquilo e não o contrário. Mas a ciência pela qual Deus sabe, absolutamente e sem hipóteses, o que realmente acontecerá sob da livre arbitragem criada, é sempre livre em Deus e depende da determinação livre de sua vontade, pelo qual ele decide criar este livre-arbítrio em uma ou outra ordem de coisas.[159]

Tendo em vista a negação do concurso simultâneo, como já mostramos ser falso no tópico anterior, segue-se que o conhecimento médio ou intermediário não pode ser verdadeiro. Explique-se: O conhecimento médio é baseado totalmente no concurso simultâneo, onde Deus, através de uma supercompreensão das essências das criaturas livres, sabe infalivelmente o que ela vai fazer em virtude do seu livre-arbítrio libertário se colocadas em

situação A ou B, mas isso independente do decreto. No calvinismo, é costumeiro dividir o conhecimento de Deus, didaticamente[160], em duas partes, o conhecimento de simples inteligência, também chamado de natural, e o conhecimento de visão, também chamado livre. Basicamente, sem entrar em muitos detalhes, Deus conhece o futuro (possível ou definido) por duas vias: o conhecimento das essências criadas e através do decreto, que naturalmente inclui o concurso divino. Francis Turretin ensina:

> Embora o conhecimento de Deus seja uno e simples intrinsecamente não menos que sua essência, ele pode ser considerado de maneiras diferentes, extrinsecamente, quanto aos objetos. Mas comumente e distinguido pelos teólogos entre o *conhecimento da simples inteligência* (ou natural e indefinido) e *o conhecimento da visão* (ou livre e definido). O primeiro é o conhecimento de coisas meramente possíveis, e por isso e chamado de indefinido, porque nada em mãos e determinado por Deus concernente a eles. O segundo e o conhecimento de coisas futuras e é chamado de definido, porque coisas futuras são determinadas pela infalível vontade de Deus. Por isso diferirem mutuamente: (1) em objeto, porque o conhecimento natural se ocupa de coisas possíveis, porém o soberano de coisas futuras; (2) em fundamento, porque o natural se fundamenta na onipotência de Deus, porém o soberano depende de sua vontade e decreto, por cujas coisas passa de um estado de possibilidade a um estado de futurição; (3) em ordem, porque o natural precede o decreto, porém o soberano o segue, porque visualiza coisas futuras; agora elas não são futuras, exceto por meio do decreto.[161]

O conhecimento de visão ou livre é o conhecimento daquilo que é certo de acontecer no mundo criado. Deus decreta, Deus sabe. Nesse conhecimento, se Deus conhece *p*, *p* necessariamente acontece.[162] Aqui mora a presciência divina, Deus sabe tudo que acontece no mundo real, por causa do seu decreto. Deus não conhece antes do decreto, justamente porque sem decreto não há ato certo, nem depois do decreto, pois, se conhecesse depois do decreto, significaria que ele decretou sem saber, portanto dizemos que Deus conhece *no* decreto, nem antes, nem depois. No ato do decreto Deus conhece tudo que irá infalivelmente acontecer, de outro modo postulamos um conhecimento independente de Deus, o que tornaria Deus dependente de tal verdade fora dele. É importante ressaltar que não é a presciência divina que é a causa dos acontecimentos, mas o decreto. A presciência apenas constata o que Deus decidiu causar no tempo através dos seus decretos. No entanto, alguns autores, como Girolamo Zanchi, poderá

usar presciência como sinônimo de decreto[163], não está de todo errado, mas esse não é o *modus operandi* calvinista.

No conhecimento de simples inteligência ou natural, Deus conhece todos os futuros possíveis, aquilo que poderia ou não acontecer de acordo com que ele poderia ou não decretar. Que Deus conhece aquilo que poderia acontecer, mas nunca vai acontecer, é um fato atestado na Escritura, como por ocasião da perseguição de Saul a Davi, em que Davi pergunta se os homens de Queila o entregarão se ele ficar na cidade, e Deus responde prontamente que sim (1Sm 23.7-14). Ou seja, Deus sabia daquilo que ele nunca decretou, mas que poderia decretar, a isso chamamos de mundos possíveis ou futuros hipotéticos. Aqui, nesse conhecimento, se Deus conhece p, p não acontece necessariamente, pois não há decreto. Deus poderia, através do seu concurso providencial, mover uma criatura em uma determinada situação para A ou B, de acordo com sua natureza, mas isso pressupõe uma determinação divina anterior, um decreto hipotético, para um mundo possível hipotético. O conhecimento de um futuro depende não somente do conhecimento das essências criadas, mas depende também do decreto, assim, o conhecimento de Deus depende do conhecimento da essência criada, que Deus conhece em si mesmo, já que foi ele mesmo quem criou, e do modo como essa criatura operaria diante do mover prévio de Deus. Como tudo que acontece depende do mover prévio de Deus, então Deus conhece tudo que causa (ciência de visão ou livre) ou tudo que poderia causar (ciência de simples inteligência ou natural). Mas devemos fazer uma observação: quando falamos que Deus não conhece a parte do decreto, estamos falando de atos futuros das criaturas livres, sejam os atos possíveis, sejam os atos certos.

Disso não se deve concluir que não há conhecimento algum sobre qualquer coisa antes do decreto. Deus conhece as essências criadas nos quais ele vai concorrer, antes de decretar os eventos futuros, já que ele mesmo criou as essências em um decreto anterior. *Verdades necessárias* como a lógica ou operações matemáticas existem antes do decreto, pois são reflexo direto do intelecto divino, se Deus tem um intelecto, então ele deve racionar segundo as leis da lógica, mas isso não torna Deus sujeito às leis da lógica, mas somente sujeito a ele mesmo, de quem essas leis são um reflexo. *Os fundamentos morais* também podem ser aqui elencados, pois são um reflexo direto do caráter divino. O conhecimento inato de Deus se limita àquilo que é reflexo da sua própria essência, não podendo conhecer de forma inata, ou seja, independente da vontade divina, verdades contingenciais futuras, como

alega o Dr. William Lane Craig[164] e também Jacó Armínio[165], pois verdades contingenciais futuras são aquilo que pode ou não pode ser, e precisam de um veridador além de si mesmas para serem ou não serem, diferentemente das verdades de fulcro necessário, que são o que são somente a partir de si mesmas, pois são um reflexo direto do Criador, existindo independente de sua livre vontade.

O conhecimento médio, diferente de ser o conhecimento daquilo que Deus poderia causar, é o conhecimento daquilo que Deus de forma alguma moveu. A questão se relaciona com as coisas contingentes condicionais futuras, as quais (sendo estabelecida a condição) podem ocorrer e não ocorrer; por exemplo, se João fosse à biblioteca, ele estudaria ou não estudaria, se Jesus fosse crucificado, Pedro poderia negá-lo ou não, etc. O molinista afirma que é possível conhecer, certo e determinantemente, a atitude dos agentes livres, antes do decreto divino. Isso é falso, e deve ser rejeitado, e demonstraremos a seguir o porquê.

Sendo isso verdade, o conhecimento de Deus, no tocante aos atos livres é determinado pelos futuros atos livres das criaturas. Molina não esconde isso e está explicitamente ensinando em toda sua obra, como pode ser visto no tópico anterior. O Dr. William Lane Craig[166], para fugir dessa objeção, responde que Deus conhece as coisas em sua própria essência, portanto saberia o que cada agente livre faria se colocado em cada situação. Segundo ele, esse conhecimento está como ideia nata em Deus, portanto Deus não poderia receber essa verdade da criatura. Para chegar a tal conclusão, Dr. Craig estabelece que ser onisciente é conhecer todas as verdades, daí, postula que as “Contrafactuais de liberdade” são verdades, e que Deus deve necessariamente conhecê-las. Logo, Deus as conhece por sua onisciência, em si mesmas, não precisando receber essa verdade por parte da criatura.

Várias são as observações a serem feitas aos comentários do Dr Craig. Primeiro que, embora Deus conheça absolutamente tudo, isso não anula o meio pelo qual ele conhece, nesse caso, as verdades contingenciais futuras. Como demonstraremos mais a frente, não podem ser conhecidas de forma inata, como defende Dr. Craig, pois somente verdades necessárias podem ser conhecidas de forma inata. Logo, não se segue que Deus conhecer todas as verdades torne o conhecimento das verdades contingenciais em verdades necessárias para serem conhecidas de forma inata. Segundo, declaramos como falsa a ideia do Dr. Craig de que se Deus conhece as coisas através de sua própria essência, segue-se que esse conhecimento não é causado pelas

essências criadas, muito pelo contrário, segue-se que o conhecimento de Deus seria causado pelas criaturas, já que, para os molinistas, as criaturas, antes de qualquer decreto divino, podem determinar-se, causando o que Deus conhecerá pela sua ciência intermediária. A questão principal é que *não pode existir um conhecimento da contrafactual somente pelo conhecimento da essência criada, mas deve ser também pelo decreto, pois, sem decreto, não há determinação pelo concurso, o que nos levaria a uma autodeterminação da criatura. Se a criatura se determina, Deus passa a ser o determinado e, portanto, passivo; se passivo, se torna imperfeito*. Girolamus Zanchi explica de forma brilhante que "a presciência de Deus, tomada abstratamente, não é a única causa dos seres e eventos; mas sua vontade e presciência juntas. Daí nós encontramos em Atos 2.23, que seu determinado conselho e presciência agem em conjunto; o último resultante e fundado no primeiro".[167]

Quanto à segunda objeção, a de que as Contrafactuais de liberdade (aquilo que cada ser humano faria livremente em determinada situação sem a determinação divina) ser uma verdade e, portanto, deve ser conhecida, já que Deus conhece todas as verdades por ser onisciente, é totalmente descabida de qualquer base. Duas respostas são dadas a objeção do Dr. Craig: Primeiro que não é uma "verdade" o que qualquer agente livre faria independente da moção divina, porque é impossível existir qualquer movimento: não se pode ter um ser movido sem um mover anterior; logo, ele não pode se autodeterminar, como fica claro na explicação dada no tópico (3.1.1). Segue-se que é uma proposição impossível de ser conhecida. A segunda resposta é que as verdades que Deus conhece necessariamente, independente do decreto, são aquelas que são um reflexo direto de sua essência, por exemplo, as leis da lógica e as proposições matemáticas (reflexo direto do intelecto divino) e os fundamentos morais (reflexo direto do caráter divino), essas proposições são de fulcro necessário, como, por exemplo se dizemos que 2 + 2 = 4, mesmo para Deus, 2 + 2 não podem ser 7, e Deus sabe disso independente da ordem criada ou do decreto. Vejam. Essas proposições de fulcro necessário, são verdades somente pelo fato de Deus existir. Elas independem da vontade livre divina. As contrafactuais de liberdade não estão de forma alguma no conjunto das verdades necessárias, porque dependem da vontade livre divina, portanto não podem ter uma veridação a partir de si mesmas, independente do decreto divino, como acontece com as leis da lógica, operações matemáticas e fundamentos morais.

Ainda quanto às proposições que enunciam verdades necessárias, como

2 + 2 = 4, cabe acrescentar razões pelas quais essas se diferem das proposições contingentes singulares. Primeiramente pela razão de que estas, diferentes daquelas, não podem ser senão o que são, e por isso enquadram-se no que os escolásticos entendem por “matéria necessária”. Por isso, o valor verdade de tais proposições não encerra em si uma determinação a mais do que a encontrada na essência mesma de Deus (já que a essência divina é semelhança própria de todos os inteligíveis), antes de todo e qualquer ato de sua inteligência e vontade, e que não podem ser senão o que são, o que as difere substancialmente das verdades dos futuros contingentes, que podem ser ou não ser. Dr. Craig parece cometer o erro primário de confundir proposições em matéria necessária e proposições em matéria contingente, e tomar o meio pelo qual elas são verdadeiras como sendo unívoco: como se o fato de Deus não ser determinado pelas verdades de fulcro necessário o fizesse também não ser determinado pelas verdades de fulcro contingente. E tampouco faz sentido dizer que Deus poderia fazer com que 2 + 2 fosse 16 e não 4, já que neste caso estamos a falar de proposições em matéria necessária que não podem ser senão daquele modo, em virtude de suas próprias naturezas, naturezas essas que de nenhum modo encerram uma determinação veritativa a mais do que a encontrada na essência divina.

Portanto, no caso das contrafactuais de liberdade humana, que são o objeto formal da ciência média, o conhecimento de Deus é passivo, logo, determinado na exata medida que recebe e é causado pelas determinações e deliberações das essências criadas, que quando postas nestas ou naquelas circunstâncias ou condições por ele, tornarão as proposições contingentes singulares mais determinadas à existência do que suas contrárias. E Deus sabe isso não porque é a causa desse conhecimento, como alega Dr. Craig, e sim pela supercompreensão do livre-arbítrio criado, como defenderia Molina, que sonda as vontades de forma que conhece o que tais fariam se postas deste ou daquele jeito, ou pela verdade objetiva formal de proposições singulares contingentes, como defendeu Francisco Suarez (Dr. Craig se identifica com o molinismo de Suarez, também chamado de congruísmo ou suarezismo). Em todas estas hipóteses da escola molinista, o meio pelo qual se dá a ciência média, a determinação que constitui as contrafactuais enquanto tal (que o separa do objeto da ciência de simples inteligência e de visão) é causado estritamente pelas causas próximas, e jamais por Deus, e por isso, neste sentido estrito, a ciência média é causada pelas essências criadas, não por Deus; logo, se tais verdades existem, elas não podem ser nata a Deus, nem

podem existir independente da vontade dele, portanto são impossíveis por essas vias.

Fica demonstrada então a inviabilidade do conhecimento médio por tornar Deus um ser determinado, e, portanto, que admite potência passiva, ou seja, imperfeição, já que não tem conhecimento das contrafactuais a partir de si mesmo, mas de outro, que é a criatura. Ao ser colocado diante desse argumento, proposto pelo tomista francês Garrigou Lagrange, Dr. Craig simplesmente admitiu que Deus tem potência passiva, ou seja, é imperfeito, e que preferia assumir esse risco do que tornar Deus autor do pecado e do mal. Dr. Craig assim diz:

> Alguns oponentes do conhecimento médio incorretamente acusam que criaturas livres causam o conhecimento médio de Deus de vários mundos atualizáveis. Mas tal alegação é obviamente equivocada, já que, naquele momento logicamente anterior, nada além de Deus existe, de modo que não se pode falar de uma relação causal. Pelo contrário, os Molinistas afirmaram consistentemente que não há nenhuma causa das cognições de Deus extra se, mas que ele conhece contrafactuais de liberdade através de Sua própria essência, isto é, naturalmente. Isso leva à segunda metade da objeção de Garrigou-Lagrange, que o conhecimento médio postula passividade em Deus. *Apesar dos protestos Molinistas, acho que teremos que admitir que isso é verdade*. Mas, ao mesmo tempo, como eu disse acima, isso não me parece de grande importância. Como argumentei anteriormente, a presciência simples de Deus pode ser entendida como determinada em seu conteúdo pelo que de fato ocorrerá. Esse tipo de determinação ou passividade da parte de Deus parece-me completamente inócuo, e se isso sacrifica a visão tomista de Deus como pura realidade, então assim seja. A visão tomista de que Deus determina não apenas a verdade de futuras proposições contingentes, mas também a verdade de contrafactuais de liberdade, parece conduzir inescapavelmente a fazer de Deus o autor do pecado e a uma negação da liberdade humana e da responsabilidade em geral.[168]

Lembrando que a concepção tomista de Deus é a mesma calvinista, como será demonstrado na seção de teontologia. Como vemos, Dr. Craig começa negando a premissa de que as criaturas de fato forneçam o material de conhecimento médio para Deus, mas contraditoriamente não nega sua conclusão, a de que, caso isso seja verdadeiro, Deus passa a ser passivo, portanto imperfeito. *O Dr. Craig não tem a mínima cerimônia de dizer que admite que seu sistema torna Deus imperfeito*. Dr. Craig diz que prefere atribuir passividade em Deus, portanto imperfeição, do que negar a liberdade humana e a responsabilidade, mas, como vimos nesse material, já ficou

provado que no modelo calvinista os atos livres podem ser determinados e ainda se preserva a responsabilidade humana, tudo isso sem precisar abrir mão da perfeição divina, nem apelar para o mistério.

Dr. Craig, tenta ainda uma última saída ao dizer: Alguns oponentes do conhecimento médio incorretamente acusam que criaturas livres causam o conhecimento médio de Deus de vários mundos atualizáveis. Mas tal alegação é obviamente equivocada, já que, naquele momento logicamente anterior, nada além de Deus existe, de modo que não se pode falar de uma relação causal. Ora, mas se é verdade que não há uma relação causal entre criatura e Criador porque as criaturas ainda não existiam, então também deve ser verdadeiro que as liberdades dessas criaturas não são reais antes do decreto divino, quando as mesmas também não existiam. Assim sendo, o próprio argumento do Dr. Craig leva à derrota do conhecimento médio.

Parece-me claro que o calvinismo é um sistema teológico que oferece as melhores respostas, pois, por um lado, os arminianos se escondem atrás do mistério, e, por outro, os molinistas se escondem atrás de uma imperfeição de Deus. No entanto, os calvinistas não precisam abrir mão de absolutamente nada; segue-se logicamente que nosso sistema é o mais completo.

4.6 – O concurso providencial é moral? Isso negamos contra arminianos e scotistas

Roger Olson afirma que, a partir do século XIX, a maioria dos arminianos posteriores aos ensinos de Thomas Summers e John Miley acredita em um concurso moral.[169] *Concurso moral é um concurso divino que trabalha de modo moral, apenas persuadindo, ou dissuadindo, ou propondo, ou removendo os objetos e ocasiões*. Esse concurso é largamente visto por ocasião do que é chamado de graça preveniente[170], mas, ao que parece, os arminianos atuais defendem o concurso moral em todas as situações, embora Armínio não o fizesse, pois o mesmo defende que Deus pode controlar a decisão de determinadas pessoas[171], o que seria impossível em um concurso moral.

Esse tipo de concorrência deve ser rejeitado, primeiramente porque transforma o homem no verdadeiro governante e torna Deus e seus planos dependentes do agente livre. Nesse modelo, Deus incita o homem a fazer o que ele quer, mas o homem é quem decide se a vontade de Deus dará prosseguimento ou não. Portanto, a vontade de Deus é condicionada à vontade humana, Deus é quem se torna determinado e não o determinante de

cada ação. Por exemplo, Deus tem vontade de salvar um determinado homem, então Deus com seu poder incita esse homem a querê-Lo, mas ao homem cabe aceitar e dar prosseguimento à concretização do desejo de Deus de salvar, ou rejeitar e frustrar o plano de Deus de salvar. Quer dizer, os planos de Deus estariam sujeitos à vontade humana. E em segundo lugar, esse concurso deve ser rejeitado por tornar o homem parcialmente causa de sua salvação, atribuindo a si mesmo mérito, pois, por ocasião da graça preveniente, o homem e Deus se tornam causas parciais para a produção do mesmo efeito; portanto, precisa-se que os dois estejam presentes em ação para que o efeito seja gerado, o homem não se salva sem a ação de Deus, mas Deus também não salva sem resposta humana, por isso diz-se acertadamente que a salvação nesse caso é pelos méritos humanos, mas não somente pelos méritos humanos, mas também no de Deus. É de suma importância destacar que não é somente pelos méritos humanos, pois muitos calvinistas precipitadamente cometem esse erro, mas também *não é no mérito somente de Deus*, como os arminianos erroneamente afirmam, *mas no mérito dos dois* – mérito humano e mérito de Deus. Essa graça (preveniente) é uma ajuda somente, não é eficaz, portanto não pode efetivamente mover a vontade para que o homem responda positivamente, pois o mesmo pode responder negativamente ainda depois da capacitação recebida por tal graça, assim o homem alcança a salvação se fizer um bom ou mau uso desse auxílio; logo, mesmo que arminianos não sejam pelagianos ou semi-pelagianos, ainda assim a salvação é, em parte, pelos méritos humanos, pois depende do bom ou mau uso que se faz de uma capacitação que se recebe.

Arminianos em geral respondem que o homem somente não resiste à graça, como se isso não fosse também uma ação. Nesse caso, o homem não resistiria porque não quer resistir, é uma ação positiva, não é indolente como se houvesse um estado de inconsciência no homem, portanto, a alegação de uma não resistência não ser uma participação humana é totalmente sem fundamento. Embora os arminianos atribuam tudo à graça de Deus, ao mesmo tempo afirmam a necessidade da cooperação humana, tornando-se logicamente impossível que não haja mérito humano, mesmo que a salvação não seja por boas obras de caridade, por exemplo, mas é um mérito por participação efetiva para a conclusão do ato, sem o qual ele não poderia ser feito. Embora Armínio tenha de fato defendido uma graça do começo ao fim[172], isso não pode ser verdade em um concurso moral, ou seja, não pode ser verdade em uma graça preveniente. É logicamente impossível que seja

graça do começo ao fim e pregar graça preveniente, pois se há uma parte de colaboração humana sem a qual a graça jamais alcançaria seu intento, então não pode ser só por graça, a não ser que se considere uma ação humana o mesmo que graça, o que é absurdo, já que a graça não pode ser produzida pelo homem. Assim, não cabe somente afirmar uma graça do começo ao fim, mas deve-se demonstrar como isso acontece. Mas as explicações dadas por Armínio em defesa dessa graça do começo ao fim não logram êxito. Se a graça preveniente é verdadeira, então existe um mundo possível onde todas as pessoas negaram a Cristo, e o Deus que quer salvar todo mundo, na verdade, não salvaria ninguém! Por isso deve-se rejeitar a liberdade libertária e o concurso moral, por impor uma possibilidade de falha da obra de Cristo, o que por si só já é blasfemo.

Adiciono mais um motivo, uma moção moral de ordem atrativa é incapaz de inclinar infalivelmente a nossa vontade. Além disso, uma moção moral não resguarda a primazia divina na ordem física, da causalidade eficiente que tão só a Deus pertence como primeiro motor e primeira causa, já que a causalidade moral e atrativa se realiza sempre com razão de fim. Assim sendo, uma moção moral tampouco é suficiente para resguardar o estatuto de Deus como primeiro agente, e primeiro principio, tornando fatalmente o homem em uma causa primeira de suas próprias ações.

Por outro lado, Duns Scotus (1266-1308) defendeu o que ficou conhecido por *condeterminação*, também chamada de *doutrina da simpatia*. Nessa doutrina, Deus emite um decreto eterno e concorre simultaneamente com a causa segunda de modo a inclinar a mesma de forma infalível em direção ao que ele predeterminou. Só que essa inclinação é feita por um concurso moral. Essa doutrina é uma quimera, pois atribui infalibilidade a algo que não pode ser infalível por natureza, a saber, o concurso moral – além de cair nos mesmos erros do concurso simultâneo, já que retira de Deus seu *status* de primeiro motor. A favor dos Scotistas, há o fato de que eles, igualmente aos calvinistas e tomistas (bañezianos), rejeitam a liberdade libertária.

5 – A determinação divina nos leva ao fatalismo? Isso negamos

Embora já tenhamos provado que nossos atos, mesmo sendo determinados, são dotados de significados, se faz também necessário mostrar que a determinação divina não é fatalista. O fatalismo é cego e necessário quanto à causa segunda, a determinação divina torna o ato necessário

somente em relação a Deus, mas é contingente com relação às causas segundas, pois uma vez que os atos livres são determinados pela vontade livre de Deus, cada ato livre, ainda que certo, poderia ser diferente, pois a vontade livre de Deus é autônoma. Portanto, embora o decreto ou a determinação de Deus torne os eventos futuros certos, não tornam eles necessários com relação à causa segunda, portanto não pode se configurar fatalismo.

O entendimento da relação causa primeira e causa segunda nos ajuda a entender a não necessidade de algum acontecimento, mas a contingência deste que, sendo o mesmo contingente, se mantém contingente enquanto causa segunda. Diz Turretini:

> (quando se pode considerar que o primeiro movedor arremessa de tal modo as esferas inferiores que, não obstante, o movimento próprio e especial delas permanece, e isso não deixa de ser considerado contingente com respeito à causa secundária, da qual se toma a denominação e especificação do ato, cujo modo de agir é contingente e não determinado a uma única direção, o que, no entanto, sucede certa e infalivelmente com base na disposição imutável da providência divina). Essa infalibilidade do evento da hipótese não remove sua contingência da condição de causas secundárias e de seu modo de agir (no qual há sempre uma faculdade intrínseca e uma indiferença para com o oposto). E assim era necessário que José fosse vendido por seus irmãos e descido ao Egito, porque isso fora determinado por Deus para a preservação da família de Jacó. Não obstante, era contingente com respeito aos irmãos de José, que poderiam matá-lo ou não vendê-lo. Portanto, as coisas que são absolutamente e de todas as formas necessárias (seja quanto à sua futurição, seja quanto ao modo em que são feitas e produzidas) diferem daquelas que são hipoteticamente necessárias, com base na ordenação divina. O primeiro caso não pode harmonizar-se com a contingência, porém nada impede que essas coisas (as quais, quanto ao modo de produção, sucedem contingentemente com respeito às causas secundárias) tenham ainda uma necessidade de consequência ou da futurição infalível do evento, com base na ordem da providência.[173]

Algo importante a se considerar é que a acusação de fatalismo só tem valor porque vem embutida com o argumento de que nossas atitudes perdem significado caso o destino seja fatal, isso também não é verdade. Mesmo que o fatalismo fosse verdadeiro, ainda assim nossos atos teriam todos os significados. Um exemplo é quando assistimos a um filme em que já sabemos o final. Mesmo que, no final, o mocinho se dê bem, ainda assim reconhecemos a força de vontade do mocinho e o consideramos um herói,

ficando felizes porque o vilão perdeu. Isso tudo porque consideramos que, mesmo que o escritor do roteiro tenha predestinado o personagem a vencer e outro a perder, cada personagem mostra seu valor e o significado de suas atitudes dentro da trama, pois mais importante que o destino, é o caminho que se segue até ele. Um herói ainda é um herói, mesmo que esteja determinado a ser assim, e o vilão ainda é um vilão, mesmo que esteja determinado a ser assim. Então, consideramos refutada a objeção de que nossos atos perderiam os significados se fossem determinados. Não é a incerteza que move nossas atitudes, mas a certeza. É justamente quando temos a certeza de que nosso cônjuge é fiel e podemos contar com ele em todos os momentos, que somos dotados de maior força para seguir em frente e também nos tornarmos parceiros fiéis a ponto de entregar a vida pelo outro. Por outro lado, a incerteza gera desconfiança e a desconfiança gera medo e o medo gera a falta de amor. Logo, é simples a conclusão de que o indeterminismo geraria a destruição de tudo aquilo que se chama virtude cristã. Somente com a crença no determinismo divino podemos desenvolver a confiança necessária para carregar nossa cruz, em vez de nos entregarmos aos prazeres mundanos. De outra forma, se o futuro for incerto, “comamos e bebamos, pois amanhã morreremos” (1Co 15.32).

6 – Sobre a determinação dos atos pecaminosos

Parece ser óbvio, que se Deus determina todas as coisas, então ele determina o pecado e o mal (aqui nos referiremos ao mal moral), e se ele determina o mal e o pecado, então ele é o autor pecado, mas devemos ter calma nessa abordagem. Quem assim pensa comete o erro de saltar do decreto para o ato final sem analisar a execução do decreto. Existem modos de execução do decreto de Deus e é nesse meio, que o *concursus* está diretamente envolvido, que está a diferença entre o decreto dos atos bons e o decreto dos atos maus. Primeiramente vamos à exposição do que defende a teologia reformada calvinista e depois passaremos para a resolução do problema.

6.1 – Deus determina todas as coisas, mas não é o autor do pecado e do mal moral – contra a alegação de tomistas, molinistas, arminianos

Calvino diz que Deus é a fonte de todas as coisas boas, mas o homem é que desvia sua mente:

> Por outro lado, nem o podes visualizar com clareza, sem que reconheças ser ele a fonte e origem de todas as coisas boas, donde deveria nascer não só o desejo de se apegar a ele, mas ainda de depositar nele sua confiança, se o homem não desviasse sua mente da reta investigação para sua depravação.[174]

A Confissão de Fé de Westminster, cap V.IV, expressamente diz:

> A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa em uma múltipla dispensarão, *mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus,* que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.

Deus não criou o mal, nem criou o pecado. O pecado e o mal são frutos da corrupção da natureza, não da natureza criada, como diria João Calvino:

> Mas o único fundamento que os maniqueus têm – não ser próprio atribuir-se a um Deus bom a criação de qualquer coisa má –, isto nem de leve fere a fé ortodoxa, a qual não admite que no universo inteiro haja alguma natureza má, porquanto nem a depravação e malignidade, seja do homem, seja do diabo, ou os pecados que daí nascem, provêm da natureza, mas da corrupção da natureza.[175]

Os Cânones de Dort vão além, dizem que tal afirmação é blasfêmia:

> 15. A Escritura Sagrada mostra e recomenda a nós esta graça eterna e imerecida sobre nossa eleição, especialmente quando, além disso, testifica que nem todos os homens são eleitos, mas que alguns não o são, ou seja, são passados na eleição eterna de Deus. De acordo com seu soberano, justo, irrepreensível e imutável bom propósito, Deus decidiu deixá-los na miséria comum em que se lançaram por sua própria culpa, não lhes concedendo a fé salvadora e a graça de conversão. Para mostrar sua justiça, decidiu deixá-los em seus próprios caminhos e debaixo do seu justo julgamento, e finalmente condená-los e puni-los eternamente, não apenas por causa de sua incredulidade, mas também por todos os seus pecados, para mostrar sua justiça. Este é o decreto da reprovação qual *não torna Deus o autor do pecado (tal pensamento é blasfêmia!)*, mas o declara o temível, irrepreensível e justo Juiz e Vingador do pecado.[176]

Também a Segunda Confissão Helvética, além de afirmar que Deus não é o autor do pecado, segue os passos de Dort e condena como heresia, dizer que o pecado não proveio do livre-arbítrio do homem:

> *Deus não é o autor do pecado*; e até onde se pode dizer que ele endurece. Está claramente escrito: "Tu não és Deus que se agrade com a iniquidade. Aborreces a todos que praticam iniquidade. Tu destróis os que proferem mentira" (Sl 5.4ss). E de novo: "Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira" (Jo 8.44). Além disso, há em nós suficiente pecado e corrupção, não sendo necessário que Deus em nós infunda uma nova e ainda maior depravação.[177]
>
> *Heresias. Nesta questão, condenamos os maniqueus, os quais afirmam que o início do mal, para o homem bom, não foi de seu livre-arbítrio.* Condenamos, também, os pelagianos, que afirmam que um homem mau tem suficiente livre-arbítrio para praticar o bem que lhe é ordenado. Ambos são refutados pela Santa Escritura, que diz aos primeiros: "Deus fez o homem reto"; e aos segundos: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres" (Jo 8.36).[178]

François Turretini também comenta a falsa acusação dos detratores da teologia reformada:

> Um erro que, por conclusão inevidente e violenta, se deduz de qualquer doutrina (ou aquilo que aqueles que defendem a doutrina séria e piedosamente detestam) não pode, com justiça, ser-lhes imputado. Por exemplo, aqueles dos quais os reformadores foram acusados (i.e., de que fizeram Deus o autor do mal e do pecado)... Tais erros não procedem – porém meramente se supõe que procedem – nem constituem conclusões evidentes e inerentes que podem ser deduzidas da verdadeira doutrina dos reformadores, porém o seu ensino é distorcido contra a sua intenção e, em vez de ser recebido, é condenado e rejeitado por eles.[179]
>
> A importunação dos adversários (que têm corrompido esse cume primordial da fé com erros letais e calúnias infames com os quais costumam cumular nossa doutrina) nos impõe a necessidade de manuseá-la, para que a verdade seja nitidamente exibida e isentada das falsíssimas e mui iníquas incriminações maldosamente impostas pelos homens. Como se introduzíssemos uma necessidade fatal e estóica; como se, com ela, extinguíssemos toda a religião da mente humana, mitigando-a no leito da segurança e profanação, ou arremessando-a no abismo do desespero; como se convertêssemos Deus num ser cruel, hipócrita, autor do mal e do pecado – recuso-me a prosseguir. Ora, como todas essas coisas são completamente falsas, temos o dever de inquestionavelmente refutá-las mediante uma sóbria e saudável exibição dessa

> doutrina com base na Palavra de Deus.[180]

Theophilus Gale também ensina que “fazer do Deus Santo, autor do pecado, é a gota da blasfêmia, é aquilo que todo espírito sério abomina mais que o inferno”.[181]

A acusação de que João Calvino e os reformadores em geral defenderam que Deus é o autor do pecado é frequente. Luis de Molina, em sua concórdia, faz a afirmação de que Lutero e Calvino defendem que Deus é o autor do pecado.[182] Padre Hugon, tomista da mais alta cepa, faz a seguinte afirmação em seu livro: “Os corifeus da defesa não se envergonharam de fazer remontar o mal até Deus, como a sua própria fonte. No dizer de Calvino, Deus não somente permite o mal, mas ele o impulsiona, de modo que ele se torna o autor do pecado”.[183] Como ficou demonstrado, os referidos autores estão totalmente equivocados, os mesmos se baseiam em fontes secundárias que não expressam a realidade dos fatos (vide nota 143). Roger Olson, eminente teólogo arminiano, diz que Calvino, de maneira bastante conhecida, atribuiu até mesmo os atos malévolos e pecaminosos dos ímpios aos impulsos secretos de Deus.[184] Para confirmar sua tese, Olson cita as Institutas livro 1, cap. 18 – “Deus de tal modo usa as obras dos ímpios e a disposição lhes verga a executar seus juízos, que ele próprio permanece limpo de toda a mácula”, como se tal texto provasse algo, se não que Calvino afirma que Deus usa a maldade que já está no ímpio para cumprir seus propósitos. Logo após, o mesmo também cita uma passagem das institutas em Calvino diz que “uma vez se diz que a vontade de Deus e a causa de todas as coisas, a providência e estatuída como moderatriz em todos os planos e ações dos homens, de sorte que não apenas comprove sua eficiência nos eleitos, que são regidos pelo Espírito Santo, mas ainda obrigue os réprobos a obediência”, para insinuar que Deus é autor do mal, mas o mesmo não se atenta que Calvino fala da ordem da providência, fala de um *concursus* geral, não de um *concursus* particular, tememos que o teólogo arminiano sequer saiba a diferença entre um e outro, partindo desse critério, nem mesmo o próprio Armínio escaparia das acusações de Olson, como veremos mais a frente. João Calvino é claro ao dizer que aos atos maus Deus se referem a um concurso geral e não ao particular:

> Mestre - Mas o que podemos dizer de homens e demônios maus? Vamos dizer que eles também estão sob ele?

> Aluno - Embora ele não os governe pelo seu Espírito, no entanto para-os por seu poder como um freio, de modo que eles não podem se mexer, a menos que, na medida em que permite a eles. Não, ele ainda torna os ministros de sua vontade, de modo que não querem e contra a sua própria intenção, eles são forçados a executar o que lhe parece bom.[185]

Lembrando que ao dizer que os homens maus não são governados pelo Espírito de Deus, Calvino, nessa confissão, está a dizer que eles não são governados particularmente, é só ter em vista os conceitos apresentados no começo desse capítulo, sobre o significado de providência geral e ordenança especial no pensamento do reformador. E mais, Calvino é enfático, ele ensina que Deus, na verdade, freia os atos maus dos homens, e os usa para fins salutíferos. Esse mesmo pensamento pode ser encontrado em outras referências:

> Só porque afirmo e mantenho que o mundo é dirigido e governado pela secreta providência de Deus, uma multidão de homens presunçosos se ergue contra mim alegando que apresento Deus como sendo o autor do pecado. Essa é uma calúnia tão estúpida, que num piscar de olhos se desfaria em nada, se tais pessoas não sofressem de coceira nos ouvidos e não sentissem profundo prazer em nutrir-se com tais discursos.[186]

> Só uma exceção se deve fazer, a saber: que a causa do pecado, as raízes do qual sempre reside no próprio pecador; não têm sua origem em Deus, pois resulta sempre verdadeiro que “A tua ruína, ó Israel, vem de ti, e só de mim o teu socorro”.[187]

Vejamos o que Jacó Armínio declara sobre a providência de Deus sobre os pecados:

> Os meus sentimentos a respeito da providência de Deus são os seguintes: ela está presente em todas as coisas, e as preside; e todas as coisas, conforme suas essências, quantidades, qualidades, relações, ações, paixões, lugares, tempos, estações e hábitos, são sujeitas ao governo, à conservação e à orientação da providência. *Eu não excetuo nenhuma coisa particular, terrena, vil nem contingente, nem mesmo o livre-arbítrio de homens ou anjos, seja ele bom ou mau*. E, além disso, não tiro do controle da divina providência nem mesmo os próprios pecados, quer consideremos seu início, seu progresso ou seu fim.
> 1. Com respeito ao início do pecado, atribui os seguintes atos à providência de Deus: Em primeiro lugar, a permissão, não a ociosa, mas a que une quatro atos positivos:
> (1.) A preservação da criatura, com respeito à essência, vida e capacidade.

> (2.) O cuidado para que um poder maior ou igual não seja colocado na oposição.
> (3.) A oferta de um objeto contra o qual o pecado será cometido.
> (4.) A concessão destinada de sua cooperação, que, devido à dependência que uma segunda causa tem da primeira, é uma cooperação necessária.
> Em segundo lugar, a administração de argumentos e ocasiões, que convidam à perpetração do pecado.
> Em terceiro lugar, a determinação de lugar, tempo, maneira e circunstâncias similares.
> Em quarto lugar, a cooperação imediata, propriamente dita, de Deus, com o ato do pecado.[188]

Em melhores palavras, para Armínio, não só a preservação, o governo, o cuidado de Deus estava sobre os atos pecaminosos, como também a colaboração imediata, quer dizer direta, divina, estava em cada ato; portanto, Deus torna possível o ato pecaminoso não por uma permissão indolente, mas por uma colaboração positiva, embora indiferente. Mas por que Roger Olson e outros autores arminianos não dizem que Armínio tornava Deus autor do mal? Por que eles não estabelecem o mesmo critério com que atacam os outros para si, e perguntam como alguém pode preservar, governar, cuidar e colaborar com o pecado sem se tornar cúmplice desse mesmo pecado? Olson afirma com relação à concorrência divina no arminianismo que:

> A cooperação de Deus e seu consentimento e cooperação com as decisões e ações das criaturas. Nenhuma criatura poderia decidir ou agir sem o poder cooperativo de Deus. Para que alguém levante o seu braco ele (a) precisa da cooperação de Deus; Deus empresta (na maneira de falar), o poder suficiente para levantar um braco, e sem a cooperação de Deus mesmo tal ação, tão trivial, seria impossível.[189]

Quer dizer que qualquer atitude humana é Deus quem dá a capacidade de fazer, por exemplo, se um homem deseja matar outro através de golpes de facadas, Deus não é um espectador, ele concede a força para que o homem agressor possa esfaquear e matar o outro homem, sendo o produtor do efeito juntamente com a criatura. Nas próprias palavras de Olson: “A Cooperação de Deus não é seu influxo imediato para dentro de uma causa secundaria ou inferior mas é uma ação de Deus fluindo [*influens*] imediatamente para o efeito da causa, de maneira que o mesmo efeito em uma e na mesma ação inteira possa ser produzido simultaneamente [*simul*] por Deus e a criatura”. Essa doutrina da concorrência é exatamente igual a calvinista, pelos menos no que diz respeito ao efeito produzido, mas mesmo com essa colaboração

em que Deus produz, juntamente com o homem, o mesmo efeito de dar uma facada e ferir outro homem. Segundo Olson, Deus não tem parte alguma naquele pecado, somente o pensamento calvinista é que leva a essa conclusão por dizer a mesma coisa, como vemos, dois pesos e duas medidas. Lembramos que, como já apresentamos nesse trabalho, os atos maus são determinados por Deus porque Deus concorre com eles, sustenta e os move de acordo com a natureza do objeto movido, logo, é Deus quem torna o ato certo, portanto determinado, mas não como causa formal[190], pois não imprime o mal no ato, nem aprova eticamente tal ato, quer dizer, exatamente o que Armínio ensina em suas obras, mas curiosamente, somente os calvinistas são quem tornam Deus o autor do mal, enquanto a mesma lógica não se aplica aos arminianos.

Porém, é importante fazer uma importante observação. Roger Olson critica os calvinistas por ensinarem que Deus permite um mal para alcançar um fim maior, e que essa permissão não é indolente, ou seja, os calvinistas ensinam que Deus não permite o mal porque foi obrigado a permitir. Isso é bem verdade, acreditamos que todo mal no mundo tem um propósito, assim como foi na vida de Jó, que Deus permitiu que o mal acontecesse para um bem maior, mas permitiu porque quis permitir, então dizemos que era da vontade de Deus essa permissão, portanto, Deus decretou permitir tal ato, isso significa que Deus se determinou a não impedir tal ato, notem que não é um decreto ativo, onde Deus infunde o mal ou aprova o mal, mas que Deus decreta a si mesmo permitir um mal, não por aprovação do mal pelo mal, mas por causa do seu objetivo maior, que fica claramente descrito em Jó 42.5, onde Jó mesmo declara que antes de todo o mal que lhe aconteceu, ele só conhecia a Deus de ouvir falar, mas depois de todo o mal que lhe aconteceu, ele o vê com os próprios olhos. Os propósitos de Deus eram pelo menos dois: 1) envergonhar Satanás através do seu servo Jó, visto que foi o próprio Deus quem incitou Satanás (Jó 1.8); 2) tornar seu servo mais íntimo dele (Jó 42.5). Nós ainda aprendemos com a história de Jó que Deus está totalmente no controle de tudo, e que Satanás não passa de um servo, mesmo que essa servidão seja em rebeldia e contra sua vontade, nada pode fazer que não seja da permissão de Deus, e Deus só permite aquilo que quer permitir. Calvino vai muito além do oposto afirmado, ele diz que a providência divina só produz o bem, já que quando permite que o mal aconteça é para reverter para o bem e para a salvação:

> Portanto, o coração cristão, quando se persuade de absoluta certeza de que tudo ocorre pela administração de Deus, de que nada acontece por acaso, sempre volverá os olhos para ele como a causa principal das coisas, contudo haverá de contemplar as causas inferiores em seu devido lugar. Consequentemente, não nutrira dúvidas de que a providência singular de Deus está velando para preservá-lo, providência que não haverá de permitir que algo aconteça, senão aquilo que lhe reverta para o bem e para a salvação.[191]

Um segundo caso a ser analisado é o descrito em 1Reis 22.20-23:

> "Então ele disse: Ouve, pois, a palavra do Senhor: Vi ao Senhor assentado sobre o seu trono, e todo o exército do céu estava junto a ele, à sua mão direita e à sua esquerda. E disse o Senhor: Quem induzirá Acabe, para que suba, e caia em Ramote de Gileade? E um dizia desta maneira e outro de outra. Então saiu um espírito, e se apresentou diante do Senhor, e disse: Eu o induzirei. E o Senhor lhe disse: Com quê? E disse ele: Eu sairei, e serei um espírito de mentira na boca de todos os seus profetas. E ele disse: Tu o induzirás, e ainda prevalecerás; sai e faze assim. Agora, pois, eis que o Senhor pôs o espírito de mentira na boca de todos estes teus profetas, e o Senhor falou o mal contra ti."[192]

Notem a semelhança entre esse evento e o evento narrado em Jó. Vários espíritos diante de Deus, Deus incita esses espíritos para que cumpram um propósito. Deus envia um espírito de mentira, mas até onde sabemos mentir é pecado, então como explicar o fato de Deus procurar um espírito de mentira e o enviar para fazer alguém mentir? Desafiamos a qualquer opositor da doutrina aqui exposta nesse trabalho (o calvinismo) a julgar essas passagens das Sagradas Escrituras com a mesma medida com que julgam nossa doutrina, e saberemos se são imparciais ou não no seu julgamento. Seriam capazes de dizer que Deus fez o espírito imundo pecar e também o próprio profeta pecar ao mentir?[193]

Mas Olson não para por aí, ele diz que Deus permite o mal por respeito à liberdade da criatura[194], a pergunta a ser feita é: respeito à liberdade de quem mesmo? Ao homem esfaqueado? À mulher violentada? Ou ao homem criminoso? Ou seja, Olson, no intuito de defender o caráter divino, torna Deus duplamente pior, pois o torna defensor e amoroso com o criminoso enquanto o torna um omisso com a vítima. Olson não leva em conta que Deus ao respeitar a liberdade de um criminoso, faz com que o criminoso tire a liberdade de outra pessoa, basicamente o autor tampou um buraco, mas

abrindo outro maior. Peguemos o exemplo anterior, em que um homem deseje matar outro homem através de golpes de faca. O calvinista dirá que se isso acontecer, é pela permissão de Deus e que se Deus permite, ele tem um propósito, por isso permite porque quer. Um arminiano, segundo Olson, diria que Deus permite, mas não porque tem um propósito, mas por respeito e amor à liberdade do criminoso, isso é absurdo e mancha duplamente o caráter de Deus, pois está escrito que "aquele, pois, que sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado" (Tg 4.17), e se Deus observa um ato e pode impedir e nada faz, sem ter propósito algum com tal ato, Deus se torna um omisso e, portanto, segundo sua própria Palavra, um pecador tanto quanto o executor do ato, pois o homem agressor peca por ação, e Deus pecaria por omissão.

No calvinismo, Deus é como um Pai que eventualmente leva seu filho para tomar uma vacina. Sabemos que uma vacina é composta pelos microrganismos que causam a doença, ou seja, é a própria doença, e a doença é um mal em si mesmo. Muitas dessas vacinas são aplicadas com seringas e agulhas, e doem, e a dor, como sabemos, é um mal em si. No entanto, ninguém acusa um pai de ser malévolo por aplicar uma vacina em seu filho e causar dor com essa aplicação, pois todos sabemos que o propósito daquele mal é um bem maior, o de tornar a criança imune à doença. O que nos leva a concluir que, na ausência de propósito, toda permissão de um mal é pecaminosa, a permissão do mal só deixa de ser um mal na presença de um propósito, e é por isso que nós calvinistas defendemos que o mal está debaixo do controle meticuloso e também do propósito divino, pois Deus é perfeito, e dado a perfeição divina, ele tem o melhor dos planos, se arminianos defendem uma permissão do mal sem um plano, essa doutrina deve ser rejeitada por tornar Deus não o autor do pecado, mas muito pior, o próprio pecador.

Essas calúnias de que tornamos Deus autor do mal e tantas outras, não são novas. Charles Spurgeon fez essa denúncia séculos atrás, e encerraremos esse tópico com uma citação do príncipe dos pregadores:

> As mais infames alegações foram trazidas contra nós, e por vezes, temo, por homens que sabiam ser elas totalmente falsas; e assim, até o dia de hoje, há muitos de nossos oponentes que, quando ficam sem argumentos, inventam e criam para si mesmos um espantalho – chamemo-lo de João Calvino – e então atiram todas as suas flechas contra ele! Não viemos aqui defender seu espantalho – atirem nele e queimem-no o quanto quiserem, e se isto lhes convier, oponham-se a doutrinas que jamais foram ensinadas, e ralhem contra ficções que, exceto em seus próprios cérebros, jamais

> existiram. Viemos aqui afirmar quais de fato são nossas opiniões, e confiamos que qualquer um que não concordar conosco fará a justiça de não nos representar falsamente. Se puderem provar o erro de nossa doutrina, que o façam justamente, e as derrubem, mas por que deveriam primeiro fazer uma caricatura dela, e depois tentar derrubá-la?[195]

Felizmente, o amável príncipe dos pregadores não foi contemporâneo dos calvinistas Gordon Clark (1902 – 1985) e Vincent Cheung[196], pois "morreria" de desgosto ao saber que existem homens em nosso meio que tornam as falsas acusações dos inimigos em verdadeiras. Gordon Clark defende explicitamente, contra todas as confissões, que Deus cria o pecado. Clark, interpretando Isaías 45.7, diz:

> A edição original da *Scofield Bible* tinha uma nota sobre Isaías 45.7. A nota dizia isto: "a palavra hebraica '*Rah'* nunca é traduzida como 'pecado'." Ela estava se referindo a King James. Agora o ponto notável sobre essa nota é que é absolutamente verdade. Agora, como que uma pessoa sabe que a palavra hebraica "*rah*" nunca é traduzida como 'pecado'? Pelo Antigo Testamento, como você saberia disso? [conversa com o público] Então você não poderia fazer essa afirmação a menos que tivesse analisado todos os casos, não é? [interação com o público]. Agora, se Scofield examinasse cada caso de '*rah'* no Antigo Testamento, ele deve ter sabido que '*rah'* significa assassinato, adultério, roubo, mentira e todos os tipos de pecados. No entanto, ele disse que nunca foi traduzida como 'pecado'. Aquele está certo, esse não. Mas refere-se ao assassinato, adultério, roubo, falso testemunho, cobiça, todos os tipos [de pecado]. Estou fazendo uma afirmação linguística de que a palavra '*rah'* se refere a todos os tipos de pecados, e quanto a alguma sugestão que você faz, se você continuar com os versículos em Isaías, você encontrará que o versículo seguinte se refere à paz. E se você olhar para o contexto, não é paz entre Israel e Síria ou algo assim, é paz com Deus. E, portanto, se o mal e a paz forem contrastados, e se paz significa paz espiritual com Deus, então '*rah'* significa pecado. Mas Scofield não quis dizer isso. Então ele disse algo que era perfeitamente verdadeiro e completamente equivocado. [197]

Gordon Clark não só afirma que Deus cria o pecado, como também faz questão de enumerá-los. Ele afirma claramente que Scofield está completamente equivocado ao dizer que Deus não cria o pecado. Segundo Clark, o mal, em Isaías 45.7, é o mesmo que mal moral, portanto, o versículo claramente, segundo ele, diz: eu (Deus) faço a paz, e crio o pecado. A exegese de Clark está incorreta. O hebraico tem cerca de 10 mil palavras. Para se ter ideia de como isso é pouco, o grego tem cerca de 300 mil

palavras. Dizer que Deus é criador do pecado moral, porque a palavra *rá*, empregada em Isaías 45.7, também significa maldade é totalmente temerário. A pergunta que fica é: com 10 mil palavras, qual é a palavra hebraica que não tem vários significados? A exegese hebraica deve ser tomada em seu contexto, tomemos como exemplo a palavra Elohim. Elohim pode significar anjos, deuses, Deus e juízes. Imaginem agora uma tradução de Gênesis 1.1: "No princípio os anjos criaram os céus e a terra". Faz algum sentido? Talvez faça para alguns, pois acham que o fato do significado poder ser atribuído a uma palavra, ela necessariamente deve e pode ser usada em todos os seus contextos.

Segundo o *Dicionário Strong* (7451)[198], além de mal moral, a palavra *rá* significa mal natural, mas não só isso, segundo o mesmo dicionário, a palavra *rá* pode significar tristeza, como Jacó sentiria caso tivesse perdido Benjamim (Gn 44.34). Pode significar circunstâncias ruins, como quando os oficiais de Israel se viram em apuros (Ex 5.19; 2Rs 14.10). A palavra pode significar também algo prejudicial, como Jacó que considerou sua vida como sendo destrutiva (Gn 47.9). A palavra *rá* foi usada para descrever a situação desagradável do povo no deserto (Nm 20.5). A palavra pode significar feiúra, pois ela descreveu as vacas magras, que significavam também um período de fome (Gn 41.3,20,27). Pode significar veneno (2Rs 2.19). Tristeza (Pv 25.20) e tantos outros significados. Segundo o *Dicionário Strong*, a palavra pode significar "calamidades, fracassos e misérias". Dentre tantos significados possíveis, Clark escolhe justamente aquele que gera a blasfêmia, a saber, o que significa o mal moral, para dizer que Deus cria o pecado. Além de ser descontextualizado, isso fere os princípios bíblicos. Deus é bom! Deus não tem bondade, ele é bom. A bondade de Deus se identifica com ele mesmo, portanto lhe é impossível criar o mal moral, pois, Deus não só pensa, como age de acordo com as leis da lógica, e ninguém racional cria algo que ele mesmo odeia e proíbe, já que o pecado é inimizade contra Deus.

Afirmar que Deus cria o pecado é o mesmo que dizer que o pecado está em Deus, pois, além dos atos de Deus se identificar com sua essência, todo efeito deve estar totalmente em sua causa, visto que se não tivesse, a propriedade do efeito teria surgido do nada, mas do nada, nada vem. Para que o mal moral possa ser criado, ele deve ser proposto como substância, disto decorre metafisicamente duas possibilidades: ou o mal está contido na essência de Deus assim como o bem, ou há certas substâncias boas e certas substâncias más, e aí estaríamos há um passo do gnosticismo. Thophilus Gale

diz que “não podemos ceder, que o pecado é uma relação positiva moral, muito menos um ato positivo ou um ser real, como é o termo de uma produção natural: tal afirmação forçará necessariamente os homens a concederem, que Deus é o Autor do Pecado, ou para manter com os maniqueus, que existem duas primeiras Causas, uma do bem e outra do mal”.[199] Dizer que Deus cria o pecado, é o mesmo que transformar o pecado em um ato positivo, em um ser real, em uma substância, em um “ser”. Se o pecado deixa de ser um não ser, então ele passa a ser um bem. Então façamos coro com o teólogo puritano Theophilus Gale: “[fazer] do Deus Santo, autor do pecado, é a gota da blasfêmia, é aquilo que todo espírito sério abomina mais que o inferno”.[200] E também com o nosso amado reformador Martinho Lutero: “O ser humano não peca por necessidade, mas por querer. Deus não é autor, porque não ordenou que pecássemos, muito antes o proibiu. Mas a causa do pecado são o diabo e nossa vontade”.[201]

João Calvino, o exegeta da Reforma, comentando Isaías 45.7, refuta cabalmente esse posicionamento, notem pelo modo de escrever que o posicionamento de que Deus tenha criado o pecado é repulsivo ao reformador, além de ratificar o posicionamento de que Deus não inspira as pessoas com malícia:

> Pelas palavras “luz” e “escuridão”, ele descreve metaforicamente não só a paz e a guerra; mas os eventos adversos e prósperos de qualquer tipo; e ele estende a palavra paz, de acordo com o costume de escritores hebreus, para todo o sucesso e prosperidade. Isso se torna abundantemente claro pelo contraste; pois ele contrasta “paz” não só com a guerra, mas com eventos adversos de toda sorte. Fanáticos torturam esta palavra “mal”, como se Deus fosse o autor do mal, isto é, do pecado; mas é muito óbvio como ridiculamente eles abusam desta passagem do profeta. Isto é suficientemente explicado pelo contraste, cujas partes devem concordar umas com as outras; pois ele contrasta “paz” com o “mal”, isto é, com sofrimentos, guerras, e outras ocorrências adversas. Se ele contrastasse “justiça” com o “mal”, haveria alguma plausibilidade em seus raciocínios, mas este é um contraste manifesto de coisas que são opostas umas às outras. Consequentemente, não devemos rejeitar a distinção geral, de que Deus é o autor do “mal” de punição, mas não do “mal” de culpa.
>
> Mas os sofistas estão errados em sua exposição; pois, enquanto eles reconhecem que a fome, esterilidade, guerra, peste e outros flagelos vêm de Deus, eles negam que Deus é o autor de calamidades, quando elas nos sobrevêm através da agência dos homens. Isso é falso e totalmente contrário à presente doutrina; porque o Senhor levanta homens ímpios para nos castigar pelas suas mãos, como é evidente a partir de

> várias passagens das Escrituras (1Rs 11.14,23). O Senhor certamente não os inspira com malícia, mas ele a usa com o objetivo de castigar-nos, e exerce a função de um juiz da mesma forma como ele fez uso da malícia de Faraó e outros, a fim de punir o seu povo (Êx 1.11; 2.23). Devemos, portanto, sustentar esta doutrina, que só Deus é o autor[202] de todos os eventos; isto é, que os eventos adversos e prósperos são enviados por ele, mesmo que ele faz uso da agência dos homens, para que ninguém possa atribuí-los à fortuna, ou a qualquer outra causa.[203]

A Escritura é clara que Deus não é o criador ou autor do mal moral. A Escritura diz que Deus sequer tenta alguém, como poderá ele fazer alguém pecar? "Ninguém, sendo tentado, diga: De Deus sou tentado; porque Deus não pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta" (Tg 1.13). A Escritura também diz que Deus não suporta o mal: "Tu, cujos olhos são puros e imaculados, que não suportam ver o mal; que não podes tolerar a malignidade" (Hc 1.13). "Tu não és um Deus que tenha prazer na injustiça; contigo o mal não pode habitar" (Sl 5.4).

Se Gordon Clark tinha esse posicionamento, que fique claro que é um posicionamento pessoal, não chamemos de calvinismo, pois tal posição teológica não tem amparo nas Escrituras, não tem amparo na tradição (confissões), nem tem amparo na razão. No pensamento não só de Gordon Clark, como no pensamento de Vincent Cheung, se Deus a tudo decreta, então segue-se que ele é o autor[204] do pecado. Concordamos com João Calvino quando diz que "eles são ignorantes e maliciosos que dizem que Deus é o autor do pecado, se todas as coisas são feitas por sua vontade ou ordenação; porque eles não distinguem entre a maldade manifesta dos homens e os juízos secretos de Deus".[205]

Cheung reconhece que a doutrina reformada nega que Deus seja autor do pecado, a resposta que o autor dá é: "E daí?". Pelo menos ele não tenta se esconder por trás de uma falsa interpretação das confissões como faz Gordon Clark, no entanto, devemos ficar sempre alertas a teólogos que se revestem de autoridade tal, adotando uma falsa doutrina do princípio da *Sola Scriptura*, de forma que ache que todos estão errados e somente ele certo, pois isso implicaria que o Espírito Santo agiu somente nele, e não nos outros. Cheung assim diz:

> Quando cristãos reformados são questionados sobre se Deus é o "autor do pecado", eles são muito rápidos em dizer, "Não, Deus não é o autor do pecado", e então eles se torcem, se viram e se contorcem no chão, tentando dar ao homem algum poder de

> “autodeterminação” (e.g. Hodge, Dabney, Shedd, etc.), algum tipo de liberdade que torne o homem culpado (mesmo quando não há nenhuma relação estabelecida entre liberdade e culpabilidade), e, todavia, ainda deixar Deus com soberania total.
> Por outro lado, quando alguns alegam que minha visão da soberania divina faz de Deus o autor do pecado, minha primeira reação tende a ser, “E daí?”. Cristãos que discordam de mim cantarolam estupidamente, “Mas ele faz de Deus o autor do pecado, ele faz de Deus o autor do pecado...”. Contudo, uma descrição não se eleva a um argumento ou objeção, e eu nunca me deparei com uma explicação nem sequer meio-decente do que há de errado em Deus ser o autor do pecado em nenhuma obra teológica ou filosófica, escrita por qualquer um, de qualquer perspectiva. Seja Deus o autor do pecado ou não, não há nenhum problema bíblico ou racional em ele ser o autor do pecado.[206]

Mas o autor é contraditório na exposição de sua tese, vejamos:

1 - Cheung defende que Deus não cria o mal como substância.[207]

> Não estamos usando a palavra “criar” no mesmo sentido da criação original de Deus do nada, mas estamos nos referindo ao controle de Deus sobre coisas que ele já criou. Isto é, embora os maus pensamentos e as inclinações devam ser ativamente causadas na criatura por Deus, e, portanto, ele deva ativamente causar a má ação correspondente, todavia, ele não cria um novo material ou substância quando ele faz isto, visto que ele está controlando o que ele já criou.
> É verdade que uma pessoa peca segundo a sua natureza má, mas como Lutero escreveu, é Deus quem “cria” esta natureza má em cada pessoa concebida segundo o padrão do Adão caído, cuja queda Deus também causou.
> E então, Deus deve ativamente causar esta natureza má para funcionar e a pessoa age de acordo com ela. Lutero escreveu que Deus nunca permite que esta natureza má fique ociosa em Satanás e nas pessoas ímpias, mas ele continuamente a faz funcionar por seu poder.[208]

Aqui ele afirma, corretamente, que Deus move a criatura de acordo com a natureza má, caída de Adão, e que não devemos pensar que Deus cria uma natureza má, mas que ele move essa natureza já criada. No entanto, o mesmo, contraditoriamente ironiza a crença reformada de que Deus não é autor do pecado, e, claramente afirma que as disposições más não vieram de Adão, nos levando a concluir que, segundo seu pensamento, a maldade de Adão veio de Deus, e que Deus infundiu voluntariamente o mal moral em Adão. Assim escreve:

> Deus não diz, “Oh, não, Eu não sou o autor do pecado. Embora Eu seja a causa última de todas as coisas, Eu me distancio de causar diretamente o mal ao estabelecer causas secundárias e agentes livres. Assim, embora eu crie e sustente todas as coisas, os homens pecam livremente, pensando e agindo segundo as suas próprias disposições. As disposições más vêm de Adão. Quanto a como Adão adquiriu suas disposições más... bem, isto simplesmente terá que permanecer um mistério para você”. Se esta é a resposta, por que não pular direito para o mistério e nos economizar algum tempo? [209]

Trataremos do caso Adão mais a frente, onde ofereceremos resposta a tal pergunta. Por enquanto, se o que Cheung quer é uma justificativa bíblica, dizemos com clareza que a Escritura afirma que “Deus fez ao homem reto, mas ele buscou muitas invenções” (Ec 7.29), a pergunta é, segundo a Escritura, quem buscou muitas invenções? Deus ou homem? Segundo a Escritura, Deus fez o homem torto com disposições más ou criou ele reto?

O argumento de Vincent Cheung se resume no seguinte: Deus criou Adão, logo, Deus criou a disposição para o pecado de Adão. Cheung primeiro precisa provar que a causa deve participar do defeito do efeito. Um defeito não precisa ser herdado da causa, justamente porque é natural a causa superar o seu efeito. O defeito é uma desordem, uma ausência de ordem, portanto não é algo positivo que precisa ser gerado, mas algo de negativo que o efeito tem menos que a causa, logo, não precisa estar na causa ou ser gerado pela causa. Se a causa supera seu efeito, então ela não precisa participar da falta que porventura exista no efeito. Se o defeito do homem é algo causado por Deus, então Deus deve ter esse defeito também em si, pois tudo que tem no efeito, de positivo, deve estar também na causa, logo, seria o mesmo que dizer que o pecado está em Deus e que Deus também seria imperfeito ou que o próprio Deus tem alguma disposição para fazer um ato não santo. Cheung por acaso concorda que Deus seja imperfeito? Cheung sequer chega a abordar tal problema.

Cheung também usa o Dr. Martinho Lutero para embasar sua tese. Ele diz:

> É verdade que uma pessoa peca segundo a sua natureza má, mas como Lutero escreveu, é Deus quem “cria” esta natureza má em cada pessoa concebida segundo o padrão do Adão caído, cuja queda Deus também causou.
> E então, Deus deve ativamente causar esta natureza má para funcionar e a pessoa age de acordo com ela. Lutero escreveu que Deus nunca permite que esta natureza má fique ociosa em Satanás e nas pessoas ímpias, mas ele continuamente a faz funcionar

por seu poder.[210]

O argumento de Cheung é que Lutero teria dito que Deus causa essa natureza má no homem, ao movê-lo, e, portanto, Deus seria o autor do pecado do homem. Porém, essa abordagem está extremamente equivocada. A prova cabal, é que, curiosamente, Lutero não entendia que sua doutrina levava a conclusão de que Deus fosse autor do pecado de alguma forma. Lutero, responde justamente a esse mesmo argumento que Cheung usa, mostrando que em seu ensino, ele quer dizer algo totalmente diferente. É perguntado a Lutero. O bom propósito não vem da livre vontade do ser humano. Logo, os seres humanos pecam por necessidade, e consequentemente Deus é autor do pecado. Lutero prontamente responde, refutando tal argumento que Cheung repete: "O ser humano não peca por necessidade, mas por querer. Deus não é autor, porque não ordenou que pecássemos, muito antes o proibiu. Mas a causa do pecado são o diabo e nossa vontade".[211]

O "causar o pecado", na visão de Lutero, não estava associado a uma infusão do mal ou a uma vontade ética de Deus, mas ao mover físico que mantém cada agente racional existindo. Assim, Lutero entende que, conforme defendemos nesse livro, Deus move os homens maus de acordo com as suas próprias naturezas, mas que o mover de Deus sempre é bom. Mas vejamos, se o mover de Deus é sempre bom, como pode Deus ser causa direta a ponto de ser chamado de autor do pecado? No máximo poderíamos conceder que Deus é uma causa acidental do mesmo, visto que o material do mal não flui da moção divina. Lutero faz duas ilustrações que demonstram seu ponto de vista, na primeira ele representa o homem mau como um cavalo sem patas, e na segunda como um machado cheio de dentes:

> Logo, aquilo que chamamos de remanescente da natureza no ímpio e em Satanás não está menos sujeito, como criatura e obra de Deus, à onipotência e à ação divina do que todas as outras criaturas e obras de Deus. Assim, visto que Deus a tudo move e atua em tudo, também move necessariamente a Satanás e o ímpio e neles atua. Porém, atua neles de modo correspondente ao que são e a como os encontra, isto é: já que são desviados e maus, e são arrebatados por essa manobra da onipotência divina, fazem somente o que é contra Deus e mau. É como se um cavaleiro cavalgasse um cavalo que anda sobre três ou duas patas; conduz o cavalo de acordo com suas condições, ou seja, o cavalo anda mal. Que pode fazer o cavaleiro? Conduz o cavalo como conduz cavalos sãos, aquele mal, estes bem; não pode ser diferente a não ser que o cavalo

> seja curado. Aqui vês que quando Deus opera nos maus e por meio dos maus certamente o mal acontece, e contudo Deus não pode agir mal ainda que faça o mal por meio dos maus; pois, sendo ele próprio bom, não pode agir mal, mas faz uso de instrumentos maus que não podem escapar da apropriação e da manobra de sua potência. Portanto, o defeito está nos instrumentos aos quais Deus não permite ser ociosos; por isso, o mal acontece porque o próprio Deus o põe em movimento. É exatamente como se um carpinteiro cortasse mal com um machado cheio de rebarbas e dentado. Daí resulta que o ímpio não pode senão errar e pecar sempre, pois, movido pela apropriação da potência divina, não se lhe consente ser ocioso, mas quer, deseja e age de modo correspondente ao que ele é.[212]

Cheung então ensina que Deus "cria" o pecado porque move o homem a um ato pecaminoso, e cita Lutero, que, curiosamente, discorda frontalmente da visão de Cheung. Os teólogos da época de Lutero costumavam dizer que Deus era causa motora, mas não era uma causa ética ou formal do pecado, e Lutero não parece discordar desse parecer. Cheung também não aborda tal questão. Trataremos desse ponto mais exaustividade mais a frente.

6.2 – Resposta ao problema da determinação dos atos maus – seria Deus autor do pecado e do mal ao determinar um ato mau?

Há aqui um grande problema de interpretação e até mesmo a preguiça intelectual para discernir que há uma diferença entre a determinação dos atos maus, para a determinação dos atos bons. O erro acontece quando o objetor salta da emissão do decreto para o fim do decreto sem passar pela execução do decreto. A grande diferença está na execução, são nos meios pelos quais cada determinação ou decreto é realizado. Para isso devemos estabelecer algumas proposições, a saber: Deus não coloca o mal em ninguém, disso se segue que a determinação de Deus para o bem é ativa, pois Deus precisa colocar o bem lá, e para o mal é passiva, pois o mal já está lá.

6.2.1 - Deus não coloca o mal em ninguém

Deus não precisa colocar o mal em ninguém. Deus, quando move o homem, o move de acordo com sua natureza. Se a natureza do homem é má, ele fará o mal. Calvino usa a seguinte ilustração:

> E, indago eu, donde provém o mal cheiro em um cadáver que, pelo calor do sol, não só se fez putrefato, mas até já entrou em decomposição? Todos veem que isso é provocado pelos raios do sol; contudo, ninguém por isso diz que eles cheiram mal. Daí, como no homem mau residem a matéria e a culpa do mal, que razão há para que

> se conclua que Deus contrai alguma mácula se, a seu arbítrio, ele faz uso de sua atuação?[213]

A ilustração de Calvino é bem elucidativa. A luz divina é o poder para energizar o homem (causa primeira), e o cadáver representa o homem de natureza depravada (causa segunda). Quando a energia de Deus o move, ele exalará sua podridão. Se a mesma luz incide sobre um corpo vivo, ele produz vida, saúde etc (isso acontece porque a causa segunda é movida de acordo com a natureza que lhe é própria). Observamos claramente que o problema não está na luz, mas na natureza do corpo a ser atingido; a mesma luz sobre dois corpos, dois resultados diferentes.

Girolamus Zanchi também diz:

> [...] se os homens não crerem em sua palavra, nem observarem seus preceitos, a culpa não está nele (Deus), mas em si mesmos: sua incredulidade e desobediência não são devidas a qualquer mal infundido neles por Deus, mas à vitalidade de sua natureza depravada e à perversidade de suas próprias vontades.[214]

A Segunda Confissão Helvética também ressalta:

> Deus não é o autor do pecado; e até onde se pode dizer que ele endurece. Está claramente escrito: “Tu não és Deus que se agrade com a iniquidade. Aborreces a todos que praticam iniquidade. Tu destróis os que proferem mentira” (Sl 5.4ss). E de novo: “Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira” (Jo 8.44). Além disso, há em nós suficiente pecado e corrupção, não sendo necessário que Deus em nós infunda uma nova e ainda maior depravação. Quando, portanto, se diz nas Escrituras que Deus endurece, cega e entrega a uma disposição réproba de mente, deve-se entender que Deus o faz mediante um justo juízo, como um Juiz Vingador e justo. Finalmente, sempre que na Escritura se diz ou parece que Deus faz algo mal, não se diz, por isso, que o homem não pratique o mal, mas que Deus o permite e não o impede, segundo o seu justo juízo, que poderia impedi-lo se o quisesse, ou porque ele transforma o mal do homem em bem, como fez no caso do pecado dos irmãos de José, ou porque ele próprio controla os pecados, para que não irrompam e grassem mais largamente do que convém. Santo Agostinho escreve em seu *Enchiridion*: “De modo admirável e inexplicável não se faz além da sua vontade aquilo que contra a sua vontade faz. Pois não se faria, se ele não o permitisse. E, no entanto, ele não o permite contra a vontade, mas voluntariamente. O bom não permitiria que se fizesse o mal, a não ser que, sendo onipotente, pudesse do mal fazer o bem”. É isso o que ele diz.[215]

A pergunta que poderia vir a seguir é: por que as atitudes diferem tanto de uma pessoa para outra se as naturezas são iguais? A resposta a essa pergunta é simples. Embora dois homens sem Deus sejam igualmente depravados, essa depravação se manifesta de forma diferente em cada homem, assim como os efeitos da regeneração. Imaginem que existem dois leprosos. Poderemos observar que embora os dois sejam igualmente leprosos, as feridas provavelmente têm formatos diferentes e tamanhos diferentes, ainda assim, um é tão leproso quanto o outro, quer dizer, dois depravados totalmente, mas com manifestações diferentes da mesma doença. Assim, cada homem, embora com a mesma doença, tem uma natureza específica, que ao ser movida o fará tomar atitude A ou B. Da mesma forma o homem regenerado, mas ainda não glorificado. Nesse estado, enquanto o homem não é glorificado, mas também não é mais totalmente depravado, digamos que ele tem uma natureza mista[216], semelhante a alguém que tem uma ferida e jogou um remédio muito bom sobre ela, que mesmo tendo iniciado a cura, ainda não curou totalmente, dessa forma, a ferida, embora naquele período já doa menos e pare de crescer, ainda assim não está curada, o que faz o homem por vezes tomar atitudes boas e por vezes atitudes más em cada situação em particular, sempre sucessivamente, não ao mesmo tempo, já que A e ~A (não A) não podem existir ao mesmo tempo, no mesmo sentido em relação ao mesmo objeto.

6.2.2 - Deus torna os atos maus certos, portanto determinados, mas somente como causa primeira, nunca como causa segunda ou executor de tal ato

Mas por que então se diz que Deus determinou tal ato? Respondemos que é porque ele o tornou certo. A luz tornou certa a putrefação do cadáver, mas, pela natureza do cadáver, não pela natureza da luz. Como o resultado foi certo, ele é determinado, pois, a não ser que Deus mudasse a natureza do cadáver, dando-lhe vida, o cadáver exala seu mau cheiro. Assim, Deus não determina o mal ativamente. Ele determina abandonando e deixando com que aquilo faça exatamente o que já faria devido a uma corrupção que nasceu na própria criatura, não em Deus. O fato de Deus não deixar nada ocioso, a não ser que a destrua, é a razão pela qual as naturezas podres são postas em movimento e aconteçam coisas ruins. Se Deus não as movimenta, elas deixam de existir, e poderíamos perguntar: Por que Deus as move? Temos

pelo menos duas respostas para essa pergunta. A primeira resposta é o pensamento de Calvino, que ensina que os atos maus são para atrair juízo sobre os homens maus. Imagine da seguinte forma: pense que há um juiz em sua cidade que soubesse o que há no coração de cada homem, mas somente ele tem esse poder, e mais ninguém. Se esse juiz condenasse tais homens maus sem que esses homens manifestassem suas maldades, esse juiz sairia por injusto diante dos outros homens e até mesmo dos condenados, visto que esses homens não deram prova alguma de suas maldades, e grande parte das pessoas não se conhecem e se acham boas.

O juiz representa Deus. O Eterno, então, move essas criaturas, tornando manifesto o que está dentro do coração delas. E, assim, elas juntam provas para sua condenação. Elas já eram más, mas agora não terão como alegar injustiça da parte do Juiz. Por isso Calvino diz que os que acusam Deus de ser autor do mal "não distinguem entre a maldade manifesta dos homens e os juízos secretos de Deus".[217] O juízo de Deus está intimamente ligado à manifestação da maldade humana. A segunda resposta é que tem dia e hora marcada para que todas as naturezas podres[218] sejam destruídas, seja pela transformação em naturezas boas (como nós, que ganharemos novos corpos e a terra e os céus que serão nova terra e novos céus), seja pela sua eliminação, quando Deus deixará de sustentá-las, movendo-as, ou por exclusão, quando Deus simplesmente separará as causas podres do convívio do seu povo regenerado. Se Deus deixasse de mover uma criatura por causa de suas defecções, o que sobraria para o juízo final? Perguntar a Deus por que ele não acaba com o mal no dia de hoje é duvidar do seu poder e dos seus planos, que inclui tudo o que existe. Deus determina todos os eventos, sejam bons ou maus, mas essa determinação é diferenciada em sua execução. Mas ainda assim poderiam objetar: "Mas se Deus move, ele é cúmplice do pecado". Neste caso, respondemos que Deus move o agir, não o pecar. Esse detalhe é importante, pois Deus é uma causa geral (transcendental – *ut ab efficiente*) dos movimentos, mas não é causa ética, nem causa física do pecado, como diria Francis Turretini:

> Ainda que se diga que todas as coisas são necessárias com base no decreto, Deus não pode, por causa disso, ser tido como o autor do pecado. O decreto, que é a causa da futurição do pecado, não obstante não é sua causa física (pela infusão do mal) nem sua causa ética (pela aprovação dele). E assim, embora o pecado necessariamente siga o decreto, não se pode dizer que flui do decreto. *O decreto não flui da coisa, nem é*

efetivo do mal, mas é somente permissivo e diretivo.[219]

Para melhor explicar como Deus pode ser a causa do agir e não do pecar, temos que distinguir a causa motora de sua causa ética. O pecado envolve ética, e um movimento em si mesmo não é bom ou ruim, porque movimento não envolve ética, envolve física. Explica-se: digamos que a polícia receba uma denúncia de estupro, e ao chegar ao local o policial encontra a vítima, e rapidamente se dirige ao hospital com ela. No hospital o médico vai analisar essa vítima apenas anatomicamente e biologicamente, quer dizer, ele vai analisar como o ato físico aconteceu, como foi biologicamente e fisicamente possível o estupro acontecer, determinar as possíveis lesões e indicar um tratamento, sem nunca sequer precisar pensar se tal ato foi certo ou errado. Afinal, se o ato foi certo ou errado, bom ou mau, não faz diferença em qual remédio o médico receitará. Já a polícia, juízes, promotores é que vão debater, de acordo com a lei, se é certo ou errado aquilo que foi feito. Isso nos leva à conclusão de que um ato físico não se confunde com o ato ético, pois podemos explicar fisicamente como um ato pecaminoso aconteceu, sem pensar na sua moral. É isso que a perícia policial faz muitas vezes, mas quem decide se aquele ato foi certo ou errado e a pena para aquele ato são os juízes. Então, quando dizemos que Deus causa o agir e não o pecar, queremos dizer que Deus não é causa ética do pecado, mas somente porque ele tornou possível tal ato. Ele é uma causa motora do ato. Se o exemplo acima ainda não for suficiente, basta imaginarmos como um investigador ateu pode descobrir como um cônjuge traiu o outro, explicando toda a mecânica da coisa, mas sem precisar considerar em hora alguma se o ato era pecado ou não, já que o mesmo sequer acredita em pecado. Então, fica claro que o ato físico não é indissociável do ato ético.

Para que Deus fosse o autor do pecado, deveríamos defender o panteísmo, que é a doutrina que defende que a causa primária se confunde com a causa secundária, não havendo distinção entre substância e efeito, quer dizer, Deus é o sujeito de tudo, seja material ou formalmente. Nossos objetores conseguem cometer a imperícia de confundir o calvinismo com o panteísmo, ou seja, seria como cometer a imperícia de afirmar que Calvino e Spinoza defenderam a mesma coisa, e de fato, muitos, sem o saber, o fazem.

Aqui também fica rejeitado que Calvino defendeu um ocasionalismo, uma doutrina que ensina que as causas secundárias não são causas verdadeiras, mas são causas ocasionais. Essa doutrina foi defendida pelo

padre Nícolas Malebranche e, atualmente, é defendida por Vincent Cheung. Uma causa ocasional significa que, embora o universo exista, seja real e distinto do Criador, ele é inerte, não tem uma eficácia real. Nessa doutrina, Deus é a única causa real do universo. As causas secundárias são, na verdade, apenas meios de execução de decretos, sem uma eficácia real de sua parte. O próprio Calvino refuta essa acusação em seu tratado *Contra os Libertinos* (1544), que defendiam que as causas secundárias não eram causas verdadeiras. Calvino ensina que o ocasionalismo leva ao panteísmo:

> Nós dissemos acima que se alguém atribui tudo a Deus, como fazem os Libertinos, e diz que o homem não faz nada, então a consciência deixa de ser uma questão de importância. Para isso não impediria que alguém pecasse, mas reduziria a obra de Deus.
> [...]
> Satanás e os malfeitores não são de modo *tão efetivo instrumentos de Deus que também não ajam em seu próprio nome*. Não devemos supor que Deus aja em um homem iníquo como se ele fosse uma pedra ou um pedaço de madeira, mas usa-o como uma criatura pensante, conforme a qualidade de sua natureza, que o próprio Deus lhe deu. Desse modo, quando dizemos que Deus age nos malfeitores, isso não os impede de agir também em seu próprio nome.
> [...]
> O panteísmo leva a imoralidade.[220]

O ocasionalismo comete o erro de colocar Deus e o homem em uma mesma ordem de coisas. O reverendo Jack Reid explica porque a ação de Deus sobre o homem não o torna um instrumento inerte, como se a magnitude infinita de Deus tivesse que tolher a independência finita e liberdade humana:

> Filosoficamente, quando lidamos com a relação de magnitude finita com uma magnitude maior, mas também finita, a independência de uma só é conservada à custa da outra; quando lidamos com uma magnitude infinita e sua relação com uma magnitude finita, isso não é mais o caso. Teologicamente, Deus não é simplesmente a ampliação do homem, e suas qualidades não são simplesmente as qualidades do homem aumentadas para o poder de n. Se isso fosse verdade para ele, então a predeterminação seria meramente determinação numa escala maior e maior, e haveria ainda menos esperança de assegurar a independência da magnitude finita que o homem é. Mas só porque ele é realmente infinito, a Predestinação da qual ele é o autor não rouba o homem de sua independência e, portanto, de sua responsabilidade. [221]

Gisbertus Voetius (1589-1676) também rechaça o ocasionalismo, que na ocasião seria uma consequência dos ensinos cartesianos de Descartes, mas, sem dúvida, ele antecipa o pensamento malebrancheano. Assim diz o Papa de Utrecht:

> Deve-se considerar se a partir daqui, uma vez confrontados com argumentos e consequências, não cairemos mais facilmente nesta opinião absurda: "Que não existem causas secundárias adaptadas a uma causalidade própria, mas apenas uma causa primeira e universal!". Pelo absurdo dessa opinião, veja os escolásticos e os modernos metafísicos e teólogos, onde eles discutem a questão da providência e a concorrência divina com a criação. As consequências com as quais eles podem ser confrontados são as seguintes: 1 - Que não haveria concorrência divina nem qualquer movimento do propulsor principal que fosse acomodado às propriedades da natureza de causas secundárias, sejam elas necessárias ou contingentes.[222]

Herman Bavinck põe um ponto final nesse debate quando explica a distinção entre a causa primária e secundária, pois, embora as duas produzam o mesmo efeito, Deus não é causa formal do pecado:

> [...] como a causa primária e a causa secundária não são idênticas e diferem essencialmente, o efeito e o produto são, na realidade, totalmente o efeito e o produto das duas causas, sem dúvida, mas formalmente são apenas o efeito e o produto da causa secundária. A madeira queima e é Deus quem a faz queimar, embora o processo de combustão não possa ser formalmente atribuído a Deus, mas deva ser atribuído à madeira como sujeito. Os seres humanos falam, agem e creem, e é Deus quem fornece ao pecador toda a vitalidade e força que ele necessita para a comissão de um pecado. No entanto, o sujeito e autor do pecado não é Deus, mas o ser humano. Desse modo, a Escritura traça as linhas dentro das quais a conciliação da soberania de Deus com a liberdade humana deve ser buscada.[223]

A diferença salta aos olhos, tornando aqueles que acusam a teologia reformada de tornar Deus o autor do mal e do pecado, indesculpáveis.

Nós concordamos com a visão de Calvino, o ocasionalismo nos leva fatalmente ao panteísmo, pois se há somente uma ação, ou seja, a de Deus, segue-se então que não pode haver mais de um Ser. Se há somente uma ação, não há uma distinção real entre o Criador e criatura, pois o modo e o ser de operar da criatura simplesmente deixará de existir quando o único Ser que realmente importa na operação é o Ser de Deus. Sem distinção entre Criador

e criatura, o panteísmo é certo, tudo se torna Deus.

> Ademais, se a moção divina for entendida no sentido de que Deus age em todas as coisas sem que as coisas mesmas operem por sua vez, as "*causa secundas*" não seriam causas de fato, caso em que a sua existência seria completamente vã, pois se não podem agir, estão privadas de fim. Some-se a isto a conclusão nefasta de que todo o mal (inclusive o moral) recairia sobre a culpa de Deus, como seu único obrador – o que é absolutamente contrário ao ser perfeitíssimo.[224]

6.2.3 - E as polêmicas declarações de Calvino? Afirma ele que Deus deseja o mal e faz o homem pecar? Isso negamos

O professor Leandro Bezerra[225], em artigo à editora reflexão, conhecida editora dos círculos arminianos, escreve o seguinte:

> Antes de tudo, observemos como os calvinistas e o próprio Calvino entenderam a doutrina da providência divina. Segundo o calvinismo, Deus predetermina absolutamente tudo. Mesmo no tocante ao mal moral, Deus é Aquele que move causalmente a vontade das pessoas. Assim, apesar das nossas ações não estarem sob o nosso controle em nenhum sentido relevante, continuamos sendo os únicos responsáveis por elas. Parece claro que, apesar da relutância reformada, tal doutrina anula necessariamente a responsabilidade humana e mancha o caráter santo, justo e amável de Deus. Dentre tantas citações constrangedoras que poderíamos aqui fazer do próprio Calvino, observemos as mais chocantes:
>
> "Por isso, pois, ele é tido por onipotente, não porque de fato possa agir, contudo às vezes cesse e permaneça inativo; ou, por um impulso geral de continuidade ao curso da natureza que prefixou, mas porque, governando céu e terra por sua providência, a tudo regula de tal modo que nada ocorra senão por sua determinação." *Institutas*,1.16.3.
>
> "E a este ponto se estende a força da divina providência, não somente que sucedam as eventuações das coisas como haja previsto ser conveniente, mas também que ao mesmo se incline a vontade dos homens [...] somos compelidos a sujeitar o próprio arbítrio ao impulso especial de Deus." *Institutas*,2.4.6.
>
> "Imaginemos, por exemplo, um mercador que, havendo entrado em uma zona de mata com um grupo de homens de confiança, imprudentemente se desgarre dos companheiros, em seu próprio divagar seja levado a um covil de salteadores, caia nas mãos dos ladrões, tenha o pescoço cortado. Sua morte fora não meramente antevista pelo olho de Deus, mas, além disso, é estabelecida por seu decreto." *Institutas*,1.16.9.

> “Acertadamente, assim define Agostinho a matéria em certo lugar: ‘Que os maus pequem, isso eles fazem por natureza; porém que ao pecarem, ou façam isto ou aquilo, isso provém do poder de Deus, que divide as trevas conforme lhe apraz.’” *Institutas*,2.4.4.

> “Portanto, o homem cai porque assim o ordenou a providência de Deus.” *Institutas*, 3.23.8.

> “[...] não há nada mais absurdo do que alguma coisa acontecer sem que Deus o ordene.” *Institutas*,1.16.8.[226]

O próprio professor nos poupa o trabalho de trazer as citações polêmicas de Calvino. Essas citações têm sido usadas por muitos dos opositores de Calvino e até mesmo por defensores, desavisados, das doutrinas da graça, para afirmar que o exegeta da reforma defendeu em seus escritos que Deus é o autor do pecado e do mal, mas isso não é verdade. Nenhum dos volumes das *Institutas* deve ser lido isoladamente, mas deve ser lido à luz do que já foi exposto nos outros volumes, pois no livro 3, por exemplo, Calvino está a falar da ordem da providência geral, do que é entendido por *concursus* geral e não do que é entendido concurso particular (importante notar que Calvino trabalha com esses conceitos, mas não trabalha com esses termos), essa diferença é importante e o referido teólogo ignora essa diferença em sua análise. No primeiro livro Calvino fala da ordem particular. O que ele diz:

> Portanto, Adão podia manter-se, se o quisesse, visto que não caiu senão de sua própria vontade. Entretanto, já que sua perseverança era flexível, por isso veio tão facilmente a cair. Contudo, a escolha do bem e do mal lhe era livre. Não só isso, mas ainda suma retidão havia em sua mente e em sua vontade, e todas as partes orgânicas estavam adequadamente ajustadas à sua obediência, até que, perdendo-se a si próprio, corrompeu todo o bem que nele havia.[227]

E também diz:

> Deve-se, portanto, mirar mais alto, visto que a proibição da árvore do conhecimento do bem e do mal foi um teste de obediência; de modo que, ao obedecer, Adão podia provar que se sujeitava à autoridade de Deus, de livre e deliberada vontade. Com efeito, o próprio nome da árvore evidencia que o propósito do preceito não era outro senão que, contente com sua sorte, o homem não se alçasse mais alto, movido de ímpia cobiça. Mas a promessa mediante a qual ele poderia fazer jus à vida eterna por

> todo tempo em que comesse da árvore da vida, bem como, em contrário, o horrendo anúncio de morte, assim que provasse da árvore do conhecimento do bem e do mal, visava a testar-lhe e a exercitar-lhe a fé. Daqui, não é difícil concluir de que maneiras Adão provocou a ira de Deus contra si.[228]

Note que, para Calvino, o próprio homem se corrompeu e de livre vontade pecou. Calvino em hora alguma, nesse texto, atribui o pecado de Adão ao influxo do decreto divino. O que acontece com muitos irmãos que leem esse texto é que eles ignoram a relação entre causa primária e causa secundária na concorrência divina. Isto é, quando se fala de causa primária, fala-se da ordem da providência geral (concurso geral), e, nessa ordem, Deus seria a causa de tudo que existe, pois ele tudo move, tudo sustenta, tudo preserva e, nesse aspecto, Deus é causa não causada, causa primeira de tudo, isso é endossado por Tomás de Aquino, Calvino, Molina e Armínio. No entanto, quando tratamos de causa secundária, essa mesma causa é produtora do seu próprio movimento enquanto causa segunda, pois ao ser movida por Deus é movida de acordo com sua própria natureza, de forma que Deus, ao mover determinada natureza, sabe exatamente o que vai acontecer. Assim, Deus determina os atos maus, não porque aquele homem é coagido a fazer, ou porque era da vontade moral de Deus acontecer, mas porque Deus, ao mover a causa secundária, torna aquele evento como certo, e, portanto, determinado. Deus não participa do ato pecaminoso, mas o homem através da corrupção de sua natureza o produz, assim como um cadáver apodrece ao ser atingido pela boa luz do sol.

Calvino explica isso de forma clara ao responder aos seus detratores sobre o mesmo ter afirmado que Deus é o autor ou faz o homem pecar:

> Primeiro, deve ser observado que a vontade de Deus é a causa de todas as coisas que acontecem no mundo; e, todavia, Deus não é o autor do mal... a causa imediata é uma coisa, a causa remota é outra... certas pessoas sem-vergonha e mesquinhas nos acusam com calúnia de sustentar que Deus é o autor do pecado, se sua vontade é considerada a causa primeira de tudo o que acontece".[229]

Calvino, comentando a epístola de Tiago 1.13, diz:

> Ninguém, ao ser tentado, deve dizer: "É Deus que me está tentando", pois Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta (Tg 1.13).
> [...] quando a Escritura atribui a Deus a cegueira ou a dureza de coração, ela não

> atribui a Deus o princípio dessa cegueira, nem o faz autor do pecado, a ponto de atribuir-lhe a responsabilidade.
> A Escritura assevera que os réprobos são entregues às concupiscências depravadas; mas isso é assim porque o Senhor perverte ou corrompe seus corações? De modo algum; pois seus corações estão sujeitos às concupiscências depravadas, porquanto já são corruptos e viciosos. Mas, visto que Deus cega ou endurece, porventura ele se torna o autor ou ministro do mal? Não! Mas é desta maneira que ele pune os pecados dos ímpios e dá uma recompensa justa a quem porventura recusa deixar-se governar por seu Espírito (Rm 1.26). Daí se segue que a origem do pecado não está em Deus, e não se pode imputar-lhe nenhuma culpa, como se ele tivesse prazer nos males (Gn 6.6).
> O significado é que se esquiva em vão quem tenta lançar sobre Deus a culpa de seus vícios, porque todo mal não procede de nenhuma outra fonte, senão da perversa concupiscência do homem. E, realmente, o fato é que somos levados a desviar-nos de nenhuma outra maneira, senão porque cada um tem sua própria inclinação como seu condutor e impulsor.
> Mas, que Deus a ninguém tenta, ele prova com isto: porque ele não é tentado pelos males. Pois é o diabo que nos atrai ao pecado, e por esta razão: porque ele arde totalmente com o demente desejo de pecar. Deus, porém, não deseja o que é mal; portanto, ele não é o autor do mal que nos é feito.[230]

O fato de Calvino considerar o pecado um defeito, pois diz que “o querer o bem ser proveito; querer o mau, defeito”[231], já mostra fatalmente que no pensamento calvinista é impossível que Deus seja o autor do pecado e do mal, pois Deus, sendo o próprio Ser, não pode produzir defectibilidades ou imperfeições, mas somente uma ausência de Deus, assim como a sombra não é produzida pela luz, mas pelo obstáculo que faz a luz ser ausente. O mal moral é uma ausência de bem.[232] O pecado é um desvio da lei de Deus, e Deus sempre move o homem ao bem, então o pecado só pode ser explicado por uma falta, uma privação de um bem no homem, que é justamente a causa do pecado. Cumprir a lei é perfeição, não cumprir é uma privação de perfeição. Não há incoerência lógica alguma em Deus não ser causa formal de uma carência humana, portanto, é simples entender como Deus é uma causa acidental do pecado. Portanto, não é uma causa formal do pecado ou eficiente do pecado. A causa formal ou eficiente do pecado é o homem. No entanto, é Deus ainda que escolhe se vai ou não concorrer com tal evento que acontecerá, tendo total controle se o evento ocorrerá ou não. Aqui também ficam refutadas as objeções de alguns autores modernos, que afirmam ser inconsistência dizer que Deus permite o pecado, senão que o provocou.

A prova da inocência de Calvino quanto a essa acusação é tamanha que a única conclusão possível, partindo da presunção de inocência, é que seus detratores nunca leram as suas obras, e fazem essas afirmações por ignorância. Mas se leram e continuam a divulgar que os reformadores, e em especial João Calvino, afirmavam que Deus é o autor do pecado e do mal, então os mesmos estão apenas levantando, impiamente, falso testemunho.

O eminente teólogo holandês, Jacó Armínio, concorda com Calvino que, na ordem da providência geral, nada pode escapar à direção, gestão e administração de Deus e que essa é a opinião de todos os teólogos, ou seja, Calvino emitiu uma opinião que é consenso; no entanto, só ele é condenado pelo que disse, por que será? Respondemos que nosso trabalho não tem objetivo de julgar consciências. Assim diz Jacó Armínio:

> Faço agora a seguinte pergunta: Toda a [*administratio*] gestão dessa tentação deve ou não ser atribuída a Deus? Se eles disserem que não deve ser atribuída a ele, estarão ofendendo a Providência, as Escrituras e a opinião de todos os nossos teólogos. Se confessarem que deve ser atribuída a ele, estarão confirmando o que eu disse. Mas qual foi o fim dessa conduta? Um experimento, ou provação. Se Eva tivesse [*vellet*] tomado a decisão de abster-se do ato, poderia receber elogios de seu Senhor e Criador, por sua obediência. O exemplo dos irmãos de José, que é citado na tese número quinze do meu nono debate público, prova isso da maneira mais clara possível, como mostro naquela tese.
>
> Inspecionemos o caso de Absalão, que cometeu incesto com as concubinas de seu pai. Não era essa a ocasião propícia para perpetrar esse ato — Deus deu as concubinas de Davi nas mãos de Absalão, isto é, permitiu-lhe fazê-lo? O argumento não o induziria a cometer esse ato de natureza repugnante, aconselhado por Aitofel, cujos conselhos eram considerados como oráculos? (2Sm 16.20-23). Sem dúvida esses são os fatos reais do caso. Mas a Bíblia diz que Deus dirigiu e controlou todas essas ocorrências (2Sm 12.11,12). Examine o que Deus diz em Deuteronômio 13.1-3: “Quando profeta ou sonhador de sonhos se levantar no meio de ti e te der um sinal ou prodígio, e suceder o tal sinal ou prodígio, de que te houver falado, dizendo: Vamos após outros deuses, que não conheceste, e sirvamo-los, não ouvirás as palavras daquele profeta ou sonhador de sonhos”. A predição do “sinal [deste falso profeta] quando confirmada pelo evento propriamente dito, não é um argumento que pode fazê-lo ganhar [*authoritatem*] credibilidade? E a credibilidade assim obtida não é uma incitação ou um argumento para efetuar uma plena persuasão sobre aquilo que esse profeta tenta convencer? E que necessidade há para argumentos, incitações e incentivos, se uma criatura racional tem tal propensão para o ato, o qual não pode ser cometido sem pecado, a ponto de desejar cometê-lo sem qualquer argumento? Sob tais circunstâncias, o grande tentador cessará seu esforço inútil. Mas quando o tentador sabe que a criatura não está disposta a cometer esse ato, a não ser que seja incitada

por argumentos e receba oportunidades, ele apresenta todos os incentivos possíveis para seduzir a criatura a pecar. Deus, porém, preside sobre todas essas coisas, e administra todas elas por meio de sua Providência, mas para uma finalidade diferente daquela para a qual o tentador as direciona. Porque Deus as conduz, primeiramente, para provar a sua criatura, e, depois (se esta for a vontade da criatura), para realizar alguma coisa por meio desse ato.[233]

Mas Armínio não para por aí, ele também afirma:

A orientação do pecado é um ato da Providência Divina, pela qual Deus, de uma maneira extremamente sábia e poderosa, orienta o pecado para onde deseja. Devemos considerar, nesta orientação, o ponto em que ela se origina e onde ela termina. Pois quando Deus orienta o pecado para onde quer que deseje, entende-se que ele o afasta do ponto em que não é a sua vontade que aconteça. Mas essa orientação tem dois lados, para um objeto e para um fim. Para um objeto é quando Deus deixa que o pecado que ele permite nasça, não como uma opção da criatura em relação a um objeto que, de alguma maneira, está exposto e sujeito aos resultados do pecado, mas que ele dirige a um objeto particular, que, em algumas ocasiões, não fazia parte do desejo ou aspiração do pecador, ou, pelo menos, que ele não desejasse absolutamente. As Escrituras enunciam esse tipo de orientação, de modo geral, com as seguintes palavras: “O coração do homem considera o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos” (Pv 16.9). Mas, especialmente, com respeito ao coração de um rei: “Como ribeiros de águas, assim é o coração do rei na mão do Senhor; a tudo quanto quer o inclina” (Pv 21.1). Disso, temos um excelente exemplo em Nabucodonosor, que, depois de ter decidido subjugar as nações, e hesitado quanto a atacar os amonitas ou os judeus, Deus controlou as decisões do rei, de modo que ele resolveu marchar contra os judeus e abster-se de atacar os amonitas (Ez 21.19-22).[234]

Armínio também diz:

Junto com a Providência Divina, coloco em sujeição tanto o livre-arbítrio e até mesmo as ações de uma criatura racional, de modo que nada pode ser feito sem a vontade de Deus, nem mesmo qualquer uma daquelas coisas que são feitas em oposição a ela; entretanto, devemos observar uma distinção entre boas e más ações, ressaltando que “Deus deseja e realiza boas ações”, mas que aquelas que são más “ele apenas permite livremente”. Indo ainda mais longe que isso, eu muito prontamente concordaria que até mesmo todas as ações, de qualquer natureza, a respeito do mal, que podem, eventualmente, ser reais ou inventadas, podem ser atribuídas à Providência Divina, devendo ser empregada apenas uma cautela “para não se concluir, a partir desta concessão, que Deus é o causador do pecado”.[235]

O tomista espanhol Royo Marin também afirma:

> Porque a vontade divina é a primeira causa universal de todas as coisas e, portanto, não pode ser impedido por qualquer causa criada que, como tal, depende essencialmente dela, e não pode fazer o menor movimento sem ser produzido ou permitido pela primeira causa universal. O mecanismo das causas secundárias pode falhar e, de fato, falhar muitas vezes (por exemplo, a ação fertilizante do sol pode falhar devido ao frio, umidade excessiva ou seca, etc.); mas é impossível que qualquer segunda causa falhe antes da primeira causa universal, quando ela realmente quer que ela produza seu efeito de fato.
> E esta é a razão que explica por que os próprios pecadores não podem se desviar, por mais que tentem, da ordem universal prevista por Deus; porque no momento em que eles saem por sua perversa vontade da zona do amor de Deus, "*ipso facto*" entra na zona de sua justiça divina, que os castigará quando chegar sua hora. Ninguém escapa ou pode escapar de Deus: devemos necessariamente permanecer na zona de seu amor e misericórdia ou na zona de sua justiça e ira, mas sempre dentro da ordem estabelecida por Deus.[236]

Padre Hugon também dirá:

> A perfeição do Deus imutável, cuja ciência infinita e a causalidade universal descem a todos os pormenores, exige que ele ordene e regule de toda a eternidade o que executará no tempo.[237]

O próprio Santo Tomás dirá:

> Ora, a causalidade de Deus, agente primeiro, se estende a todos os seres, tanto corruptíveis como incorruptíveis, e não só quanto aos princípios da espécie, mas também quanto aos indivíduos. Por onde, tudo o que tem de algum modo o ser foi necessariamente ordenado por Deus a um fim, segundo a Escritura (Rm 13.1): E as (potestades) que há, essas foram por Deus ordenadas. E sendo a providência de Deus a razão da ordem das coisas para o fim, como dissemos, todos os entes estão necessariamente sujeitos à providência divina na medida mesma em que participam do ser.[238]

Repare no que o reformador diz: "Portanto, o homem cai porque assim o ordenou a providência de Deus." (*Institutas*, 3.23.8). E logo nossos opositores bradam dizendo: "Deus deu uma ordem para Adão cair!". Nada poderia ser mais falso. Na escolástica, cultura em que Calvino estava inserido, a providência divina era exatamente ordenar todas as coisas a um fim. O que

Calvino ensina é que a providência entrou em ação ordenando o evento a um fim, pois já que nada acontece por acaso ou sorte, todos os acontecimentos devem ter um fim pelo qual acontece. Assim ensina Santo Tomás:

> Ora, a razão de se ordenarem os seres para um fim se chama propriamente providência. Pois, é parte principal da prudência, à qual se ordenam duas outras partes — a memória das causas passadas e a inteligência das presentes; porque, lembrando o passado e inteligindo o presente é que conjecturamos sobre a providência do futuro. Ora, é próprio da prudência, segundo o Filósofo, ordenar as causas para um fim. Quer em relação a nós mesmos chamando-se então prudente o homem que ordena bem os seus atos para o fim da sua vida; quer em relação a outros que nos estão sujeitos, na família, na cidade ou na república. E, nesta acepção, a Escritura diz (Mt 24.25): O servo fiel e prudente a quem seu senhor pôs sobre sua família. Ora, neste sentido, a prudência ou providência pode convir a Deus. Pois, Deus sendo o fim último, nada tem que se ordena a outro fim. Por isso, chamamos providência divina à razão da ordem dos seres para um fim. Donde o dizer Boécio, que a providência é a mesma razão divina própria ao sumo de todos os chefes, a qual tudo dispõe. Ora, disposição tanto pode chamar-se à razão da ordem dos seres para um fim, como à da ordem das partes no todo.[239]

Fica claro que não é porque todos os acontecimentos estão sujeitos à providência divina e estão debaixo da vontade de Deus, que Deus se torna o autor do mal, compare com o que Calvino diz: “Só porque afirmo e mantenho que o mundo é dirigido e governado pela secreta providência de Deus, uma multidão de homens presunçosos se ergue contra mim alegando que apresento Deus como sendo o autor do pecado…”.[240] “Só uma exceção se deve fazer, a saber: que a causa do pecado, as raízes do qual sempre reside no próprio pecador; não têm sua origem em Deus...”.[241]

Há uma diferença substancial nos discursos? Parece que não. É importante lembrar que Armínio também foi acusado de transformar Deus em autor do pecado e do mal[242],[243] por dizer que a providência de Deus está em todos os acontecimentos, e que Deus concorre com todas as situações, mesmo as pecaminosas. Mas o mesmo Armínio acusa Calvino de tornar Deus autor do mal e do pecado pelo mesmo motivo que outros acusaram a si próprio. Quanto a essa contraditória atitude, não é o objetivo do nosso trabalho emitir opiniões a respeito da ética de cada autor.

Um fato a ser notado é que não vemos arminianos afirmarem que os ensinos de Armínio nos levam à conclusão de que Deus é cúmplice ou autor

do pecado por causa de suas afirmações, simplesmente porque o mesmo está a falar da ordem da providência geral e a Escritura é muito clara quanto a isso. Ele está a falar de uma providência universal, não uma particular. É também digno de nota que Armínio afirma que Deus controlou as decisões do rei, e em hora alguma o autor sugere que Deus tenha sido imoral por isso. Esse detalhe tem muita importância, pois muitos argumentam que Deus nos tornaria robôs caso ele controlasse nossas ações, mas veja que mesmo Armínio não endossaria a tese de que, caso Deus de fato controlasse as ações humanas, essa atitude se tornaria imoral. Embora calvinistas confessionais jamais tenham ensinado que Deus de fato coaja ou obrigue alguém a fazer algo, ainda que isso fosse verdade, não haveria imoralidade nisso. O grande evangelista do século XVIII, John Wesley, escreve o seguinte em seu Hino 158:

> A minha descrença derruba.
> Rebaixa a minha altivez,
> Conquista o inimigo que tens em mim,
> Reclama para ti a vitória,
> Salva da raça o mais vil exemplar:
> FORÇA-me a ser salvo pela tua graça.[244]

Nem mesmo João Calvino chegou a afirmar algo tão forte, mas, pelo menos, temos informação suficiente para crer que mesmo que Deus nos forçasse a algo, ainda assim ele estaria em seu direito e não deixaria de ser o Deus amoroso que ele é, afinal de contas, qual o pai que nunca forçou o filho a ir para a escola? E qual filho nunca agradeceu ao pai por tê-lo feito? Antes que distorçam o que aqui dizemos, não estamos defendendo que Deus de fato força as pessoas a decidir A ou B, mas antes, que se ele, por um acaso, forçasse, ainda assim ele continuaria sendo bom, ele continuaria sendo Deus.

Luís de Molina, embora não sendo autor calvinista, muito pelo contrário, é um autor católico romano e anticalvinista declarado, explica de forma muito didática essa diferença. Primeiro ele afirma que todas as coisas estão sujeitas à providência divina e, como veremos mais tarde, assim como Armínio e Calvino, ele também inclui o pecado como alvo da providência divina:

> Nossa conclusão é afirmativa e é um dogma de fé, como podemos ler em Sabedoria, VIII, 1: “Se estende seu vigor de um canto ao outro e governa tudo com felicidade”; em Sabedoria, XII, 13: “Não há Deus além de ti, que cuida de tudo”; e também em

> Sabedoria, XIV, 3: “A tua providência, Pai, governa tudo desde o princípio”. Mas isso também pode ser demonstrado com um argumento da razão, porque Deus faz ou permite tudo por causa de um fim; portanto, todas as coisas estão sujeitas à providência divina, que, em algumas ocasiões, as ordena a um fim e, em outros momentos, lhes permite agir ou não para evitá-las por causa de algum fim.[245]

Logo depois ele explica a diferença entre Deus ser causa universal do pecado e Deus como causa particular do pecado, mas tudo dentro da providência divina:

> Portanto, com relação aos pecados, eles não caem sob a providência divina como se fossem efeitos da providência de Deus dirigida ou desejada por Deus – pois isso seria errôneo em questões de fé – mas na medida em que lhes permite melhores propósitos, aos quais já nos referimos em nossos comentários ao artigo anterior. Mas às vezes é possível reconhecer a providência divina impedindo a comissão dos pecados; às vezes também lida com os atos pecaminosos da pessoa, na medida em que Deus faz uso de seu concurso geral com as causas livres, mas não para que elas pequem, mas para que, de acordo com sua natureza, possam fazer uso dela fazer o bem ou mal, como eles preferem, sendo isso bom e algo que Deus quer para os melhores propósitos; No entanto, quando eles abusam desta concorrência, Deus se torna uma causa universal e não particular de atos pecaminosos. Portanto, embora essa causalidade e essa influência universal de Deus sejam efeitos da providência divina, no entanto, o próprio ato pecaminoso – que deve ser atribuído a uma causa particular e não universal...[246]

Luis de Molina e também Jacó Armínio[247] defendem que Deus deve concorrer não só com a ação, mas também com o efeito que a causa segunda produzirá:

> [...] nós demonstramos claramente que o concurso geral de Deus é necessário para toda ação e efeito da segunda causa – porque a preservação de toda coisa criada depende da influência imediata de Deus, sendo muito mais necessário o que é requerido para a primeira produção de algo que é necessário para a sua conservação –, consequentemente, a necessidade do concurso geral de Deus com a segunda causa para todas as suas ações e efeitos, é devido à indigência pela qual a ação e o efeito – durante todo o tempo que eles duram – precisam continuamente da influência de Deus na segunda causa, mesmo quando a influência da segunda causa cessou.[248]

Obviamente se o efeito for uma ação má, Deus também concorre com essa ação, no entanto, ainda assim, Molina e Armínio afirmam que Deus não

é autor do pecado, mas sim o homem. Mas se aplicarmos o barema que aplicam ao calvinismo em suas próprias doutrinas, poderíamos dizer que mesmo que não fosse o autor, no mínimo ele seria um cooperador ou partícipe, ou, como diria Nietzsche: “Deus seria cúmplice”, uma vez que participou, colaborou e deixou acontecer um ato mau, sem nada fazer, e pior ainda, um ato que só foi possível por causa da ação divina de concorrer e preservar tal ato. Como vemos, aqueles que criticam o calvinismo caem nos mesmos problemas, e em problemas até piores se os julgarmos pelos mesmos padrões que eles mesmos estabelecem para o calvinismo. Segue-se, então, que não é porque Deus é um agente determinante, conservador e cooperador de todos os movimentos das causas segundas que ele seja autor do pecado. Fazer essa acusação aos teólogos reformados seria o mesmo que abrir mão de suas próprias doutrinas, como Armínio diz: “essa é a opinião das Escrituras e de todos os nossos teólogos”. O professor Leandro Bezerra, além de emitir uma opinião contrária a todos os teólogos ortodoxos (Calvino, Armínio, Molina e Aquino[249]), ainda afirma:

> Diante dessas citações fica claro que: 1. Calvino negou que o homem fosse um verdadeiro agente; 2. Calvino afirmou que Deus prefixou o curso completo da natureza; 3. Calvino defendeu que Deus move a vontade dos homens pelo seu decreto e determinação, inclusive a própria vontade pecaminosa; 4. A providência de Deus ordenou a Queda de Adão; 5. Não há nada aleatório, pois Deus ordena tudo.[250], [251]

Analisemos essas afirmações:

1 – Calvino em hora alguma nega que o homem fosse um verdadeiro agente, isso fica claro em sua ilustração sobre a causa primária e causa secundária. Deus é um agente e a causa secundária também é um agente, os dois são causas totais, cada um em sua ordem, isso já foi devidamente explicado. A responsabilidade e ação humana se dão pela sua natureza pecaminosa e sua vontade de fazer. Calvino, como já demonstramos, defende que o homem tem entendimento e vontade, portanto, capacidade de escolha e por isso é responsável pelos seus próprios atos.

2 – Sobre a afirmação segunda, isso é verdade. Deus prefixou tudo que vai acontecer através do decreto divino. A questão é que teólogo ortodoxo algum afirma o contrário. No seu decreto, Deus prefixa tudo. Agora a execução do decreto é dada de formas diferentes, como já foi demonstrado.

3 – Como já vimos, Deus move sim a vontade humana. Ele move para que ele mesmo possa agir, mas o pecar está no homem, não em Deus. O decreto é a causa da futurição do pecado, não obstante não é sua causa física (pela infusão do mal) nem sua causa ética (pela aprovação dele). E assim, embora o pecado necessariamente siga o decreto, não se pode dizer que flui do decreto. O decreto não flui da coisa, nem é efetivo do mal, mas é somente permissivo e diretivo. Calvino deixa claro que a luz do sol, embora seja a causa da putrefação do corpo morto, não é ela quem coloca a putrefação lá; da mesma forma a mesma luz que atinge um corpo vivo, o deixa mais vivo. O mover de Deus sempre é bom, a natureza criada que é corruptível. Calvino deixa claro que Deus não é causa ética do pecado, pois não deseja o mal e o diabo e o homem são os autores do pecado e do mal, sendo eles apenas movidos por Deus. Deus tem o poder de mover a vontade? É claro que sim, como já demonstramos. Sem essa força divina, o homem sequer teria vontade, mas ele move a agir; no entanto, o mesmo pode inclinar a vontade do homem, mas somente para fazer o bem, nunca o mal.

4 – Falou corretamente, a providência ordenou a queda de Adão, mas apenas em um concurso geral, não no particular. O autor esquece de separar concurso geral (chamada por Calvino de providência universal) e o concurso particular (chamado por Calvino de ordenança especial) e das relações entre causas primárias e causas secundárias.

5 – Nessa o autor acertou. Não há um só espaço no universo em que Deus não possa dizer: “Isso é meu!”. Como está escrito: Os homens jogam os dados sagrados para tirar a sorte, mas quem resolve mesmo é Deus, o Senhor (Pv 16.33). O comentário desse versículo no começo do capítulo demonstra que nem mesmo o jogar de dados é aleatório para Deus, embora o seja para nós.

Notamos, então, que as acusações contra os calvinistas, nesse aspecto, são todas carregadas de imperícia, e até, em alguns casos, de impiedade. No entanto, preferimos crer que é falta de entendimento.

7 – O caso de Adão

Analisaremos nesse tópico o curioso e particular caso de Adão. Essa análise ficou por último, visto ser um pouco mais especulativa do que factual. Primeiro estabeleceremos a crença calvinista a respeito do assunto, depois emitiremos uma opinião que possa demonstrar racionalmente como pode um ser perfeito se desviar.

7.1 – Se somos movidos de acordo com a nossa própria natureza, como Adão se inclinou para o mal, já que não tinha uma natureza depravada?

Primeiramente é preciso estabelecer a questão. Para João Calvino, Adão foi criado sem mácula[252], "era possuído de reto entendimento, tinha as afeições ajustadas à razão, todos os sentidos afinados em reta disposição e, mercê de tão exímios dotes, verdadeiramente refletia a excelência de seu Artífice".[253] E poderia, caso quisesse, se manter sem pecar.[254] O entendimento dessa declaração de Calvino deve ser feito conforme explicado no tópico, pois embora pareça implicar em uma liberdade libertária por parte de Adão, não pode ser assim entendida. A ótica de Calvino é apenas o evento como contingente nele mesmo, mas não independente ou contingente com relação ao decreto. O problema está quando juntamos as duas pontas, o decreto divino da queda e a liberdade de Adão. Sobre os decretos divinos, nós trataremos na seção de teontologia desse mesmo trabalho, onde será explicado como Deus decretou permitir a queda. Por enquanto, abordaremos o problema de como se dá a queda em uma natureza boa.

João Calvino defende que o homem caiu de livre vontade, ou seja, ele escolheu cair. Mesmo com toda a sua mente ajustada a Deus ele livremente decidiu cair. Para João Calvino a perseverança de Adão era flexível, e, portanto, instável. Tanto Calvino como Turretin afirmam que Deus impôs sobre Adão um teste, à semelhança do teste de Abraão, a quem foi ordenado que sacrificasse seu próprio filho Isaac.[255]

A CFW, em sua Seção 4.2, afirma o seguinte:

> II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Também diz na Seção 9:

> I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem

> ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza.
> II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder.

A Segunda Confissão Helvética afirma na Seção 9:

> Qual era o homem antes da queda. Há o estado em que o homem se encontrava no princípio, antes da queda; era certamente reto e livre, de modo que podia continuar no bem ou declinar para o mal, mas inclinou-se para o mal e se envolveu a si mesmo e a toda a raça humana em pecado e morte, como se disse acima.

A questão parece clara, a teologia reformada calvinista afirma que o homem foi criado reto, em estado de perfeita santidade e retidão, conhecedor da lei de Deus e também com o poder de não pecar (*posse non peccare*). Também afirma que o homem foi criado com uma possibilidade de pecar, com uma perseverança flexível e que caiu sem coação, quer dizer, de vontade própria.

7.2 – Adão era perfeito, mas não absolutamente perfeito

Devemos ser totalmente racionais e sermos sinceros e acadêmicos para chegarmos onde as evidências nos levam, sem medo do resultado. Algumas coisas nas Escrituras não são difíceis de entender, são difíceis de engolir!

Nós temos declarações aparentemente paradoxais, que são:

1 – O homem era perfeito em sua santidade.

2 – O homem é movido de acordo com sua natureza.

3 – O homem cai.

4 – Sua natureza era mutável.

Aqui nós podemos desenvolver um raciocínio, e começaremos a nos questionar qual o significado de perfeição na primeira declaração. Essa perfeição não pode ser perfeição absoluta, pois Deus também é perfeito, e se Adão fosse perfeito de forma absoluta, então ele seria igual a Deus, o que é absurdo. Portanto, diremos aqui que Adão era perfeito, mas não era absolutamente perfeito, já que em relação a Deus ele era imperfeito, mas em relação ao nosso estado atual, ele era perfeito. Já em relação ao nosso estado de glorificação, ele também era imperfeito, pois no estado de glorificação não teremos um livre-arbítrio instável como o de Adão. Portanto, melhor que o

dele e mais perfeito que o dele. Além disso, na glorificação seremos como os anjos eleitos (Mt 22.30), mas a Escritura diz que fomos criados menores que os anjos (Sl 8.4,5). A situação de Adão foi uma situação única, pois Adão não era depravado, não era regenerado, nem era glorificado, pois os três estados pressupõem a queda. Logo, não há nesse mundo o que se possa estabelecer para uma analogia perfeita com relação a Adão. Tudo que podemos fazer é estabelecer analogias imperfeitas, baseadas em semelhanças, e vislumbrar como que num espelho embaçado o que seria a natureza Adâmica. Assim é com a doutrina da trindade, através da qual podemos compreender parcialmente a natureza de Deus através de analogias imperfeitas, ou mesmo a do próprio Cristo e sua união hipostática.

Analogamente, para que nós possamos ter uma noção do que poderia ser a natureza de Adão, podemos compará-lo com o segundo Adão, que foi o Senhor Jesus, o Cristo. Os dois não são iguais, são semelhantes (ser semelhante não é ser igual; portanto, a analogia nos aponta uma direção, mas não nos dará uma visão particular de todos os aspectos). Então não focaremos na diferença, mas na semelhança, pois os dois são “adões” e ambos estavam isentos de pecado original. Então vejamos a primeira semelhança – Cristo, mesmo sem pecado original, foi tentado, o que poderia tentar a Cristo? Já que a tentação de Cristo não foi um teatro, então podemos, nesse exemplo prático, dizer que não é absurdo um ser sem pecado original estar em potência de pecado. Quer dizer: a natureza humana, em sua perfeição, inclui essa potência de queda. Adão era perfeito como humano, já que não tinha doenças, não morria, tinha uma capacidade intelectual incrível (nomear todos os animais não era uma tarefa fácil!). Ele era humanamente perfeito. Então devemos entender nesse sentido. Se por um acaso entendermos a perfeição de Adão como algo absoluto e não relativo, além de tornarmos ele igual a Deus, criaríamos dois paradoxos insolúveis, de como um ser perfeito poderia ter caído e de como Deus criaria outro Deus.

Segundo ponto, e o mais importante. O decreto de permissão da queda significa que Deus decidiu não impedir o ato de Adão. Isso significa dizer que Adão caiu somente com base no concurso geral de Deus, não no concurso particular. O fato de Deus não ter impedido a queda, significa dizer que Deus negou o auxílio divino especial, que impediria Adão de cair. Ou seja, levemos em conta que todo ser, seja ele Adão ou qualquer outro, só é perfeito em Deus, não fora dele. O que nos mantém em pé é a graça de Deus, não as nossas características. Assim, é uma conclusão lógica que Deus, ao

permitir a queda, negou sua graça especial a Adão, deixando ele somente aos cuidados da graça comum, o que levou Adão a ser movido de acordo com sua natureza naquela situação específica, e sua queda foi certa.

Essa potência de queda certamente não era algo como uma depravação, que nos inclina infalivelmente para o mal, nem algo como a glorificação, que nos inclina infalivelmente para o bem, mas algo que, apesar de inclinar para o bem, em uma situação específica, ao ser movido, Adão cairia se não fosse assistido pela graça. Toda criatura deve ter em si uma potência de queda, pois só assim podemos nos diferenciar de Deus, que é a perfeição absoluta. Isso parece ser óbvio, uma vez que necessariamente a causa é maior que seu efeito e, portanto, deve exceder ao efeito e não precisa participar dos defeitos do efeito. Se tivéssemos criaturas perfeitas, também teríamos criaturas que independessem de Deus. Assim, sendo Deus a causa de Adão, não precisa participar dos defeitos de Adão, já que o mesmo excede o efeito por ser sua causa. Logo, não se segue que Deus, ao criar Adão, se torna autor do pecado, pois não precisa participar do defeito do efeito. Uma coisa é criar, outra coisa é operar. O decreto da criação não cria o pecado, ele cria coisas distintas do criador, e, essa distinção, por necessidade lógica, deve trazer alguma potência de imperfeição, pois se assim não fosse, Deus faria o impossível lógico, que era criar outro Deus, ou seja, outro Ser absolutamente perfeito. Essa imperfeição também não vem do Criador, pois não é algo positivo que precise ser criado, visto que toda imperfeição é uma ausência de perfeição.

Clarificando mais, já foi explicado que existem verdades contingentes, que são aquelas que podem ou não ser. Por exemplo, um homem poderia ter nascido aqui no Brasil ou na China; quer dizer, um homem ter nascido no Brasil antes de Deus decretar seu nascimento aqui era apenas uma verdade contingente, que se torna necessária, relativamente a Deus, após o decreto divino.

Existe também um conjunto de verdades que são necessárias. Ou seja, elas são verdades que existem independente da livre vontade divina, pois são reflexos da própria existência divina. Por exemplo, as operações matemáticas, as leis da lógica, a própria existência de Deus etc. Mesmo que Deus quisesse, a operação matemática “2 + 2” nunca seria igual a 16, porque 2 mais 2 são 4 em qualquer mundo possível, por ser uma verdade necessária. Vejam, isso independe da criação, independe da livre vontade divina, independe de ética, independe de qualquer coisa. É uma necessidade da própria realidade.

Mas é importante nos atentar para outra verdade necessária que poucos

se atentam – Deus não pode criar outro Deus! Logo, tudo que não é Deus, carrega em si algum defeito, pela NECESSIDADE DE REALIDADE, não pela vontade divina, pois independe dela. Não há participação alguma, ética, da parte de Deus na existência do defeito, pois a necessidade existe antes do decreto, antes de qualquer operação da livre vontade de Deus. A questão que poderia ser perguntada é:

1 – Visto que Deus era livre para não criar, por que Deus criou sabendo das consequências?

2 – Por que Deus permitiu a manifestação do defeito?

Essas perguntas são, por natureza, inescrutáveis, pois sequer sabemos quais pensamentos e planos têm nossos semelhantes, e até mesmo os animais brutos nos enganam, quanto mais os planos de Deus para com a queda, ou seja, o que se passava na cabeça de Deus ao permitir a queda. Isso é impossível de se saber. Agora, acreditamos ter boas soluções para a não imputabilidade de culpa da parte de Deus por causa da existência do defeito na natureza, que, quando operou, caiu. Isso não se deve a Deus não mais do que a necessidade que ele tem de ser Deus.

Criar não é operar. Então, ao criar um ser com potência de queda, Deus não cria o pecado. Primeiro porque o defeito não precisa vir de Deus, já que ele como causa, supera seu efeito. Além disso, a potência de queda não é queda. Portanto, não é pecado. O decreto se executa quando Deus faz a criatura operar; mas quando ela opera, o faz segundo sua própria natureza, na qual já está inclusa a potência de queda. Essa potência de queda existe por necessidade lógica, não pela vontade divina. E caso essa potência se torne ato por alguma ocasião, não se pode dizer que essa queda fluiu do decreto, pois o decreto de operar não foi o responsável pela potência de queda, muito menos de criar, visto que qualquer imperfeição não é algo positivo para que seja criado. Quer dizer, no decreto de criar foi criado o homem bom, mas com a potência da queda, embora essa potência de queda não tenha vindo do Criador. Porém, mesmo com potência de queda, não houve ali um ato do homem para pecar. Portando, o pecado não flui do decreto de criar, visto que criar não é operar, e o pecado só acontece por operação. Quando o homem opera, a potência de queda já está lá, ou seja, o pecado não flui do decreto de operar. Logo, segue-se logicamente que Deus não é autor do pecado, nem ao criar, nem ao operar. Por isso podemos dizer que Deus opera tanto o querer quanto o realizar, e ainda assim não é responsável pelos atos maus das criaturas.

O tipo de pecado que Adão cometeu pode nos dar uma luz sobre o porquê da queda. A Escritura diz que o bispo não pode ser “neófito, para que, ensoberbecendo-se, não caia na condenação do diabo” (1Tm 3.6), isto é, não caia no castigo do pecado diabólico. Além disso, uma vez que esse sempre foi o desejo do diabo (que se porta como Deus e príncipe do mundo e deseja ser considerado e adorado como tal desde o princípio, 2Co 4.4; Jo 12.31), não é sem razão que se afirma que ele caiu nesse pecado. Terceiro, ele tentou Adão a esse tipo de pecado no princípio e leva os homens a ele todos os dias. [256] É fácil perceber que se Adão caiu em soberba e orgulho[257], então esse orgulho deve ter sido de sua própria condição, a de ser o “perfeito” Adão. Nesse caso, esse autor acredita que Deus quis mostrar a Adão que qualquer criatura é inteiramente dependente dele, negando a Adão o seu auxílio especial, e Adão caiu. A diferença entre Adão e Cristo é que Cristo foi assistido pelo Pai o tempo inteiro para que não caísse (Sl 91.11,12), pois em Cristo, Deus queria providenciar salvação, e em Adão, Deus queria provar a dependência do homem para com ele. Os dois são partes do mesmo plano, pois, sem queda, a cruz não teria significado. Algo que corrobora com essa tese é o tratamento dado a Adão no pós-queda, já que a graça de Deus o alcançou. Vejam: Adão colocou o nome de sua mulher de EVA, aquela que dá a vida, mesmo depois de ter recebido a sentença de morte por parte de Deus, isso seria impossível sem a graça divina sobre Adão.

O próprio fato de Deus ter confeccionado roupas para Adão é símbolo de sua graça cobrindo os pecados de Adão. Deus, em Gênesis 3.15, faz uma promessa de salvação e Adão respondeu com fé ao julgamento de Deus e a essa promessa de salvação. Adão coloca o nome de sua mulher de Eva porque ele tinha ouvido a promessa de graça que Deus fez e respondeu pela fé. Se Adão não tivesse acreditado nas promessas de Deus, ele teria chamado sua mulher de “morte” e não de vida. Aqui, nós temos nas Escrituras a primeira resposta da fé, confiando nas promessas de Deus. E nada disso seria possível sem uma ação graciosa de Deus sobre Adão, que visivelmente se mostrava arrependido, cego e humilhado diante de Deus. Adão pecou por orgulho e, agora humilhado diante de Deus, faz exatamente o que Deus quer. Cristo, por outro lado, foi humilhado, e agora está exaltado diante de Deus. Adão, apesar de enfrentar a morte, se apegou à promessa de Deus de que a Serpente seria derrotada por uma semente que viria de sua mulher, que ele chamou de “Vida”. No nosso ponto de vista, Adão viu Jesus, aquele que é o caminho, a verdade e a VIDA, tudo isso pela fé. Deus prometeu e, pela fé,

Adão creu; portanto, diante dessa humilde atitude de Adão, movida pela graça de Deus, é razoável pensar, juntamente com Agostinho, que seu pecado foi o orgulho.

A pergunta que poderemos fazer agora é: por que Deus não deu uma graça especial a Adão para que ele não caísse? A explicação disso está na ordem lógica dos decretos e suas aplicações no tempo. Consideremos, então, uma dupla ordem às obras de Deus: uma é a ordem da providência e outra é a ordem da predestinação. Na ordem da providência, Deus primeiramente, em sua vontade antecedente, quis manifestar sua glória na criação e para a criação, e então na permissão da queda. A criação manifesta a glória de Deus por si só, pois os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos (Sl 19.1). Nesse primeiro momento, Deus não vê o homem como perdido. Portanto, o homem goza somente de uma graça suficiente (ou graça comum) e não goza de uma graça eficaz. Em um segundo momento, Deus permite a queda para manifestar o seu grande amor, pois Deus demonstra seu amor por nós: Cristo morreu em nosso favor quando ainda éramos pecadores (Rm 5.8), pois somente com a queda Deus pôde mostrar seu amor, justiça, misericórdia, sua graça superabundante, etc. A glorificação do Filho também só foi possível com a queda, pois na ocasião em que Judas traiu o Mestre, ele disse: “Agora o Filho do homem é glorificado, e Deus é glorificado nele. Sendo Deus glorificado nele, também Deus o glorificará nele mesmo” (Jo 13.31,32). Theóphilus Gale explica que “as coisas pecaminosas são boas, não moralmente, mas naturalmente, como meios úteis e conducentes à promoção da glória divina, pois, apesar de se oporem à bondade da criatura, ainda que materialmente consideradas, não se opõem à bondade do Criador, que pode extrair o bem maior dos maiores males”.[258]

Depois da queda entramos na ordem da predestinação, onde Deus, com sua vontade antecedente, quer manifestar sua glória pela misericórdia, elegendo muitos dentre os caídos e providenciando redenção a estes, e sua justiça, deixando outros aos seus próprios pecados, pois éramos todos filhos da ira (Ef 2.3). Então, para atender ao intento de Deus de guardar seus eleitos, Deus emite auxílios divinos infalíveis (graça irresistível). Ou seja, somente aqui temos a graça irresistível ou um concurso particular de Deus para que os eleitos perseverem. Portanto, parece ser lógico o porquê de Adão não gozar dessa assistência particular divina, visto que a graça irresistível tem como destino os homens já caídos que são eleitos, e Adão não se encaixava nesse

perfil antes da queda.

A pergunta que poderia ser feita além das que já foram respondidas, é: Adão poderia fazer diferente do decreto? Essa pergunta traz em si um falso sentimento de que diante de um decreto, o homem não goze de liberdade. Este trabalho já demonstrou exaustivamente que esse sentimento é falso. Há ainda um segundo sentimento, o de que é imoral coagir alguém a fazer algo e depois puni-lo por isso. Isso é um fato, mas nossa teologia não sofre desse problema. Adão queria estar ali. Ele não queria estar em outro lugar. Ele não estava ali porque foi forçado por um decreto, mas ele estava ali porque não queria estar em outro lugar. O decreto estava de acordo com a natureza de Adão. Então, por necessidade, o decreto não anula a natureza livre adâmica, mas a estabelece. Logo, Adão tinha a possibilidade de fazer diferente, mas ele não queria fazer diferente, ele queria mesmo era pecar.

Conclusão

Concluímos que não há um paradoxo entre a determinação divina e os atos livres, e sim uma concepção errada do que seja um ato livre, assim como uma concepção errada do que seja uma determinação divina. Um ato livre não torna o homem apto a tomar decisões diferentes da que ele tomaria, pois o mesmo é escravo de sua natureza. No entanto, a determinação divina não coage a vontade humana, nem força o ser humano a escolher A ou B contra sua própria vontade, pois quando Deus inclina o homem a fazer isso ou aquilo, opera em sua natureza, de dentro para fora, fazendo com o que homem aja de livre vontade. Deus também não é o autor do mal, nem culpado por este, mesmo que determine e concorra com tais atos, Deus move o homem segundo sua natureza, portanto o ato mau é determinado pelo homem como causa segunda e Deus apenas o torna certo, determinando o acontecimento como causa primeira. Concluímos que a liberdade libertária é impossível, gerando absurdos lógicos e teológicos.

2. TEONTOLOGIA

Introdução

ESSA SEÇÃO se reverte de muita importância, pois um conhecimento correto de quem é Deus e seus atributos nos protege de muitos erros. Essa seção deve estar intimamente ligada à da providência divina, pois uma compreensão errônea dos atributos divinos também nos levará a uma falsa doutrina da providência, o que consequentemente nos levará a uma soteriologia falsa e, por conseguinte, a um falso evangelho, ou seja, teologicamente, tudo começa aqui. Os debates entre arminianos, molinistas e calvinistas são quase que 100% das vezes infrutíferos porque começam com os cinco pontos, mas nada se debate a respeito de teontologia, providência e concorrência, que são as bases da soteriologia ou de qualquer outro ramo da teologia. As diferenças são basilares. Não se pode começar do topo, deve-se começar das bases. Não adianta falarmos de predestinação, por exemplo, se não entendermos que Deus é um ato puro (*actus irreceptus*), deve-se negar ou afirmar essa característica de Deus para se debater se somos predestinados condicionalmente ou incondicionalmente, não é sem motivo que Girolamus Zanchi, em sua obra sobre predestinação, começa estabelecendo uma série de proposições relativas aos atributos divinos, mesmo que a obra não se proponha a falar de teontologia. E não adianta falar de graça irresistível ou de graça resistível se não definirmos se o concurso é prévio, simultâneo ou moral. Aqui nessa seção aprenderemos quem é Deus e seus atributos (simplicidade, perfeição, infinitude, imutabilidade, onipotência, onisciência e eternidade). Explicaremos também como Deus se relaciona com o tempo. Debateremos o voluntarismo divino e sua viabilidade. A Trindade também será alvo de nossa análise.

1 – Quem é Deus?

Para definir quem é Deus ou o que é Deus, usaremos a Confissão de fé de Westminster (CFW), que diz:

> Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível – onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria

> vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.[259]

Deus "é tudo o que pode ser, e não pode ser nada mais além do que é".[260]

A Confissão de Fé de Westminster também reza:

> Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente[261] da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.[262]

1.1 - O nome de Deus é uma descrição do seu Ser, não uma designação – contra Testemunhas de Jeová e outras seitas

No segundo livro de Moisés, conta que Moisés tem um encontro com Deus em um monte chamado Horebe, ali ele pergunta o nome do Senhor ao que recebe uma resposta "Eu sou o que Sou" (Êx 3.14). Esta é uma resposta estranha porque não é um nome, antes uma descrição, explique-se: No original hebraico, o que Deus realmente diz é  (*ehiyeh asher ehiyeh*). Imediatamente você pode notar a semelhança entre o som da palavra *ehiyeh* ("Eu sou") e o nome mais sagrado do Senhor  (*Yahweh*). As duas palavras têm a ver com o ser. Tecnicamente, esta frase significa "Eu serei o que serei". É no futuro, não no tempo presente. A mensagem é que a natureza de Deus é para sempre imutável. Ele é estável e confiável, exatamente como anunciado: é o mesmo, ontem, hoje e para sempre (Hb 13.8) e nele não há variação ou sombra de mudança (Tg 1.17), logo é eterno. Portanto, é sem razão que Jeovistas e outras seitas arianas insistem em chamar o Eterno por um nome específico, a fim de ser melhor ouvido, já que esse nome não é uma

designação para Deus, como alguém que coloca o nome de batismo no filho, mas uma descrição, como alguém que se revela a outro. Assim, o texto bíblico concorda com a Confissão de fé, de que Deus é imutável, estável, confiável, é ato puro.

1.2 – Deus é ato puro

Mas o que significa ato puro? Se Deus é a causa primeira, ele não pode ser uma causa dentre as demais causas, pois isso significaria que ele também seria causado. Deus também não pode ser um motor entre vários motores, pois isso o tornaria movido também, logo, para evitar que haja causas *ad infinitum*, devemos ter uma causa não causada e um motor imóvel. Isso só é possível se o ato preceder a potência, e o ser preceder o vir a ser, por isso dizemos que Deus é ato puro, pois não tem potência[263], uma vez que em Deus o ato precede a potência. Nele, ser e ação se identificam absolutamente. Ser ato puro significa que Deus tem todas as perfeições, logo, não pode receber coisa alguma de ninguém, pois aquele que tudo tem, nada tem a receber, nada lhe falta, nada lhe carece de suas criaturas. Deus é *actus irreceptus* e, por isso, não pode ser aperfeiçoado. Significa que ele é ilimitado, por fim, significa que ele não tem potência passiva. Potência é uma capacidade real em um sujeito real, é uma capacidade de se aperfeiçoar, como a água tem potência para evaporar ou congelar, ou seja, ela tem essa capacidade, dizer que Deus não tem potência passiva é o mesmo que dizer que ele não recebe nada de fora e não sofre mudança alguma, pois é um motor imóvel. A potência pode ser passiva ou ativa. Potência passiva é a que recebe, como a água que recebe calor, e potência ativa é a que age, a que concede, e já está em ato, como o calor que esquenta a água. Deus tem potência ativa porque pode agir concedendo a outras criaturas o poder para executarem suas ações, mas não tem potência passiva porque não pode receber coisa alguma de fora. Deus não pode ser movido porque todo movimento é uma mudança, e como Deus é imutável, ele não pode se mover, sendo Ele aquele que move os outros, mas nunca é movido. Portanto, Deus nunca passa da potência para o ato. Passar da potência para o ato é justamente fazer um trânsito entre uma capacidade e a concretização dessa capacidade, recebendo a força para esse trânsito de fora, por exemplo, a água em estado líquido tem a potência de evaporar, mas quando evapora, está em ato de evaporar. Para evaporar, a água passa por uma mudança e, para mudar, recebe algo que não tinha e, por isso, se torna mais perfeita. Mas para se

tornar mais perfeita, o trânsito deve ser movido por outro, pois a água só evapora porque recebeu calor. Logo, algo quente deve esquentá-la. Então dizemos que nada passa da potência para o ato, se não por outro ser em ato, quer dizer que a água não pode executar de si mesma essa mudança. Assim é todo movimento. Toda mudança só pode ser feita pelo mover de outro ser já mudado, que já esteja em ato, naquele que está em potência. Toda passagem da potência para o ato é uma geração de perfeição. Tudo que Deus tem vem dele mesmo. Se Deus conhece algo, por exemplo, a causa desse conhecimento é ele mesmo. Todo ato é limitado por sua potência, pois nada pode ir além de suas capacidades. Por exemplo, um fogo não pode molhar, ele não tem essa potência. Ele pode apenas queimar e o ato de queimar é limitado pela sua capacidade de queima, mas onde o ato é puro, não há limitação, pois não há potência que o limite. Por isso Deus é ilimitado. Apesar desse conceito ter sido elaborado por Aristóteles[264], através do argumento do primeiro motor, Herman Bavinck afirma que:

> A teologia cristã concordou com essa avaliação. Deus, de acordo com Irineu, é sempre o mesmo, autoidêntico. Em Agostinho, a imutabilidade de Deus flui diretamente do fato de que ele é o ser supremo e perfeito... A mesma ideia aparece repetidamente nos escolásticos e nos teólogos católicos romanos, tanto quanto nos teólogos luteranos e reformados.[265],[266]

Da imutabilidade de Deus, segue-se os outros atributos, pois a imutabilidade em relação ao tempo, é o que chamamos de eternidade, e em relação ao espaço, é o que chamamos de onipresença, e quando juntamos a eternidade e onipresença temos a infinitude divina, e a imutabilidade em relação ao conhecimento é a onisciência, em relação a moral é a omnibenevolência.

Se fizermos esse exercício mental de baixo para cima, ou seja, das criaturas para Deus, teremos um argumento em favor da existência de Deus, quer dizer, se tudo que existe está em constante mudança, ou seja, em constante movimento, pois hoje nós não somos os mesmos que ontem, pois aprendemos, ficamos mais velhos, assim também são todas as coisas no universo criado, é necessário então um ser imutável, um ser imóvel que tenha dado movimento a outros, porque tudo que muda, é também relativo, e se é relativo tem que haver um absoluto, e Deus é esse absoluto. Aliás, como diria Tomás de Aquino em sua terceira via:

> Tudo quanto vemos um dia deixará de ser. Tudo quanto um dia deixará de ser é porque um dia não foi. Se todas as coisas que existem fossem assim, ou seja, coisas que um dia não foram, é porque um dia nada foi, como o nada absoluto é impossível, é necessário haver um ente que sempre foi e sempre será, este é Deus.[267]

1.2.1 – Provas Escriturísticas de que Deus é Ato Puro

No tópico 1.1, onde falamos do nome de Deus e seu significado, deu-nos uma base escriturística da defesa que fazemos de Deus ser um ato puro, pois o fato dele ser o EU SOU, já demonstra uma autoexistência, independência, pois não muda, é o mesmo ontem, hoje e sempre. Deus não recebe nada de ninguém, nem depende de ninguém, como está escrito: “Pode o homem ser de algum proveito a Deus? Antes a si mesmo é que o prudente será proveitoso” (Jó 22.2) e “nem tampouco é servido por mãos humanas, como se necessitasse de alguma coisa; pois ele mesmo é quem dá a todos a vida, a respiração e todas as coisas” (At 17.25). No mesmo contexto não poder ser limitado a lugar algum, pois não pode ser contido pelos templos feitos por mãos humanas, pois é infinito e imenso, assim o profeta Isaías diz: “Assim diz o Senhor: O céu é meu trono, e a terra, o estrado de meus pés; que casa me edificareis vós? E qual é o lugar de meu repouso?” (Is 66.1), e, “Deus tem vida em si mesmo” (Jo 5.26), por isso é independente. Herman Bavinck diz que Deus é:

> [...] absolutamente independente não somente em sua existência, mas, consequentemente, em todos os seus atributos e perfeições, em todos os seus decretos e atos. Ele é independente em seu intelecto (Rm 11.34,35), em sua vontade (Dn 4.35; Rm 9.19; Ef 1.5; Ap 4.11), em seu conselho (Sl 33.11; Is 46.10), em seu amor (Os 14.4), em seu poder (Sl 115.3), e assim por diante. Portanto, sendo todo-suficiente em si mesmo e não recebendo nada de fora de si mesmo, ele é a única fonte de toda existência e vida, de toda luz e amor, a fonte perene de todo o bem (Sl 36.10; At 17.25).[268]

Deus também é imenso e está em todos os lugares, por isso se chama onipresente, como está escrito: “Para onde me ausentarei de teu Espírito?” (Sl 139.7), a resposta para a pergunta do salmista é óbvia, não há lugar para se ausentar de Deus, pois ele enche céu e terra (Jr 23.24), e “o céu dos céus não o podem conter” (1Rs 8.27). Todas os atributos de Deus, como imutabilidade, independência, vida em si mesmo etc fazem dele um ato puro e são atributos

incomunicáveis.

1.3 - Deus é eterno

A Escritura atesta a eternidade divina quando diz: “Antes que nascessem os montes, ou que tivesses formado a terra e o mundo, sim, de eternidade a eternidade tu és Deus” (Sl 90.2), e também São Paulo, quando diz: “ao Rei eterno, imortal, invisível, ao único Deus, seja honra e glória para todo o sempre. Amém” (1Tm 1.17).

A eternidade de Deus é consequência imediata da sua imutabilidade. Deus é eterno em sentido absoluto, não em sentido relativo, como são as almas, os anjos ou como serão os salvos, pois esses têm princípio e não tem fim[269], já Deus não tem princípio e fim, aos primeiros, a eternidade é um tempo sem fim, para Deus, é uma atemporalidade. Às criaturas, a eternidade é quantitativa, em Deus, a eternidade é qualitativa. O tempo é multiforme e sucessivo, a eternidade é uniforme e simultânea. Tudo que está sujeito à mudança, também está sujeito ao tempo, e como toda mudança é um movimento, concluímos que o tempo está para o movimento, assim como a eternidade está para o imóvel. Assim, toda criação[270] está sujeita ao tempo, pois muda. É exatamente o que encontramos na Escritura quando diz: “Em tempos remotos, lançaste os fundamentos da terra; e os céus são obra de tuas mãos. Eles perecerão, mas tu permaneces; todos eles envelhecerão como uma veste, como roupa os mudarás, e serão mudados. Tu, porém, és sempre o mesmo, e teus anos jamais terão fim” (Sl 102.25-27). E como Deus não muda, para Deus não há sucessão de eventos, não há anterioridade, nem posterioridade. Dizemos que Deus é eterno, mas é bem mais apropriado dizer que Deus é sua própria eternidade, pois quando se diz que Deus é eterno, pode-se passar a falsa ideia de que a eternidade seja uma medida e que, portanto, ela seja algum limitador de Deus, mas essa ideia é absurda, já que em Deus a sua essência se identifica totalmente com seus atributos. Portanto, a essência de Deus é sua eternidade. Boécio, foi quem definiu a eternidade de forma mais completa. Segundo ele, “a eternidade é a posse total, simultânea e completa de uma vida interminável”.[271] Tomás de Aquino, seguindo os passos de Boécio, diz que a eternidade é “como uma completa e, ao mesmo tempo, plena possessão de vida sem fim”. Bavinck diz que esse foi o conceito adotado pelos reformadores[272] e é exatamente com ele que trabalhemos.

Turretini confirma o que Bavinck diz, quando escreve:

> A eternidade real foi definida pelos escolásticos como “a interminável posse da vida – completa, perfeita e imediata”. E assim ela exclui sucessão não menos que fim, e deve ser concebida agora como uma condição estável, porém não como um fluxo, porque nada flui, com o tempo, da vida de Deus como da nossa. Deus tem num exato momento, imediatamente, tudo quanto temos separadamente por sucessão de tempo. Por isso os filósofos afirmam com razão que nem o futuro nem o passado (ele será ou foi), mas somente o presente (ele é), pode aplicar-se propriamente a ele. A duração eterna de Deus deveras abarca todo o tempo – o passado, o presente e o futuro; porém nada nele pode ser passado ou futuro, porque sua vida permanece sempre a mesma e imutável.[273]

Quando se diz que Deus é aquele que é, que era e que há de vir (Ap 1.4) não quer dizer que em Deus haja sucessão de tempo, mas que Deus abarca passado, presente e futuro imediatamente. O versículo em questão deve ser visto pelo ângulo de que Deus é, e como Deus é, então ele é aquele que é, ele é aquele que era, ele é o que há de vir, significa que ele é o mesmo ontem, hoje e sempre, no mesmo sentido em que se emprega em Hebreus 13.8.

Santo Agostinho, citado por Bavinck, “diz que, para Deus, todas as coisas são presente. Seu dia é eternidade. A própria eternidade é a substância de Deus, que não tem em si nada que seja mutável”.[274] Isso nos levaria à conclusão de que a presciência de Deus é apenas um conceito nosso, pois o futuro só existe para nós, não existe para Deus. Se o futuro já é presente para Deus, então Deus não teria propriamente presciência, mas somente providência.

1.3.1 – Objeções a esse conceito de eternidade

A primeira objeção se diz não em relação ao princípio e fim, mas com relação a sucessão. Conrad Vorstius, sucessor de Jacó Armínio na Universidade de Leiden, defendeu que haveria sucessão de tempo para Deus, ou seja, que Deus também era temporal. Isso já foi refutado no tópico anterior, pois, Deus é imutável, e tudo que muda está sujeito ao tempo, está sujeito ao antes e depois, e tudo que muda também se move, o que o tornará inevitavelmente movido por outro e determinado por outro, o que é impossível para Deus. Esse conceito não é estranho, em verdade, todo arminiano ou molinista, como veremos no capítulo sobre concorrência divina, impõe potência passiva em Deus e, portanto, determinação de outro a Deus, tornando o eterno um Ser movido, portanto, negar certos aspectos da

eternidade divina, é de suma importância para o sustento de suas doutrinas. Um defensor atual da teoria da temporalidade divina é o filósofo William Lane Craig.

Esse modelo de relação de Deus com o tempo também foi impugnado por Escoto, Durando, Gregorio de Rímini, Gabriel Biel e Pedro Oriol. Os questionamentos são diversos, mas separamos os mais pertinentes. O primeiro argumento, Duns Scotus diz que se passado e futuro são presentes para Deus, e se as coisas que acontecem sucessivamente no tempo estivessem presentes simultaneamente na eternidade. Então, as coisas contraditórias seriam simultaneamente verdadeiras na eternidade, ou seja, a afirmação de que "Adão existe", que foi verdadeira em algum momento passado, e a proposição "Adão não existe", que seria verdadeira agora, estariam as duas presentes para Deus. Tanto que Adão não existe, como a de que Adão existe. Logo, teríamos uma contradição. Portanto, não pode ser verdade que Deus vive um eterno presente. O segundo questionamento diz que o futuro não existe. Logo, a eternidade não pode coexistir com o que não existe. Então, não pode coexistir com o futuro. Um terceiro questionamento foi levantado pelo teólogo e filósofo Dr. William Lane Craig, que diz que se Deus é atemporal, e todos os momentos são presentes para ele, então é impossível que Deus saiba que dia é hoje, pois o amanhã e o ontem são também hoje para ele. Assim, para que Deus saiba o que acontece sucessivamente no tempo, ele deve fazer parte do tempo e, portanto, não pode ser totalmente atemporal.[275]

Quanto ao primeiro argumento, François Turretini responde da seguinte maneira:

> Embora a eternidade coexista com todas as diferenças de tempo, estas não coexistem igualmente entre si. Ela não coexiste com elas tomadas juntas e existindo imediatamente, mas coexiste com elas existindo separada e mutuamente, sucedendo umas as outras. E assim o passado, enquanto era, coexistia com a eternidade, o presente agora coexiste com ela e o futuro coexistira com ela.
> As coisas que concordam com uma terceira, concordam entre si, porém apenas com respeito a mesma terceira coisa. E assim todas as diferenças de tempo concordam entre si nisto: cada uma, quando existe, coexiste com toda a eternidade. Entretanto, não devem por isso concordar em coexistirem imediatamente, porque toda a eternidade não coexiste com elas tomadas imediatamente, mas separadamente quando sucedem umas as outras (como o sol e seu movimento coexistem com todos os dias e eras; não obstante, não resulta daí que todos coexistam entre si, porque cada dia

coexiste em sua própria ordem com o sol, que e sempre o mesmo).[276]

Explique-se: mesmo que todos os momentos estejam presentes para Deus, no tempo eles acontecem sucessivamente, isso porque o conhecimento atual de Deus não implica na execução de tal coisa. Por exemplo, o fato de Deus ter decretado o sacrifício do Cordeiro desde antes da fundação do mundo não implica em dizer que esse fato aconteceu no tempo no ato do decreto, mas no ato do decreto aquele momento se tornou presente para Deus na ordem da razão. Quer dizer: Deus conhece aquele evento como presente, mas aquele evento não está acontecendo no tempo de forma presente, de forma necessária. Assim, cada sucessão de tempo coexiste com a eternidade enquanto o mesmo existe. Ou seja, a morte de Cristo coexistiu com a eternidade quando aconteceu; o hoje coexiste com a eternidade no agora, e a volta de Cristo coexistirá com a eternidade quando acontecer, mas esse momento é presente para Deus na ordem da razão, do conhecimento imediato de Deus, não na ordem da execução, que implica na realização do decreto que causa o movimento e, portanto, o tempo.

Quanto ao segundo questionamento, como já foi ressaltado, o futuro não existe no tempo, mas existe para Deus na medida que ele emitiu os decretos que farão o futuro ser real no tempo, mas que para Deus já é real na medida que ele assegurará, através do seu concurso, a execução infalível daquele mover que será tempo futuro.

O terceiro questionamento tem problemas mais graves. O primeiro é que, ao sugerir uma temporalidade e uma sucessão de momentos em Deus, Dr. Craig atribui mutabilidade em Deus e torna Deus um ser causado, com potência passiva e, portanto, deixando de ser Ato Puro. Logo, deixando de ser Deus. Mas isso só mostra o problema que seu argumento traz, sem resolver o problema proposto por ele. Então resolvamos. Dr. Craig comete o mesmo erro que Duns Scotus: o de confundir a ordem da razão, do conhecimento divino na eternidade, com a execução dos decretos eternos no tempo, que não acontecem simultaneamente, mas sucessivamente. Assim, o que aconteceu ontem não é simultâneo ao que acontece hoje, se não que, na ordem do conhecimento de Deus, aquilo é atual e presente, sem sucessão, simultâneo e uniforme. Assim, Deus sabe que dia é hoje e quando foi ontem, pela ordem de emissão dos seus decretos, que tornam os dias presentes para ele em seu conhecimento, mas sucessivos em sua execução. Outro argumento levantado pelo Dr. Craig é que se Deus fosse atemporal, ele não poderia se relacionar

realmente com o homem, já que o homem está no tempo. Dr. Craig não está considerando o concurso divino, onde Deus está em contato diretamente com o espírito da criatura em sua própria ordem, a ordem transcendental. Deus não precisa ser temporal para ter contato com o homem, assim como um pescador não precisa se transformar em um ser aquático para pescar. Embora Deus atue no tempo, não há uma necessidade dele ser temporal, como alega Dr. Craig. A causa não precisa ser afetada pelo seu efeito, portanto, o efeito de Deus no tempo, não precisa torná-lo temporal.

1.4 – Deus é absolutamente simples

O exegeta diz que a essência de Deus "é simples e indivisa, sem parcelamento nem distribuição, mas em perfeição integral".[277]

De que Deus seja ato puro, segue-se então que Deus é absolutamente simples. Dizemos absolutamente porque não é simples relativo a um outro, mas simples absolutamente em si mesmo. Pois é independente, totalmente livre. Logo, não é como um anjo que é mais simples que os humanos por não terem corpos de carne, mas que ainda são compostos em si mesmos e digo que é simples porque o ato puro não entra em composição com a potência, como já foi explicado. Logo, Deus não depende de ninguém e, por isso, não pode ser composto, pois tudo que é composto é causado e tudo que é causado é imperfeito, "Pois toda composição infere em mutação, por meio da qual uma coisa se toma parte de um todo, o que ela não era antes"[278], portanto, não pode haver divisões em Deus, já que não muda. Deus não pode ser composto porque nada é composto de si mesmo. Tudo que é composto é composto por outro, o que é impossível para a causa primeira independente. Deus é simples por existir em virtude de sua própria essência, pois não se pode conceber que o mesmo não exista. Por isso, não pode haver divisão entre essência e existência em Deus, como é nas criaturas, pois as criaturas podem ou não existir. Por isso, suas essências podem existir sem a própria existência; mas em Deus isso não pode acontecer. Logo, ele é simples, pois é uno em todos os aspectos. Herman Bavinck diz:

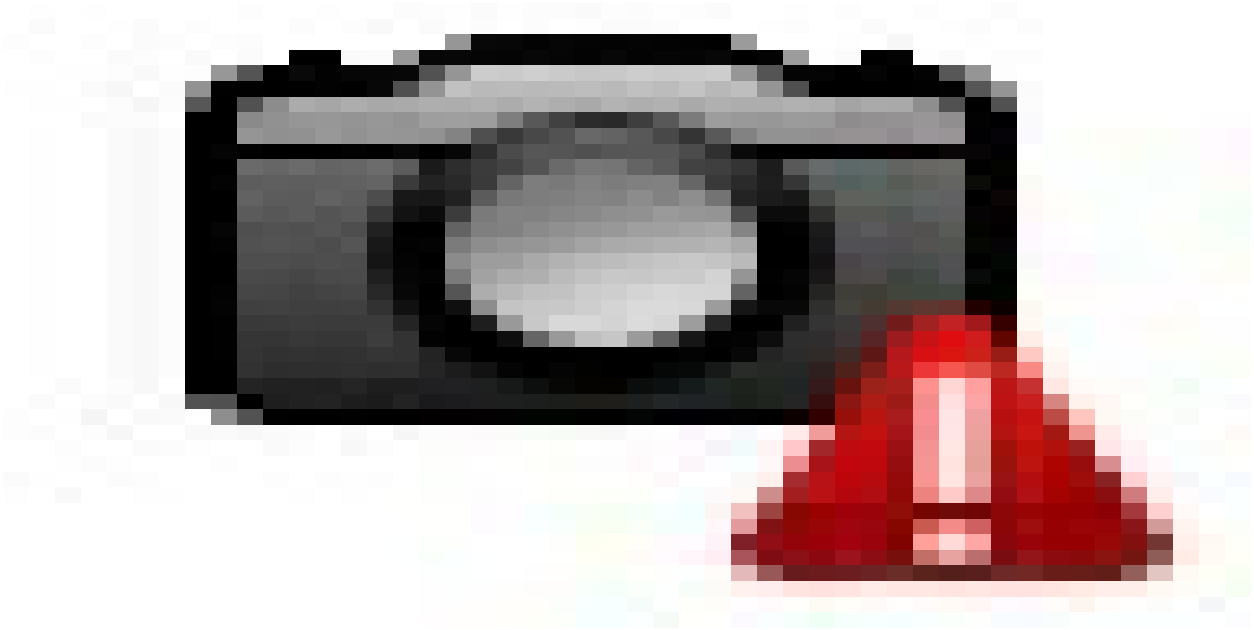
> Por causa de sua perfeição absoluta, cada atributo de Deus é idêntico à sua essência. Embora, às vezes, encontre oposição sobre fundamentos filosóficos, a doutrina da simplicidade divina é de grande importância para nossa compreensão de Deus. Se Deus for, de alguma maneira, composto, então é impossível sustentar a perfeição de sua unicidade, independência e imutabilidade. A simplicidade não é uma abstração filosófica, mas o resultado final da atribuição a Deus de todas as perfeições das

criaturas no mais elevado grau divino.[279]

No entanto, embora Deus seja uno e simples, Deus pode ser distinto em três pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo, e ainda assim não ser composto. É o que nós chamaremos nesse trabalho de unidade na pluralidade. E como Deus é uno e trino, isto é, uno e plural, quando usamos a Palavra Deus, podemos no referir aos três, isto é, ao Deus Triúno, ou podemos nos referir a cada um separadamente. Via de regra, quando a palavra é usada indefinidamente, está se referindo ao Deus Triúno – Pai, Filho e Espírito Santo.

1.5 – Algo é bom porque Deus quer, ou Deus quer algo porque é bom? Impugnamos a primeira e afirmamos a segunda – contra o voluntarismo de Duns Scotus e Gordon Clark

A essa questão, podemos encará-la de três formas: voluntarismo, exemplarismo e essencialismo. No voluntarismo, Deus está acima da lei. No exemplarismo, Deus está abaixo de uma lei externa a ele. No essencialismo, Deus é a lei. No voluntarismo, uma lei é boa porque Deus quer que ela seja boa. No exemplarismo, a lei é boa independente de Deus. No essencialismo, Deus emite uma lei boa porque ele é bom. Tanto no essencialismo como no exemplarismo, Deus decreta uma lei porque essa lei é boa. No entanto, a bondade do exemplarismo está fora de Deus, e, no essencialismo, está no próprio Deus, mas anterior à promulgação do comando divino. Nesse trabalho defenderemos o essencialismo. Aqui não se trata de confessionalidade, tivemos reformadores que defenderam tanto o voluntarismo como o essencialismo, trata-se apenas de coerência. Vejamos o esquema abaixo feito pelo professor Gilberto Santos:



Jean Duns Scotus (1266-1308) ou Escoto, foi um doutor franciscano conhecido como Doutor Sutil. Para Escoto, tudo que foi criado, sejam as criaturas, sejam as leis naturais ou as leis morais, é efeito da pura e absoluta vontade de Deus. Escoto defende que, pelo fato do amor ser incondicional, ele só pode ser arbitrário, e é na arbitrariedade que reside o verdadeiro amor. Até aqui parece não ser algo danoso, mas o que Escoto queria dizer com vontade absoluta era que Deus não criou nada submetido a nenhuma regra, pois, para Escoto, a regra era a vontade de Deus. Segundo explica Etienne Gilson, para Escoto:

> À parte do princípio de não contradição e imutabilidade, a vontade de Deus é, pois, senhora absoluta da escolha e da combinação das essências; ela não está submetida à regra do bem, mas, ao contrário, a regra do bem é que lhe está submetida. Se Deus quer uma coisa, essa coisa será boa; e se ele tivesse querido outras leis morais do que aquelas que ele estabeleceu, essas outras leis seriam justas, porque a retidão é interior à sua própria vontade, e que nenhuma lei é reta senão enquanto ela é aceita pela vontade de Deus.[280]

Herman Bavinck diz também a respeito de Escoto:

> Duns Scotus, de fato, negou que exista uma diferença real [ontológica] (*distinctio*

> *realis*) entre o ser [de Deus] e seus atributos, mas defendeu – recorrendo a Agostinho e a João Damasceno – que os atributos de Deus podem ser formalmente distintos do ser de Deus e uns dos outros.[281]

Gordon Clark (1902-1985), teólogo calvinista do século XX, publicou um livro chamado *Deus e o mal, o problema resolvido*, onde o mesmo defende a ideia Escotista de voluntarismo divino, no qual ele batiza pelo nome de *Ex Lex*. *Ex Lex* quer dizer que Deus está acima da lei, como Escoto defende. A vontade de Deus não está submetida a qualquer regra. Clark afirma o seguinte:

> […] tudo quanto Deus faz é justo e reto. É justo e reto simplesmente em virtude do fato de ser ele quem faz. Justiça ou retidão não é um padrão externo a Deus, ao qual ele está obrigado a se submeter. Retidão é aquilo que Deus faz. Uma vez que Deus causou Judas a trair Jesus [preordenando tal evento], esse ato causal é reto e não pecaminoso. Por definição, Deus não pode pecar. Neste ponto deve ser particularmente indicado que Deus causar um homem a pecar não é pecado. Não há lei, superior a Deus, que o proíba de decretar atos pecaminosos. O pecado pressupõe uma lei, pois o pecado é ilegalidade. Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão dessa lei. Mas Deus é "*Ex-lex*".[282]

Clark aqui, no parecer desse autor, parece indicar que o que torna algo moral ou imoral é o comando divino. Há uma distinção entre a criatura e o Criador e sua relação com a lei. O texto acima indica que a criatura está sob obrigação por causa da lei divina, ou seja, porque Deus disse que era para ser assim. Já Deus, que é o Legislador, não pode está debaixo desse comando. Portanto é *Ex Lex*, visto que ele é o Legislador, não pode ele mesmo está debaixo da lei.

Gary Crampton, em prefácio ao livro *Deus e o Mal: O Problema Resolvido*, afirma que o pensamento de Clark concorda com o pensamento do reformador Girolamo Zanchi, que ensina que a vontade (voluntarismo) de Deus é a causa de tudo:

> Neste livro, *Deus e o Mal: O Problema Resolvido*, Gordon H. Clark tornou disponível à igreja a obra mais precisa sobre o tema. Dr. Clark nos mostra que, permanecendo sobre o firme fundamento da Palavra de Deus, temos a resposta para a questão da teodiceia. Tudo diz respeito à base epistêmica. Tendo a Bíblia como ponto de partida axiomático, a existência do mal não é um problema tão grande assim. Deus, totalmente santo e incapaz de fazer algo errado, decreta soberanamente a ocorrência

de coisas más de acordo com os seus bons propósitos. E, pelo fato de as ter decretado, esse ato é justo. Como declarou o reformador Jerônimo Zanchius:

> A vontade de Deus é de tal modo a causa de todas as coisas, quanto ela própria não tem causa, uma vez que não há nada que possa ser a causa daquilo que causa todas as coisas. Assim, nós encontramos todo assunto resolvido, em última instância, na simples satisfação soberana de Deus. Ele não tem outro motivo para aquilo que faz, além da '*ipsa voluntas*', Sua mera vontade – vontade esta tão longe de ser injusta, quanto ela é a própria justiça.[283]

O primeiro problema que temos com essa doutrina é que ela não se concilia com a simplicidade divina. Embora Clark nunca tenha negado a simplicidade divina, sua doutrina não é toda coerente com a mesma. Já aprendemos que, em Deus, a essência e os seus atributos são um só, de outra forma a simplicidade divina se desfaria e teríamos um Deus composto. Herman Bavinck está certo quando diz que "essa doutrina da simplicidade de Deus foi o meio pelo qual a teologia cristã se afastou do perigo de separar os atributos de Deus de sua essência e tomá-los mais ou menos independentes e opostos à sua essência".[284] As Escrituras são claras quanto a isso. Deus não é somente amoroso. Deus é amor! Deus não é somente sábio. Ele é o *Logus*, a própria sabedoria. Deus não tem eternidade. Ele é Eterno. Notem, cada atributo de Deus se identifica absolutamente com ele, pois cada atributo é um reflexo direto e, portanto, indissociável de sua própria essência. Dessa forma, as ações de Deus não podem se dissociar de sua essência. Herman Bavinck diz que:

> A teologia cristã sempre foi mais ou menos consciente desse chamado. No todo, seu ensino tem sido que Deus é "simples", isto é, sublimemente livre de toda composição, e que, portanto, não se pode fazer qualquer distinção real [i.e., ontológica] entre seu ser e seus atributos. Cada atributo é idêntico ao ser de Deus: ele é aquilo que possui. [285]

Agora, se em qualquer caso, se a essência não se identifica com a operação de Deus, então teríamos em Deus um acidente, e tudo que tem acidente é composto e, portanto, causado, o que tornaria Deus imperfeito, pois só tem acidente quem pode ser aperfeiçoado. Se Clark e Escoto defendem que a própria lei promulgada por Deus não se aplica a ele, pois Deus está acima de sua própria lei, então é óbvio que essa lei não pode se identificar absolutamente com a essência de Deus, pois se se identificasse,

Deus não poderia estar acima dela. Pois isso significaria que Deus estaria acima de si mesmo, o que é absurdo. Portanto, caso os voluntaristas estiverem certos, teríamos um acidente em Deus, já que a sua própria lei não estaria em unidade com sua essência. Quando Clark diz que Deus está acima da lei, e que as coisas são boas porque Deus faz, e não o contrário, segue-se que Deus poderia criar leis morais totalmente contrárias das que foram reveladas na Escritura, e elas seriam tão boas e tão justas quanto as que existem na nossa Escritura. Deus poderia decretar o adultério ou um estupro, e isso seria bom porque Deus quis que fosse. Ao negar que Deus poderia tornar um estupro algo moralmente bom, nega-se também que é o comando divino que torna uma ação moralmente boa.

O argumento de Clark que diz que o fato de Deus ser um legislador o torna isento da lei e, por isso, a criatura está obrigada a cumprir a lei e Deus não é totalmente inócuo. Seria como dizer que os elaboradores da constituição federal não estivessem obrigados a ela porque foram eles que a elaboraram, ou seja, uma coisa não segue da outra. Um legislador não necessariamente estará acima da lei que ele criou. Segundo, que uma série de deveres morais estão intrinsecamente relacionados a razões que estão para além de comandos morais. Quer dizer, há razões além da ordem divina para tornar algo bom ou não. Por exemplo, se Deus jamais tivesse ordenado a misericórdia, o amor e a justiça, ainda assim, o homem teria o dever de ser misericordioso, amoroso e justo, pois isso reflete a natureza divina, que é misericordiosa, amorosa e justa. Para provar o meu argumento, basta pensar que Deus não pode fazer nada ilógico, e o homem também está sujeito às leis da lógica, mesmo quando ele as desconhecesse. Deus não poderia dizer que 2 + 2 = 5, porque isso independe do comando divino, isso é verdade simplesmente por ser reflexo do intelecto divino, as leis da lógica, por exemplo, existem pelo fato de Deus existir, não porque Deus deu um comando para estabelecê-las. Se Deus não pode tornar a proposição “2 + 2 = 5” verdadeira, então é óbvio que a verdade de uma proposição está para além do comando divino. Se o comando divino fosse suficiente para tornar uma proposição verdadeira, então Deus poderia ordenar que a lógica tivesse outras leis e 2 + 2 seria igual a 5 caso Deus quisesse. Assim também são os fundamentos morais. Eles não podem ser diferentes por causa do comando divino, pois são reflexo direto do caráter de Deus e são verdadeiros simplesmente pelo fato de Deus existir. Assim como as leis da lógica não podem ser diferentes pelo fato de serem reflexos diretos do intelecto divino,

os fundamentos morais também não podem ser diferentes por ser reflexo direto do caráter divino.

No entanto, concedemos que nem todas as leis precisam exatamente ser iguais, desde que, na diferença, ainda concorde com a boa essência divina. Por exemplo, em uma lei cerimonial, Deus poderia muito bem pedir algum outro animal como sacrifício, que não fosse uma ovelha, mas nunca poderia pedir um sacrifício humano, ou seja, ainda não é a comando divino que torna a lei boa, pois Deus emitiu essa lei porque ela se identifica com seu Ser. Ou seja, o Ser antecede ao comando. O Ser é essencial, o comando é contingente. Quer dizer, o Ser de Deus sempre existirá necessariamente, já o comando divino só existe se Deus criar algo para revelar tal comando. Se Deus nunca criasse nada, comando nenhum seria preciso, portando, é mister que o Ser anteceda o operar, e como o comando divino é uma operação, ao Ser antecede o comando; se o Ser antecede ao comando, então a vontade é um efeito do Ser, não podendo ser, como defende alguns, a causa incausada.

Se Deus é imutavelmente Amor e Bondade, ele não poderia jamais determinar que o Amor é contra a Bondade ou que a Bondade é contra o Amor. Do contrário, ele mesmo seria afetado por essa contradição, o que é um absurdo e uma blasfêmia. A Escritura Sagrada alude a essa verdade quando diz que Deus não pode negar a si mesmo (2Tm 2.13). Isso significa que, independente do comando divino, qualquer criatura que apresente qualquer atributo moral que se identifica com o amor e a bondade, será boa ou má, justamente porque o próprio Deus é assim, bondoso e amoroso. Algumas pessoas podem ainda dizer: mas como esse homem saberia que isso ou aquilo seria bom ou mau se não fosse a lei? Respondemos que o homem não precisa saber o que é bom ou mau para fazer algo virtuoso de fato. Um homem que ama sua esposa, cumpriria o mandamento de morrer por ela mesmo que nunca tivesse ouvido tal mandamento, e tal atitude seria virtuosa mesmo se ele não soubesse do comando divino, ou mesmo que esse comando divino nunca tivesse sido emitido, pois o valor dessa ação, se genuína, se identifica com as virtudes divinas. Mas poderiam ainda objetar: mas Paulo mesmo diz que ele não conheceria a cobiça, se a lei não dissesse, não cobiçarás. Respondemos que o que Paulo fez foi saber que a cobiça é pecado, mas permanecesse a verdade que, um homem que ama sua esposa e seus amigos, jamais quereria possuir outra mulher, ainda mais a mulher do seu amigo, e isso seria virtuoso ainda que ele não soubesse que isso era contra a lei de Deus, ainda que ele fizesse por respeito ao amigo, ou por amor à sua

esposa. Por isso mesmo a Escritura diz que quem ama, cumpre a lei. Isso não é somente um comando divino, é uma descrição da realidade, pois quem ama, não assassina, não adultera, não idolatra, não desrespeita os pais etc. Ou seja, se amássemos, comando divino algum seria preciso, por isso a lei é um aio, ela nos aponta para o amor de Deus.

Um motivo a mais para esse pensamento ser rejeitado é que esse pensamento dissocia a vontade do intelecto divino, o que é absurdo, pois ambos se reduzem a uma só natureza simples: a essência divina. Em Deus, é impossível que a sua vontade opere desconexa à sua inteligência (pois então não seria providente), bem como é impossível que a vontade divina (preceptiva, decretiva etc) esteja em desconformidade com a essência divina, a qual se reduz (do contrário, Deus seria composto e causado). Uma vontade que não se ordena pelo intelecto, é uma vontade "louca" e arbitrária, defectível. Deus, então, agiria arbitrariamente e não sapiencialmente. E como é o intelecto divino que guia e apresenta a vontade aquilo que é bom, em primeiro lugar, o intelecto divino pensa naquilo que é perfeito, isto é: em Deus mesmo. Nem se deve aceitar que a vontade de Deus não deve ter uma causa, pois se a vontade é guiada pelo intelecto, então é óbvio que o intelecto precede a vontade e é a causa da mesma. O comando divino é uma operação, e o operar se baseia no Ser de Deus, e se dizemos que operar não tem causa alguma, simplesmente anulamos a natureza divina.

Esse também não é o ensino da Escritura. A Escritura diz que Deus não pode negar a si mesmo (2Tm 2.13), ou seja, seu agir é de acordo com sua essência imutável. A Escritura também revela que Deus é imutável em sua vontade, do contrário, não poderíamos dizer que ele continua fiel caso sejamos infiéis, e o profeta Malaquias (3.6) não poderia nos revelar a Palavra de Deus, que diz: "Porque eu, o Senhor, não mudo; por isso vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos". O versículo está claramente atrelado à imutabilidade de sua vontade. Notem: a causa de Jacó e seus filhos não serem consumidos é o fato de Deus ter assumido um compromisso consigo mesmo, pois a lei que ele emite (sua operação) não pode ser dissociada de sua essência, que, obviamente, antecede sua vontade e oferece a base dela, como a vontade é baseada na essência de Deus, que é boa. Então Deus quer o que é bom, porque quer a ele mesmo, contrariamente ao voluntarismo clarkeano, que diz que algo é bom porque Deus faz. Assim, é óbvio que Deus não poderia emitir leis totalmente contrárias às que existem hoje. Porém, se o *Ex Lex* for verdadeiro, essa possibilidade é verdadeira. Logo, há um padrão ao

qual a vontade de Deus deve se conformar. Esse padrão é sua própria essência. Fica então demonstrado a falsidade do argumento de que caso Deus queira algo porque esse algo é bom, isso tornará Deus sujeito a algum padrão externo, pois uma vez que a lei é um reflexo do próprio Deus, não há problema algum em Deus agir em conformidade com sua essência; não há problema algum em Deus depender dele mesmo. Pelo contrário, problema teria se ele não agisse em conformidade com sua essência ou dependesse de algo fora dele, mas dizemos que Deus depende de si mesmo, o que é coerente com a doutrina confessional. Portanto, esteja dada por derrotada essa objeção e premissa de Clark para o *Ex Lex*.

Francis Turretini explica da seguinte forma:

> X. Deus não está obrigado à lei que ele impõe ao homem (ou seja, formalmente, tomando a lei como lei), porém não está livre e isento de toda a matéria da lei, como se pudesse ordenar ou ele mesmo fazer o que é oposto a ela (por exemplo, crer que ele não é Deus e ordenar que outros creiam nisso – o que soa horrível aos ouvidos piedosos).
> XI. Embora a vontade divina seja simples e externamente livre, com base na suposição de um ato livre, ela pode ser necessária a outro (como, se ele quiser prometer absolutamente, deverá cumprir a promessa; se ele quiser falar ou revelar-se, deverá fazer uma revelação verdadeira; se quiser governar, estará obrigado a governar com justiça). Portanto, a vontade divina não pode ser determinada com base em si mesma, querendo que algo seja ou não seja, mas pode muito bem ser determinada com respeito às complexidades, a retidão das coisas que existem ou que ele quer que existam.[286]

Adicionamos mais um argumento e perguntamos: O que são as leis divinas? São promulgações *ex parte Dei*? Se forem, são operações e como operações continuam idênticas à essência (a simplicidade de Deus não permite distinção real entre o operar e a essência); se são términos "*ad extra*" como são, por exemplo, as criaturas, então as leis estranhamente seriam substâncias ou coisas extrínsecas ao próprio Deus; ou seja, dizer que as leis são distintas da essência de Deus, é como dizer que as leis sejam criaturas, ou coisas extrínsecas, o que é absurdo. Se a lei fosse algo dissociado da essência divina, a Escritura jamais diria que pecar contra a lei equivale a pecar contra o Senhor, como está escrito: "Contra ti, contra ti somente pequei" (Sl 51.4), portanto é deveras absurdo dizer que Deus está acima da lei, pois a Escritura não faz essa distinção entre Deus e sua própria lei. E, observem o seguinte: o comando divino já supõe uma adequação perfeitíssima com a própria

natureza divina, de modo que o comando é bom, porque Deus é o Sumo Bem: o comando não pode, de si mesmo, tornar algo moral ou imoral, mas a existência divina que torna.

Gordon Clark costuma usar trechos em que Deus decreta algo pecaminoso, para invocar seu *Ex Lex*, assim ele diz que Deus decretou o pecado, mas não pode ser pecaminoso porque ele pode fazer o que quiser, visto que está acima da lei. Dessa forma, Clark rejeita todo o conceito de permissão. Clark cita o reformador João Calvino para endossar sua tese, no seguinte texto:

> Aqui recorre-se à distinção de vontade e permissão, segundo a qual querem manter que os ímpios perecem pela mera permissão divina, não porque Deus assim o queira. Mas, por que diremos que o permite, senão porque assim o quer? Pois não é provável que o homem tenha buscado sua perdição pela mera permissão de Deus, e não por sua ordenação. Como se realmente Deus não haja estabelecido em qual condição quisesse estar a principal de suas criaturas. Portanto, não hesitarei, com Agostinho, em simplesmente confessar que "a vontade de Deus é a necessidade das coisas", e que haverá necessariamente de ocorrer aquilo que ele quis, da mesma forma que aquelas coisas que previu verdadeiramente haverão de vir à existência. Com muita frequência diz-se que Deus cega e endurece os réprobos, volve-lhes o coração, o inclina e o impele, como ensinei mais extensivamente em outro lugar. De que natureza seja isso, de forma alguma se explica, caso se recorra à presciência ou à permissão. (…) para executar seus juízos, mediante o ministro de sua ira, Satanás não só lhes determina os desígnios, como lhe apraz, mas ainda lhes desperta a vontade e firma os esforços. Assim, onde Moisés registra (Dt 2.30) que o rei Seom não concedera passagem ao povo porque Deus lhe havia endurecido o espírito e lhe fizera obstinado o coração, de imediato acrescenta o propósito de seu plano: "Para que o entregasse em nossas mãos", diz ele. Portanto, visto que Deus queria que ele se perdesse, a obstinação do coração era a preparação divina para a ruína.[287]

Clark usa essa citação de Calvino como texto prova de sua doutrina, pois, segundo ele, se Deus decreta o mal, Deus não tem culpa porque está acima da lei, mas, tanto sua afirmação, como sua interpretação do texto, está equivocada. Primeiro porque Clark está assumindo que se Deus não estivesse acima de sua própria lei, ele, de fato, seria culpado pelo pecado, isso é o mesmo que dizer que se a lei se aplica a Deus, então Deus de fato pecaria com o que faz. No ver desse autor isso não difere de uma blasfêmia. O conceito de *Ex Lex* existe porque se acredita que Deus de fato faça algo imoral para nós, mas que simplesmente dizermos que a regra, que torna tal

ato imoral, não se aplica a ele, então Deus não é imoral por ter cometido um ato que ele promulgou ser imoral para nós. Resumindo, a doutrina ensina que Deus é imoral de fato, mas tem salvo conduto para sê-lo.

Segundo que Calvino intenta refutar uma permissão indolente, não um concurso indiferente que por si só já é permissivo, algo que ele mesmo afirma em sua obra *Contra os Libertinos* ao diferenciar a providência geral de providência particular, sendo a geral indiferente por mover as causas secundárias de acordo com a própria natureza delas, e a particular por uma infusão do material pelo qual Deus intervém para que se faça aquilo que é de sua vontade ética. Aliás, é justamente essa a diferença entre um decreto ativo e um decreto permissivo. O primeiro se trata de uma providência particular, o segundo, de uma providência geral. No primeiro, Deus infunde o material que dá forma ao ato, como por exemplo, o decreto da eleição, que só se executa com a regeneração, ou seja, por uma ação particular de Deus. No segundo, Deus não infunde o material a dar forma ao ato, por ele já existir no agente livre, como no caso dos atos maus. Então para os atos maus, embora seja da vontade de Deus, ele permite por não impedir a atividade da criatura. Embora seja chamado de decreto permissivo, de forma alguma há uma passividade de Deus, pois a atividade de Deus é positiva, pois não quer impedir que o pecado aconteça. Como Calvino diz: “Primeiro de tudo, há uma operação universal pela qual ele guia todas as criaturas de acordo com a condição e propriedade que ele deu a cada um quando ele as fez”.[288] A providência geral é indiferente e, portanto, permissiva, e é com essa providência que Deus ordena os atos maus, mas somente no sentido de tornar certo, pois conserva e move as coisas fornecendo a energia sem as quais elas nem existiriam. Calvino deixa claro que Deus não é causa formal dos atos maus, nem é de sua aprovação ética que o ato mau aconteça, quando diz:

> Primeiro, deve ser observado que a vontade de Deus é a causa de todas as coisas que acontecem no mundo; e, todavia, Deus não é o autor do mal... a causa imediata é uma coisa, a causa remota é outra... certas pessoas sem-vergonha e mesquinhas nos acusam com calúnia de sustentar que Deus é o autor do pecado, se sua vontade é considerada a causa primeira de tudo o que acontece”.[289]

Veja, Deus é apenas causa primeira, e não a causa imediata e, portanto, não é causa formal, não sendo, portanto, a causa física, pois não infunde o mal, senão que usa o mal já existente no agente livre. O mesmo explica o

porquê da justiça divina na continuação do próprio texto citado por Clark, onde Calvino diz que está na criatura a matéria de sua condenação, ou seja, do mal:

> Pois, se a predestinação outra coisa não é senão a administração da justiça divina, embora oculta, porém irrepreensível, uma vez que é certo que não eram indignos de sua predestinação para tal fim, também é igualmente certo que a ruína em que caem pela predestinação divina é justa. Além disso, sua perdição de tal maneira pende da predestinação divina, que ao mesmo tempo há de haver neles a causa e a matéria dela. [290]

Um texto bastante citado por calvinistas que seguem essa linha de pensamento é o texto de que Deus endureceu o coração de faraó, como se Deus tivesse infundido o mal no coração do mesmo. O próprio Calvino refuta esse posicionamento quando diz:

> Há, porém, outros testemunhos que vão além, os quais tratam do endurecimento de faraó: “Endurecerei o coração de faraó para que não vos ouça” (Ex 7.34) e “deixe o povo ir” (Ex 4.21). Em seguida, diz haver-lhe feito pesado o coração e havê-lo enrijecido. Endureceu-o, não o amolecendo? De fato foi isso que aconteceu.[291]

Dito isto, é conclusivo que é da permissão de Deus que aconteça, já que Deus não infunde o mal, enquadrando-se o evento em uma providência geral, não por um decreto ativo como sugere Clark.

O próprio Calvino, em outro local, citando Agostinho, usa a expressão permissão, mas em contraste a uma permissão absoluta, indolente:

> Grandes são as obras de Deus, excelentes em todas as suas vontades (Sl 111.2); e assim, de maneira mirífica e inefável, não se faça, exceto por sua vontade, o que se faz mesmo contra sua vontade, porque não se faria se ele não o permitisse; nem o permite, como se de qualquer forma não o quisesse; ao contrário, porque o quer; mesmo sendo bom não permitiria que mal se fizesse, exceto que, onipotente, até em relação ao mal pudesse fazer bem.[292]

Gordon Clark, para corroborar seu ponto de vista, usa o texto de 1Rs 22.20-23, onde Deus envia um espírito de mentira para enganar o rei Acabe. Segundo Clark, isso é uma prova de que Deus de fato faz o mal e é de sua vontade ética. Mas isso é refutado pelo reformador João Calvino, que não só lembra que ele rejeita não uma permissão propositada, mas uma permissão

indolente, mas também que Deus não endossou um mal moral, e sim um castigo divino sobre um homem mau, quer dizer, Deus não precisa ser *Ex Lex*, porque ele estava aplicando justiça, vejamos:

> Portanto, seja o que for que os homens maquinem, ou o próprio Satanás, entretanto Deus retém o timão, de sorte que lhes dirija os propósitos no sentido de executarem seus juízos. Deus quer que o pérfido rei Acabe seja enganado; para esse fim oferece seus préstimos ao diabo. Por isso é enviado com um mandado definido: que seja um espírito mentiroso na boca de todos os profetas (1Rs 22.20-23). Se a obcecação e insânia de Acabe é o juízo de Deus, desvanece-se o constructo imaginário da permissão absoluta, pois seria ridículo que o Juiz apenas permitisse o que queria que fosse feito, contudo não o decretasse e não determinasse a execução aos serventuários.[293]

O reformador também deixa claro que, quando Deus age no homem para que o mesmo peque, é para executar juízo, e o juízo se dá porque esses homens já são maus. Deus não coloca maldade nesses homens, ele os pune usando sua própria maldade. Como o material da maldade já está no homem, Deus, ao movê-los, torna o pecado certo, e o pecado já atrai a desgraça por si só, e o homem se afunda na própria lama. Assim, o exegeta cita que Absalão violou as concubinas do pai (2Sm 16.22), "Deus quis com esse ato infamante punir o adultério de Davi"[294], lembrando que Absalão era mau. Também cita que Deus queria punir os filhos de Eli com a morte. Para Calvino, o mal acontece ou pelo juízo divino, ou para alcançar um bem maior. Nunca se é dito sobre Deus que ele cria o mal moral, ou que ele simplesmente faz o homem pecar porque se agrada do pecado do homem, ou que ele coloca o material da maldade no homem. Calvino afirma:

> Conforme a primeira noção, assim se diz: "Se qualquer profeta houver falado enganosamente, eu, Deus, o enganei" (Ez 14.9); conforme a segunda, porém, diz-se que ele próprio entrega os homens a uma disposição réproba e os lança a vis apetites (Rm 1.28), porquanto de sua justa vingança ele é o principal autor; Satanás, na verdade, é apenas seu ministro.[295]

Rejeitada também fica a interpretação de Clark da obra calviniana, de onde o mesmo acredita que o reformador ensina voluntarismo. Calvino, no texto citado, ao dizer que "a vontade de Deus é a necessidade das coisas, e que haverá necessariamente de ocorrer aquilo que ele quis", em hora alguma

endossou o voluntarismo, como se a vontade divina fosse dissociada da essência divina. Calvino deixa isso claro quando em outro lugar afirma categoricamente que Deus age por necessidade de sua santidade, de sua natureza que é boa:

> Mas, se alguém lhes pergunta: Porventura Deus não é necessariamente bom? Porventura o diabo não é necessariamente mau? Que responderiam? Ora, a bondade de Deus é a tal ponto entrelaçada com sua divindade, que não lhe é mais necessário ser Deus do que ser bom. O diabo, porém, em decorrência de sua queda, a tal ponto se alienou da comunhão do bem, que nada pode fazer senão o mal. Porque, se algum sacrílego resmunga que a Deus se deve pouco de louvor por sua bondade, a qual ele é compelido a conservar, não se lhe dará uma resposta imediata, a saber: que ele não pode fazer o mal em razão de sua imensa bondade, não por forçosa compulsão? Portanto, não se impede que a vontade de Deus seja livre em fazer o bem, só porque ele por necessidade opera o bem; se o diabo, que outra coisa não pode fazer senão o mal, entretanto peca por vontade, quem por isso dirá que o homem peca menos voluntariamente, uma vez que está sujeito à necessidade de pecar?[296]

Portando está mais do que claro que Calvino defendia que Deus quer algo porque esse algo é bom, visto que a bondade da essência divina antecede a operação da vontade, logo, a vontade escolhe o que é bom, não o contrário.

Clark ainda adiciona mais um argumento, o de que Deus não pode pecar porque é dono de tudo. Assim, não pode matar porque é dono da vida, nem pode roubar, porque é dono de toda riqueza. Não discordamos disso, pelo contrário, afirmamos. O problema nesse argumento é que ele descarta o *Ex Lex*, pois, para que haja uma necessidade de Deus estar acima da lei, é preciso antes que Deus consiga fazer algo contra a lei. Aí se poderia dizer que Deus não está transgredindo a lei por estar acima dela. Mas, nesse caso, agora, Deus não está pecando justamente por agir em conformidade com a lei, não porque a está transgredindo e a lei não poder ser aplicada a ele, necessitando assim que ele fosse *Ex Lex*. Um homem que mata seu próprio Boi, não pode ser sancionado por isso, mas o homem que mata o boi do vizinho é sancionado, isso porque não há transgressão da lei em matar aquilo que você tem o direito de matar. Portanto, o último exemplo de Clark, ao invés de afirmar o *Ex Lex*, mostrou como ele é desnecessário. Vincent Cheung, em reposta a John Frame (que demonstrou a falaciosidade desse argumento), concorda que o *Ex Lex* se torna desnecessário, se partirmos do pressuposto de que Deus é dono de tudo. Ele diz:

> O argumento, quer usado contra o *Ex Lex* ou não, é simplesmente irrelevante. Por causa da discussão, concordemos primeiramente que as leis morais que Deus impôs sobre a humanidade procedem de sua natureza imutável. Para isso, suponhamos ainda, quer seja verdade ou não, que Deus está realmente limitado por essas leis morais. Como tão frequentemente é o caso, a questão é encerrada quando perguntamos: "E daí? O que uma coisa tem a ver com a outra?".
>
> A partir do que dissemos acima, segue-se que "não matarás" aplica-se a Deus. Mas, e daí? Frame diria que, portanto, Deus não é *Ex Lex*. O que ele fracassa em observar é que esse é um mandamento com conteúdo definido, e não simplesmente algum X indefinido. O que é assassinar? Na Bíblia, assassinato é o término deliberado de uma vida humana sem sanção divina. Podemos adicionar que isso deve ser feito por outro humano, ou pelo menos por outra mente racional, visto que animais não podem realmente "assassinar" no mesmo sentido, mesmo que o ato de matar seja deliberado. Agora, a menos que Deus possa alguma vez matar alguém sem sua própria aprovação, em cujo caso ele seria esquizofrênico (de forma que nosso problema seria muito maior do que *Ex Lex*), o mandamento nunca se aplicaria realmente. O mesmo acontece com "não furtarás". Não há nada para Deus roubar, pois ele fez todas as coisas, e tudo lhe pertence.
>
> Assim, minha posição não é exatamente *Ex Lex*, mas que a grandeza e transcendência de Deus é tal que ele nem mesmo precisa ser *Ex Lex*.[297]

Cheung, partindo do argumento do próprio Clark, mostra que o *Ex Lex* é totalmente desnecessário. Assim concluímos que Clark mesmo oferece um argumento contra o *Ex Lex*, o que torna o arrazoado de seu livro sobre o assunto autorrefutável, pois não podem ser ambas verdadeiras.

Há algo sutil no pensamento de Clark. Ele faz duas afirmações contraditórias, de modo que se objetamos a uma afirmação, ele logo correrá para a outra, e se objetarmos essa outra, ele correrá para a primeira, ou seja, você pode acusá-lo de voluntarismo por ele dizer que tudo que Deus faz é reto somente porque Deus quer que seja reto. Logo, Deus está acima da lei e é, portanto, *Ex Lex*. Se fizermos uma objeção a isso, mostrando que esse modo de pensar torna Deus composto, ele logo dirá que Deus, na verdade, está acima da lei, porque é dono de tudo e por isso não pode transgredir a lei. Mas a segunda afirmação não é coerente com a primeira, visto que, no segundo caso, visto que não há necessidade de estar acima de uma lei que é impossível de ser transgredida pela própria natureza de Deus, que sempre a cumpre, é totalmente diferente de dizer que Deus não cumpre a lei e não lhe é imputado uma sanção porque ele está acima da lei. Portando, o próprio Clark

oferece a ferramenta de sua derrota.

Há uma objeção que poderá ser feita por voluntaristas: se a lei de Deus se identifica totalmente com sua essência, e a essência de Deus é imutável, então como explicar a mudança de leis cerimoniais, ou mesmo no decálogo (sábado para domingo) do Antigo para o Novo Testamento? Essa resposta já foi dada, embora a letra da lei possa ser diferente. Todas elas devem concordar com os fundamentos morais. A prova de que o comando divino não tem o poder de tornar algo moral ou imoral definitivamente, é que muitas vezes não é pecado agir contra a letra da lei. Explico: há uma distinção entre "espírito da lei" e "letra da lei" feita pelos judeus. O espírito da lei era o fundamento moral dela, a letra da lei era o que estava escrito, ou seja, o expresso comando divino. Muitas vezes o espírito da lei entrava em contradição com a letra da lei e se ficava com o espírito da lei, não com a letra da lei. Aqueles que ficam infalivelmente com a letra da lei, ou seja, com o expresso comando divino, são chamados apropriadamente de legalistas. O que identifica e abraça o espírito da lei é simplesmente o que chamamos de cristão. O cristão deve ser capaz de olhar para o fundamento moral de um comando divino, para não se tornar um legalista.

Os fariseus eram legalistas. As críticas que Jesus fazia a eles foi por esse fato em particular, pois achavam eles que a letra da lei se confundia com o espírito da lei. Por isso Jesus foi criticado ao curar no sábado, pois Jesus violou a letra da lei. Mas nunca foi pecado violar a letra da lei, sempre foi pecado violar o fundamento moral da lei. Quero dizer que há uma lei antes da letra da lei. Existe uma lei antes da promulgação do comando divino. A primeira é imutável, a segunda é mutável, pois somente aponta a direção. É o aio. É por isso que teses como o *Ex Lex* são absurdas, além de serem antibíblicas, porque nos conduz ao legalismo, pois não é o comando divino em forma de letra que torna o ato imoral, mas a essência que provocou a promulgação daquela letra, então quando Deus diz "não matarás". Essa lei existe para preservar a vida das pessoas, não para estabelecer uma obediência infalível à letra, pois se eu tenho um homem correndo com uma bomba que vai matar 50 pessoas, eu posso abatê-lo (ou seja, romper com a letra da lei, já que estou matando), para poder preservar a vida das pessoas. Ou seja, eu estou obedecendo o fundamento da lei, desobedecendo a letra da lei. Exatamente por isso que a coisa não é certa porque Deus mandou, mas ela já era antes do comando, antes da promulgação da lei escrita. Na verdade, ela era eterna como o próprio Deus é. A lei "não matarás", na verdade, é apenas

uma letra, a lei verdadeira é: “preserve a vida das pessoas o quanto puder”. Vejam, a Escritura proíbe mentir, mas em Raabe não foi imputada falta alguma.

No Evangelho de Marcos, capítulo 7, Jesus faz a seguinte crítica aos fariseus: “Porque Moisés disse: Honra a teu pai e a tua mãe; e quem maldisser, ou o pai ou a mãe, certamente morrerá. Vós, porém, dizeis: Se um homem disser ao pai ou à mãe: Aquilo que poderias aproveitar de mim é Corbã, isto é, oferta ao Senhor; Nada mais lhe deixais fazer por seu pai ou por sua mãe” (Mc 7.10-12). A situação era: pessoas que estavam deixando os pais passar fome porque os fariseus obrigavam a dar o dízimo, colocando as pessoas no seguinte dilema: se eu não der o dízimo, eu estou pecando, mas se eu der o dízimo, desonrarei pai e mãe e também pecarei. Então Jesus recrimina a atitude dos fariseus de cobrar o dízimo até de quem não tinha para dar. Ora, o objetivo do dízimo é sustentar o templo, não é de tirar a dignidade de ninguém. Então a lei do dízimo, na letra, é entregar 10%, mas a verdadeira lei é: “sustente o templo”. A letra da lei, ou seja, a promulgação do comando divino em forma de lei, é que serve como aio. Ela aponta a direção e, portanto. pode ser mudada para outra que aponte melhor a mesma direção, mas a verdadeira lei é imortal. A letra da lei muda, mas a verdadeira lei nunca muda, pois é o fundamento moral. É por isso que as leis cerimoniais podem mudar, mas nunca veremos Deus pedindo o sacrifício de crianças ao invés de uma ovelha. Deus poderia colocar um coelho, uma vaca, um grilo que fosse, como sacrifício, mas uma criança nunca! Pois isso transgrediria o mandamento eterno de preservar a vida das pessoas.

Usando um exemplo do cotidiano, imaginemos um policial rodoviário, e a via que ele fiscaliza pode rodar somente a 60 km/h, quando, de repente, passa um carro a 100 Km/h. Obviamente esse carro está transgredindo a lei. Então o policial atrás do carro, quando consegue interceptar o veículo, ver que o motorista está com um filho morrendo no carro e precisa chegar ao hospital o mais rápido possível. Observem: se o policial aplicar uma multa naquele pai que quer salvar o filho, ele estará sendo cruel, porque aquele homem precisa salvar uma vida. Ou seja, o policial vai pecar por obedecer à letra da lei, multando o indivíduo ao invés de ajudá-lo, porque a bendita lei de limite de velocidade existe para que as pessoas não se matem, mas, se, por causa da obediência da letra da lei, uma pessoa vai perder a vida, então ela não serve mais de nada. Então é melhor desobedecer à letra da lei para obedecer ao fundamento dela, salvando uma vida. Obedecer cegamente a

letra da lei nos torna cruéis. Isso prova que não é o comando divino que torna algo bom, mas tem uma base anterior: a promulgação da lei divina que já é boa e que pode ser chamada de espírito da lei, ou fundamento moral. A lei escrita aponta para essa lei. É por isso que Cristo diz que o sábado foi feito para o homem e não o contrário, e a lei também foi feita para o homem, não o contrário. Dessa forma, mostramos que a tese voluntarista é totalmente superficial, pois se prende ao comando divino, não à essência divina da lei.

1.6 – A vontade de Deus

Embora a vontade de Deus seja una e simplíssima, ela se distingue com relação aos objetos. Calvino ensina que:

> Contudo, nem por isso Deus se põe em conflito consigo mesmo, nem se muda sua vontade, nem o que quer finge não querer; todavia, embora nele sua vontade seja uma só e indivisa, a nós parece múltipla, já que, em razão da obtusidade de nossa mente, não aprendemos como, de maneira diversa, o mesmo não queira e queira que aconteça.[298]

A vontade de Deus tem apenas um objetivo, o sumo bem. À medida que Deus é infinitamente bom, sua vontade é sempre boa. Tudo que é relativo à própria essência de Deus, ele quer necessariamente. Existe, então, uma vontade necessária em Deus. Por isso Deus quer a justiça, quer o bem, quer o amor, etc, porque são reflexos dele mesmo, e Deus quer a si mesmo antes de tudo, já que não pode negar a si mesmo. Mas Deus pode querer algo livremente, como a criação ou qualquer outro decreto, pois, poderia criar e não criar, poderia decretar e não decretar. Dessa forma, essa é uma vontade livre de Deus. Portanto, concluímos que a algumas coisas Deus quer necessariamente, e outras ele quer livremente.

Naquilo que Deus quer livremente, ele pode nunca querer, mas uma vez que quer, não pode mais não querer. Se Deus decreta algo, não pode mais anular tal decreto, pois seria como se Deus pudesse falhar, já que em sua infinita sabedoria, não teria tomado a decisão certa. Portanto, Deus quer livremente quando ainda não decretou, mas se ele quiser, agora quer necessariamente, pois não pode mais não querer. Em Deus não há reflexão. O conhecimento de Deus é noutético, é em um ato só. O conhecimento humano é dinoutético, há uma progressão, inferência, deduções e induções, reflexões,

erros e acertos. Com Deus não é assim. Portanto, o que Deus quer, ele não pode mais não querer. Isso não significa que, pelo fato de Deus não poder mais não querer, ele também não o faça livremente, pois o faz sem coação, e como aprendemos no capítulo sobre providência, é livre toda vontade não coagida, não precisando assim ter o poder de fazer diferente, e não há heresia em dizer que depois que Deus quer, ele não tem o poder de não querer.

1.6.1 – Existe vontade primária e vontade secundária ou decreto de fim e decreto de meio? Isso afirmamos contra decretos condicionais

Podemos também dividir a vontade de Deus em primária e secundária. A primária é relativa ao fim, e a secundária relativa aos meios[299], pois quem quer o fim também quer os meios. Podemos então dizer que um é o decreto de fim, e o outro o decreto de meio. Assim, se Deus quer que um homem seja salvo, ele expressa sua vontade decretando a sua salvação (decreto primário ou de fim), e para que esse decreto seja executado, Deus decreta os meios (oração, evangelização etc). A salvação é o objetivo principal, por isso faz parte da vontade primária, que se executa através do decreto primário, e os meios são os acessórios. Por isso vontade secundária, que é expressa pelos decretos de meio. O decreto de meio, ele o é até atingir seu objetivo, que é subordinado ao decreto primário, que é o decreto do fim último. Entendido isso, podemos entender como Deus aparentemente mudou de ideia no caso do rei Ezequias (2Rs 20.1-5). Vejamos o texto:

> “Naqueles dias adoeceu Ezequias mortalmente; e o profeta Isaías, filho de Amós, veio a ele e lhe disse: Assim diz o SENHOR: Põe em ordem a tua casa, porque morrerás, e não viverás. Então virou o rosto para a parede, e orou ao Senhor, dizendo: Ah, Senhor! Suplico-te lembrar de que andei diante de ti em verdade, com o coração perfeito, e fiz o que era bom aos teus olhos. E chorou Ezequias muitíssimo. Sucedeu, pois, que, não havendo Isaías ainda saído do meio do pátio, veio a ele a palavra do Senhor dizendo: Volta, e dize a Ezequias, capitão do meu povo: Assim diz o Senhor, o Deus de Davi, teu pai: Ouvi a tua oração, e vi as tuas lágrimas; eis que eu te sararei; ao terceiro dia subirás à casa do Senhor.”

Duas são as objeções levantadas contra nossa doutrina, usando esse texto. A primeira é que se Deus não é imutável, como alegamos, pois se assim não fosse, Deus não teria mudado da ideia de morte de Ezequias.[300] A segunda objeção, seguindo da primeira, é que se Deus não muda, então a afirmação de que Ezequias iria morrer, na verdade foi uma mentira de Deus.

Portanto, como Deus não mente, ele então muda de ideia. As duas ideias são falsas e podem ser entendidas dentro do pensamento calvinista de decretos de meio e decretos de fim. No texto, aparece uma aparente contradição. Deus disse que Ezequias morreria e depois disse que Ezequias não mais morreria. Como conciliar isso? O decreto primário era livrar a cidade das mãos dos assírios (v. 6), e, para isso, Ezequias deveria se tornar mais piedoso. Então, Deus emite primeiro o decreto primário, que ainda estava em oculto, de que a cidade estaria livre do rei da Assíria, e Deus diz o motivo, “por amor a mim mesmo” (visto que Deus não pode negar a si mesmo). Para a execução desse decreto, Deus emite o decreto de meio, que é a morte de Ezequias. Esse decreto de meio fez com que Ezequias se tornasse mais piedoso, orasse, reconhecesse dependência, e assim prepará-lo para receber de Deus a execução do decreto primário, que era livrar a cidade e abençoar Ezequias. Deus, sendo um justo galardoador dos que o seguem, recompensou também Ezequias com bênçãos adicionais, pois ele era um homem fiel. Ao profeta Isaías, Deus primeiro revelou seu decreto de meio, e, por isso, Isaías disse ao rei que ele morreria. Ao alcançar o objetivo (já que Ezequias se tornou mais piedoso), o decreto de meio chega em sua finalidade e Deus revela o decreto primário, que era abençoar Ezequias. Então Isaías vai até Ezequias revelar o decreto primário de Deus. Assim, Deus nunca mudou de ideia. Ele apenas emitiu um decreto de meio para alcançar o objetivo de um decreto de fim. Lembrando que o decreto de meio é subordinado ao de fim. Então, ao atingir o objetivo intermediário, ele cessa, dando lugar ao de fim. A conclusão é inequívoca: nem Deus mentiu, nem mudou de ideia, e damos por derrubada essa objeção.

Dizer que Deus mudou de ideia baseado nesse texto tornaria até mesmo a profecia da morte do redentor, proferida em Gênesis 3.15, como condicional e colocada nas mãos dos homens, o que deve ser totalmente rejeitado, pois tornaria Deus falível, um Deus que promete e não pode cumprir. O filho de Ezequias, Manassés, é ascendente de Cristo, e começou a reinar com 12 anos (2Cr 33.1). Isso significa dizer que Manassés, caso seu pai não tivesse recebido o tal acréscimo, jamais poderia ter nascido, e a genealogia de Jesus estaria acabada. Na hipótese de Deus realmente ter considerado a morte de Ezequias naquela ocasião, é a mesma coisa de dizer que Deus considerou a possibilidade de Jesus não vir como Salvador, e ainda se ter como mentiroso. Pois como poderia Deus ter falado a verdade quando prometeu a Davi: “tua casa e o teu reino serão firmados para sempre diante de

ti; teu trono será firme para sempre” (2Sm 7.16)? Segue-se, então, que Deus não mudou de ideia, mas já tinha tudo decretado. O que aconteceu foi que Deus revelou os meios antes dos fins.

Algo parecido vemos no texto de Atos 27.23,24, que diz: “Porque esta mesma noite o anjo de Deus, de quem eu sou, e a quem sirvo, esteve comigo, dizendo: Paulo, não temas; importa que sejas apresentado a César, e eis que Deus te deu todos quantos navegam contigo”. No entanto, no mesmo contexto, “procurando, porém, os marinheiros fugir do navio, e tendo já deitado o batel ao mar, como que querendo lançar as âncoras pela proa” (At 27.30). Disse Paulo ao centurião e aos soldados: “se estes não ficarem no navio, não podereis salvar-vos” (At 27.31). Baseado nesse texto, alguns defensores dos decretos condicionais alegam que Deus disse que salvaria a todos, mas estabeleceu uma condição. Se caso não fosse cumprida, Deus anularia a sua promessa, pois estaria condicionada às ações humanas, como se Deus já não soubesse se alguém pularia ou não fora do navio. Então temos aqui acima um decreto de fim, que era que ninguém se perdesse, e a providência de um meio para que ninguém se perdesse. Ou seja, o aviso de Paulo que eles não se salvariam caso pulassem fora da embarcação. Quem quer o fim, quer também os meios. Para provar de fato que o decreto era condicional, aqueles que defendem tal teoria, deveriam mostrar que alguém de fato não se salvou depois de Deus ter dito que todos se salvariam, aí sim provariam que o decreto era condicional. Uma vez que a promessa de Deus se cumpriu integralmente, a conclusão óbvia é que a advertência de Paulo foi um meio para alcançar esse fim.

1.6.2 – Existe uma vontade decretiva e uma preceptiva? Isso afirmamos

Para João Calvino havia uma distinção entre vontade e preceito.[301] Mais tarde essa diferença ficou conhecida como vontade decretiva[302],[303] e vontade preceptiva.[304] A primeira tem a ver com a infalível vontade divina, aquilo que Deus quer que infalivelmente aconteça, quando se diz: “Quem pode resistir à sua vontade?” (Rm 9.20), ou “Porquanto este é o propósito de Yahweh dos Exércitos; quem pode impedi-lo? Sua mão já está estendida; quem poderá fazê-la recuar?” (Is 14.27), e também “Ó Yahweh, SENHOR Deus de nossos pais, não é tu Deus que habitas soberano os céus? Não és tu que governas sobre todos os reinos das nações da terra? Na tua mão há poder e força, e não há quem te possa resistir” (2Cr 20.6), e tantos outros textos. A

segunda é relativa às suas leis, preceitos, e essa pode ser resistida, como quando se diz: “Honra teu pai e tua mãe” (Ex 20.12), ou “Ensina-me a fazer a tua vontade, pois tu és o meu Deus; que o teu bondoso Espírito me conduza por terreno plano” (Sl 143.10). O salmista não pode estar se referindo a uma vontade infalível, mas às leis do Senhor, isto é, aos seus preceitos. Às vezes a vontade preceptiva se identifica com a decretiva, como quando Jesus diz em João 6.38: “vim fazer a vontade daquele que me enviou”.

Um curioso caso em que há uma relação entre vontade preceptiva e a decretiva é no caso do texto de Lucas 13.34 e Mateus 23.37. Esse texto é usado por defensores da graça resistível, para defender a tese de que o homem pode resistir à vontade decretiva de Deus. Isso não é verdade, como provaremos adiante. O texto assim diz: “Jerusalém, Jerusalém, que mata os profetas, e apedrejas os que te são enviados! Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como galinha os seus pintos debaixo das asas, e não quiseste?” (Lc 13.34). “Jerusalém, Jerusalém, você, que mata os profetas e apedreja os que lhe são enviados! Quantas vezes eu quis reunir os seus filhos, como a galinha reúne os seus pintinhos debaixo das suas asas, mas vocês não quiseram” (Mt 23.37).

Esse texto é tomado totalmente fora de contexto pelos nossos opositores. Os protagonistas dessa narrativa são os reprovados, os filhos da serpente, que sempre perseguiram os Filhos de Deus. Em Gn 3.15, logo após o pecado humano, Deus põe inimizade não só entre a mulher e a serpente, mas entre a descendência da serpente e o descendente da mulher: “Porei inimizade entre você e a mulher, entre a sua descendência e o descendente dela; este lhe ferirá a cabeça, e você lhe ferirá o calcanhar”. Assim, desde os dois primeiros filhos, Caim e Abel, o primeiro foi reprovado e o segundo foi aceito, um representa os reprovados, e o outro representa os eleitos, as obras do primeiro eram más, e era filho do diabo, e as obras do segundo eram justas (1Jo 3.12). Desde então, há sempre uma parte da humanidade que serve a Deus e outra parte da humanidade que quer destruir ao povo de Deus e sua obra. O povo de Deus é chamado em Gênesis 3.15 de “semente da mulher”, pois dessa semente saiu o Cristo, filho de Davi, Abraão, Sete e Adão (Lc 3.23-38). Os “filhos da serpente” são chamados de “filhos do diabo” (Jo 8.44), e, por essa razão, Jesus chama os fariseus, no mesmo contexto desse texto de Mateus 23, de “Serpentes! Raça de víboras” (Mt 23.33). Afinal, quem é filho da serpente (diabo), serpente é! O texto é uma descrição de como o povo de Deus foi perseguido por esses homens, que Jesus adjetiva de serpentes, raça de víboras

(v. 33), hipócritas (v. 27), cegos (v. 26), insensatos (v. 17).

Jesus, então, relembra de todas as perseguições que os profetas do passado sofreram, se coloca entre os profetas que sofrerão e também seus enviados. Jesus diz que esses homens eram iguais aos perseguidores de profetas do passado, que queriam impedir o povo de Deus de ouvir sua mensagem. Jesus diz:

> ”E dizem: ‘Se tivéssemos vivido no tempo dos nossos antepassados, não teríamos tomado parte com eles no derramamento do sangue dos profetas’. Assim, vocês testemunham contra si mesmos que são descendentes dos que assassinaram os profetas. E, assim, sobre vocês recairá todo o sangue justo derramado na terra, desde o sangue do justo Abel, até o sangue de Zacarias, filho de Baraquias, a quem vocês assassinaram entre o santuário e o altar” (Mt 23.30,31,35).

Jesus se lamenta ao olhar para Jerusalém e sente por ela, dizendo que ele quis muitas vezes juntar os filhos de Jerusalém, mas “Jerusalém” não deixou. Ele não diz que os filhos que ele queria juntar resistiram ao decreto de Deus, ele diz que Jerusalém não deixou seus filhos serem reunidos. Não há em hora alguma sequer a sugestão de que um decreto divino foi resistido, onde reside a eleição e a emissão da graça que ninguém pode resistir, pois: “Desde toda a eternidade, Eu o Sou; e não há nada nem ninguém que possa fazer escapar algo ou alguém das minhas mãos. Agindo Eu, quem impedirá?” (Is 43.13).

Voltando ao texto, o mesmo também diz: “Jerusalém, que mata os profetas, e apedrejas os que te são enviados!”. Aqui, a expressão “Jerusalém” se refere aos fariseus e a Herodes, pois, no contexto imediato, o versículo 31 faz referência a Herodes: “Naquele mesmo dia chegaram uns fariseus, dizendo-lhe: Sai, e retira-te daqui, porque Herodes quer matar-te”. E aos fariseus também, pois no mesmo discurso, relatado em Mateus 23, Jesus está fazendo uma série de críticas aos fariseus no capítulo inteiro, e especificamente nos versículos 37-39. Jesus diz que seus seguidores morrerão assassinados e apedrejados aos moldes dos antigos profetas, e o texto claramente diz: “por isso, eis vos envio profetas, sábios e escribas. A uns matareis e crucificareis, a outros açoitareis nas vossas sinagogas e perseguireis de cidade em cidade” (Mt 23.34,35). Aqui fica demonstrado a quem Cristo se referia, aos profetas do passado, a ele mesmo e àqueles que seriam enviados de sua parte a quem os fariseus matariam. Assim fica explicada a frase “Jerusalém, que mata os profetas, e apedrejas os que te são enviados!”. Cristo se refere a ele mesmo e seus enviados, pois veja, em Lucas

13.32. Jesus fala sobre sua morte e ressurreição e que ele mesmo, na qualidade de profeta, morreria em Jerusalém, assim como outros profetas, que foram mortos e apedrejados nesse mesmo lugar:

> “E respondeu-lhes: Ide, e dizei àquela raposa: Eis que eu expulso demônios, e efetuo curas, hoje e amanhã, e no terceiro dia sou consumado. Importa, porém, caminhar hoje, amanhã, e no dia seguinte, para que não suceda que morra um profeta fora de Jerusalém”.

Então aqui fica claro, quando o texto diz: “Jerusalém, Jerusalém, que mata os profetas, e apedrejas os que te são enviados! Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como galinha os seus pintos debaixo das asas, e não quiseste?” (Lc 13.34). Diferente do que os defensores da graça resistível (concurso moral) defendem, Jesus não se refere aos filhos de Jerusalém como aqueles que não quiseram, mas aos fariseus e Herodes que, assim como Cristo se refere aos profetas perseguidos de todos os tempos, ele também se refere aos perseguidores de todos os tempos. No contexto imediato, foi Jerusalém (fariseus e Herodes) que não quis que seus filhos ouvissem, mas isso aconteceu em toda a história, quando o povo de Deus tinha um rei ruim, como no caso de Elias, que foi perseguido por Jezabel. Então o texto não está dizendo que os filhos que Jesus quis ajuntar resistiram à vontade divina, mas que os fariseus não deixaram essas pessoas ouvirem o evangelho. Por isso mesmo Jesus, no mesmo capítulo, diz sobre os fariseus: “Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês fecham o Reino dos céus diante dos homens! Vocês mesmos não entram, nem deixam entrar aqueles que gostariam de fazê-lo” (Mt 23.13).

No entanto, as pessoas que Deus teve vontade de salvar não se perderam, pois a Escritura mostra uma conversão em massa, dessas mesmas pessoas, em Jerusalém, por ocasião da pregação do evangelho pouco tempo depois da ressurreição de Jesus. Só por ocasião da pregação do apóstolo Pedro foram três mil pessoas convertidas (At 1.2). Essas conversão foram progressivas, como vemos em Atos 6.1,7.

Nossos opositores poderão alegar que mesmo que seja um homem impedindo outro de ouvir o evangelho, de qualquer forma, alguém que Deus teve vontade de salvar, no fim não foi salvo, provando, assim, a frustração do plano divino (é impressionante o esforço intelectual que determinados teólogos fazem para mostrar que o Deus cristão é um Deus falível e frustrável).

O texto diz que os fariseus (Jerusalém) não quiseram que seus filhos fossem salvos, mas em hora alguma diz que eles conseguiram impedir que qualquer eleito tenha sido salvo, pois como já demonstramos, no passado, Deus guardou os seus, e no contexto imediato do pronunciamento de Cristo, aquelas pessoas, filhas de Jerusalém, experimentaram um mover do Espírito nunca antes visto, com o cumprimento da profecia do profeta Joel no pentecostes. Então, cai por terra toda e qualquer argumentação de resistibilidade da graça por parte daqueles que Deus quis salvar, pois o texto tem como protagonistas os homens maus, que mataram profetas, e agora receberiam seu juízo naquela geração. Esse é o contexto do texto: a profecia de Jesus contra Jerusalém, que se cumpriu no ano 70 d.C. O texto não trata de eleição, predestinação, decreto divino, nada disso é extraído do texto. Não há no texto algo como: “Deus determinou e o homem resistiu” ou “Deus predestinou e homem mudou a predestinação de Deus”. Não há absolutamente nada que se remeta a um decreto divino. O texto trata sobre a vontade de homens maus, que desejavam que queriam se opor a obra de Deus em todos os tempos. E agora era chegado o seu juízo, mas não há absolutamente nada no texto que prove êxito desses homens, em impedir qualquer eleito de Deus de ser salvo.

Jesus jamais se referiu às pessoas do passado que Deus teve vontade de salvar e elas não foram salvas porque resistiram à graça eficaz ou por causa de poderes maiores, pois a Escritura nos revela que Deus sempre protegeu os seus. Deus jamais rejeitou seu povo, e sempre, em todos os tempos, ele mesmo separou e protegeu todos aqueles que eram seus, como explica o apóstolo Paulo: “Deus não rejeitou o seu povo, o qual de antemão conheceu. Ou vocês não sabem como Elias clamou a Deus contra Israel, conforme diz a Escritura? ‘Senhor, mataram os teus profetas e derrubaram os teus altares; sou o único que sobrou, e agora estão procurando matar-me’. E qual foi a resposta divina? ‘Reservei para mim sete mil homens que não dobraram os joelhos diante de Baal’” (Rm 11.2-4). Só lembrando que Elias e os sete mil separados estavam em luta contra Jezabel, que queria exterminá-los. No entanto, Deus mesmo separou esses homens, como pode Cristo ter se lamentado por alguém do passado não ter sido convertido, se Deus sempre guardou os seus? E antes que digam que Deus escolheu esses homens porque eles não se dobraram, São Paulo já responde: “Assim, hoje também há um remanescente escolhido pela graça. E, se é pela graça, já não é mais pelas obras; se fosse, a graça já não seria graça” (Rm 11.5,6). Deus escolheu pela

graça, não pelas obras. Ou seja, Deus não escolheu porque eles não dobraram o joelho, não os escolheu por serem fortes diante da perseguição, pois não viu qualquer mérito neles. Se assim fosse, não poderia ser graça, pois esses teriam méritos diante daqueles que se dobraram, mas, antes, escolheu por graça, imerecidamente. Se os homens maus de Jerusalém (fariseus e Herodes) conseguiram matar profetas, foi porque Deus permitiu que o fizessem para encher a medida do pecado dos seus antepassados: “Por isso eu lhes estou enviando profetas, sábios e mestres. A uns vocês matarão e crucificarão; a outros açoitarão nas sinagogas de vocês e perseguirão de cidade em cidade. E, assim, sobre vocês recairá todo o sangue justo derramado na terra, desde o sangue do justo Abel, até o sangue de Zacarias, filho de Baraquias, a quem vocês assassinaram entre o santuário e o altar” (Mt 23.32,34,35). A Escritura diz que, por isso, Jesus enviaria os seus aos fariseus e a Herodes (Jerusalém) para trazer juízo sobre eles, trazendo à tona as suas obras más, e promete que a casa deles ficará deserta.

Se Deus tudo pode, e como diria Armínio, nada pode ser feito sem a vontade de Deus, nem mesmo qualquer uma daquelas coisas que são feitas em oposição a ela[305]; note que o próprio Armínio defende que existe uma vontade que pode se opor a outra. Pois bem, a isso, que Armínio sequer soube como definir, nós chamamos de vontade de preceito e vontade decretiva; mas não que uma vontade se oponha a outra, mas que uma vontade aparenta se opor a outra, pois atos pecaminosos que Deus permite, podendo evitar, são atos que por si só são contra os preceitos de Deus, mas que dentro do plano divino, está em concordância com a vontade una do Senhor.

Francis Turretin, distingue[306] a vontade preceptiva em afirmativa, quando prescreve a efetuação de alguma coisa, e negativa, quando proíbe a efetuação de tal coisa. No nosso trabalho consideramos essa distinção uma multiplicação desnecessária.

Algo, porém, deve ser deixado claro. A vontade preceptiva e decretiva não são contraditórias de forma alguma, nem mesmo seus eventos. Não podemos dizer que Deus, de fato, decretou algo que era contra sua vontade de preceito. Deus não viola as próprias leis. Imaginem só um homem que quer fazer o bem, é impossível que Deus decrete impedir tal coisa, até porque o bem do homem já vem de Deus. Então seria como se Deus anulasse sua própria vontade. Logo, é absurdo colocar uma vontade contra a outra. A pergunta: “como Deus pôde decretar por sua vontade a morte de Cristo, que é algo contra a sua vontade, afinal é um pecado?”.[307] De forma alguma

encontra amparo nas distinções de vontade decretiva e preceptiva. A vontade decretiva por vezes é oculta, porque só sabemos do propósito de Deus depois que acontece, mas o seu velamento jamais pode ser usado como sinônimo de que Deus ordenou algo contra sua lei, o que é falso. No caso da pergunta, a morte de Cristo foi totalmente dentro dos parâmetros da lei do sacrifício, não podemos considerar que a morte de Cristo foi pecado. Além disso, Deus executou o seu juízo através dos homens maus, pois o castigo que nos traz a paz estava sobre seus ombros (Is 53.5). Os meios que Deus usou, que envolveu a determinação de atos maus, portanto pecaminosos, de forma alguma torna essa determinação divina como se Deus quisesse a violação de sua lei, pois como vimos no capítulo da providência, a determinação dos atos maus não inclui uma aprovação ética da parte de Deus. Logo, Deus determinou o agir, mas não o pecar, não entrando em contradição com sua vontade preceptiva. Embora o ato pecaminoso se torne certo e Deus seja uma causa acidental do pecado, esses homens cumprem um propósito, mas a maldade que os fazem desobedecer ao preceito, está neles mesmos, não em Deus, portanto, já que o decreto divino não é causa formal do pecado, ele também não entra em contradição com a vontade preceptiva. Deus assim, apenas revela os atos maus desses homens, que atraem juízo sobre si, por fazer aquilo de vontade própria. A vontade decretiva não faz o homem pecar, faz o homem agir. Deus jamais inspira malícia, jamais infunde maldade. Deus nunca diz na Escritura: “vai e peque, porque é do meu agrado o pecado”. Mas Deus usa a maldade, já existente, para atingir dois propósitos: 1 – conseguir um bem maior (caso de Jó). 2 – executar seus juízos (caso de Acabe). Assim, mesmo quando Deus diz: “Tu o induzirás, e ainda prevalecerás; sai e faze assim” (1Rs 22.22). O intento de Deus é o seu juízo, não o pecado, pois o pecado não flui do decreto de Deus, uma vez que a causa formal do pecado está no espírito imundo. Assim, Deus é autor do seu juízo, que é totalmente de acordo com seu preceito, mas não é autor, nem se agrada do pecado. Se insistirem em objetar que Deus é o autor desse pecado, perguntamos, então, de volta: em qual versículo Deus corrompe o espírito imundo infundindo-lhe a maldade? Se não há, então a maldade de onde o pecado provém, não pode vir do decreto, portanto, não é contrário ao preceito.

1.6.3 – Existe vontade antecedente e consequente? A isso afirmamos ao nosso modo – contra tomistas, molinistas e arminianos

A crença na vontade antecedente e consequente pertence aos calvinistas, tomistas, molinistas, e arminianos, embora os citados possam se diferenciar quanto ao uso dos termos. Não se pode falar em vontade antecedente e vontade consequente, sem antes falar da ordem lógica dos decretos. Existe uma ordem lógica, não cronológica, dos decretos divinos que refletem a intenção de Deus e posteriormente a execução ou não dessa primeira vontade. Essa ordem lógica é estabelecida na eternidade. Visto que na eternidade não há tempo, então não se pode ter antes e depois. Logo, embora todos estejam em um mesmo ato, logicamente podem se distinguir em uma ordem, assim como são os números, que existem todos em um só ato, mas logicamente obedece uma ordem, pois o numeral 1 vem antes do numeral 2, que é antes do numeral 3 e assim sucessivamente. Todos estamos de acordo que se deve existir uma ordem lógica, e uma vontade antecedente com relação aos fins da vontade de Deus, e uma vontade consequente na providência dos meios para alcançá-la.

No calvinismo, a vontade antecedente é a intenção de Deus, e a vontade consequente é a providência dos meios para alcançar tal intenção. Os meios são garantidos pelos decretos, onde está a vontade absoluta de Deus, chamada vontade consequente. Assim, se Deus queria como fim a salvação dos eleitos (vontade antecedente), ele então decreta os meios para que isso se execute e por isso, com uma vontade consequente ele decreta uma graça irresistível sobre os eleitos, assim infalivelmente se alcança o fim. No calvinismo, “A vontade de Deus não é nada mais do que o próprio Deus disposto: consequentemente, é onipotente e inatingível. Por isso, Agostinho e os escolásticos a denominaram “*voluntas omnipotentissinia*”; porque, o que quer que Deus queira, não pode deixar de ser efetuado”.[308]

Se considerarmos a vontade antecedente como uma intenção de Deus, e a vontade consequente como o meio pelo qual se alcança essa intenção, então os calvinistas estão totalmente de acordo. Mas se considerarmos a vontade antecedente de Deus como uma intenção e a vontade consequente como um meio de não execução desse plano, então devemos rejeitá-la. Isso soa estranho, mas é onde mora o erro dos tomistas, molinistas e arminianos. Deus quer, de fato, algo, mas os meios que ele providencia não alcançam tal intenção. Na concepção das linhas teológicas citadas, Deus quer a salvação de todos os homens por sua vontade antecedente, mas em sua vontade consequente, só quer salvar somente aqueles que creram. Primeiramente analisemos os argumentos de Jacó Armínio:

> Pode ser, então, considerada antecedente a vontade pela qual Deus quer alguma coisa com relação à criatura (em nossa discussão, uma criatura racional), anterior a qualquer ato da criatura ou a algum ato particular dela. Assim, ele desejou que todos os homens, e cada um deles, fossem salvos. A vontade consequente de Deus é aquela pela qual ele deseja alguma coisa com referência a uma criatura racional, depois de algum ato ou muitos atos da criatura. Assim, ele deseja que aqueles que creem e perseveram na fé sejam salvos, mas que aqueles que são incrédulos e impenitentes permaneçam sob condenação.[309]

Resumidamente, no primeiro momento, na vontade antecedente, Deus quer a salvação de todos os homens. Depois, Deus permite a queda e é emitido o

> primeiro decreto integral de Deus a respeito da salvação do homem pecador. É aquele no qual ele decreta a indicação de seu Filho, Jesus Cristo, para Mediador, Redentor, Salvador, Sacerdote e Rei que deve destruir o pecado pela sua própria morte, e que deve, pela sua obediência, obter a salvação que se perdeu, devendo comunicá-la pela sua própria virtude. O segundo decreto preciso e absoluto de Deus é aquele em que ele decretou receber aqueles que se arrependerem e crerem, e, em Cristo, por causa dele e por meio dele, para efetivar a salvação de tais penitentes e crentes que perseverarem até o fim, mas deixar em pecado, e sob a ira, todas as pessoas impenitentes e incrédulas, condenando-as como alheios a Cristo. O terceiro decreto divino é aquele pelo qual Deus administra, de formas suficientes e eficazes, os meios que eram necessários para o arrependimento e a fé; e tal administração é instituída: 1. de acordo com a Sabedoria Divina, por meio da qual Deus sabe o que é apropriado e torna-se tanto a sua misericórdia e a sua severidade, e 2. de acordo com a Justiça divina, por meio da qual ele se preparou para adotar tudo aquilo que a sua sabedoria possa prescrever, colocando-o em prática. A estes sucede o quarto decreto, pelo qual Deus decretou salvar e condenar certas pessoas em particular. Este decreto tem o seu embasamento na presciência de Deus, pela qual ele sabe, desde toda a eternidade, que tais indivíduos, por meio de sua graça preventiva, creriam, e por sua graça subsequente perseverariam, de acordo com a administração previamente descrita dos meios que são adequados e apropriados para a conversão e a fé; e, do mesmo modo, pela sua presciência, ele conhecia aqueles que não creriam, nem perseverariam.[310]

Temos vários problemas. Primeiro trataremos da vontade antecedente e consequente, depois da ordem lógica dos decretos. O primeiro problema é que, na vontade antecedente, o homem ainda não foi considerado caído, pois, segundo o próprio Armínio, a vontade antecedente é “anterior a qualquer ato

da criatura ou a algum ato particular” dela, ou seja, é uma salvação que não pressupõe queda. Mas como que Deus pode desejar salvar alguém que não está perdido ainda? Falta, então, o objeto que levaria Deus a desejar a salvação do homem. Logo, o desejo de Deus de salvar todos os homens é, na verdade, desejar o indesejável. Ou seja, além disso, o texto considerado para essa interpretação é o texto de 1Timóteo 2.4, que fala claramente que Deus quer a salvação de pecadores, ou seja, não pode se referir a uma vontade antecedente onde o pecado ainda não é considerado.

Jacó Armínio também argumenta que Deus tem uma vontade antecedente, e sua vontade é rescindida ao prever quem o rejeitaria e quem o aceitaria, e só assim ele emite, através de sua vontade consequente, o decreto de eleição e reprovação. Mas esse posicionamento é muito dificultoso, pois ao defender que a vontade de Deus é rescindida pelo que a criatura faz, isso impõe potência passiva em Deus, tornando ele causado, pois pressupõe que Deus não teria essa informação, e somente depois a teve. Os molinistas caem nos mesmos erros dos arminianos, com a diferença que se prevê os méritos das criaturas através do conhecimento médio e não de uma simples presciência, como defendem arminianos.

Já na ordem dos decretos, as maiores objeções são ao primeiro decreto e ao quarto decreto. O primeiro parece ser emitido depois da queda, ou seja, a vontade antecedente, em que Deus quer salvar a todos, na verdade é totalmente inútil, pois não surte qualquer efeito prático na criação. Esse primeiro decreto é o de Cristo sendo designado como Salvador da humanidade, mas como gênero, sem pessoas em particular para serem salvas. Visto que a eleição e reprovação só se dá depois da previsão de quem fez bom ou mau uso da graça, e a graça é resistível, logo, existe um mundo possível em que todos resistiram a graça e o salvador não seria salvador. Então, o fato de Deus ter decretado Cristo como Salvador, Mediador, Rei, etc, seria totalmente inócuo se os homens não decidissem fazer bom uso da graça preveniente, ou seja, é um decreto dependente dos homens para se cumprir, pois caso os homens não quisessem ser convertidos, o grande Salvador de todos, na verdade, não salvaria ninguém. Não seria Rei de ninguém, nem Mediador de ninguém. Portanto, deve-se rejeitar esse ponto de vista, pois implica que o decreto de Jesus ser o Cristo era condicionado às ações humanas, o que torna Deus passivo e dependente de outros em sua vontade.

O quarto decreto é baseado em uma presciência simples. Essa

presciência já foi refutada no capítulo passado, mas resumindo, Deus absorveria conhecimento das criaturas, pois apenas constataria o que independe dele, para somente depois decretar quem seria salvo ou condenado. É um decreto dependente da vontade humana, o que impõe potência passiva em Deus.

Já os tomistas banhezianos, embora mais próximos da verdade, ainda caem em alguns erros. Vejamos agora como é a ordem lógica como exposta pelos tomistas banhezianos:

> 1 - Por sua ciência da inteligência simples, Deus conhece desde toda a eternidade todas as coisas possíveis com todas as suas infinitas combinações.
> 2 - Deus decide ordenar ao fim sobrenatural toda a raça humana. Vontade salvífica universal (vontade antecedente).
> 3 - Deus prevê e permite o pecado original, que vem para destruir esta ordenação da natureza humana ao fim sobrenatural. A raça humana se torna uma massa de perdição.
> 4 - Deus decreta a encarnação do Verbo para redimir a raça humana e ordená-la de volta ao fim sobrenatural.
> 5 - De entre a massa da perdição, ele escolhe livremente aqueles que quer e os predestina à glória em Cristo e por Cristo, sem levar em conta os méritos futuros ou futuríveis que eles mais tarde contrairão com a ajuda da graça.
> 6 - Por decreto absoluto, Deus decide dar aos eleitos as graças intrinsecamente eficazes para a realização das boas obras com as quais eles merecerão a vida eterna. Aos não-predestinados decide dar-lhes a graça suficiente para se salvarem, prevendo, no entanto, que resistirão a elas e se perderão por sua própria culpa.[311]

Então vejamos. No ponto 1, o conhecimento de Deus de todas as coisas possíveis depende do decreto que poderia ser emitido. Não devemos confundir com uma ciência média, ou presciência simples, como se os acontecimentos estivessem fora da hipótese do decreto. Nesse ponto, nós calvinistas estamos de acordo.

Ponto 2 – Deus então intenta a salvação de todos os homens. A objeção a ser feita é a mesma feita aos arminianos: Como Deus pode ter como intenção salvar todos os homens se Deus ainda não previu a queda? Para que houvesse uma vontade de salvar todos os homens, Deus deveria primeiramente prever a queda, e então considerando o homem caído, exercer sua misericórdia de salvar. São Tomás usa desse conceito, primeiramente usado por João Damasceno, para fazer uma exegese de 1Timóteo 2.4, que diz: “Que quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade”.

A interpretação de São Tomás, desse texto, é que Deus quis que todos os homens se salvassem com uma vontade antecedente que não levasse em consideração a queda ou qualquer condição má que cercasse esse homem. Mas veja que isso não pode ser justificado pelo texto. O texto se refere a homens pecadores, não a homens sem pecado. Antes disso, Paulo está falando para orarmos por todas as pessoas: “Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens; pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade” (1Tm 2.1,2). Ou seja, são homens caídos. Além disso, há o fato de que os versículos posteriores ao texto em questão falam da mediação entre Deus e os homens e a redenção de Cristo: “Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem. O qual se deu a si mesmo em preço de redenção por todos, para servir de testemunho a seu tempo”. Então fica clara a *eisegese* desse texto por parte de São Tomás e pelos demais tomistas, molinistas e arminianos, ao considerar uma vontade salvífica a todos os homens sem levar em conta a queda. Não há um outro sentido para a palavra salvação nesse texto, contra os escolásticos católicos, que chegaram a dizer que a palavra salvação, significa nesse contexto, apenas “saúde” (*salus*), ou seja, que Deus apenas quer o bem de todas as pessoas e que esse bem, ou um bem que leva a criatura para seu fim último, que é servir a Deus. Portanto, Deus desejou a salvação de todos os homens. Mas isso ainda simplesmente diz que salvação não é salvação. Portanto, fica claro que é impossível, não só pela razão, querer salvar homens que não têm do que serem salvos, como também pela Escritura, diante da exegese do texto de 1Timóteo 2.4, que de forma alguma trata de homens sem pecado, mas de homens pecadores.

Ponto 3 – Então agora Deus prevê a queda que destrói essa ordenação. Na verdade, destrói a intenção dele de salvar a todos. Além da primeira objeção, de como Deus considera salvar antes da destruição da ordenação da raça humana ao fim sobrenatural, a segunda pergunta é: Por que Deus permite a queda se a intenção dele era que não houvesse nenhum homem caído? A resposta que pode ser dada a essa pergunta é que Deus tem boas razões para permitir a queda, e tem bens que só são exercidos por ocasião da existência dos males. Nós concordamos com isso, mas isso não responde a questão, uma vez que a intenção primeiríssima de Deus é salvar todos os homens. Então, embora ele pudesse permitir a queda, essa queda não poderia

frustrar sua intenção primeiríssima, pois, se quem quer os fins, também quer os meios, então os meios devem ser consistentes com a execução do fim, não um meio de não execução do fim. Isso é uma contradição em termos. Nesse sentido, rejeitamos totalmente esse significado de vontade antecedente e consequente, pois mostra frustração em Deus, e Deus jamais poderia ser o sapientíssimo e o felicíssimo, com seus desejos frustrados.

Quanto aos pontos 4, 5 e 6, não há objeções que mereçam consideração.

A dificuldade de uma vontade antecedente e consequente surge quando se admite uma expiação ilimitada, ou seja, que Deus quer a salvação de todos, e, portanto, Cristo morre por todos. Mas, ao mesmo tempo, Deus quer aplicar sua justiça sobre quem não crê e tem sua intenção frustrada ao não poder salvar a todos. Basicamente isso impõe fragilidade em Deus. Deus jamais poderia ser o felicíssimo se tivesse qualquer desejo seu frustrado pela criatura.

Visto que Deus não é um homem, o seu conhecimento é noutético. Não há um momento sequer em que Deus ignore qualquer informação, seja no momento lógico, seja em um momento cronológico. Isso significa dizer que seria impossível Deus querer algo que ele já sabia que jamais se concretizaria. Deus sabe desde sempre quem o aceitaria, e quem o rejeitaria, a ordem lógica dos decretos jamais nos é uma autorização para impor imperfeição em Deus. Logo, como Deus pôde genuinamente ter desejado algo que ele já sabia que nunca, jamais poderia ser concretizado?

O argumento anterior nos leva a mais uma dificuldade, visto que Deus sempre soube que não salvaria a todos. Isso significa dizer que Deus desejou a salvação de Judas e, ao mesmo tempo, e no mesmo momento, e em relação ao mesmo objeto, já também deseja não o salvar, pois já sabia que Judas o rejeitaria. Se é pela informação de quem o rejeitaria e quem o aceitaria que a vontade antecedente é rescindida e dá lugar a consequente, então a existência da vontade antecedente é totalmente sem efeito, pois já “nasceu” rescindida, a não ser que se postule um momento lógico em que Deus não era perfeito em conhecimentos. E vejam, seja por uma previsão de presciência simples ou uma previsão por causação de uma pré-moção física, a objeção permanece, mas adicionamos mais um ao último caso, então objetamos ao pré-mocionistas banhezianos – por que Deus não concedeu uma moção infalível a Judas, concedendo-lhe fé e justificação para que fosse salvo se Deus de fato o desejava salvar? Não se pode alegar que foi por causa da justiça divina, pois se assim fosse ninguém seria salvo, visto que nesse momento lógico todos já

são considerados caídos. Ou seja, Deus quis que Judas permanecesse em sua descrença e perecesse por conta dela, o que não é coerente com a intenção primeira de Deus, que era de salvar a todos, embora seja coerente com a justiça, mas não está em jogo a justiça, mas sim a coerência de querer salvar a todos. Para ficar melhor exemplificado, imaginem um homem que diz que quis ardentemente algo, e a execução desse algo depende unicamente dele. Esse homem também dispõe de todos os meios, força e vigor para isso. Que homem em sã consciência permitiria (podendo evitar) ou ordenaria algo que sabotasse seu próprio desejo? Quem estando com muita fome e uma vontade genuína e desimpedida de saciá-la, jogaria a própria comida fora? Se isso não pode ser considerado coerente em quem é imperfeito como um homem, quanto mais no Ser perfeito que é Deus. Logo, vendo por esse último ângulo, essas vontades, como abordado no tomismo banheziano, são contraditórias, portanto, impossíveis de existir em Deus.

A próxima dificuldade é que impõe mutabilidade em uma vontade que é imutável, pois a vontade consequente existe por ocasião da anulação da vontade antecedente, o que implica em uma mudança de vontade, no caso dos arminianos e molinistas, essa mudança de vontade é causada pelos atos da criatura, tornando Deus passivo e dependente delas, o que torna o problema muito pior. Ao que parece, os tomistas banhezianos não sofrem do mesmo problema, já que a mudança de vontade antecedente para consequente depende de elementos do próprio Deus, a saber, a previsão da queda, que se dá por decreto de permissão, portanto, sem atribuir potência passiva em Deus.

Tampouco são efetivas as analogias feitas por Santo Tomás e Jacó Armínio.

Santo Tomás diz:

> Por exemplo, em tudo, é bom para um homem viver e é ruim matá-lo; mas, se acontece que um homem assim é um assassino ou que sua vida é um perigo para a sociedade, é bom matá-lo e mau deixá-lo viver. E por essa razão, pode-se dizer que um juiz justo quer com vontade antecedente que todo homem viva, mas com a vontade consequente ele quer que o criminoso seja enforcado. Pois, de um modo análogo, Deus quer com vontade antecedente que todos os homens sejam salvos, mas com uma consequente vontade ele quer punir eternamente o pecador obstinado em sua maldade, porque sua justiça o requer.[312]

Jacó Armínio argumenta que:

> Tampouco é verdade que, se alguém desejar seriamente alguma coisa, realizará a mesma de qualquer maneira, mas desejará fazê-la das maneiras adequadas para que aconteça. Um pai pode desejar e propor, seriamente, que seu filho obedeça a ele, mas ele não o obriga, violentamente, à obediência, pois não seria obediência. Um pai deseja, seriamente, que seu filho se abstenha da intoxicação, mas não o confina em uma câmara onde ele não possa se embriagar ou se drogar. Um pai pode desejar seriamente dar a herança paterna ao seu filho e, por uma vontade consequente, a saber, a que se segue à contumaz e obstinada iniquidade do filho, desejar deserdá-lo. Pode ser que este pai não faça todas as coisas que estiverem em seu poder para que o seu filho não peque. Pois era possível que o pai conservasse seu filho preso e acorrentado para que ele não pecasse. Mas era tão adequado que o pai não usasse esse modo de restrição, quanto desejasse a herança para seu filho.[313]

Julgamos que os dois exemplos são inadequados e não correspondem aos fatos, sendo uma falsa analogia. Uma coisa são os homens, outra coisa é Deus. O exemplo serve até mesmo para ratificar nosso ponto de vista, de que Deus se torna impotente ao ter sua vontade frustrada, que é exatamente o que os exemplos colocados acima nos dizem. Um homem, pode realmente querer algo genuinamente e não concretizar seu desejo, mas isso se dará pela falta de meios, por causa de sua limitação, não porque há desejos contraditórios nele. Não é um ato da criatura que alterará a vontade de Deus. Deus nunca deixa de dispor de meios justos e apropriados para executar o que quer que seja em relação as suas criaturas, se a intenção de tais exemplos é demonstrar que Deus quis de fato salvar toda a humanidade, endossando assim a veracidade da vontade antecedente e consequente como entendida pelos já citados, eles não só falham, como demonstram positivamente sua impossibilidade. Os exemplos corretamente elaborados seriam: “um juiz que já sabe que o réu não será obediente, a menos que ele mesmo o supra de uma graça eficaz que lhe dará uma mente voltada para o bem, e tendo total poder para isso, deliberadamente não faz, quer seriamente que esse réu seja obediente?”. O mesmo vale para o exemplo de Jacó Armínio, basta substituir a palavra juiz por pai e réu por filho.

No calvinismo, acreditamos que a vontade de Deus é una, mas considerando a possibilidade de que haja alguma ordem de decretos. Naquele que tudo sabe sem progressão alguma, consideramos uma dupla ordem nas obras de Deus: uma é a obra da providência e outra é a obra da predestinação. Na ordem da providência, Deus primeiramente, em sua vontade antecedente,

quis manifestar sua glória na criação e, então, na permissão da queda. Conforme a ordem da predestinação, Deus, com sua vontade, antecedente, quer manifestar sua glória pela misericórdia, elegendo muitos dentre os caídos e providenciando redenção a estes, e sua justiça, deixando outros aos seus próprios pecados. No entanto, entendemos a salvação em três modos: destinação, aquisição e aplicação. Então há três decretos em relação a ela: eleição, redenção e vocação. Assim, Deus, por sua eterna bondade, mostra sua misericórdia à raça humana, pois dado que todos caíram, a humanidade inteira estaria destinada ao inferno. Deus, então, elege incondicionalmente a muitos, para evitar a tragédia da humanidade inteira se perder, e a outros ele "passa por cima", e entrega aos seus próprios caminhos, para executar seu juízo. Isso servirá como um meio de lembrar ao homem no futuro que o pecado não fica sem punição, pois se todos são salvos, os seres humanos poderiam pensar que nada acontece caso pequem, já que todos foram salvos. Mas, visto que ele não poderia exercer misericórdia sem livrá-los da ira divina, então decreta a morte do Cordeiro, que será o expiador dos pecados dos eleitos, adquirindo para eles salvação, fé e santificação. Após a criação, queda, eleição e reprovação, morte de Cristo, temos o chamado eficaz, no qual Deus concede a graça eficaz para todos os eleitos, por ocasião da pregação da Palavra de Deus. Através da graça, ao homem é dada fé, arrependimento e justificação, tudo pelo mérito de Cristo, que salva o eleito incondicionalmente. Não há espaço para previsão de méritos. A reprovação prevê méritos somente no tocante ao pecado original, que é condenatório, visto que todos já eram perdidos por seus próprios méritos, continuam assim. A isso chamamos de dupla predestinação assimétrica. A dupla predestinação simétrica, posicionamento em que Deus elege ativamente e reprova ativamente, sem previsão alguma de mérito, foi condenada no Sínodo de Dort, portanto, o calvinismo oficial defende que Deus elege ativamente, e aos outros ele somente deixa entregues à sua própria miséria, que entrou por conta própria. Cai aqui um mito, a de que Deus criou pessoas para ir para o inferno, se não que as pessoas caíram por sua própria vontade, se lançando ao inferno, e Deus agora usa de sua misericórdia, salvando muitos com sua graça. João Calvino diz:

> Portanto, se alguém nos acometer com palavras desta natureza: Por que Deus no início predestinou alguns à morte, os quais, como ainda não existissem, não podiam ainda ser merecedores de juízo de morte, à guisa de resposta lhes indaguemos, por nossa vez, se pensam que Deus deve algo ao homem, caso o queira estimar por sua

própria natureza? Como estamos todos infeccionados pelo pecado, não podemos deixar ser odiosos a Deus, e isso não por crueldade tirânica, mas por razão de justiça mui equitativa. Porque, se todos são passíveis de juízo de morte, por condição natural, os que o Senhor predestina à morte, pergunto de que iniquidade sua para consigo, se hajam de queixar-se?[314]

Continua o reformador:

Ora, se nós não estamos realmente envergonhados do Evangelho, precisamos necessariamente reconhecer o que está nele abertamente declarado: que Deus, por sua eterna bondade (para a qual não houve nenhuma causa senão seu próprio propósito), nomeou aqueles que quis para a salvação, rejeitando todos os demais; e que aqueles a quem ele abençoou com essa livre adoção para serem seus filhos ele ilumina pelo seu Santo Espírito, para que possam receber a vida que lhes é oferecida em Cristo; enquanto que outros, continuando de vontade própria em descrença, são deixados destituídos da luz da fé, em escuridão total.[315]

O Dr. Sproul emite o parecer:

A teologia reformada clássica rejeita a doutrina de ultimação igual.[316] Embora alguns tenham rotulado essa doutrina de “hipercalvinismo”, eu prefiro chamá-la de “subcalvinismo”, ou, até mais precisamente, “anticalvinismo”. Ainda que o calvinismo certamente mantenha uma espécie de predestinação dupla, ela não abraça a ultimação igual. A visão reformada faz uma distinção crucial entre os decretos positivos e negativos. Deus decreta positivamente a eleição de alguns e negativamente decreta a reprovação de outros. A diferença entre positivo e negativo não se refere ao final (conquanto o resultado de fato seja ou positivo ou negativo), mas à maneira pela qual Deus faz acontecer seus decretos na História.[317]

Francis Turretin diz:

Segundo essa ordem, o primeiro decreto relativo a nos diz respeito à criação do homem. O segundo diz respeito à permissão de sua queda, pela qual ele arrastou consigo a ruína e destruição toda sua posteridade. O terceiro diz respeito à eleição para a salvação de alguns dentre a raça humana caída e ao abandono dos demais a sua corrupção e miséria naturais. O quarto diz respeito ao envio de Cristo ao mundo como Mediador e Fiador dos eleitos. Havendo apaziguado a justiça de Deus por sua perfeitíssima obediência, Cristo obteve somente para eles a plena salvação. O quinto diz respeito a sua vocação eficaz pela pregação do evangelho e pela graça do Espírito Santo, dando-lhes fé, justificação, santificação e, por fim, glorificação.[318]

Assim também está nos Cânones de Dort:

> 7. Esta eleição é o imutável propósito de Deus, pelo qual ele, antes da fundação do mundo, escolheu um número grande e definido de pessoas para a salvação, por graça pura. Estas são escolhidas de acordo com o soberano bom propósito de sua vontade, dentre todo o gênero humano, decaído pela sua própria culpa de sua integridade original para o pecado e a perdição. Os eleitos não são melhores ou mais dignos que os outros, porém envolvidos na mesma miséria dos demais. São escolhidos em Cristo, quem Deus constituiu, desde a eternidade, como Mediador e Cabeça de todos os eleitos e fundamento da salvação.[319]

> 10. A causa desta eleição graciosa é somente o bom propósito de Deus. Este bom propósito não consiste no fato de que, dentre todas as condições possíveis Deus tenha escolhido certas qualidades ou ações dos homens como condição para salvação. Mas este bom propósito consiste no fato de que Deus adotou certas pessoas dentre da multidão inteira de pecadores para ser a sua propriedade.[320]

Ao posicionamento em que Deus elege homens dentre os caídos, chama-se infralapsarianismo[321], e o que ensina que Deus elegeu e reprovou sem levar em consideração a queda, é o supralapsarianismo. A posição supralapsariana não foi diretamente condenada em Dort, mas foi condenado a dupla predestinação simétrica. Como a dupla predestinação simétrica é condição *sine qua non* do supralapsarianismo, então, por consequência, ele foi condenado.

O reverendo Franklin Ferreira também observa:

> A maioria dos teólogos reformados afirmou a posição infralapsariana, e todas as confissões reformadas também a ensinam, contudo, sem condenar o supralapsarianismo. Entre os teólogos que defenderam o conceito infralapsário podem ser mencionados Agostinho, François Turretini, Charles Hodge, A. A. Hodge e B. B. Warfield. Entre as confissões reformadas, destacam-se a Confissão Belga (artigo 16), o Catecismo de Heidelberg (pergunta 54), os Cânones de Dort (1.7-10), a Confissão de Westminster (artigo UI) e o Breve Catecismo de Westminster (perguntas 19 e 20). [322]

Discordamos em parte do reverendo Franklin Ferreira. Por questões lógicas A e ~A não podem ser verdadeiros ao mesmo tempo. À medida que se afirma um, se nega o outro. Vejam, não estamos afirmando que quando se

afirma algo, automaticamente se nega outro, isso não é absoluto em todas as situações. Por exemplo, se afirmamos: Fulano de Tal toca violão. De modo algum eu estou negando que ele possa também tocar outro instrumento, mas estaria negando que ele não sabe tocar violão, pois é o mesmo objeto e o mesmo sentido. Se um homem diz que é casado, segue-se que ele não é solteiro. Assim, se o supralapsarianismo é inconciliável por ser o oposto do infralapsarianismo, então não há como afirmar um, sem negar o outro, é impossível. Portanto, na contramão de alguns mestres, afirmamos que sim, o supralapsarianismo foi condenado pelas confissões e Sínodo de Dort, não podendo ser um posicionamento calvinista confessional. Trataremos disso mais a frente.

Concluindo. Não há espaço para uma vontade salvífica de todos os homens, muito menos antes do decreto de permissão da queda, quando não se havia perdidos. Embora seja da vontade de Deus o bem de todos os homens, não há necessidade de uma vontade antecedente que queira salvar todos os homens, pois Deus não os criou perdidos. Portanto, acreditamos que a vontade salvífica estaria para com homem depois da queda, e como todos não se salvaram, como atesta as Escrituras, Deus não elegeu todos, mas somente uma parte da humanidade. Assim, nos livramos de todos os problemas que a doutrina da vontade antecedente e consequente, considerando uma expiação ilimitada, nos traz. Embora possamos endossá-las em outros sentidos cujos meios usados por Deus sejam coerentes com seus propósitos.

1.7 – O Infralapsarianismo é o posicionamento das Escrituras e nossa tradição? Isso afirmamos

A Confissão de Fé de Westminster, na sua Seção 3.6, endossa o infralapsarianismo, quando diz que os eleitos se achavam caídos em Adão:

> VI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

A Confissão de Fé Gaulesa, escrita pelo próprio reformador João Calvino, na sua Seção 12, ensina que:

> Nós cremos que desta corrupção e condenação geral na qual todos os homens estão mergulhados, Deus tira os que, em seu conselho eterno e imutável, ele elegeu por sua bondade e misericórdia em nosso Senhor Jesus Cristo, sem considerar suas obras, deixando os outros naquela mesma corrupção e condenação, para demonstrar neles Sua Justiça, como aos primeiros ele fez resplandecer as riquezas de sua misericórdia.

Francis Turretin diz:

> Segundo essa ordem, o primeiro decreto relativo a nós diz respeito à criação do homem. O segundo diz respeito à permissão de sua queda, pela qual ele arrastou consigo à ruína e destruição toda sua posteridade. O terceiro diz respeito à eleição para a salvação de alguns dentre a raça humana caída e ao abandono dos demais à sua corrupção e miséria naturais. O quarto diz respeito ao envio de Cristo ao mundo como Mediador e fiador dos eleitos. Havendo apaziguado a justiça de Deus por sua perfeitíssima obediência, Cristo obteve somente para eles a plena salvação. O quinto diz respeito à sua vocação eficaz pela pregação do evangelho e pela graça do Espírito Santo, dando-lhes fé, justificação, santificação e, por fim, glorificação.[323]

Na ordem lógica (na eternidade) dos decretos no infralapsarianismo, conforme defendido por Francis Turretin, temos:

1 – Decreto de criar.
2 – Decreto de permissão da queda.
3 – Decreto de eleição e reprovação.
4 – Decreto de enviar a Cristo (morte do Cordeiro).
5 – Vocação eficaz (emissão da graça eficaz para que os eleitos obedeçam ao chamado do evangelho).

Na Escritura, a eleição sempre aparece em relação a uma massa caída. Nós sempre somos tirados do mundo, escolhidos do mundo, ou seja, a Escritura é exaustiva em afirmar que o decreto de eleição veio depois da queda. A Escritura é clara quanto a isso, pois nunca apresenta os eleitos como pessoas não caídas. Como São Paulo afirma:

> “Ele vos vivificou, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais outrora andastes, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que agora opera nos filhos de desobediência, entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais. Mas

> Deus, sendo rico em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou, estando nós ainda mortos em nossos delitos, nos vivificou juntamente com Cristo {pela graça sois salvos}" (Ef 2.1-5).

Nós éramos filhos da ira, mas se fomos amados eletivamente antes da queda, então é impossível que tenhamos sido filhos da ira algum dia. Deus jamais levaria em consideração qualquer pecado, pois teríamos sido amados independente de nossos pecados. Mas esse não é o ensino cristão. O ensino cristão diz que somos amados apesar de nossos pecados, não independente deles, pois São Paulo afirma: "Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios. Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer. Mas Deus prova o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores" (Rm 5.6-8), ou seja, a prova do amor de Deus para conosco é que APESAR de pecadores, ele nos amou, mas o texto diz mais, ele diz que essa é a prova de que Deus nos amou, portanto, uma eleição sem previsão de queda, é uma eleição sem misericórdia e sem amor e também sem justiça, visto que, os reprovados, nesse caso, são reprovados sem pecado, eles simplesmente seriam criados para serem destruídos. A Escritura continua a afirmar que fomos escolhidos dentre a massa caída: "Se fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu; como, todavia, não sois do mundo, pelo contrário, dele vos escolhi, por isso o mundo vos odeia" (Jo 15.19).

Eleger e reprovar só faz sentido se for depois da queda, pois, somos eleitos para sermos salvos, e seremos salvos de que se ainda não há queda? E seremos reprovados pelo que se ainda não há pecado? Lembrando que não estamos falando do evento no tempo, mas da emissão do decreto na eternidade. O infralapsariano não diz que Deus elegeu os homens depois do acontecimento da queda no tempo, mas que Deus, ao eleger, contemplou esses homens já caídos. Isso significa que, na eternidade, ele primeiro decretou permitir a queda, e somente no outro momento lógico ele emitiu o decreto da eleição. Todos os decretos são emitidos na eternidade, a essa ordem de emissão dos decretos na eternidade, chamamos de ordem lógica. Já aos acontecimentos no tempo, o que há são as execuções dos decretos. A Escritura atesta isso, pois ensina que o Reino foi preparado para os eleitos desde a fundação do mundo (Mt 25.34). A Escritura ressalta que fomos escolhidos antes da fundação do mundo (Ef 1.4); que a graça foi dada em Cristo antes dos tempos eternos (2Tm 1.9); e que Cristo foi preordenado por

Deus antes da fundação do mundo (1Pe 1.20). Também é dito que "Conhecidas são a Deus, desde o princípio do mundo, todas as suas obras" (At 15.18).

Turretin explica que a eleição dos homens é feita em Cristo (Ef 1.4), daí conclui que, por isso, ela considera o homem já caído, porque o homem não pode ser eleito em Cristo exceto para ser redimido e santificado por ele.[324] No entanto, não há ainda o decreto da morte do Cordeiro, que diz respeito ao modo de remissão, que só vem depois da eleição. São João ensina que "todo o que o Pai me dá virá a mim; e o que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora" (Jo 6.37), e "Manifestei o teu nome aos homens que do mundo me deste; eram teus, e tu mos deste, e guardaram a tua palavra" (Jo 17.6). O Pai deu ao Filho, na eternidade, aqueles que deveriam ser salvos, o nome disso é eleição. Se o Pai deu ao Filho aqueles que eram do mundo, então os eleitos só podem ser vistos como caídos, e são eleitos para a remissão, pois o texto é claro: "Manifestei o teu nome aos homens que do mundo me deste" (Jo 17.6). Então Deus elege para ser remido, e somente depois decreta o modo de remissão, assim permanece que o decreto da morte do Cordeiro é posterior ao decreto da eleição.

1.8 – A impossibilidade do supralapsarianismo

O supralapsarianismo é uma variação do pensamento reformado, mas que não é confessional. Para os supralapsarianos, a ordem lógica dos decretos (antes da criação na eternidade) é a seguinte:

1) Eleger alguns homens que seriam criados para a vida, e condenar outros para a destruição.

2) Criar toda a humanidade: os eleitos e os reprovados.

3) Decretar a queda.

4) Prover um Redentor para os eleitos.

5) Enviar o Espírito Santo para aplicar a redenção obtida por Cristo, no coração dos eleitos.

Apresentaremos pelo menos duas objeções. A primeira é que no ponto 1, temos um sério problema. Esse ponto afirma que Deus elege homens que ainda não o são. Relembrando que o conhecimento de Deus de um evento certo no futuro só se dá por ocasião da emissão do decreto. Só existe presciência por decreto. Mas se Deus emite o decreto de eleger homens, antes de emitir o decreto de criar homens, então Deus tem por certo o evento futuro

da criação de homens, sem decretar a esse evento futuro, o da existência dos mesmos. Ou seja, caímos no erro arminiano ou molinista de atribuir a Deus um conhecimento de evento futuro como certo, sem a necessidade de um decreto.

A tentativa de resolução desse problema é infrutífera. Os autores teriam que provar que Deus conhece o futuro sem decreto, o que seria um suicídio intelectual para um calvinista. Os autores[325] costumam argumentar que ao eleger, Deus pressupõe a existência dos homens, ou que ele já tem a pretensão de criar homens ao eleger. O problema é que pressuposição, intenção e pretensão não são decretos. Dizer que Deus pode conhecer o futuro certo por outro meio que não seja o decreto, é afirmar que existem acontecimentos determinados no futuro, que não foi Deus quem determinou, já que não há determinação do futuro sem decreto. Mas se a pressuposição de Deus já é suficiente para tornar o ato certo, então temos duas situações: ou o decreto é desnecessário, visto que só precisamos de intenções e pressuposições, ou, intenção e pressuposição tem valor de decreto, pois são suficientes para tornar um evento futuro certo, o que nos levaria fatalmente à conclusão de que se Deus decreta a eleição pressupondo a criação, então a criação foi decretada antes da eleição, pois a criação já era tomada como certa, através da pressuposição, antes da própria eleição. Nesse caso, o sistema todo cai. Estamos diante de um problema insolúvel, o que torna o supralapsarianismo alto metafisicamente impossível.

Um não ente não pode ser alvo de predestinação. Deus não pode eleger um objeto que não é passível de eleição. Quando se elege, elege alguém, mas se não tem ainda o alguém, o que se elegeu? Vincent Cheung ao responder essa objeção, diz o seguinte:

> Desde que eu tenho abordado isso claramente e em vários lugares, não vou repetir aqui. Eu gostaria de observar que, quando se trata deste tópico, os teólogos parecem se tornar sobrenaturalmente estúpidos. É como se eles se tornassem possuídos por algum demônio estúpido. Qualquer predestinação deve primeiro aplicar-se a uma não-entidade, e isso é especialmente verdadeiro quando se trata de Deus.
> Caso contrário, isso significaria que, no momento em que Deus cria algo, ele mesmo não sabe por que está criando ou o que faria com ele. Se ele sabe por que ele está criando algo ou o que ele faria com ele, ou o propósito para isso, isso é predestinação. [326]

Ao que respondemos que Cheung não entendeu o argumento. Há uma

existência\presença física e objetiva das coisas na eternidade de Deus. Esta presença, no entanto, não se trata de uma produção antecipada delas daquela que se dá no tempo, mas sim de seu ser de criatura, embora não medido pelo tempo, mas pela eternidade que mede os decretos divinos. Essa objeção dos supralapsários não levam em consideração que os decretos divinos podem ser considerados distintamente quanto a ordem da intenção, que se realizam na eternidade e se identificam com a essência mesma de Deus, e quanto a ordem da execução, que correspondem a uma aparição determinada no tempo. Quando Deus produz efetivamente alguma coisa, esta produção se trata da correspondência passiva de um decreto que ativamente se realizou na eternidade. Toda produção *ad extra* (para fora) de Deus (por exemplo, a criação, pré-moção, o concurso, conservação) corresponde ativamente aos decretos da ordem da intenção. Então Cheung erra feio ao não entender que um ente, para ser alvo de um decreto, só precisa ter como certa sua existência na mente divina, não precisando que ela de fato exista no tempo, pois de outra forma, o decreto de nada valeria. Mas, vejam: O Cordeiro de Deus padeceu antes da criação do mundo (ou desde). Isso antes de ele existir no tempo. Mas se o Cordeiro só se torna um ente quando existe no tempo, então ele também não poderia ser alvo do decreto. É básico em filosofia que a essência precede a existência. Então, Cheung deverá provar como que a existência precede a essência, visto que, para ele, um ente só é ente se existir no tempo. Peguemos outro exemplo: Suponhamos que Deus pense em criar uma espada de aço. Será que tem como Deus pensar tal coisa sem ter como certa a existência do aço? Ora, se Deus pensou em uma espada de aço, então o aço já existe na mente de Deus, pois, de outra forma, Deus não poderia pensar no aço. Além do mais, em um ser composto, as partes são sempre maiores que o todo, pois as partes são causa do todo. Então como pode Deus pensar em um objeto composto sem pensar antes em suas partes? Seria como dizer que o efeito precede a causa, o que é absurdo.

Agora, relembrando algo sobre os decretos. Um decreto ativo é quando Deus não só sustenta, preserva e move, tornando possível o ato, mas também oferece o material para que seja feita a sua vontade. Por exemplo, no decreto da salvação, Deus coloca o material da bondade no homem, já que esse sempre se afasta de Deus, e, por isso, o homem, agora com o bem, vai querer a Deus. Por isso, Deus se torna uma causa geral e também formal do ato bom, e é por essa razão que agradecemos a Deus quando uma pessoa faz o bem, isso é também conhecido como concurso particular ou providência particular.

No decreto permissivo, Deus apenas sustenta, preserva e move, mas não provê o material que dará a definição do ato. É o que acontece nos atos maus. O homem já é mau, e Deus não precisa colocar o mau naquele homem. Assim, Deus é a causa geral do ato pecaminoso, mas não é a causa formal daquele ato. Isso é também conhecido como concurso particular ou providência particular.

Pois bem, se o decreto da eleição e reprovação foram antes da queda, então segue-se que o decreto para reprovação foi ativo, já que não tinha o material da queda pré-existente para que houvesse uma causa formal para a reprovação. Nesse caso, Deus passa a ser a causa formal do mal da reprovação e do mal da queda, visto que agora, que o reprovado existe, a queda se torna algo necessário. Portanto, a necessidade de decreto ativo. Qualquer supralapsariano que afirma que Deus permitiu a queda cai em incoerência, pois uma vez que Deus decretou reprovação antes da queda, Deus não mais quer a queda livremente, pois ela não pode mais não ser, e a vontade de Deus passa a impor necessidade à queda. Isso transforma Deus no autor do pecado, pois ele seria a causa formal do ato pecaminoso, não só a causa geral, como acontece nos decretos permissivos.

Assim, o supralapsariano tem duas opções: negar que Deus seja o autor do pecado, e aí sua teoria cai por terra, pois não poderá haver decreto ativo para a reprovação e para a queda. Ou dizer que Deus está acima das leis que ele criou (como já ficou refutada esse posicionamento chamado *Ex Lex*). Dizendo isso, ele destruirá o conceito de Deus. Deus é um ser absolutamente simples, nele seus atributos e sua essência se identificaram totalmente. Se eu digo que Deus não está sujeito à sua lei, eu crio uma dualidade que separa o atributo da essência, colocando em Deus um acidente. Tudo que tem acidente é composto, e tudo que é composto é imperfeito, e tudo que é imperfeito é causado, e Deus deixa de ser a causa primeira. Se essa justificativa (*Ex Lex*) para Deus não se tornar o autor do pecado, caso ele mande o homem pecar, estiver certa, no caso de Deus não se sujeitar às regras dele mesmo, então o conceito cristão de Deus simplesmente deixa de existir, pois será colocado nele composição e, portanto, imperfeição. Adorarás a um Deus imperfeito, com carência de criatura.

Segue-se daí três opções para o supralapsariano, neste momento, dizer que Deus se agrada do pecado, pois foi causa formal dele. Nesse caso, não haveria razões para qualquer homem não pecar. Segundo, dizer que apesar de Deus ser causa formal do pecado, ele não é autor do pecado, o que seria

contraditório, e destruiria o sistema. Ou terceiro, adorar um Deus imperfeito ao colocar acidente nele. Dessa forma, fica estabelecido que o supralapsarianismo é simplesmente um sistema impossível logicamente.

A terceira objeção é que Deus condena homens inocentes, pois, logicamente ele reprova o ser humano antes da queda. Vejam. O Senhor Jesus ao contar uma parábola sobre um Juiz iníquo, apresenta o Pai como um justo juiz (Lc 18.6-7), e também diz que o mau pai sabe dar boas dádivas aos seus filhos, quanto mais o Pai celestial (Lc 11.13). No mesmo sentido, se um juiz terreno, que é corruptível, seria considerado injusto ao condenar alguém sem culpa, quanto mais o nosso Pai do céu que é o perfeito Juiz! Não podemos admitir que existam homens melhores moralmente do que Deus. No entanto, se afirmarmos uma emissão de decreto de condenação antes da emissão do decreto da queda, teremos o perfeito Juiz condenando sem culpa, o que tornaria muitos homens que esse autor conhece, mais dignos que tal Juiz.

O versículo prova mais usado pelos supralapsarianos para provar sua doutrina é o de Romanos 9.11-13, que diz: “Porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), foi-lhe dito a ela: O maior servirá ao menor. Como está escrito: Amei a Jacó, e odiei a Esaú”. Daqui é deduzido que se Deus amou a um e odiou ao outro antes deles nascerem, isso implica que ele não levou em consideração a queda ou o pecado original dos dois, mas essa conclusão não segue das premissas (*non sequitur*). Deus já está trabalhando com uma massa caída, pois Jacó e Esaú são pessoas caídas, e Deus não via neles o pecado atual, mas o pecado original. A reprovação é baseada no pecado original, não no pecado atual, pois, pecados atuais todos temos, mesmo depois de salvos. Portanto, não podem ser eles a causa principal de nossa condenação, mas o pecado original sim, pois uma pessoa não convertida (não livre do pecado original) pode ser muito boa, mas jamais será salva, mesmo que ela conseguisse, se isso fosse possível, atingir um padrão moral de modo a não transgredir a lei. Por isso, devemos nos atentar que os pecados atuais não são levados em consideração no decreto de reprovação, mas sim o pecado original. Quando São Paulo diz que Deus não levou em conta os atos deles, bons ou ruins, ele estava falando dos pecados atuais, dos atos maus ou bons que fazemos no dia a dia, não está falando de forma alguma da natureza herdada da queda. O que se tem ali são dois homens caídos, e Deus agora diz: vou eleger um e

reprovar o outro sem levar em conta o que eles fizeram (visto que o pecado original não foi cometido por nós, mas por Adão). Vejam: se o pecado original não foi cometido por nós, qual a necessidade de São Paulo dizer nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama)? Observem, claro como água limpa, que Paulo não se refere ao pecado herdado da queda, mas às boas ou más obras que são praticadas. Portanto, Paulo fala de um pecado atual, não de um pecado original. Assim, concluímos que o texto não apoia o supralapsarianismo, pois não se extrai do texto que São Paulo se refere ao pecado original, e se o debate entre supralapsarianismo e o infralapsarianismo está na ordem lógica do decreto relativo ao *lapsu* (queda), então só se deve levar em consideração, nesse debate, a queda, e, por consequência, o pecado original, não os pecados atuais.

A ordem dos decretos ali apresentada é do que se chama supralapsarianismo alto, mas existe outro tipo de supralapsarianismo, que postula uma ordem de decretos assim:

1 – Decreto de criar.

2 – Decreto de eleger e reprovar.

3 – Decreto da queda (alguns dizem que Deus permitiu a queda).

4 – Decreto de justificar os eleitos e condenar os reprovados.

Esse segundo modelo é mais sofisticado, pois não cai no erro de postular um decreto de um não *ens*, ou seja, decreto baseado na suposição da existência dos homens, sem o decreto de criar. Mas ainda persiste todo o problema do decreto de eleger pessoas não pecadoras, de reprovar pessoas não culpadas, de tornar a queda um evento necessário. Portanto, Deus deve ser a causa ativa de tal decreto, tornando Deus causa formal da queda e, portanto, o autor do pecado. Isso foi argumentado o parágrafo anterior.

1.9 – Negamos o amyraldismo

O Amyraldismo é a doutrina de Moisés Amyraut (1596-1664), conhecida como calvinismo de quatro pontos. Defendem uma expiação ilimitada e uma vontade salvífica universal. Igual ao supralapsarianismo, é uma variação do pensamento reformado que não é confessional, no entanto o amyraldismo é infralapsariano.[327] Nesse sistema, segundo A. H. Strong[328], a ordem dos decretos é:

1. Decreto de criar;

2. Decreto de permitir a queda;
3. Decreto de prover em Cristo uma salvação suficiente para as necessidades de todos;
4. Decreto de assegurar a verdadeira aceitação de tal salvação para alguns, ou, em outras palavras, o decreto da Eleição.

Esse posicionamento defende que existe em Deus uma vontade salvífica a todos os homens, e que os eleitos são enxertados em Cristo. O posicionamento de uma vontade salvífica universal já foi rejeitado no tópico 1.6.3, onde tratamos da vontade antecedente e consequente, e esse sistema está passível das mesmas críticas ali estabelecidas. Só para demonstrar como o argumento do autor não se sustenta, A. H. Strong afirma em sua sistemática[329], que Deus chama a todos de forma sincera e que quer salvar a todos, mas só emite uma graça eficaz sobre alguns. Ora, se existe uma graça eficaz que tem o poder de salvar a todos, e Deus de fato quer salvar a todos, então por que Deus só emite essa graça sobre alguns? A conclusão é óbvia. Deus não quer salvar a todos! Se Deus não quer salvar a todos, segue-se que Jesus não morre por todos, é simples o raciocínio.

2 – Doutrina da Trindade

2.1 – Não há contradição entre Trindade e simplicidade. Trindade não é uma composição em Deus – contra Testemunhas de Jeová[330] e outras seitas

É comum a alegação Jeovista de que a doutrina da Trindade nos leva ao politeísmo.[331] Os mesmos imaginam que a doutrina da Trindade leva à composição de Deus e que Deus, na verdade, seria composto por três deuses, caso fosse Trino. Essa objeção não se sustenta, ao confundir triteísmo com Trindade, nem afeta a simplicidade divina. A simplicidade de Deus é quanto à essência[332], embora haja três pessoas, as três compartilham a mesma essência. Há uma contradição entre triteísmo e simplicidade, mas não há contradição[333] entre Trindade e simplicidade (unidade), já que as pessoas da Trindade têm a mesma essência. Assim temos que Deus é uno em essência e trino em pessoa. Francis Turretini explica que:

> Simplicidade e triplicidade são tão mutuamente opostas que não podem subsistir ao mesmo tempo (porém não simplicidade e Trindade, porque são expressas em aspectos diferentes): simplicidade, com respeito a essência; Trindade com respeito as pessoas. Nesse sentido, nada impede Deus (que e uno em essência) de ser três pessoas.[334]

Na Trindade temos pessoas distintas com uma única essência, distinção não é composição. Portanto, a Triunidade de Deus não impõe sobre ele composição. "A propriedade pessoal do Filho não torna sua essência diferente da do Pai; tampouco de uma essência simples se faz uma composta, pois nada real é acrescido à essência, antes, apenas torna o Filho distinto do Pai. Distinção não é composição".[335] Bavinck explica:

> A simplicidade não é inconsistente com a doutrina da Trindade, pois o termo "simples" não é um antônimo de "duplo" ou de "triplo", mas de "composto". Deus não é composto por três pessoas, nem cada pessoa é composta do ser e dos atributos pessoais dessa pessoa, mas o ser não-composto (simples) de Deus existe em três pessoas.[336]

Para exemplificar melhor a diferença entre distinção e composição, podemos dizer que não há mal algum em distinguir a alma de um homem e o seu corpo, mas se separá-los, cometeríamos um assassinato, assim como Cristo, que tinha duas naturezas, uma divina e uma humana, mas se as separássemos cairíamos em nestorianismo.

A CFW ensina que:

> Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade – Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém – não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.[337]

Na CFW, a palavra substância[338],[339] tem o mesmo significado de essência, seguindo uma tradição agostiniana que equivale as duas palavras:

> O Pai, o Filho e o Espírito Santo, isto é, a própria Trindade, una e suprema realidade, é a única Coisa a ser fruída [*una quaedam summa res*], bem comum de todos. Se é que pode ser chamada Coisa e não, de preferência, a causa de todas as coisas – se também puder ser chamada causa. Não é fácil encontrar um nome que possa convir a

> tanta grandeza e servir para denominar de maneira adequada a Trindade. A não ser que se diga que é um só Deus, de quem, por quem e para quem existem todas as coisas (Rm 11.36). Assim, o Pai, o Filho e o Espírito Santo são, cada um deles, Deus. E os três são um só Deus. Para si próprio, cada um deles é substância completa e, os três juntos, uma só substância.[340] O Pai não é o Filho, nem o Espírito Santo. O Filho não é o Pai, nem o Espírito Santo. E o Espírito Santo não é o Pai nem o Filho. O Pai é só Pai, o Filho unicamente Filho, e o Espírito Santo unicamente Espírito Santo. Os três possuem a mesma eternidade, a mesma imutabilidade, a mesma majestade, o mesmo poder. No Pai está a unidade, no Filho a igualdade e no Espírito Santo a harmonia entre a unidade e a igualdade. Esses três atributos todos são um só, por causa do Pai, todos são iguais por causa do Filho e todos são conexos por causa do Espírito Santo.[341]

Então, quando tratamos de Trindade, estamos tratando de um Deus único, mas que essencialmente pode ser distinto em três pessoas, mas não é composto por três pessoas, pois não é soma de três. A. H. Strong, eminente teólogo Batista, concorda e esclarece o arrazoado acima quando diz:

> Por um lado a doutrina da Trindade não afirma que as três pessoas estão unidas numa pessoa, ou três seres num só ser, ou três deuses num só Deus (triteísmo); nem, por outro lado, que Deus simplesmente se manifesta de três diferentes modos (trindade modal, ou de manifestações); mas, em vez disso, que há três eternas distinções na substância de Deus.[342]

Desse modo, deve-se evitar cometer o erro de afirmar que Deus é composto por três pessoas, mas antes, deve-se afirmar que há três distinções na substância ou essência de Deus. O credo de Atanásio escreve:

> 3. Mas a fé universal é esta, que adoremos um único Deus em Trindade, e a Trindade em unidade. 4. Não confundindo as pessoas, nem dividindo a substância. 5. Porque a pessoa do Pai é uma, a do Filho é outra, e a do Espírito Santo outra. 6. Mas no Pai, no Filho e no Espírito Santo há uma mesma divindade, igual em glória e co-eterna majestade. 7. O que o Pai é, o mesmo é o Filho, e o Espírito Santo. 8. O Pai é não criado, o Filho é não criado, o Espírito Santo é não criado. 9. O Pai é ilimitado, o Filho é ilimitado, o Espírito Santo é ilimitado. 10. O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno. 11. Contudo, não há três eternos, mas um eterno. 12. Portanto não há três (seres) não criados, nem três ilimitados, mas um não criado e um ilimitado. 13. Do mesmo modo, o Pai é onipotente, o Filho é onipotente, o Espírito Santo é onipotente. 14. Contudo, não há três onipotentes, mas um só onipotente. 15. Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus. 16. Contudo, não há

três Deuses, mas um só Deus.[343]

João Calvino explica:

Mas Deus se designa também por outra marca especial, mediante a qual possa ele ser distinguido mais precisamente. Ora, ele se proclama como sendo o único em termos tais que nos levam a considerá-lo em três pessoas distintas, as quais, se não as reconhecemos, no cérebro nos revolve apenas o nome de Deus, desnudo e como um vácuo, sem o Deus real. Contudo, para que alguém não imagine um Deus tríplice ou conclua que a essência singular de Deus seja parcelada pelas três pessoas, aqui nos deparamos com a necessidade de buscar uma definição breve e fácil, que nos ponha a salvo de todo erro.[344]

E também:

Além disso, esta distinção (entre relacionamento hipostático e unidade consubstancial) está bem longe de contraditar a simplicíssima unidade de Deus, que se permita daí provar que o Filho é um só e único Deus com o Pai, porquanto, a um tempo, com ele compartilha de um só e único Espírito, mas o Espírito não é algo diverso do Pai e do Filho, visto ser ele o Espírito do Pai e do Filho. Com efeito, em cada uma das hipóstases se compreende, com isso, a natureza inteira, ou, seja, que subjaz a cada uma sua propriedade específica. O Pai está todo no Filho; o Filho, todo no Pai, como ele próprio também o declara: “Eu estou no Pai e o Pai está em mim” (Jo 14.10). E por essa causa os doutores eclesiásticos não admitem diferença alguma quanto à essência entre as Pessoas.[345]

2.2 – O Credo Niceno – a geração do Filho e processão do Espírito Santo envolve ou não uma comunicação de essência? A isso distinguimos os diferentes pontos de vista

Reza o Credo Niceno:

Creio em um Deus, Pai Todo-poderoso, Criador do céu e da terra, e de todas as coisas visíveis e invisíveis; e em um Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, gerado pelo Pai antes de todos os séculos, Deus de Deus, Luz da Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado não feito, de uma só substância com o Pai; pelo qual todas as coisas foram feitas; o qual por nós homens e por nossa salvação, desceu dos céus, foi feito carne pelo Espírito Santo da Virgem Maria, e foi feito homem; e foi crucificado por nós sob o poder de Pôncio Pilatos. Ele padeceu e foi sepultado; e no terceiro dia ressuscitou conforme as Escrituras; e subiu ao céu e assentou-se à direita do Pai, e de

> novo há de vir com glória para julgar os vivos e os mortos, e seu reino não terá fim. E no Espírito Santo, Senhor e Vivificador, que procede do Pai e do Filho, que com o Pai e o Filho conjuntamente é adorado e glorificado, que falou através dos profetas. Creio na Igreja una, universal e apostólica, reconheço um só batismo para remissão dos pecados; e aguardo a ressurreição dos mortos e da vida do mundo vindouro.[346]

O Credo Niceno é derivado do credo de Niceia[347], que expressa a doutrina ortodoxa da Trindade contra o arianismo. João Calvino, embora endossasse tal Credo[348], teve certa dificuldade com a crença implícita do mesmo, pois, segundo ele, a afirmação de que o Filho seja eternamente gerado poderia trazer uma ideia de subordinação. No pensamento do reformador, a geração eterna do Filho só se dava enquanto Filho, não enquanto Deus. O Filho não poderia derivar ontologicamente do Pai porque se o Filho é Deus, ele deve ser independente (*autotheos*), Deus em si mesmo, não derivando sua essência de ninguém. Assim, quando se diz que o Filho é gerado pelo Pai e o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, a geração do Filho e a procedência do Espírito Santo, segundo a visão do exegeta, envolvia somente a comunicação de propriedades pessoais. Assim Calvino nega que a geração do Filho e a processão[349] do Espírito Santo envolvam uma comunicação de essência. Assim diz:

> Quanto à objeção de que, se Cristo é propriamente Deus, sua designação Filho de Deus seria improcedente, já foi respondida, visto que, em tal caso, se estabelece comparação de uma pessoa com outra, circunstância em que não se toma o termo Deus sem particularização; ao contrário, restringe-se ao Pai, em que ele é o princípio da Deidade, não por conferir essência ao filho e ao Espírito, como tartamudeiam os fanáticos, mas em razão de ordem hipostática.[350]

> Ora, somos ensinados nas Escrituras que Deus, no que respeita à essência, é um só e único, e daí ser ingênita a essência tanto do Filho quanto do Espírito. Como, porém, o Pai é primeiro em ordem… com razão… é tido por princípio e fonte da Deidade em seu todo. Portanto, afirmamos que a Deidade, em acepção absoluta, existe em si mesma, do que confessamos que também o Filho, até onde é Deus, existe por si mesmo, distinguida a acepção de pessoa; mas, até onde ele é o Filho, afirmamos que procede do Pai. Consequentemente, sua essência carece de princípio; da pessoa [isto é, com respeito à ordem], porém, Deus mesmo é o princípio.[351]

Calvino chama a doutrina da geração do Filho, como entendida pelo

Credo Niceno, de destestável:

> Também nada conseguem com esta outra cavilação: que Cristo foi Deus em função do próprio Pai. Ora, ainda que confessemos que, no tocante à ordem e gradação, no Pai está o princípio da divindade, contudo afirmamos ser este um constructo detestável: que a essência é própria só do Pai como se ele fosse deificador do Filho, porque, desse modo, ou a essência teria de ser múltipla ou a Cristo chamam Deus apenas em título e imaginação. Se admitem que o Filho é Deus, todavia em segundo plano em relação ao Pai, então a essência que no Pai é ingênita e não criada, nele terá sido gerada e criada.[352]

Calvino também diz que se o termo "gerado pelo Pai" significasse uma geração de essência, essa seria uma "doutrina tola" de "reduzido proveito" e "supérfluo enfado".[353]

Por outro lado, Francis Turretini concorda com Calvino que o Filho deva ser *autotheos*, independente, mas discorda de Calvino no tocante à comunicação de essência. Para Turretini o Filho, embora seja Deus em si mesmo, tem sua essência derivada do Pai como Filho, mas isso não implica em uma subordinação, pois a comunicação da essência do Pai para o Filho não era uma geração de uma nova essência. As nossas confissões podem se alinhar com qualquer um dos pensamentos, quando dizem:

> Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade – Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém – não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.[354]

Ou

> É apropriado ao Pai gerar o Filho, e ao Filho ser gerado do Pai, e ao Espírito Santo proceder do Pai e do Filho de toda a eternidade.[355]

Ao perguntar para Calvino o que ele entenderia desses textos, ele poderia dizer que o Filho é de fato gerado pelo Pai, mas que essa geração deveria ser entendida como uma comunicação de propriedades pessoais não como uma comunicação de essência. Para Calvino, essa geração refletia também o relacionamento eterno que o Filho tem com o Pai. Veja, a confissão pode ser interpretada dessa maneira. Ao perguntar a Turretini,

diferente de Calvino, ele diria que envolvia uma comunicação de essência.

No entanto, acreditamos que as confissões não estão do lado do grande reformador. Embora elas possam ser interpretadas da forma como o reformador acreditava, seria demasiadamente estranho que as confissões usassem a mesma linguagem do Credo Niceno e quisessem dizer algo diferente do que intentaram dizer os primeiros credos. Para Calvino, o termo "eterna geração" implicava em subordinação, portanto, o próprio uso do termo nas Confissões poderia gerar um desconforto para o reformador. No nosso ver, se Calvino diz endossar o Credo Niceno, mas rejeita a sua interpretação histórica, então estamos diante de uma contradição no pensamento do reformador, que talvez precise ser analisado com mais cautela. Além disso, podemos acrescentar dois pontos importantes:

1 – O Credo Niceno de fato indicou uma comunicação de essência, nesse caso, João Calvino não só rompeu com a tradição mais antiga, como dificilmente se contentaria com o mesmo linguajar nas confissões.

2 – A acusação que o reformador faz, parece não proceder, pois, o Credo Niceno nunca foi interpretado de forma a tornar o Filho menor que o Pai ou que gerar tenha um sentido de criar outro ser diferente em essência. Hilário de Poitiers, no séc IV, já explica que o termo "gerado", usado no Credo Niceno, não deve ser entendido que o Filho é produzido, mas que ambos têm a mesma essência invariável:

> O significado da palavra *homoousion* aqui não é que o Filho é produzido da natureza do Pai, a essência do Filho tendo nenhuma outra origem, e que ambos, então, possuem uma essência invariável? Assim como a essência do Filho não tem outra origem, nós podemos acreditar de forma correta que ambos são de uma essência, já que o Filho não poderia ser gerado de nenhuma substância que não a da natureza do Pai, que foi sua fonte.[356]

Atanásio escreveu:

> Nem a geração do Filho é como a geração de um homem a partir de seus pais, envolvendo Sua existência depois do Pai. Ao contrário ele é o rebento de Deus, e já que Deus é eterno e ele pertence a Deus como Filho, ele existe por toda eternidade. É característico dos homens, por causa das imperfeições de sua natureza, de gerar no tempo; mas o rebento de Deus é eterno, Sua natureza sendo sempre perfeita.[357]

Francis Turretini parece resolver a questão quando diz:

> Como toda geração indica uma comunicação de essência da parte do gerador para o gerado (pelo qual o gerado se torna como o gerador e compartilha a mesma natureza que ele), assim esta maravilhosa geração é corretamente expressa como uma comunicação de essência do Pai (pela qual o Filho possui indivisivelmente a mesma essência que ele e é feito perfeito como ele).[358]

Turretini continua explicando que essa geração deve ser eterna, pois, de outro modo, teria um início, e se tivesse um início não poderíamos sustentar a imutabilidade divina. Portanto, essa geração é eterna, não tem anterioridade nem posterioridade por estar fora do tempo. Além disso, essa comunicação de essência parece estar de acordo com as Escrituras: “pois assim como o Pai tem vida em si mesmo, assim também deu ao Filho ter vida em si mesmo” (Jo 5.26). No entanto, é salutar usar essa diferença entre Trindade ontológica e Trindade econômica, que será explicada mais adiante.

2.3 – Deus é único, mas é Trino – provas escriturísticas da unidade na pluralidade

Deus é um só, e não só em simplicidade, mas em existência, só existe um Deus, os outros são falsos deuses ou de fato inexistentes. Podemos ter um falso deus como Satanás, que é o deus deste século (2Co 4.4), que é apenas chamado de deus, mas não é deus em si mesmo, ele é uma entidade real, mas como deus, só existe para os que o seguem. Tem os deuses ídolos de madeira e gesso que são deuses que não existem na realidade, mas somente na imaginação humana. Assim, é importante distinguir o monoteísmo, politeísmo e o henoteísmo. Os cristãos são monoteístas, que é a crença de que existe somente um Deus. Os hindus são politeístas, que é a crença na existência de vários deuses e adoração de vários deuses. Existe também os henoteístas, que acreditam na existência de vários deuses, desde que só se adore um deles, as Testemunhas de Jeová se enquadram nesse último, pois, segundo eles, Jesus é um deus menor que o Deus Pai, e só o Pai é digno de adoração. Notem que o henoteísmo é um tipo de politeísmo, no entanto, a palavra politeísmo é mais empregada quando se acredita em vários deuses e também adoram vários deuses. Já no henoteísmo, crê-se na existência de vários deuses, mas somente um pode ser adorado.

A Escritura é clara quanto ao monoteísmo quando diz: “A ti te foi mostrado para que soubesses que o Senhor é Deus; nenhum outro há senão

ele” (Dt 4.35). “Eu sou o Senhor, e não há outro; além de mim não há Deus...” (Is 45.5), e “Ouve, ó Israel; o Senhor nosso Deus é o único (hb. *echad*) Senhor” (Dt 6.4). Deuteronômio 6.4 é um versículo que é indiscutivelmente monoteísta, mas atentem que a palavra “ÚNICO” é a palavra *echad* no hebraico. Essa palavra é a mesma usada em Gênesis 2.24: “deixa o homem pai e mãe, e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só [hb. *echad*] carne”. Aqui *echad*, ou único, é usada para designar a união de duas pessoas distintas. Notem que o homem e a mulher não passaram a ser a mesma pessoa por se tornarem “única” (*echad*) carne. *Echad* quer dizer (um), no entanto, ela significa que pode haver pluralidade na singularidade, pois o homem e a mulher, mesmo sendo distintos, são um (*echad*) quando se casam. Para designar uma unidade sem pluralidade, a palavra usada seria *yachid*, que é (um) no sentido de único, sem pluralidade. Assim, Deus é chamado de *echad*, que significa (um), mas com pessoas distintas, e o apóstolo Paulo sabia muito bem disso quando faz uma comparação entre a unidade de um casal e a unidade do Pai e o Filho. Vejam: “Mas quero que saibais que Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo” (1Co 11.3).

Notem que o apóstolo Paulo faz uma comparação entre o Pai e o Filho, e o homem e a mulher, o que nos leva ao seguinte silogismo:

1 – *Echad* é usado para dizer que homem e mulher são um.

2 – *Echad* é usado para dizer que Deus é único.

3 – Paulo compara a unidade de homem e mulher com a unidade do Pai e Jesus.

4 – Mesmo que homem e mulher sejam uma única carne, eles continuam sendo pessoas distintas, havendo uma pluralidade na singularidade.

5 – Logo, *echad*, pela própria Bíblia (e Bíblia interpreta Bíblia), significa unidade na pluralidade.

Notem que o conceito bíblico de monoteísmo aceita uma pluralidade, desde que essa seja em unidade, assim como o credo de Atanásio diz: que adoremos um único Deus em Trindade, e a Trindade em unidade. A própria palavra *Adonai*[359] é uma palavra no plural. A mesma Bíblia que diz único Deus, o Pai, também diz em Gênesis 1.26: “Também disse Deus [singular]: Façamos [plural] o homem à nossa [plural] imagem, conforme a nossa [plural] semelhança...”. Notem aqui a mudança do singular para o plural. Moisés não está usando o verbo no plural com *Elohim*, mas Deus está usando

um verbo e um pronome no plural, em referência a si mesmo. Ou seja, se o próprio Deus se refere a si mesmo no plural, então, quem somos nós para dizer o contrário? O próprio nome Jeová, que as Testemunhas de Jeová usam para designar o Pai, é um nome no plural. Mesmo assim, Deus continua sendo um. Há outros textos além desses. Após a queda do homem, Deus disse: “Eis que o homem se tornou como um de nós” (Gn 3.22). E algum tempo depois, quando o homem começou a construir a torre de Babel, o Senhor ordenou: “Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem” (Gn 1.7). Em cada caso, a pluralidade da divindade é enfatizada. Em sua visão do trono de Deus, Isaías ouviu o Senhor perguntando: “A quem enviarei, e quem há de ir por nós?” (Is 6.8). A pergunta a ser feita é como um profeta monoteísta poderia escrever sobre Deus no plural? A melhor saída lógica é a pluralidade na unidade.

2.4 – Entendendo a lógica da Trindade

Só existe um Deus:

- “Ouve, ó Israel; o Senhor nosso Deus é o único Senhor” (Dt 6.4).
- “Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens” (1Tm 2.5).

No entanto, há três que são chamados Deus. O Pai é Deus:

> “Jesus falou assim e, levantando seus olhos ao céu, e disse: Pai, é chegada a hora; glorifica a teu Filho, para que também o teu Filho te glorifique a ti; Assim como lhe deste poder sobre toda a carne, para que dê a vida eterna a todos quantos lhe deste. E a vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só, por único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17.1-3).

Jesus Cristo é o Filho de Deus, o que nos leva a concluir que o Pai é Deus, como está escrito:

> “Se admitirmos o testemunho dos homens, o testemunho de Deus é maior; ora, este é o testemunho de Deus, que ele dá acerca do seu Filho. Aquele que crê no Filho de Deus tem, em si, o testemunho. Aquele que não dá crédito a Deus o faz mentiroso, porque não crê no testemunho que Deus dá acerca do seu Filho. E o testemunho é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está no seu Filho. Aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida” (1Jo 5.9-12).

O Filho é Deus: “No princípio era o Verbo, o Verbo estava com Deus e

o Verbo era Deus” (Jo 1.1).[360],[361]

> “Depois disse a Tomé: Põe aqui o teu dedo, e vê as minhas mãos; e chega a tua mão, e põe-na no meu lado; e não sejas incrédulo, mas crente. E Tomé respondeu, e disse-lhe: Senhor meu, e Deus meu! Disse-lhe Jesus: Porque me viste, Tomé, creste; bem-aventurados os que não viram e creram” (Jo 20.27-29).

O Espírito Santo é Deus:

> “Disse então Pedro: Ananias, por que encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, e retivesses parte do preço da herdade? Guardando-a não ficava para ti? E, vendida, não estava em teu poder? Por que formaste este desígnio em teu coração? Não mentiste aos homens, mas a Deus” (At 5.3,4).

Mentir ao Espírito Santo equivale a mentir a Deus. Mentir é um ato ético, não tem como mentir a um objeto impessoal. Não se pode mentir para uma cadeira, ou mesa, ou a água. Portanto, o Espírito Santo não pode ser uma força impessoal, como dizem alguns; mas ele deve ser uma pessoa, contra quem se pode mentir, blasfemar (Mc 3.29), entristecer (Ef 4.30), etc.

Versículos onde aparece a Trindade:

> “E, respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; por isso também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lc 1.35).

> “E aconteceu que, como todo o povo se batizava, sendo batizado também Jesus, orando ele, o céu se abriu; E o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea, como pomba; e ouviu-se uma voz do céu, que dizia: Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo” (Lc 3.21,22).

> “Jesus respondeu, e disse-lhe: Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e viremos para ele, e faremos nele morada... Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito” (Jo 14.23,26).

> “Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19).

O versículo da fórmula batismal (Mt 28.19) é extremamente poderoso como versículo prova. Primeiro porque mostra uma tradição muito antiga de

fazer referência ao Pai, Filho e Espírito Santo como iguais, uma vez que todos são invocados pelo nome, em um mesmo contexto. Segundo que prova que o Espírito Santo é uma pessoa e não uma força, já que é citado da mesma forma que o Pai e o Filho, que são pessoas. Terceiro que, uma vez que o batismo é uma manifestação pública de fé em um Deus, e se ao manifestar a fé nesse Deus uno temos que ser batizado no nome de três, é óbvia a conclusão de que esse Deus são três e os três é Deus, pois se há uma só fé, há também um só Deus e um só batismo. Logo, ao sermos batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, reconhecemos nos três o único Deus. É digno de nota que não somos batizados nos nomes (no plural), mas no nome (singular), mostrando que os três são um. Arianos, para fugir do poder que esse versículo tem de destruir suas doutrinas, costumam dizer que esse texto é uma interpolação. No entanto, o erudito em grego, Dr. R. N. Champlin, desmente essa afirmação dizendo:

> A fórmula trinitariana existe em Mat 28.19 em todos os manuscritos. Tenho um livro que alista 2000 variantes no Novo Testamento e naquela publicação não há nenhuma evidência de que a fórmula trinitariana em Mateus fosse uma interpolação. Por outro lado, a data mais provável do Evangelho de Mateus é mais ou menos 80-85 d.C.[362]

Como diz o autor, essa citação não é tardia, eliminando a tese de que seja uma interpolação.[363]

E, de fato, essa fórmula é tão antiga que pode ser observada nos documentos mais antigos, como o Didaquê, escrito no século I, que é uma espécie de catecismo da Igreja primitiva, ensina, no seu capítulo 7.1: “Quanto ao batismo, procedam assim: Depois de ditas todas essas coisas, batizem em água corrente, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.

2.4.1 – Respondendo algumas objeções: Jesus sendo Deus pode ter um Deus acima de si? A isso distinguimos – contra arianos

Dois são os versículos mais usados pelos arianos para estabelecer sua questão: Hebreus 1.8,9:

> “Mas, do Filho, diz: Ó Deus, o teu trono subsiste pelos séculos dos séculos; Cetro de equidade é o cetro do teu reino. Amaste a justiça e odiaste a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, te ungiu. Com óleo de alegria mais do que a teus companheiros”.

E João 17.3 – “Esta é a vida eterna: que te conheçam, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste”.

Assim defendem que Jesus Cristo é, na verdade, um Deus menor, pois tem um Deus acima de si e que não é um Deus verdadeiro, já que só o Pai é o Deus verdadeiro. Para dar as devidas explicações, devemos distinguir dois conceitos: o de Trindade Ontológica e o de Trindade Econômica.

A Trindade ontológica se refere ao Ser, natureza e existência por si mesma de cada uma das pessoas da Trindade, isto é, as três pessoas são iguais, coeternas, subsistem em si mesmo, quer dizer, existem em si próprios sem dependência alguma de outro. Já a Trindade econômica, refere-se à forma como Deus se organizou para salvar o seu povo. Refere-se a ofícios assumidos para salvá-lo. Assim, economicamente, o Pai é o criador, o Filho o mediador, redentor e Sumo Sacerdote, e o Espírito Santo é Deus habitando em nós. Embora o Filho seja gerado do Pai e o Espírito Santo proceda do Pai e do Filho eternamente, com a comunicação de suas essências, cada uma das pessoas da Trindade são *autotheos*, não são derivados uma das outras ontologicamente, pois a segunda pessoa da Trindade é Deus assim como a primeira. Assim, ontologicamente podemos falar em primeira, segunda e terceira pessoa da Trindade, e, economicamente podemos falar em Pai, Filho e Espírito Santo. A expressão “economia” não é nova. Tertuliano (160 — c. 220), teólogo do séc II-III, usou essa nomenclatura dizendo que há em Deus certa distribuição ou economia, a trindade de pessoas, que nada altera da unidade da essência.[364] São funções que as pessoas da Trindade têm quando se trata de salvação do homem, e, nesse sentido, há uma subordinação, não ontológica, mas econômica, não em Ser, mas em função.

Um texto que mostra claramente essa distinção é o de Filipenses 2.1-9, que diz:

> “Portanto, se há algum conforto em Cristo, se alguma consolação de amor, se alguma comunhão no Espírito, se alguns entranháveis afetos e compaixões, completai o meu gozo, para que sintais o mesmo, tendo o mesmo amor, o mesmo ânimo, sentindo uma mesma coisa. Nada façais por contenda ou por vanglória, mas por humildade; cada um considere os outros superiores a si mesmo. Não atente cada um para o que é propriamente seu, mas cada qual também para o que é dos outros. De sorte que haja em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz. Por

isso, também Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu um nome que é sobre todo o nome".

O contexto do trecho acima é claro. Mesmo todos sendo iguais ontologicamente, isto é, todos somos humanos, podemos e devemos nos considerar menores que nossos irmãos, mesmo que sejamos todos iguais. Ora, é a própria Escritura que afirma que todos os humanos são iguais, independente de raça, de cor ou mesmo de sexo, se homem ou mulher, como escreve São Paulo: "Não há judeu nem grego, escravo ou livre, homem ou mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3.28). Ainda assim, o mesmo Paulo diz que devemos considerar (não que fosse de fato!), mas considerar os outros maiores que nós, seguindo o exemplo de Cristo. Veja que Paulo diz para fazermos igual a Cristo que considera o Pai maior que ele, não que de fato o seja, pois se assim for, há humanos maiores que outros humanos, e se isso for verdade, Paulo se torna mentiroso. Cristo considerou até nós, servos inúteis, como maior que ele, já que lavou os pés dos apóstolos e disse que era um Servo, e o servo não é maior que seu senhor. Funcionalmente, isto é, economicamente, podemos ter humanos maiores que outros, como o chefe de uma empresa que está em posição de superioridade em relação aos empregados, mas não está em relação à humanidade, ou até mesmo na relação homem e mulher no casamento, onde o marido é maior que a esposa por ser o cabeça, mas não é mais humano que ela. Assim, o Pai é maior que o Filho em ofício, mas não é maior em natureza e em Ser, já que o Filho é tão Deus quanto o Pai. O Espírito Santo é menor que o Pai e o Filho, mas somente em função, nunca em natureza, existência e ser.

Então já temos a base para responder à objeção ariana. Deus pode ter um Deus acima de si, desde que seja funcionalmente, não ontologicamente. Se estamos nos referindo à segunda pessoa da Trindade em seu ofício, de mediador, Sumo Sacerdote e até mesmo de Filho, então não há problema algum em haver tal subordinação. No texto aludido (Hb 1.8,9), estamos exatamente nesse contexto, pois desde o primeiro versículo do capítulo 1 (um) de Hebreus, fala-se do modo como Deus falou ao seu povo, usando profetas (ou seja, um ser humano no ofício de profeta). Agora nos falava através do seu Filho (Deus em ofício de Filho). No terceiro versículo se prova que Jesus é de fato Deus, pois expressa a imagem exata de Deus, e tudo que é exato é igual e se é igual ao que por natureza é único, logo, os dois só podem ser o mesmo Deus, pois não existem dois únicos. O Filho está inteiramente

no Pai, assim como o Pai está inteiramente no Filho e o Espírito Santo está inteiramente nos dois. De modo que o Filho pode dizer: “quem vê a mim, vê ao Pai” (Jo 14.9). No quinto versículo se faz uma distinção entre Jesus e os anjos, onde se refuta o argumento de que Jesus é Miguel, e onde é afirmado que Jesus é gerado, não criado. Vejam bem: ser gerado é diferente de ser criado. Quando se gera, é gerado um igual; quando se cria, é criado um diferente. O fato da Escritura nos revelar que Cristo foi gerado do Pai, isso nos ensina que os dois não podem ter essências diferentes, e se tem a mesma essência, logo, os dois só podem ser o mesmo Deus.

Sobre o fato de Jesus ter dito que o Pai era o único Deus verdadeiro (Jo 17.3), não há nenhum indício de diminuição da divindade de Cristo, contra arianos em geral, que usam esse texto para desmerecer a divindade do Filho. Jesus Cristo, falando no ofício de Filho, Mediador e Sumo Sacerdote, que se encontra em estado de submissão ao Pai (Fp 2.6-9), uma submissão econômica e não uma submissão ontológica. Jesus esclarece, dois versículos depois, que ele não estava se referindo à glória como Deus, mas ao seu ofício, quando diz em João 17.5: “E, agora, glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse”. A segunda prova de que Jesus está falando do seu ofício, é o uso do termo “conhecer”, que nos remete imediatamente à sua relação com o Pai que ele deseja que seja para todos, pois quer que todos sejam um (Jo 17.21,22), pois é através do Filho que conheceremos o Pai, mas não conheceremos apenas intelectualmente, mas nascendo de novo, fazendo parte da natureza divina. Quando a Bíblia fala de “conhecer”, não é um ato intelectual, não é de uma informação, mas de um ato sobrenatural que nos faz fazer parte da natureza divina. Em outras palavras, conhecer a Deus é o mesmo que ser salvo (fazer parte da natureza divina). Quando um homem se casa com uma mulher a Bíblia diz que “conheceu” a mulher. Vejam em Gênesis 4.1: “E conheceu Adão a Eva, sua mulher, e ela concebeu e deu à luz a Caim, e disse: Alcancei do SENHOR um homem”. Será que Adão não tinha o conhecimento de Eva antes disso? Ele tinha, mas não tinha se tornado um com ela. Portanto, conhecer é o mesmo que se tornar um! Por isso Jesus diz aos seus eleitos: “E não rogo somente por estes, mas também por aqueles que pela tua palavra hão de crer em mim; Para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17.20,21). Notem que ser um com Deus é ser salvo e também ser conhecido de Deus, como vemos nesse texto: “E então lhes direi

abertamente: Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade" (Mt 7.23). Será que Jesus não tinha conhecimento intelectual da existência dessas pessoas? Se ele não tinha, como ele sabia que essas pessoas eram más? É dito sobre Cristo que ele sabe de todas as coisas, como Jesus não os conhecia? Jesus nunca os conheceu porque eles nunca foram salvos! Eles nunca fizeram parte da natureza divina. Por isso no texto de João 17.3 diz que devemos conhecer ao Pai, ou seja, fazer parte da natureza do Pai, e também fazer parte da natureza de Jesus. Isso é ser salvo; é conhecer a Deus. Note que conhecer ao Pai não adianta somente. Temos que conhecer o Filho também, pois conhecer o Filho é conhecer o Pai, pois os dois são o mesmo Deus. No mesmo sentido também está o versículo: "Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos" (Rm 8.29). Os eleitos são conhecidos de Deus, mas porque são um com ele, não porque Deus os conhece intelectualmente, ou por uma espécie de presciência não determinativa que já foi refutada na seção de providência divina.

2.4.1.1 A Morte de Estevão: Se Deus é Triuno, por que Estevão não viu o Espírito Santo?

Argumento muito usado pelos jeovistas e unicistas em geral para negar a Trindade. Eles acreditam que o fato de que na visão de Estevão, na hora do seu martírio, ele ter visto somente o Pai e Jesus ao lado, é uma evidência de que o Espírito Santo, na verdade, não existe como pessoa, pois se existisse, lá ele estaria.

Encontramos dois motivos nas Escrituras para o Espírito Santo não ter sido visto. O Primeiro motivo as Escrituras já deixam bem claro. Observem o que é dito em João 14.17: "O Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco, e estará em vós". O versículo é claro: não podemos ver o Espírito Santo; nós o conhecemos porque ele habita em nós. Mas, mesmo assim, os cristãos não podem vê-lo.

O segundo motivo é que não há na Bíblia uma regra definida para Deus poder se apresentar. Deus pode aparecer de diversas formas. O profeta Isaías viu Deus sozinho, entre os serafins:

> "No ano em que morreu o rei Uzias, eu vi também ao Senhor assentado sobre um alto

> e sublime trono; e a cauda do seu manto enchia o templo. Serafins estavam por cima dele; cada um tinha seis asas; com duas cobriam os seus rostos, e com duas cobriam os seus pés, e com duas voavam. E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória" (Is 6.1-3).

Veja que Deus apareceu sozinho. Quer dizer, então, que Jesus não existia? Se o fato do Espírito Santo não aparecer na visão de Estevão indica inequivocamente que ele não existe como pessoa, então o fato de Jesus não parecer na visão de Isaías significa dizer que Jesus não existia nessa época também. Mas isso é absurdo mesmo para as Testemunhas de Jeová, que acreditam que Jesus foi o primeiro a ser criado antes da fundação do mundo. Outra pergunta interessante é se os serafins e querubins estão ao redor de Deus, onde eles estavam na visão de Estevão? Deixaram de existir porque não apareceram na visão? Fica mais do que claro que o não aparecimento de um ser em uma visão não implica na sua inexistência.

As visões são epifanias. Ou seja, elas são uma representação, não uma realidade exata de como são as coisas. Logo, declaramos como resolvido esse questionamento.

Conclusão

Nessa seção de teontologia, aprendemos quem Deus é, e o que ele é. Deus é ato puro, é absolutamente simples, é eterno. Em Deus o ato precede sua potência, e nele não há potência passiva, há somente potência ativa, pois nada recebe, tudo ele concede e, por essa razão, não podem existir decretos condicionais, nem eleição condicional, pois Deus é a causa de tudo que acontece. Deus é a causa do tempo. Ele não pode consultar aquilo que causou, pois de outra forma, o tempo deverá ter outra fonte que não é Deus, e Deus receberá uma informação que ele não causou e que, portanto, não veio dele; e como Deus só concede e nunca recebe, por não lhe faltar nada, esse tipo de decreto é impossível. Em Deus não há distinção entre o ser e o operar, pois Deus é tudo que ele tem e sua operação se identifica totalmente com sua natureza. Se toda operação divina se identifica totalmente com ele, então Deus não pode estar acima de suas operações, como no caso de suas leis. Logo, posicionamentos como o *Ex Lex* devem ser rejeitados, visto que Deus não pode estar acima dele mesmo.

Deus tem uma vontade preceptiva e uma decretiva, mas ambas não são contraditórias, visto que não se referem ao mesmo objeto, nem tem o mesmo sentido. Sobre a vontade antecedente e consequente, ensinamos que cremos

ao nosso modo, que a primeira é a intenção de Deus, e a segunda é a concretização de sua intenção, diferente do conceito tomista, molinista e arminiano, que defendem uma frustração na vontade divina.

Defendemos que a posição infralapsariana é o posicionamento confessional, rejeitando o supralapsarianismo e o amyraldismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AO LEITOR, que até aqui chegou, é uma satisfação parabenizá-lo. O conteúdo do livro é denso. A linguagem é diferente, mas quem dominar esse conteúdo terá uma base sólida para defender sua fé. A dedicação e perseverança nos estudos é algo cada vez mais raro. Então se o leitor estudou de fato toda essa literatura, ele faz parte de um seleto grupo que absorveu um conhecimento que poucos tiveram acesso. Estou aberto ao diálogo com os irmãos que não estiverem satisfeitos com as respostas aqui dadas a qualquer um dos dilemas que me propus resolver.

Que Deus abençoe aos irmãos!

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *A Trindade*.

ALBERTO, C. *Da divina providência* [OPÚSCULO]. Disponível em: <https://medium.com/@carlosalberto96vha/da-divina-provid%C3%AAncia-op%C3%BAsculo-1f4b901a5c6f?fbclid=IwAR077zAEgQc0HsYCYs_RZiOLk9Jv25FBaGSOR5zDenTRPLp5I Acesso em 20/04/2019.

ANGLADA, P. *Sola Scriptura*: A Doutrina Reformada das Escrituras. São Paulo: Os Puritanos, 1998, p. 180-82. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/credoatanasio.htm>. Acesso em 20/10/18.

ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 1. CPAD, 2015.

ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 2. CPAD. 2015.

ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 3. CPAD. 2015.

BANG, C. O. *Armínio, um Estudo da Reforma Holandesa*. 2015. Reflexão.

BAVINCK, H. *Dogmática Reformada*: Deus e a criação. Cultura Cristã. Vol 2. 2012.

BAVINCK, H. *Teologia Sistemática*: Fundamentos Teológicos da Fé Cristã. Socep. 2001.

BEZERRA, L. L. *Livre-arbítrio e responsabilidade humana*: uma defesa do caráter justo e amável de Deus. 2016. Disponível em: <https://www.editorareflexao.com.br/livre-arbitrio-e-responsabilidade-humana-uma-defesa-do-carater-justo-e-amavel-de-deus/b/29#sdfootnote1sym>. Acesso em: 05/08/2018.

BEZERRA, L. L. *Sobre a complexa relação entre a divina providência, presciência, predestinação e o mal na polêmica "De Auxiliis"*: o debate entre Molina e Báñez, e a sua síntese em Zumel. 2018.

BOER, E. A. *John Calvin's 'Disputatio de Praedestinatione' The relevance of a manuscript on his doctrine Providence and Predestination.* Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260318549_John_Calvin's_'Disput Acesso em: 31/12/2018.

CALVINO, J. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. vol. 1. Ed. clássica (latim).

CALVINO, J. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. vol. 2. Ed. clássica (latim).

CALVINO, J. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. vol. 4. Ed. clássica (latim).

CALVINO, J. *Comentário da Carta Aos Romanos*. Edições Parakletos, 2001.

CALVINO, J. *Comentário sobre Isaías*. Vol 3. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/calvin/calcom15.xiv.i.html>. Acesso em: 12/08/2018.

CALVINO, J. *Contra la sect des Libertins*. Corpus Reformatorum. Vol 35. Organizado por CUNITZ, Edouard (Ed.), BAUM, Johann-Wilhelm (Ed.), REUSS, Eduard Wilhelm Eugen (Ed.). *Joannis Calvini opera quae supersunt omnia*. Brunsvigae: C.A. Schwetschke, 1863.

CALVINO, J. *Dedicatória do comentário de Salmos*. Vol 1. Edições Paracletos. Tradução: Valter Graciano Martins. 1999.

CALVINO, J. *Série Comentários Bíblicos*: Tiago. Fiel, 2015.

CAMPOS, H. C. *O Ser de Deus e as suas obras*: A Providência e sua realização histórica. Cultura Cristã, 2001.

CÂNONES DE DORT. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/dort.htm>. 27/11/2018.

CATECISMO DA IGREJA DE GENEBRA. Disponível em: <http://www.ipbotafogo.org.br/site_novo/wp-content/uploads/2015/05/13.-Catecismo-de-Genebra-Jo%C3%A3o-Calvino-Trad.-Ruim.pdf>. Acesso em: 01/12/2018.

CHEUNG, V. *Melhor do que "Ex Lex"*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/apologetica/ex_lex_cheung.htm>. Acesso em 07/12/2018.

CHEUNG, V. *O Autor do Pecado*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_autor_pecad
Acesso em: 31/12/2018.

CHEUNG, V. *Por que Deus Criou o Mal?* Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_porque_deus
Acesso em 08/12/2018.

CLARK, G. *Deus e o Mal*: O problema resolvido. Monergismo. 2010.

CLARK, G. Palestra *"John Frame and Cornelius Van Til"* [a partir dos 29:09]. Disponível em: <www.sermonaudio.com/saplayer/playpopup.asp?SID=12006163416>. Acesso em: 08/12/2018.

COLLINS, K. J. *Teologia de John Wesley*: O amor santo e a forma da graça. Rio de Janeiro RJ. CPAD. 2018.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER (CFW). Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>. Acesso em 11/06/2018.

COTTELL, J. *A Visão Arminiana Clássica da Predestinação*. 5 de agosto de 2015. Disponível em: <https://deusamouomundo.com/arminianismo/a-visao-arminiana-classica-da-predestinacao/#_edn1>. Acesso em: 11/12/2018.

CRAIG, W. L. *Deus, Tempo e a Eternidade*. Disponível em: <https://www.reasonablefaith.org/writings/popular-writings/existence-nature-of-god/god-time-and-eternity1/>. Acesso em 03/12/2018.

CRAIG, W. L. *Divine Foreknowledge and Human Freedom. The Coherence of Theism: Omniscience.*

CRAIG, W. L. *Em guarda*: defenda a fé cristã com razão e precisão. São Paulo. Vida Nova. 2011.

CRAIG, W. L. *O único Deus sábio*: a compatibilidade entre a presciência divina e a liberdade humana. Sal Cultural. 2016.

CRAIG, W. L., MORELAND, J. P. *Filosofia e Cosmovisão Cristã*. Vida Nova, 2005.

DICIONÁRIO Grego do Novo Testamento, de James Strong: Anotado pela AMG. Bíblia de estudos Palavras Chave: Hebraico – Grego. CPAD, 2010.

DICIONÁRIO Hebraico do Antigo Testamento, de James Strong: Anotado pela AMG. Bíblia de estudos Palavras Chave: Hebraico – Grego. CPAD, 2010.

EDWARDS, J. *Freedom of the Will. Section I. Concerning the Nature of the Will*. Christian Classics Ethereal Library. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/edwards/will.ii.i.html>. Acesso em: 22/07/2018.

FERREIRA, F. *Agostinho e a Santíssima Trindade*. Disponível em: <http://www.ministeriofiel.com.br/artigos/detalhes/666/Agostinho_e_a_Santis Acesso em 04/11/2018.

FERREIRA, F. MYATT, A. *Teologia sistemática*: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. Vida Nova. São Paulo. 2007.

GALE, T. *Tribunal dos Gentios*. Livro 3. Parte 4. p 16-17. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A41639.0001.001/1:7.1.1?rgn=div3;view=fulltext>. Acesso em: 31/12/2018.

GILSON, E. *A filosofia na idade média*. Martins Fontes. 1995. p. 745. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/e-gilson-a-filosofia-na-idade-mc3a9dia.pdf>. Acesso em 07/12/2018.

GRUDEN, W. *Manual de Teologia*: uma introdução aos princípios da fé cristã. Vida. 1999.

HANKO, H. *Retrato dos Santos Fiéis*. Fireland. 2013.

HUGON, E. *Os princípios da Filosofia de São Tomás de Aquino*: as vinte e quatro teses fundamentais. EDIPUCRS, 1998.

HUMFREY, J. *The middle way of predeterminationf asserted. Between the Dominicans and Jesuites, Calvinists and Arminians, or, A scriptural enquiry into the influence and causation of God in and unto humane actions; expecially such as are sinfull.* Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A52204.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 31/12/2018.

INFRALAPSARIANISM OR SUPRALAPSARIANISM. 2012. Disponível em: <http://www.timothypeng.org/infralapsarianism-or-supralapsarianism/>. Acesso em: 31/01/2019.

IRONS, L. *A eterna geração do Filho*. Disponível em: <http://www.e-cristianismo.com.br/teologia/cristologia/a-eterna-geracao-do-filho.html#_ref6>. Acesso em 25/11/2018.

LESSA, V. T. *Calvino, 1509-1564, sua vida e obra*. Casa Editora Presbiteriana. São Paulo.

LIMA, L. A. *Uma análise do chamado "novo calvinismo", de seu relacionamento com o calvinismo e de seu potencial para o diálogo com a contemporaneidade.* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião. São Paulo. 2009.

LOUW, J. NIDA, E. *Léxico Grego-Português do Novo Testamento*. Sociedade Bíblica do Brasil.

LUTERO, M. *Interpretação bíblica*: Princípios. Obras Selecionadas. Vol 8. Comissão Interluterana de Literatura. Sinodal. Concódia. 2003. Porto Alegre/São Leopoldo-RS.

LUTERO, M. *Obras selecionadas*. Debates e Controvérsias II. Vol 4. Sinodal. S/D.

MARIN, A. R. *Dios y su obra*. Biblioteca de autores cristianos. 1963.

MURPHY. M. *Arminianos creem na soberania de Deus?*. Disponível em: <https://deusamouomundo.com/arminianismo/arminianos-creem-na-

soberania-de-deus/>. Acesso em 28/03/19.

NETO, N. A. M. *O molinismo e a doutrina da depravação total*. Revista Teologia Brasileira. Nº 72. agosto de 2018. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/o-molinismo-e-a-doutrina-da-depravacao-total/>. Acesso em: 11/12/2018.

NOUGÉ, Carlos. *O tempo e a eternidade em Santo Tomás de Aquino*. Conferência proferida na Semana Acadêmica Tempo e Eternidade na Idade Média. Seminário Bom Pastor, Francisco BeltrãoPR. 12 de maio de 2010.

O CREDO NICENO. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/credoniceno.htm>. Acesso em: 11/11/2018.

OLSON, R. *Arminianismo. Mitos e Realidades*. Reflexão. 2013.

OLSON, R. *Arminianismo. Perguntas frequentes*: tudo que você sempre quis saber. 2014.

OS CINCO ARTIGOS DA REMONSTRÂNCIA (1610). Disponível em: <http://teologiaarminiana.blogspot.com/2009/02/os-cinco-artigos-da-remonstrancia-1610.html>. Acesso em: 12/10/2018.

OWEN, J. *A Display Of Arminianism. The Works of John Owen.* Vol X. New York, Robert Carter & Brothers, 285. Broadway. p. 116. Disponível em: <https://archive.org/stream/worksofjohnowe185010owen#page/116/mode/2up Acesso em: 30/12/2018.

OWEN, J. Contra o Arminianismo e seu ídolo pelagiano, o livre-arbítrio. 2015.

RULER, J. A. *Nederlands archief voor kerkgeschiedenis / Dutch Review of Church History*. Vol. 71, No. 1 (1991), pp. 58-91 NEW PHILOSOPHY TO OLD STANDARDS: *Voetius' Vindication of Divine Concurrence and Secondary Causality*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24009394?read-now=1&seq=1&fbclid=IwAR0IMl6pfW03myyjbPv2Qzb_5NXtqogX-DufSdAloMe-lr7nLh-UeN-Y-uo#page_scan_tab_contents>. Acesso em 17/01/2019.

RUSSELL NORMAN CHAMPLIN E O PROBLEMA DA TRINDADE NO BATISMO. Disponível em: <http://russellnormanchamplin.blogspot.com/2013/06/russell-norman-champlin-e-o-problema-da.html>. Acesso em 03/11/2018.

SEGUNDA CONFISSÃO DE FÉ HELVÉTICA por Heinrich Bullinger. Disponível em:

<http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_helvetica.htm>. Acesso em: 30/12/2018.

SPROUL, R. C. *A humanidade antes da queda*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/pecado_original/hum-antes-queda_sproul.pdf>. Acesso em: 25/11/18.

SPROUL, R. C. *O que é teologia reformada*. Cultura Cristã. 2009

SPROUL. R. C. *Filosofia para iniciantes*. Vida Nova. 2010.

SPURGEON, C. H. *Exposição das doutrinas da graça*. p. 10-11. Disponível em: <http://www.projetospurgeon.com.br/wp-content/uploads/2012/04/doutrinas_da_graca_spugeon.pdf>. Acesso em: 22/07/2018.

STRONG, A. H. *Teologia sistemática*. Ed Ver e Ampl. Vol 1. Hagnos. 2007.

STRONG, A. H. *Teologia sistemática*. Vol 2. Hagnos. 2003.

THE REFORMED FREEDOM OF THE WILL VS. DETERMINISM. Disponível em: <https://reformedbooksonline.com/the-reformed-freedom-of-the-will-vs-philosophical-necessity/>. Acesso em 26/12/2018.

TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã. Vol 1. 2011.

TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã. Vol 2. 2011.

TWISSE, W. *A Treatise of Mr. Cottons, Clearing certaine doubts concerning predestination. Together with an examination thereof*. p. 68. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A64003.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 01/01/2019.

WRIGHT, R. K. M. G. *Quem é o autor do pecado?* Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/autor-pecado_wright.pdf>. Acesso em: 15/07/2018.

ZANCHI, Girolamo. *On the Law in general*. CLP Academic. 2012. p. xxii.

ZANCHI, Girolamo. *The Doctrine of Absolute Predestination Stated and Asserted: With a preliminary Discourse on the Divine Attributes.* Tradução de Joel Pereira. Disponível em: <http://calvinismoortodoxo.blogspot.com/2019/03/a-vontade-divina-segundo-girolamo-zanchi.html>. Acesso em: 15/07/2018.

ZANCHI, Girolamo. *The doctrine of absolution predestination stated and asserted. With a preliminary Discourse on the Divine Attributes*.

[1] BAVINCK, H. *Dogmática Reformada*: Deus e a criação. Cultura Cristã. Vol 2. 2012. p. 157-158.
[2] Prefácio à edição em inglês de BAVINCK, H. *Teologia Sistemática*: Fundamentos Teológicos da Fé Cristã. Socep. 2001. p. 7.
[3] "Talvez nenhum outro pensador católico tenha sido mais difamado, mal interpretado e mal compreendido por críticos do que Tomás de Aquino. É amplamente aceito que o erro mais destacado de Tomás foi separar natureza e graça. Essa acusação é uma bobagem completa; nada poderia estar mais longe da verdade. Quem acusa Tomás de separar a natureza e a graça não entendeu o principal de sua filosofia, particularmente com o respeito a sua monumental defesa da fé cristã" (SPROUL. R. C. *Filosofia para iniciantes*. Vida Nova. 2010. p 69).
[4] CALVINO. *Institutas*. 1.15.6.
[5] LESSA, V. T. *Calvino, 1509-1564, sua vida e obra*. Casa Editora Presbiteriana. São Paulo. p. 41.
[6] *Institutas* 1.13.3.
[7] MCGRATH Apud LIMA, L.A. *Uma Análise do Chamado "Novo Calvinismo", de Seu Relacionamento com o Calvinismo e de Seu Potencial para o Diálogo com a Contemporaneidade*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião. São Paulo. 2009.
[8] HANKO. H. *Retrato dos Santos Fieis*. Fireland. 2013. p. 148.
[9] BANG, C. O. *Armínio, um estudo da reforma holandesa*. 2015. Reflexão. p. 69.
[10] HANKO. H. *Retrato dos santos fiéis*. Fireland. 2003. 1. ed. p. 342.
[11] RULER, J. A. *Nederlands archief voor kerkgeschiedenis / Dutch Review of Church History.* Vol. 71, No. 1 (1991), pp. 58-91 NEW PHILOSOPHY TO OLD STANDARDS: Voetius' Vindication of Divine Concurrence and Secondary Causality. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24009394?read-now=1&seq=1&fbclid=IwAR0IMl6pfW03myyjbPv2Qzb_5NXtqogX-DufSdAloMe-lr7nLh-UeN-Y-uo#page_scan_tab_contents>. Acesso em 17/01/2019.
[12] ZANCHI, Girolamo. *On The Law in General*. CLP Academic. 2012. p. xxii.
[13] REID, J. K. S . apud *The Reformed Freedom of the Will vs. Determinism.* Disponível em: <https://reformedbooksonline.com/the-reformed-freedom-of-the-will-vs-philosophical-necessity/>. Acesso em 26/12/2018.
[14] AGOSTINHO. *A Trindade.* 3.5.
[15] CAMPOS, H. C. *O Ser de Deus e as suas obras*: A Providência e sua realização histórica. Cultura Cristã, 2001, p. 8.
[16] CALVINO, J. *Institutas* 1.16.5.
[17] *Confissão de Fé de Westminster* (CFW). Seção V. I. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>. Acesso em 11/06/2018.

[18] TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã. Vol 1, 2011, p. 617.
[19] CALVINO, J. *Contra la sect des Libertins. Corpus Reformatorum.* Vol 35. Organizado por CUNITZ, Edouard (Ed.), BAUM, Johann-Wilhelm (Ed.), REUSS, Eduard Wilhelm Eugen (Ed.). *Joannis Calvini opera quae supersunt omnia*. Brunsvigae: C.A. Schwetschke, 1863, p. 186.
[20] Natureza é o mesmo que essência. Essência é o que não pode ser menos do que é, pois, se for, será outra coisa. Explico: a essência responde a pergunta "o que é?". Por exemplo, se eu pergunto: o que é uma pessoa? Eu não posso responder que a pessoa é Francisco, porque essa resposta responde quem essa pessoa é, não o que ela é, seu nome poderia ser Fabrício e ainda assim ela continuaria sendo um ser humano. Se eu respondo que ela é um advogado, não responde a pergunta, porque essa mesma pessoa poderia ser um engenheiro ou ter qualquer outra profissão e ainda continuaria sendo uma pessoa, quer dizer, ela tem partes que mesmo que não estejam com ela, ainda assim ela não deixa de ser o que é, mas se eu tiro uma parte dela em que ela deixa de ser uma pessoa, então ali eu retirei sua essência. Uma pessoa, no caso aqui, é um humano, sua essência é essa. Assim, aquilo que pode ser tirado sem afetar o que a coisa é, é chamado de acidente, e aquilo que não pode ser retirado, sob o risco de virar outra coisa, é chamado de essência. Por isso podemos chamar um embrião, que ainda não tem braços e pernas, de pessoa, porque ele já é um ser humano, mesmo que ainda não tenha muitas partes que os adultos têm, pois essas partes são acidentes, e não a essência do ser.
Nesse trabalho, encontraremos expressões como "naturezas podres", "natureza mista" ou "natureza regenerada". As duas primeiras estão sendo definidas de acordo com seus acidentes, isso não quer dizer que o homem tem uma essência podre ou mista, mas que essa essência está podre ou mista por causa do acidente que nela tem. Para exemplificar melhor, peguemos o exemplo de uma água envenenada. Quem em sã consciência diria que água é veneno? Ninguém pode dizer isso, mas pode dizer que aquela água é venenosa, isto é, o veneno é um acidente na água, mas não torna podre o que chamamos de essência da água (que trata de todas as águas). Assim também é o homem, sua natureza é originalmente boa, criada racional, livre, inclinada ao bem, mas o pecado a manchou, tornando-a totalmente corrupta, mas o pecado é um acidente, não uma essência, pois não deixamos de ser homens ao ser retirado o pecado. Assim, tenhamos em mente que não defendemos que há uma mudança de essência ou de natureza quando o homem é convertido (como se deixasse de ser humano), mas que há a remoção do material que corrompe aquela natureza. No entanto, como o uso dessa expressão "mudança de natureza" é comum no nosso meio teológico, usaremos de quando em vez essa expressão, mas tendo em mente que se refere a um sentido específico, não ao geral entendido pelos acadêmicos.
[21] CALVINO, 1863, p. 187.
[22] As palavras *concursus*, concorrência ou colaboração não aparecem nos textos de Calvino. Para o reformador, tudo é providência. Ele apenas faz as divisões mencionadas e pelo contexto entendemos a colaboração.
[23] CALVINO, 1863, p. 190.
[24] CAMPOS, H. C. *O Ser de Deus e as suas obras*: A Providência e sua realização

histórica. Cultura Cristã, 2001, p. 62.
[25] Segundo o filósofo e teólogo William Lane Craig, liberdade libertária é “a habilidade de escolher agir ou não de determinado modo sob as mesmas circunstâncias. Uma análise indiscutivelmente melhor da liberdade libertária vê sua essência na ausência de determinação causal da escolha de uma pessoa, independente da própria atividade causal da pessoa. Isso equivale a dizer que causas outras que não a própria, não determinam a forma como essa pessoa faz suas escolhas em determinadas circunstâncias; fica a critério da pessoa a forma como ela faz suas escolhas. Essa concepção de liberdade é muito diferente da visão voluntarista ou compatibilista, que define liberdade em termos da ação voluntária (ou não coagida), de modo que o fato de uma ação ser determinada em termos causais é compatível como [sic] o fato de ela ser ‘livre’. A noção de [...] liberdade libertária [...] exclui a hipótese de que Deus determine como devemos escolher livremente” (CRAIG, W. L. *Em guarda*: defenda a fé cristã com razão e precisão. São Paulo. Vida Nova, 2011, p. 174.).
[26] Esse texto de modo algum deve ser entendido no sentido de livre-arbítrio libertário. O fato de Deus colocar múltiplas opções (bênção e maldição, vida e morte), de modo algum implica na capacidade de todos para atualizar as duas coisas. No texto, Deus estabelece o que o homem *deve* fazer, não o que ele *pode* fazer. Os textos anteriores deixam claro que somente Deus pode dar um coração para entender a sua mensagem, não sendo possível o homem por si só entender o que é certo e errado, e se não entende, como pode tornar ato duas escolhas diferentes? “Como diz: Porém não vos tem dado o Senhor um coração para entender, nem olhos para ver, nem ouvidos para ouvir, até ao dia de hoje” (Dt 29.4). “E o Senhor teu Deus circuncidará o teu coração, e o coração de tua descendência, para amares ao Senhor teu Deus com todo o coração, e com toda a tua alma, para que vivas” (Dt 30.6). Notem que, no texto, Deus circuncidará o coração primeiro e, como efeito, o homem se voltará para Deus. A graça é anterior, é monergística, a promessa é de circuncidar, não de deixar “meio-circuncidado”; logo, o mover de Deus logra êxito em fazer a vontade humana se voltar para ele de forma infalível. E se dissermos que o homem ainda pode negar a Deus, mesmo tendo seu coração circuncidado, então atribuiremos a Deus um fracasso e o faremos mentiroso, pois é uma promessa de que Deus circuncidará para alcançar o objetivo de que a alma se volte para ele, se o homem tiver o poder de rejeitar, a graça de Deus não produziu o efeito prometido na Escritura. Esse argumento será exaustivamente tratado e explicado durante o decorrer deste trabalho.
[27] CFW. Seção 3.1.
[28] CFW. Seção 5.2.
[29] TURRETINI, F. Vol 1, 2011, p. 405.
[30] OWEN, J. *A Display Of Arminianism. The Works of John Owen.* Vol X. New York, Robert Carter & Brothers, 285. Broadway. p. 116. Disponível em: <https://archive.org/stream/worksofjohnowe185010owen#page/116/mode/2up/search/comp Acesso em: 30/12/2018.
[31] *SEGUNDA CONFISSÃO DE FÉ HELVÉTICA* por Heinrich Bullinger. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_helvetica.htm>. Acesso em: 30/12/2018.

[32] GRUDEN. W. *Manual de Teologia*: uma introdução aos princípios da fé cristã. Vida, 1999, p. 152.
[33] CALVINO, J. *Contra la sect des Libertins. Corpus Reformatorum.* Vol 35. Organizado por CUNITZ, Edouard (Ed.), BAUM, Johann-Wilhelm (Ed.), REUSS, Eduard Wilhelm Eugen (Ed.). *Joannis Calvini opera quae supersunt omnia. Brunsvigae*: C.A. Schwetschke, 1863, p. 186.
[34] CALVINO, 1863, p. 187.
[35] TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã, Vol 1. 2011, p. 630.
[36] BAVINCK, H. *Dogmática Reformada*: Deus e a criação. Cultura Cristã. Vol 2. 2012. p. 626.
[37] VERMIGLI, P. V. apud *The Reformed Freedom of the Will vs. Determinism*. Disponível em: <https://reformedbooksonline.com/the-reformed-freedom-of-the-will-vs-philosophical-necessity/>. Acesso em: 26/12/2018.
[38] ZANCHI, Girolamo. *The doctrine of absolution predestination stated and asserted.* p. 2-3. Tradução de Joel Pereira.
[39] GALE, T. *Tribunal dos Gentios*. Livro 3. Parte 4. p 16-17. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A41639.0001.001/1:7.1.1?rgn=div3;view=fulltext>. Acesso em: 31/12/2018.
[40] HEPPE, H. apud *The Reformed Freedom of the Will vs. Determinism*. Disponível em: <https://reformedbooksonline.com/the-reformed-freedom-of-the-will-vs-philosophical-necessity/>. Acesso em: 26/12/2018.
[41] LUTERO, M. *Interpretação Bíblica*: Princípios. Obras Selecionadas. Vol 8. Comissão Interluterana de Literatura. Sinodal. Concórdia. 2003. Porto Alegre/São Leopoldo-RS, p. 304-307.
[42] VERMIGLI, P.M. apud *The Reformed Freedom of the Will vs. Determinism.* Disponível em: <https://reformedbooksonline.com/the-reformed-freedom-of-the-will-vs-philosophical-necessity/>. Acesso em: 26/12/2018.
[43] CFW. Seção 5.2.
[44] TWISSE, W. *A Treatise of Mr. Cottons, Clearing certaine doubts concerning predestination. Together with an examination thereof.* p. 68. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A64003.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 01/01/2019.
[45] LUTERO apud ZANCHI, Girolamo. *The doctrine of absolution predestination stated and asserted.* p. 2-3.
[46] Para uma explanação mais detalhada sobre o tema, recomenda-se: TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã, Vol 1. 2011, p. 711-712.
[47] Natureza é o mesmo que essência. Essência é o que não pode ser menos do que é, pois se for, será outra coisa. Explico: a essência responde a pergunta “o que é?”. Por exemplo, se eu pergunto: o que é uma pessoa? Eu não posso responder que a pessoa é Francisco, porque essa resposta responde quem essa pessoa é, não o que ela é, seu nome poderia ser Fabrício e ainda assim ela continuaria sendo um ser humano. Se eu respondo que ela é um advogado, não responde a pergunta, porque essa mesma pessoa poderia ser um engenheiro

ou ter qualquer outra profissão e ainda continuaria sendo uma pessoa, quer dizer, ela tem partes que mesmo que não estejam com ela, ainda assim ela não deixa de ser o que é, mas se eu tiro uma parte dela em que ela deixa de ser uma pessoa, então ali eu retirei sua essência. Uma pessoa, no caso aqui, é um humano, sua essência é essa. Assim, aquilo que pode ser tirado sem afetar o que a coisa é, é chamado de acidente, e aquilo que não pode ser retirado, sob o risco de virar outra coisa, é chamado de essência. Por isso podemos chamar um embrião, que ainda não tem braços e pernas, de pessoa, porque ele já é um ser humano, mesmo que ainda não tenha muitas partes que os adultos têm, pois essas partes são acidentes, e não a essência do ser.

[48] OWEN, J. *A Display Of Arminianism. The Works of John Owen.* Vol X. New York, Robert Carter & Brothers, 285. Broadway. p 118. Disponível em: <https://archive.org/stream/worksofjohnowe185010owen#page/118/mode/2up>. Acesso em: 30/12/2018.

[49] GALE, T. *Tribunal dos Gentios*. Livro 3. Parte 4. p. 12. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A41639.0001.001/1:7.1.1?rgn=div3;view=fulltext>. Acesso em 28/01/19.

[50] CALVINO, *Institutas* 1.15.7.

[51] É importante destacar que na psicologia de Calvino, só era apropriadamente vontade aquilo que era para fazer o que era bom, aquilo que é lascivo ou concupiscente era conduzido pela sensibilidade, que também era uma área do entendimento, era como se fosse o homem se entregando aos seus instintos animais e deixando de ser racional. Para Calvino o ato pecaminoso era um ato de irracionalidade (*Institutas* 1.15.7), o que faz muito sentido ao olharmos para o mundo à nossa volta. Quanto mais um homem se entrega aos vícios e desejos carnais, mais irracional ele fica. Vejamos: há homens que perdem tudo que tem em jogos, apostam até mesmo suas esposas ou seus corpos, quem em seu estado de equilíbrio faria isso? Homens que gastam todo o dinheiro com prostituição, sem falar nas bizarrices como Masoquismo, Agalmatofilia, Flatofilia, Hemetofilia, Coprofilia, Coprofagia, etc. Os dois últimos referem-se a sentir prazer no contato e ingestão de fezes no ato sexual, se isso não é irracionalidade, nada mais o é. Por fim, o ato pecaminoso está intimamente ligado a uma perda da racionalidade para os instintos carnais.

[52] EDWARDS, J. *Freedom of the Will. Section I. Concerning the Nature of the Will. Christian Classics Ethereal Library.* Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/edwards/will.ii.i.html>. Acesso em: 22/07/2018.

[53] Quando falamos que o homem tem uma natureza pecaminosa, não estamos dizendo que essa natureza é pecaminosa em si mesma, pois o pecado é um acidente, já que o homem não deixa de ser homem caso ele fique livre do pecado, mas que essa natureza se corrompeu e que agora, depois da queda, ser homem é ser pecador, como se fizesse parte dele, mas sabemos que embora o homem seja pecador por natureza pós-queda, não o é em sua natureza original, pois foi criada boa, mas é pecador por uma corrupção, como alguém que adiciona um veneno em uma água.

[54] Não há erro algum afirmar que Deus determina as causas secundárias a se determinarem.

[55] TURRETINI, Vol 1. 2011, p. 640.

[56] GALE, T. *Tribunal dos Gentios*. Livro 3. Parte 4. p. 13. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A41639.0001.001/1:7.1.1?rgn=div3;view=fulltext>. Acesso em 28/01/19.
[57] MOLINA, L. *Concordia del libre arbitrio con los dones de la gracia y con la presciencia, providencia, predestinación y reprobación divinas.* Biblioteca Filosofía en español, Fundación Gustavo Bueno, Oviedo 2007. p. 423, 732.
[58] CALVINO, *Institutas* 1.15.7.
[59] *Segunda Confissão Helvética*. Seção 9. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/seg-confissao-helvetica.pdf>. Acesso em: 28/07/2018.
[60] CALVINO J. *Institutas*. 1.3.5.
[61] CRAIG, W. L. *Em guarda: defenda a fé cristã com razão e precisão*. São Paulo. Vida Nova, 2011, p. 174.
[62] De fato, isso não só pode acontecer, como acontece. Um famoso site arminiano usou a Suma Teológica de Aquino para defender livre-arbítrio, como se as noções de livre-arbítrio tomista fossem as mesmas que as arminianas. Disponível em: <http://teologiaarminiana.blogspot.com/2009/01/se-o-homem-tem-livre-arbtrio.html>. Acesso em: 12/10/2018.
[63] MOLINA, 2007, p. 46.
[64] MOLINA, 2007, p. 423, 732.
[65] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio.* Vol 2. CPAD, 2015, p. 574.
[66] TURRETINI, F. 2011, Vol 1, p. 631.
[67] Por esse mesmo motivo é impossível que eleição seja condicional, pois se assim for, Deus teria que esperar receber da criatura sua decisão de crer ou não, para depois emitir o decreto da eleição, o que destruiria o conceito de Deus, pois tornaria Deus passivo e imperfeito, já que ele teria que receber conhecimento de fora. Então há uma necessidade de uma eleição incondicional para sustentar o conceito de Deus como ato puro, o autossuficiente, a causa não-causada, pois tudo que carece de algo é imperfeito, pois ao receber o que lhe carece, se aperfeiçoa, pois muda, e se muda ele se move, se movendo ele está sendo determinado e causado por outro, porque toda comunicação de atualidade de um ser a outro é uma causalidade, e se a eleição é condicional, então temos uma comunicação de atualidade do homem para Deus, tornando Deus um ser causado e deixando assim de ser uma causa não-causada. Seria como dizer que Deus pode se tornar outro, se não ele mesmo. Como podem ver, é uma doutrina danosa e se analisada desse ponto de vista, torna o Cristianismo absurdo.
[68] Movimento é toda mudança, qualquer mudança em um corpo ou na mente é um movimento, é um *motu*, por isso se diz que sair do estado de “não volição” para a “volição” é um movimento, logo, não pode ser indeterminado.
[69] Usado pelo autor citado como sinônimo de liberdade libertária.
[70] BEZERRA, LL, 2016.
[71] Uma capacidade real em um sujeito real, como a água tem potência para evaporar ou congelar, ou seja, ela tem essa capacidade.
[72] Aquilo que já é de fato, não só em capacidade, a água antes de evaporar está em

potência, depois que ela evaporou ela está em ato.
[73] Para passar da potência para o ato, um objeto deve receber algo de fora, se ele recebe algo então ele muda, se ele muda, ele se aperfeiçoa, pois agora recebeu o que não tinha, por isso diz-se que "passar da potência para o ato é gerar uma perfeição"; como Deus já é perfeito, não pode se aperfeiçoar, portanto, não pode mudar, se não pode mudar, não pode ser movido, logo, não pode receber determinação de fora, sendo sempre o determinante.
[74] OWEN, J. *Contra o Arminianismo e seu ídolo pelagiano, o livre-arbítrio*. 2015. p. 165.
[75] EDWARDS, J. *Freedom of the Will. Section II. Concerning the Determination of the Will.* Christian Classics Ethereal Library. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/edwards/will.ii.ii.html>. Acesso em: 05/08/18.
[76] AQUINO apud MARIN, A. R. *Dios y su Obra*. Biblioteca de autores cristianos. 1963, p. 11.
[77] AQUINO, T. *De Potentia Dei*, Q. 3, Art. 7.
[78] MOLINA, 2007, p. 656.
[79] TURRETINI, 2011, p. 631.
[80] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. CPAD, Vol 2. 2015, p. 549-550.
[81] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 2. CPAD. 2015. p 58.
[82] O artigo 1 da remonstrância ensina exatamente isso: "Que Deus, por um eterno e imutável plano em Jesus Cristo, seu Filho, ANTES QUE FOSSEM POSTOS OS FUNDAMENTOS DO MUNDO determinou salvar, de entre a raça humana que tinha caído no pecado – em Cristo, por causa de Cristo e através de Cristo – aqueles que, pela graça do Santo Espírito, crerem neste seu Filho e que, pela mesma graça, perseverarem na mesma fé e obediência de fé até o fim; e, por outro lado, deixar sob o pecado e a ira os contumazes e descrentes, condenando-os como alheios a Cristo, segundo a palavra do Evangelho de Jo 3.36 e outras passagens da Escritura".
[83] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 1. CPAD, 2015, p. 283.
[84] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 2. CPAD, 2015, p 58.
[85] Os três tipos de conhecimento de Deus (Natural, Livre e Médio), serão discutidos no tópico 4.5.
[86] ZANCHI, Girolamo. *The Doctrine of Absolute Predestination Stated and Asserted: With a preliminary Discourse on the Divine Attributes.* Tradução de Joel Pereira. Disponível em: <http://calvinismoortodoxo.blogspot.com/2019/02/vida-e-obra-de-girolamo-zanchi-um-dos.html>. Acesso em 28/03/19.
[87] ZANCHI, Girolamo. *The Doctrine of Absolute Predestination Stated and Asserted: With a preliminary Discourse on the Divine Attributes.* Tradução de Joel Pereira. Disponível em: <http://calvinismoortodoxo.blogspot.com/2019/03/a-vontade-divina-segundo-girolamo-zanchi.html>.
[88] ARMÍNIO. J. *As Obras de Armínio*. Vol 1. 2015. CPAD. p 283.
[89] ZANCHI, Girolamo. *The Doctrine of Absolute Predestination Stated and Asserted: With a preliminary Discourse on the Divine Attributes.* p 2.
[90] MURPHY. M. *Arminianos Creem na Soberania de Deus?* Disponível em: <https://deusamouomundo.com/arminianismo/arminianos-creem-na-soberania-de-deus/>.

Acesso em 28/03/19.
[91] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 2, CPAD, 2015, p. 58.
[92] Analisaremos o argumento que Armínio oferece em sua obra, de como Deus conhece os atos futuros, no tópico 4.5.
[93] OLSON, R. *Arminianismo perguntas frequentes*: tudo que você sempre quis saber. 2014, p. 10.
[94] OLSON, R. *Arminianismo*. Mitos e Realidades. Reflexão. 2013, p. 255.
[95] COTTELL, J. *A Visão Arminiana Clássica da Predestinação.* 5 de agosto de 2015. Disponível em: <https://deusamouomundo.com/arminianismo/a-visao-arminiana-classica-da-predestinacao/#_edn1>. Acesso em: 11/12/2018.
[96] MOLINA, L. *Concordia del libre arbitrio con los dones de la gracia y con la presciencia, providencia, predestinación y reprobación divinas*. Biblioteca Filosofía en español, Fundación Gustavo Bueno, Oviedo 2007, p. 62-63, 192-194, 423.
[97] OLSON, R. *Teologia Arminiana*: Mitos e Realidades. Reflexão, 2013, p. 158.
[98] CUADRADO, J. A. G. *La obra filosófica y teologica de Domingo Bañez (1528-1604)*. AHIg, 1998, p. 209-227.
[99] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 2, CPAD, 2015, p. 614.
[100] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 1, CPAD, 2015, p. 284-285.
[101] *Os Cinco Artigos da Remonstrância* (1610). Disponível em: <http://teologiaarminiana.blogspot.com/2009/02/os-cinco-artigos-da-remonstrancia-1610.html>. Acesso em: 12/10/2018.
[102] MOLINA, 2007, p. 62-63.
[103] MOLINA, 2007, p. 610.
[104] AQUINO apud TURRETINI, 2011, p. 632.
[105] ARMÍNIO, Vol 2, 2015. p 614.
[106] *Dicionário Grego do Novo Testamento de James Strong: Anotado pela AMG*. Bíblia de estudos Palavras Chave: Hebraico – Grego. CPAD, 2010. Referência 1209.
[107] *Dicionário Grego do Novo Testamento de James Strong: Anotado pela AMG*. Bíblia de estudos Palavras Chave: Hebraico – Grego. CPAD, 2010. Referência 1209.
[108] Para um debate mais aprofundado do texto de 1 Co 2.14, acessar: <http://www.teologiabrasileira.com.br/teologiadet.asp?codigo=476>. Acesso em: 12/08/2018.
[109] LOUW, J. NIDA, E. Léxico Grego-Português do Novo Testamento. Sociedade Bíblica do Brasil. Referência 57.125.
[110] WESLEY, J apud COLLINS, K. J. *Teologia de John Wesley, O amor santo e a forma da graça.* Rio de Janeiro - RJ. 2018, CPAD, p. 100-101.
[111] WESLEY, J. apud NETO, N. A. M. *O Molinismo e a Doutrina da Depravação Total.* Revista Teologia Brasileira. Nº 72. agosto de 2018. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/o-molinismo-e-a-doutrina-da-depravacao-total/>. Acesso em: 11/12/2018.
[112] CALVINO, J. *Institutas* 2.2.15.
[113] Jacó Armínio chama de colaboração divina. Molina e Tomás de Aquino chamavam

de *concursus*. Os calvinistas em geral chamam de concorrência (GRUDEN), ou de concurso ou *concursus* (TURRETINI).
[114] Graça eficaz e a graça preveniente são exemplos do que se chama auxílios divinos, são graças ou operações especiais da parte de Deus sobre o homem, está além do ordinário.
[115] A mudança de natureza pode ter dois entendimentos: o primeiro sentido seria o de modificar a essência a ponto de se transformar em outra coisa, por exemplo, transformar o homem em um rato, ou em um cavalo. Nesse sentido não pode haver mudança de natureza. O segundo sentido é quando um homem é regenerado, no caso da conversão, ou quando no caso de Adão, que a natureza se tornou podre. No caso da regeneração, podemos dizer que sua natureza foi mudada apenas porque foi removido um acidente, que era o veneno do pecado. Embora essa nomenclatura seja bastante utilizada em nosso meio, não é o modo mais apropriado de se expressar; no entanto, não é um problema se soubermos exatamente a que estamos nos referindo, ou seja, que deixemos claro que a regeneração não é uma mudança de essência, mas a remoção de um veneno, que é um acidente.
[116] TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Vol I. Cultura Cristã, 2011, p. 631.
[117] É chamado *prévio* para diferenciar dos molinistas e arminianos que pregam concurso simultâneo. Chamado *físico*, para diferenciar do concurso moral agostiniano, molinista e arminiano. É chamado *particular* para dizer que Deus tem um cuidado particular com sua criação, não só um cuidado universal, ou seja, que ele influencia sua criação de modo particular e não só geral. *Atual* e *eficaz*, quer dizer que nunca falha em seu intento.
[118] O Dr. Héber Campos (1) fala de um concurso simultâneo ao explicar sobre o *concursus* calvinista, embora ele não esteja errado, já que o concurso é simultâneo no segundo momento lógico, depois de iniciada a ação, não é adequado usar o termo, pois, de outro modo, não saberíamos diferenciar entre o simultâneo calvinista e o molinista. O primeiro é divido em dois momentos, o primeiro momento é o *praecurso*, que é prévio e tem uma ação única da parte de Deus, e um segundo momento, que é simultâneo (concurso), pois agora há duas causas totais que produzem o mesmo efeito, colaborando entre si. O segundo, que é o concurso molinista, acontece em um único ato, simultâneo, e sua colaboração é de duas causas parciais para a produção do efeito, invés de totais. 1 - CAMPOS, H.C. *O Ser de Deus e as suas obras: A Providência e sua realização histórica*. Cultura Cristã, 2001. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/providencia/concursus_heber.htm>. Acesso em: 11/06/2018.
[119] CALVINO. *Institutas* 1.16.4.
[120] Essa nomenclatura pode não ser considerada apropriada, pois a palavra concurso ou concorrência já significa uma atividade conjunta de Deus com a criatura, e, quando se fala de um concurso prévio, esse mover anterior é apenas divino, é monergístico, não havendo ainda a sinergia entre criador e criatura. Portanto, esse mover anterior não pode ser considerado um concurso apropriadamente. No entanto, escolhemos essa nomenclatura para podermos diferenciá-la do concurso simultâneo, defendido por molinistas e alguns arminianos, em que não há esse mover prévio divino, não há esse monergismo do mover anterior ao mover da criatura, mas o começo do movimento é concomitante, é simultâneo

ao ato da criatura. Então, para fins didáticos, manteremos essa nomenclatura.
[121] Uma exceção é feita ao teólogo puritano John Humfrey (1621-1719), que defendeu um concurso moral para os atos maus. Na visão de Humfrey, era inconcebível uma predeterminação física (concurso prévio) para atos maus, como fica explanado em sua obra *The middle way of predetermination asserted. Between the Dominicans and Jesuites, Calvinists and Arminians, or, A scriptural enquiry into the influence and causation of God in and unto humane actions; expecially such as are sinfull.* Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A52204.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 31/12/2018.
[122] Ao me referir aos tomistas nesse trabalho, estarei me referindo à escola de pensamento do "imortal" Domingos Bañez. Embora haja diversas interpretações da obra de Santo Tomás (até mesmo Molina se considerava tomista e, portanto, entendia que sua interpretação era uma genuína interpretação de Santo Tomás), a escola Bañeziana é sem dúvida uma das maiores, senão a maior. Por isso, em vista de sua ampla aceitação, decidimos aqui usá-la como sinônimo de tomismo.
[123] Segundo a análise desse autor, Armínio defendeu um concurso moral somente por ocasião da graça preveniente no momento da salvação, mas esse concurso não era sempre assim, pois o mesmo defende que em determinadas situações Deus controla a decisão de algumas pessoas, esse controle é impossível em um concurso moral. Para esse autor, Armínio defende uma posição mista, como será explanado mais a frente. Segundo Olson (2013, p. 169), a partir do século XIX, a maioria dos arminianos posteriores aos ensinos de Thomas Summers e John Miley acredita em um concurso moral, ou seja, que Deus age persuadindo, influenciando, mas não é eficaz em inclinar a vontade humana a tomar atitude A ou B.
[124] MACGREGOR apud BEZERRA, LL. *Livre-arbítrio e responsabilidade humana*: uma defesa do caráter justo e amável de Deus. 2016. Disponível em: <https://www.editorareflexao.com.br/livre-arbitrio-e-responsabilidade-humana-uma-defesa-do-carater-justo-e-amavel-de-deus/b/29#sdfootnote1sym>. Acesso em: 05/08/2018.
[125] Esse autor pesquisou na obra de Molina, e não achou referência alguma quanto a um concurso mediato (indireto), pelo contrário, achou um concurso imediato, direto sobre a criatura, tanto no geral como no particular. Por isso, defendemos que não só MacGregor como Bezerra estão equivocados em ensinar que Molina defendia um concurso mediato em sua obra. No entanto, em contato feito por e-mail com o professor Leandro Bezerra, autor do artigo, o mesmo retificou essa informação, e afirmou que embora MacGregor seja um grande molinista, ele já fez algumas afirmações imprecisas. Portanto, o professor Bezerra, segundo seu depoimento, jamais defendeu que o concurso molinista, mesmo o geral, seja mediato (indireto), mas imediato (direto). Permanece, porém, o erro de MacGregor.
[126] GRUDEN, 1999, p. 152.
[127] CAMPOS, H. C. *O Ser de Deus e as suas obras*: A Providência e sua realização histórica. Cultura Cristã, 2001. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/providencia/concursus_heber.htm>. Acesso em: 11/06/2018.
[128] LOUW, J. NIDA, E. *Léxico Grego-Português do Novo Testamento*. Sociedade

Bíblica do Brasil. Referência 42.4, p. 455.
[129] *Dicionário Grego do Novo Testamento de James Strong*: Anotado pela AMG. Bíblia de estudos Palavras Chave: Hebraico – Grego. CPAD, 2010, p. 2443.
[130] REID, J. K. S. *Introdução a Calvino Sobre a Predestinação Eterna de Deus*. 1961, p. 25-27. Apud *The Reformed Freedom of the Will vs. Determinism*. Disponível em: <https://reformedbooksonline.com/the-reformed-freedom-of-the-will-vs-philosophical-necessity/>. Acesso em: 26/12/2018.
[131] MOLINA, 2007, p. 236.
[132] MOLINA, 2007, p. 230.
[133] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio.* Vol 2, CPAD, 2015, p. 574.
[134] OLSON, R. *Teologia Arminiana*: Mitos e Realidades. Reflexão, 2013, p. 159.
[135] TURRETINI, 2011, p. 639.
[136] TURRETINI, 2011, p. 637.
[137] *CÂNONES DE DORT*, Rejeição de Erros, Erro 09.
[138] A tese de Durando é explicada da seguinte forma: "para qualquer substância x criada por Deus, se x produz y em t como causa imediata e 'per se' de y, fá-lo porque Deus conserva as forças produtivas de x imediatamente e 'per se', e quando x cessa de agir na produção de y, para que y possa existir na realidade, Deus deve conservar y no ser imediatamente e 'per se'. Logo, Deus é causa meramente mediata de y em t, na medida em que é causa imediata e 'per se' da conservação das forças produtivas de x e da conservação do ser de y na existência em t. Portanto, x é a causa única imediata de y em t." (BEZERRA, LL, *Sobre a complexa relação entre a divina providência, presciência, predestinação e o mal na polêmica "De Auxiliis"*: o debate entre Molina e Báñez, e a sua síntese em Zumel. 2018. Seção 5).
[139] BEZERRA, LL. Seção 5. 2018.
[140] CALVINO, J. *Institutas* 1.16.4.
[141] TURRETINI, F. 2011, p. 633.
[142] TURRETINI, F. 2011, p. 634.
[143] BAVINCK, 2012, p. 184.
[144] MOLINA, L. 2007, p. 233.
[145] MOLINA, L. 2007, p. 233.
[146] Para Luís de Molina há um concurso universal, que é totalmente indiferente, e um concurso particular onde há os auxílios divinos. Molina defende que os auxílios divinos são dados as todas as pessoas para que todas as pessoas tenham acesso à salvação, pois a graça preveniente capacitaria todas as pessoas a fazerem obras com um fim sobrenatural. Molina, assim como São Tomás e Jacó Armínio, defende o conceito de vontade antecedente e vontade consequente, uma corresponde a intenção e outra corresponde a execução. Segundo esses proponentes, Deus tem a intenção de salvar todos na sua vontade antecedente, mas não salva a todos em sua vontade consequente. Faremos um comentário sobre isso na seção de teontologia.
[147] MOLINA, L. 2007, p. 655.
[148] Atualizar é o mesmo que decretar, significa "tornar ato" ou "tornar atual". Os molinistas modernos costumam usar esse termo para suavizar as consequências de seus

ensinos e tornar o seu determinismo mais agradável aos ouvidos dos seus seguidores.
[149] MOLINA, 2007, p. 656.
[150] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 2, CPAD, 2015, p. 574.
[151] OLSON, R. *Teologia Arminiana*: Mitos e Realidades. Reflexão, 2013, p. 159.
[152] CALVINO, J. *Institutas* 1.16.3.
[153] Nesse trabalho, reconhecemos que há certa base bíblica para um concurso indiferente para os atos maus, pois não seria equivocado dizer que Deus apenas concorre de forma indiferente com os atos maus, já que Deus não infunde o mal no agente livre, podendo, por assim dizer, deixar o homem entregue às suas próprias ações. Essa concorrência indiferente para os atos maus teria base bíblica em alguns versículos como Romanos 1.24 e Salmo 81.12.
[154] CALVINO, J. *Institutas* 2.3.3.
[155] MOLINA, 2007, p. 690.
[156] MOLINA, 2007, p. 447.
[157] Esse assunto (como Deus conhece as coisas) deveria ser tratado na seção de teontologia, como em toda teologia sistemática, no entanto, optamos por abordá-lo aqui por causa da praticidade. O conhecimento intermediário depende diretamente do concurso simultâneo, e não se pode falar de conhecimento médio sem abordar o concurso simultâneo, que é o que torna ele possível. Qualquer abordagem de rejeição do conhecimento médio sem levar em conta o concurso molinista falhará miseravelmente. Assim, decidimos abordar esse assunto logo após termos explicado o concurso molinista e já termos estabelecido a sua rejeição. De outra forma, teríamos que explicar novamente toda a matéria na outra seção, o que seria uma duplicação de trabalho.
[158] MOLINA, 2007, p. 446.
[159] MOLINA, 2007, p. 447.
[160] O conhecimento de Deus é *noutético*, quer dizer, é imediato, sem inferências ou progressão de raciocínio. Para Deus não há dedução ou indução, ele conhece tudo em único ato. Um único relance e todas as coisas estão descobertas diante dele (Hb 4.13). O conhecimento do homem, porém, é *dinoutético*, é em progressão, por dedução ou indução, é movido pela reflexão, deliberação e conclusões que podem estar certas ou erradas. Porém, como nosso entendimento é limitado, dividimos o conhecimento de Deus de forma didática, para melhor compreender.
[161] TURRETIN. Vol 1. 2011. p 288.
[162] Dr. William Lane Craig comete um erro em seu livro *Filosofia e Cosmovisão Cristã* (Vida Nova, 2005, p. 631, 632), ao dizer que aqueles que ele descreve como fatalistas (no tópico 5, explicaremos que esse termo “fatalistas” aplicado ao calvinismo não faz o mínimo sentido), afirmam que se Deus conhece *p*, necessariamente *p* acontece. Isso é verdadeiro somente em relação ao conhecimento de visão, que acontece em virtude da emissão do decreto, mas não é verdadeiro em relação ao conhecimento de simples inteligência, onde está incluído os mundos possíveis e existe em virtude da possibilidade do decreto a ser emitido. Para que o argumento do Dr. Craig lograsse êxito, ele teria que provar que mesmo depois do decreto divino, algum evento poderia ser mudado, tornando falho o decreto. Obviamente, ele jamais demonstrará tal coisa. Logo, a objeção do Dr. Craig é derrotada.

[163] ZANCHI, G. *The doctrine of absolution predestination stated and asserted*. p. 02-03. Tradução de Joel Pereira.
[164] CRAIG, W. L. *O Único Deus Sábio*: A Compatibilidade entre a Presciência Divina e a Liberdade Humana. Sal Cultural. 2016, p. 113 ss.
[165] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 2. CPAD. 2015. p 58-59.
[166] CRAIG, W.L, MORELAND, J. P. *Filosofia e Cosmovisão Cristã*.Vida Nova, 2005, p. 635.
[167] ZANCHI, G. *The doctrine of absolution predestination stated and asserted*. p. 02-03. Tradução de Joel Pereira.
[168] CRAIG, W.L. *Divine Foreknowledge and Human Freedom. The Coherence of Theism: Omniscience*, p. 271-273.
[169] OLSON, R. *Teologia Arminiana*: Mitos e Realidades. Reflexão, 2013, p. 169.
[170] Não nos deteremos além do necessário sobre as diferenças entre graça eficaz e graça preveniente, já que estamos falando apenas de concurso providencial. Por enquanto basta para nós entendermos o que é um concurso moral e um concurso prévio, e como esses dois se desdobram em graça preveniente e graça eficaz (irresistível). A questão é simples, se o concurso é prévio, então a graça é irresistível, uma vez que se o ser em ato estabelece o movimento do ser em potência, é impossível o ato não ocorrer, a não ser que a força não seja suficiente para movimentar o ser em potência, mas isso só aconteceria caso Deus, que é onipotente, permitisse assim ser resistido, que é o que acontece com os não eleitos que resistem sempre o Espírito Santo, e resistem porque a moção divina, nesse caso, é resistível, pois Deus permite que seja resistida. Imagine que um homem vai empurrar um carro, se ele tem forças para empurrar o carro, só há uma razão para esse carro não ser movido, a de que o homem não quisesse de fato mover tal veículo, ou seja, é totalmente contraproducente dizer que Deus quer salvar todas as pessoas, e ao impor uma força a quem quer salvar, seja resistível, isso só seria possível se Deus não quisesse de fato salvar aquele homem. Logo, fica claro porque a graça é irresistível aos eleitos, pois Deus, querendo salvar, salvará, pois seu poder move o homem a querer livremente aceitá-lo, já que o mover de Deus torna a liberdade humana ato. Já se o concurso for moral, então a graça sempre será resistível, pois Deus apenas apeteceria tal homem a querer, não concedendo ao homem um poder de realmente querer algo.
[171] Armínio adota um concurso misto, pois ora prega o concurso prévio, já que afirma que Deus controla as decisões de certas pessoas em determinadas ocasiões, ora é moral, por ocasião da graça preveniente, ora é simultâneo, pois afirma que a liberdade não pode ser determinada por uma causa anterior. Segundo a visão do autor desse trabalho, Armínio adota uma visão mista, como alguns autores do século XVI, principalmente os compendiadores e sintetizadores de dogmáticas, que, para não mergulharem nas controvérsias sobre a concorrência divina e suas respectivas nuances, que invariavelmente terminavam por gerar infindáveis discussões (onde se questiona se se trata de um auxílio prévio *in causam* ou concomitante com a produção predicamental, isto é, *in effectum*) acabavam adotando uma posição neutra, posição esta que se desenvolvia em justamente patrocinar o que há de comum entre ambos os lados: o concurso para o efeito. Tanto os defensores do concurso prévio como os defensores do concurso simultâneo indiferente

admitem a necessidade de um concurso para o efeito das causas secundas, a saber, uma assistência no âmbito transcendental para a produção *in fieri* dos efeitos na criação. As diferenças aparecem no estabelecimento da constituição intrínseca deste concurso: se parcial ou se total, se coordenado ou subordinado, se indiferente ou não, se prescinde o pré-mover físico ou não. A título de exemplo, alguns molinistas da mesma época (digamos, não-puros) como Padre Dalmaú S. J. e Padre Josepho Mendive S. J. rejeitaram a tese de Molina da parcialidade entre a causalidade transcendental (de Deus) e a causalidade predicamental (das criaturas), assumindo a totalidade entre as operações, e, por outro lado, rejeitando a premoção física como inútil mas Armínio não segue esse último posicionamento. Muitos patrocinadores do molinismo rejeitaram a parcialidade entre as causas, reduzindo a defesa da posição apenas à indiferença do concurso. Diante do estudo da obra de Armínio, no entanto, concluímos que Armínio, a semelhança de alguns molinistas não puros de sua época, não se prendia a um só tipo de concurso, como ocorre no calvinismo, mas, que Deus concorria com criatura de forma diferente, dependendo da situação e da sua vontade.

[172] ARMÍNIO. Vol 1, p. 341.

[173] TURRETINI, F. 2011, p. 630.

[174] CALVINO, J. *Institutas* 1.2.2.

[175] CALVINO, J. *Institutas* 1.15.3.

[176] *CANONES DE DORT*, Cap 1.15.

[177] *Segunda Confissão Helvética*. Seção 8. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/seg-confissao-helvetica.pdf>. Acesso em: 28/07/2018.

[178] *Segunda Confissão de Fé Helvética por Heinrich Bullinger*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_helvetica.htm>. Acesso em: 30/12/2018.

[179] TURRETINI, 2011, Vol 1, p. 97, 98.

[180] TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã. Vol 2, 2011, p. 427, 428.

[181] GALE, T. *The court of the gentiles. Part IV - Of reformed philosophie. Book III - Of divine predetermination, wherein the nature of divine predetermination is fully explicated and demonstrated, both in the general, as also more particularly, as to the substrate mater [sic] or entitative act of sin*, p. 5. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-idx?c=eebo;idno=A41639.0001.001>. Acesso em: 31/12/2018.

[182] MOLINA, L, 2011, p. 44-45.

[183] HUGON, E. *Os Princípios da Filosofia de São Tomás de Aquino*: As Vinte e Quatro Teses Fundamentais. EDIPUCRS, 1998, p. 269.

[184] OLSON, R. *Arminianismo*: mitos e realidades. Reflexão, p. 49.

[185] *Catecismo da Igreja de Genebra*. Disponível em: <http://www.ipbotafogo.org.br/site_novo/wp-content/uploads/2015/05/13.-Catecismo-de-Genebra-Jo%C3%A3o-Calvino-Trad.-Ruim.pdf>. Acesso em: 01/12/2018.

[186] CALVINO, J. *Dedicatória do comentário de Salmos*. Vol 1. Edições Paracletos.

1999.
[187] CALVINO, J. *Comentário da Carta Aos Romanos*. Edições Parakletos, 2001, p. 71.
[188] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. CPAD. Vol 2. 2015, p. 549-550.
[189] OLSON, R. *Arminianismo*. Mitos e Realidades. Reflexão, 2013, p. 151.
[190] Causa formal trata-se na forma imprimida pela causa eficiente no efeito, fazendo-o ganhar uma nova determinação, por exemplo, se imprimo na superfície de uma parede a brancura, a brancura é a forma impressa na parede. Quando se diz que Deus não é causa formal do pecado, quer dizer que Ele não determinou através da impressão do ato pecaminoso no agente executor, ou seja, o pecado acontece de forma acidental em relação a Deus. Causa acidental quer dizer que Deus não produz o pecado diretamente pelo seu mover, pois seu mover é sempre bom, mas que como um acidente o pecado acontece. Isso não quer dizer que o ato pecaminoso seja um acidente no sentido de que acontece de forma imprevisível ou que seja uma surpresa, mas antes que o mover foi desviado para fora daquilo que o mover pode produzir por si mesmo.
[191] CALVINO, J. *Institutas*, 1.16.6.
[192] Segundo Calvino, Deus estava usando o espírito maligno para executar um juízo sobre Acabe. Calvino diz: “Portanto, seja o que for que os homens maquinem, ou o próprio Satanás, entretanto Deus retém o timão, de sorte que lhes dirija os propósitos no sentido de executarem seus juízos. Deus quer que o pérfido rei Acabe seja enganado; para esse fim oferece seus préstimos ao diabo. Por isso é enviado com um mandado definido: que seja um espírito mentiroso na boca de todos os profetas (1Rs 22.20-23). Se a obcecação e insânia de Acabe é o juízo de Deus, desvanece-se o constructo imaginário da permissão absoluta, pois seria ridículo que o Juiz apenas permitisse o que queria que fosse feito, contudo não o decretasse e não determinasse a execução aos serventuários” (*Institutas* 1.18.1).
[193] Calvino explica que o que está em jogo é a intenção de cada um envolvido na ação. Nessa tríplice ação, Deus, homem e o diabo, temos três intenções – a de Deus, que é sempre boa, a do diabo, que é sempre má, e a do homem, que pode ser má ou boa de acordo com sua natureza, seja depravada ou seja regenerada. Quando Deus move Satanás ou um espírito imundo, não infunde nele o mal, ele já tem maldade de sobra, no caso, o espírito imundo faz o que é de sua vontade e natureza, sem coação, e faz o mal por prazer, não porque quer obedecer a Deus, esses espíritos imundos existem e Deus os usa para cumprir determinados propósitos bons, ou seja, transforma sua maldade em bondade, transforma mal em bem, como no evento com os irmãos de José (Gn 50.20). Assim temos que Deus não pode ser condenado como autor do pecado ou da mentira ou de qualquer mal porque não é causa formal do pecado, mas é uma causa primeira, uma vez que move a natureza ruim do diabo e seus demônios para bons fins.
[194] OLSON, R. *Teologia Arminiana*: Mitos e Realidades. Reflexão, 2013, p. 159.
[195] SPURGEON, C. H. *Exposição das Doutrinas da Graça*, p. 10-11. Disponível em: <http://www.projetospurgeon.com.br/wp-content/uploads/2012/04/doutrinas_da_graca_spugeon.pdf>. Acesso em: 22/07/2018.
[196] Cheung afirma claramente que Deus é o autor do pecado. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_porque_deus_mal.htm>.

Acesso em 08/12/2018.
[197] CLARK, G. Palestra "*John Frame and Cornelius Van Til*" [a partir dos 29:09]. Disponível em: <www.sermonaudio.com/saplayer/playpopup.asp?SID=12006163416>. Acesso em: 08/12/2018.
[198] *Dicionário Hebraico do Antigo Testamento* de James Strong: Anotado pela AMG. Bíblia de estudos Palavras Chave: Hebraico – Grego. CPAD. 2010. Referência 7451.
[199] GALE, T. *The court of the gentiles. Part IV - Of reformed philosophie. Book III - Of divine predetermination, wherein the nature of divine predetermination is fully explicated and demonstrated, both in the general, as also more particularly, as to the substrate mater [sic] or entitative act of sin*. p 3. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-idx?c=eebo;idno=A41639.0001.001>. Acesso em 31/12/2018.
[200] GALE, T. *The court of the gentiles. Part IV - Of reformed philosophie*. Book III.
[201] LUTERO, M. *Obras Selecionadas*. vol 4. Debates e Controvérsias II. Sinodal. p 404.
[202] Deve-se deixar claro que com a expressão "autor dos eventos", Calvino está usando como sinônimo de providência geral. Deus é autor do agir, não do pecar.
[203] CALVINO, J. *Comentário sobre Isaías*. Vol 3. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/calvin/calcom15.xiv.i.html>. Acesso em: 12/08/2018.
[204] Clark faz uma diferenciação entre causa e autoria. Para Clark Deus causa o pecado, mas não é autor do pecado, pois não é ele mesmo quem pratica o mal moral. Nossa objeção está muito além disso. A objeção aqui apresentada é se Deus aprova o ato pecaminoso, ou seja, se Deus é causa formal do ato pecaminoso, ou se Deus cria o pecado assim como cria o bem, visto que na referida interpretação de Isaías 45.7, os dois polos, bem e mal, são colocados no mesmo patamar pelo autor em questão. Objetamos também que essa diferença entre causa e autoria tenha qualquer eficácia contra nossos argumentos, pois estamos falando de uma criação metafísica do pecado, não estamos falando da prática do pecado. Clark deixa claro, segundo a fonte citada, que Deus cria o pecado, se cria, então é o autor do mesmo, se Deus pratica o mal moral ou não, isso é irrelevante, nunca pretendemos objetar a isso.
[205] BOER, E. A. *John Calvin's 'Disputatio de Praedestinatione' The relevance of a manuscript on his doctrine Providence and Predestination.* Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260318549_John_Calvin's_'Disputatio_de_Prae
Acesso em: 31/12/2018.
[206] CHEUNG, V. *O Autor do Pecado*. <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_autor_pecado.htm>. Acesso em: 31/12/2018.
[207] CHEUNG, V. *Por que Deus Criou o Mal?* <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_porque_deus_mal.htm>. Acesso em: 31/12/2018.
[208] CHEUNG, V. *Por que Deus Criou o Mal?* <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_porque_deus_mal.htm>. Acesso em: 31/12/2018.
[209] CHEUNG, V. *O Autor do Pecado*. <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_autor_pecado.htm>.

Acesso em: 31/12/2018.
[210] CHEUNG, V. *Por que Deus Criou o Mal?* <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_porque_deus_mal.htm>. Acesso em: 31/12/2018.
[211] LUTERO, M. *Obras Selecionadas*. vol 4. Debates e Controvérsias II. Sinodal. p 404.
[212] LUTERO, M. *Obras Selecionadas*. vol 4. Debates e Controvérsias II. Sinodal. p 128.
[213] CALVINO, J. *Institutas* 1.17.5.
[214] ZANCHI, Girolamo. *The Doctrine of Absolute Predestination Stated and Asserted: With a preliminary Discourse on the Divine Attributes*. Tradução de Joel Pereira. Disponível em: <http://calvinismoortodoxo.blogspot.com/2019/02/vida-e-obra-de-girolamo-zanchi-um-dos.html>. Acesso em 28/03/19.
[215] *Segunda Confissão de Fé Helvética*. Seção 8. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_helvetica.htm>. Acesso em: 05/08/18.
[216] A liberdade dos homens no estado de pecado é não poder não pecar (*non posse non peccare*). A liberdade dos crentes, na graça, é poder pecar e não pecar (*posse peccare et non peccare*), por isso nosso trabalho define essa última de natureza mista.
[217] BOER, E. A. *John Calvin's 'Disputatio de Praedestinatione' The relevance of a manuscript on his doctrine Providence and Predestination*. Disponivel em: <https://www.researchgate.net/publication/260318549_John_Calvin's_'Disputatio_de_Praec
Acesso em: 31/12/2018.
[218] Quando falamos que o homem tem uma natureza podre, nos referimos à natureza pecaminosa. Não estamos dizendo que essa natureza é pecaminosa em si mesma, pois o pecado é um acidente (em contradição com sua essência, não em si mesmo, pois em si mesmo o pecado é uma privação, portanto não pode ser acidente nem substância), já que o homem não deixa de ser homem caso ele fique livre do pecado, mas que essa natureza se corrompeu e que agora, depois da queda, ser homem é ser pecador, como se fizesse parte dele, mas sabemos que embora o homem seja pecador por natureza, não é uma natureza em si mesma, pois foi criada boa, mas por uma corrupção, como alguém que adiciona um veneno em uma água. Nem tampouco podemos dizer que tudo dessa natureza original se foi, e que não resta absolutamente nada da imagem de Deus em nós. Assim explica Calvino: “Portanto, embora concordemos que a imagem de Deus não foi nele aniquilada e apagada de todo, todavia foi corrompida a tal ponto que, qualquer coisa que lhe reste, não passa de horrenda deformidade” (*Institutas* 1.15.4).
[219] TURRETINI, F. 2011, p. 417.
[220] CALVINO, J. *Contra la sect des Libertins. Corpus Reformatorum*, Vol 35. Organizado por CUNITZ, Edouard (Ed.), BAUM, Johann-Wilhelm (Ed.), REUSS, Eduard Wilhelm Eugen (Ed.). *Joannis Calvini opera quae supersunt omnia*. Brunsvigae: C. A. Schwetschke, 1863, p. 188-189.
[221] REID, J. K. S. *Introdução a Calvino Sobre a Predestinação Eterna de Deus*. 1961. pp. 25-27. Apud *The Reformed Freedom of the Will vs. Determinism*. Disponível em: <https://reformedbooksonline.com/the-reformed-freedom-of-the-will-vs-philosophical-

necessity/>. Acesso em: 26/12/2018.
[222] RULER, V. J. *New philosophy to old standards: Voetius' Vindication of Divine Concurrence and Secondary Causality*. *Nederlands Archief Voor Kerkgeschiedenis / Dutch Review of Church History*. Vol. 71. nº 1. 1991, p. 58-91. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24009394>. Acesso em: 01/01/2019.
[223] BAVINCK, H. *Dogmática Reformada*: Deus e a criação. Cultura Cristã, Vol 2, 2012, p. 627.
[224] BEZERRA, LL, *Sobre a complexa relação entre a divina providência, presciência, predestinação e o mal na polêmica "De Auxiliis"*: o debate entre Molina e Báñez, e a sua síntese em Zumel. 2018.
[225] Na época em que o professor escreveu esse artigo, ele era um molinista. Atualmente, o mesmo mudou de opinião, se designando um tomista de viés zumeliano (da ordem do mercedário Francisco Zumel), compartilhando muitas das crenças apresentadas nesse livro. Para o conhecimento do pensamento de Francisco Zumel, veja-se "*Sobre a complexa relação entre a divina providência, presciência, predestinação e o mal na polêmica "De Auxiliis":* o debate entre Molina e Báñez, e a sua síntese em Zumel. 2018. Seção 7".
[226] BEZERRA, L, L. *Livre-arbítrio e responsabilidade humana*: uma defesa do caráter justo e amável de Deus. 2016. Disponível em: <https://www.editorareflexao.com.br/livre-arbitrio-e-responsabilidade-humana-uma-defesa-do-carater-justo-e-amavel-de-deus/b/29#sdfootnote1sym>. Acesso em: 05/08/2018.
[227] CALVINO, J. *Institutas* 1.15.8.
[228] CALVINO, J. *Institutas* 2.1.4.
[229] CALVINO apud WRIGHT, R. K. M. G. *Quem é o autor do pecado?* Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/autor-pecado_wright.pdf>. Acesso em: 15/07/2018.
[230] CALVINO, J. *Série Comentários Bíblicos*: Tiago. Fiel, 2015. p. 45.
[231] CALVINO J. *Institutas*. 1.3.5.
[232] Santo Agostinho foi quem definiu que o mal era uma ausência de bem, e é necessário que se mantenha assim, pois se o mal se torna uma substância em si mesma, então cairíamos na heresia maniqueísta ou gnóstica, portanto, é salutar entender que o mal depende do bem para existir, não sendo uma substância de oposição ao bem, mas de sua ausência, assim como o diabo não é um deus concorrente com o Deus verdadeiro.
[233] ARMÍNIO, 2015, Vol 1, p. 296-297.
[234] ARMÍNIO, 2015, Vol 1, p. 566-567.
[235] ARMÍNIO, 2015, Vol 1, p. 283-284.
[236] MARIN, A. R. *Dios y su Obra*. Biblioteca de autores cristianos, 1963, p. 165-166.
[237] HUGON, E. *Os Princípios da Filosofia de São Tomás de Aquino*: As Vinte e Quatro Teses Fundamentais. EDIPUCRS, 1998. p 276.
[238] AQUINO apud ALBERTO, C. *Da divina providência* [OPÚSCULO]. Disponível em: <https://medium.com/@carlosalberto96vha/da-divina-provid%C3%AAncia-op%C3%BAsculo-1f4b901a5c6f?fbclid=IwAR077zAEgQc0HsYCYs_RZiOLk9Jv25FBaGSOR5zDenTRPLp5NuBbsc4vtMs
Acesso em 20/04/2019.

[239] AQUINO apud ALBERTO, C. *Da divina providência* [OPÚSCULO]. Disponível em: <https://medium.com/@carlosalberto96vha/da-divina-provid%C3%AAncia-op%C3%BAsculo-1f4b901a5c6f?fbclid=IwAR077zAEgQc0HsYCYs_RZiOLk9Jv25FBaGSOR5zDenTRPLp5NuBbsc4vtMs Acesso em 20/04/2019.
[240] CALVINO, J. *Dedicatória do comentário de Salmos*. Vol 1, p. 37.
[241] CALVINO, J. *Comentário da Carta Aos Romanos*. Edições Parakletos, 2001, p. 71.
[242] Armínio se defende da acusação de transformar Deus em autor do pecado e do mal em ARMÍNIO, 2015, Vol 1, p. 284.
[243] Molinistas também acusaram os tomistas de transformarem Deus em autor do mal, essa acusação é recorrente contra todas as doutrinas que exaltam a soberania de Deus.
[244] SPURGEON, C. H. *Exposição das Doutrinas da Graça*. p. 9-10. Disponível em: <http://www.projetospurgeon.com.br/wp-content/uploads/2012/04/doutrinas_da_graca_spugeon.pdf> Acesso em: 22/07/2018.
[245] MOLINA, 2007, p. 574.
[246] MOLINA, 2007, p. 574.
[247] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. CPAD. Vol 2, 2015, p. 549-550.
[248] MOLINA, 2007, p. 231-232.
[249] Uma interessante e honesta reflexão é feita pelo tomista espanhol Royo Marin sobre o problema do mal. Assim diz: "… dado que Deus conhece todas as coisas de antemão e prevendo com certeza que, se o pecador, estando sua vontade inclinada ao mal em um momento determinado for movido à ação, produzirá o fato pecaminoso, por que se move e empurra a ação? Por que não se abstém de prevenir como causa primeira, impedindo com ele a ação, certamente, porém, impedindo também o pecado? A resposta plenamente satisfatória a esta pergunta é para nós um grande enigma e um mistério impenetrável" (MARIN, A. R. *Dios y su Obra*. Biblioteca de autores cristianos. 1963, p. 608). No entanto, como mostramos nesse capítulo, nos amparamos no plano de Deus. Se Deus permitiu o mal, então ele tem um plano, e o plano é bom, já que ele é bom.
[250] BEZERRA, L. L. 2016.
[251] Como o artigo é antigo (2016), foi feito contato com o professor Leandro Bezerra por e-mail, para confirmar se o autor continuava com o mesmo ponto de vista. Em resposta, o professor Leandro Bezerra esclareceu que havia mudado de opinião quanto ao ponto 1, e que o ponto 2 e 3 deveriam ser feitas ressalvas. Sobre o ponto 1, em que o professor Bezerra afirma que Calvino negou que o homem fosse um verdadeiro agente, agora ele emite a seguinte opinião:

> Não há nas obras de Calvino, até onde sei, uma declaração de que o homem não é um agente – Aliás, tal declaração conduziria ao nefasto ocasionalismo. Ao contrário, vemos Calvino dizer que Deus "proveu que se acrescentasse a escolha, que dirigisse os apetites e regulasse a todos os movimentos orgânicos, e assim a vontade fosse inteiramente consentânea à ação moderadora da razão" (*Institutas*, I, XV, 8), caso em que reconhece que o homem é um ser de vontade, e que tal faculdade é exercida à luz da inteligência dada por Deus. Pois bem, no contexto,

> Calvino ainda deixa claro que, após a queda original, os seres humanos tiveram as suas faculdades afetadas de tal modo pelo pecado que, quando deixados por si mesmos, propendem naturalmente para o mal, como reflexo da sua natureza má.

A declaração acima mostra uma análise mais madura da obra de Calvino, e nós concordamos com ela.
Sobre o ponto 2 e 3 onde ele afirma no artigo: 2. Calvino afirmou que Deus prefixou o curso completo da natureza; 3. Calvino defendeu que Deus move a vontade dos homens pelo seu decreto e determinação, inclusive a própria vontade pecaminosa; no e-mail o professor afirma que Calvino, na verdade, é confuso em suas afirmações, não deixando muito claras as distinções do que ele de fato quer falar, pois não explica claramente como acontece a relação entre causas primeiras e causas segundas. Nós concordamos que Calvino, muitas vezes, é simplista e não muito didático quanto às suas colocações, e que elas são difusas em várias obras diferentes quando o assunto é providência. Por isso, a leitura de autores mais sistemáticos como Francis Turretini e Herman Bavinck se fazem necessárias para se ter uma noção de um pensamento calvinista como um sistema e não como pensamento de uma pessoa só chamada João Calvino. No entanto, continuamos a discordar que Calvino tenha defendido que Deus move as pessoas a pecar, como demonstrado nas numerosas citações aqui neste trabalho.
[252] CALVINO, J. *Institutas* 1.15.1.
[253] CALVINO, J. *Institutas* 1.15.3.
[254] CALVINO, J. Institutas 1.15.8.
[255] Na tradição islâmica esse filho era Ismael, o primogênito, não Isaac.
[256] TURRETINI, Vol 1, p. 749.
[257] Esse também é o ponto de vista de Agostinho, o orgulho foi o primeiro pecado, anterior ao da desobediência, pois, para desobedecer, o homem já deve ser corrupto anteriormente, como citado por SPROUL, R. C. *A humanidade antes da queda*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/pecado_original/hum-antes-queda_sproul.pdf>. Acesso em: 25/11/18.
[258] GALE, T. *The court of the gentiles. Part IV - Of reformed philosophie. Book III - Of divine predetermination, wherein the nature of divine predetermination is fully explicated and demonstrated, both in the general, as also more particularly, as to the substrate mater [sic] or entitative act of sin*. p. 5. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-idx?c=eebo;idno=A41639.0001.001>. Acesso em: 31/12/2018.
[259] *Confissão de fé de Westminster*. Seção 2.1. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>.
Acesso em: 14/02/2018.
[260] TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã. Vol 1. 2011. p 262.
[261] O atributo da independência é chamado na teologia de asseidade.
[262] *Confissão de fé de Westminster*. Seção 2.2. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>. Acesso em: 14/02/2018.

[263] As potências podem ser passivas ou ativas. A potência passiva recebe, e a potência ativa concede, a Deus se impugna a primeira e se atribui a segunda.
[264] O conceito chamado Ato Puro foi elaborado por Aristóteles, mas não começou nele. Parmênides (séc. VI-V a.C) defendeu que o conceito de "Ser" implica logicamente em unidade. Da unidade decorreria necessariamente que o ser é eterno, imóvel, indivisível e imutável. Esse conceito foi aperfeiçoado por Platão, e as ideias de Platão chegaram em Agostinho através de Plotino. Agostinho então fez essa ligação entre o cristianismo e a filosofia platônica. Aristóteles ganhou força na Idade Média com Tomás de Aquino, no entanto, a teologia cristã já adotava esse conceito de Deus.
[265] BAVINCK, H. *Dogmática Reformada*: Deus e a criação. Cultura Cristã. Vol 2. 2012. p 157-158.
[266] Apesar dos cristãos terem concordado que Deus é ato puro, a essência em si mesma, imutável etc, não se deve pensar que houve uma subserviência da teologia cristã à filosofia grega. Para os gregos, o universo era eterno e caótico, e Deus apenas daria forma e organização a esse caos. Agostinho rompe com esse conceito ao dizer que Deus não é um reorganizador de matéria pré-existente, mas o criador dessa matéria e de tudo que existe a partir do nada. Apesar desse posicionamento ser derivado de uma interpretação do Gênesis, é importante lembrar que há grupos judaicos que interpretam o Gênesis de forma diferente, não como uma criação de matéria a partir do nada, mas somente como uma reorganização de matéria, assim como era a crença grega.
[267] NOUGÉ, Carlos. *O tempo e a Eternidade em Santo Tomás de Aquino*. Conferência proferida na Semana Acadêmica Tempo e Eternidade na Idade Média. Seminário Bom Pastor, Francisco Beltrão, PR. 12 de maio de 2010.
[268] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. p 153-154.
[269] A essa eternidade dos salvos e dos anjos, chamamos na teologia de eternidade participada, pois é recebida sobrenaturalmente e particularmente de Deus, e, portanto, é a que mais se aproxima da eternidade divina.
[270] Devemos fazer uma observação aos anjos, pois, embora mudem em certo aspecto, não estão no tempo. Isso porque eles não têm matéria, como não tem matéria, são incorruptíveis, e nesse aspecto estão fora do tempo, mas intelectualmente eles podem mudar, já que podem errar, então mudam somente intelectualmente. Então se convencionou dizer que os anjos estão em um estado intermediário entre o nosso tempo (dos seres corpóreos, que mudam tanto no corpo como na mente) e a eternidade absoluta de Deus (o absolutamente imutável), chamada *eviternidade* ou somente evo (dos seres que mudam somente na mente, mas não no corpo). Esse será nosso estado na glorificação, já que a Escritura atesta que seremos como os anjos, um estado de eternidade participada chamada eviternidade. Isso parece óbvio já que a imutabilidade é um atributo incomunicável, portanto, não poderíamos ser iguais a Deus na glorificação.
[271] MARIN, A. R. *Dios y su Obra*. Biblioteca de autores cristianos. 1963. p 91.
[272] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. p 166.
[273] TURRETINI, F. Vol 1. 2011. p 276.
[274] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. p 166.
[275] CRAIG, W. L. *Deus, Tempo e a Eternidade*. Disponível em:

<https://www.reasonablefaith.org/writings/popular-writings/existence-nature-of-god/god-time-and-eternity1/>. Acesso em 03/12/2018.
[276] TURRETINI, F. Vol 1. 2011. p 277.
[277] CALVINO, J. *Institutas* 1.13.2.
[278] TURRETINI, F. *Compêndio de Teologia Apologética*. Cultura Cristã. Vol 1. 2011. p 263.
[279] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. p. 152.
[280] GILSON, E. *A filosofia na idade média*. Martins Fontes. 1995. p 745. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/e-gilson-a-filosofia-na-idade-mc3a9dia.pdf>. Acesso em 07/12/2018.
[281] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. p 122.
[282] CLARK, G. *Deus e o Mal*: O problema resolvido. Monergismo. 2010. p 81.
[283] CLARK, G. H. *Deus e o mal*: O problema resolvido. Monergismo. 2010. p 6.
[284] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. p 121
[285] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. p 120.
[286] TURRETINI. Vol 1. 2011. p 314.
[287] CALVINO. *Institutas* 3.23.8.
[288] CALVINO, J. *Contra la sect des Libertins. Corpus Reformatorum.* Vol 35. Organizado por CUNITZ, Edouard (Ed.), BAUM, Johann-Wilhelm (Ed.), REUSS, Eduard Wilhelm Eugen (Ed.). *Joannis Calvini opera quae supersunt omnia*. Brunsvigae : C.A. Schwetschke. 1863. p 186.
[289] CALVINO apud WRIGHT, R. K. M. G. *Quem é o autor do pecado?* Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/autor-pecado_wright.pdf>. Acesso em 15/07/2018.
[290] CALVINO. *Institutas* 3.23.8
[291] CALVINO. *Institutas* 2.4.4.
[292] CALVINO, J. *Institutas* 1.18.3
[293] CALVINO, J. *Institutas*. 1.18.1
[294] CALVINO, J. *Institutas*. 1.18.4.
[295] CALVINO, J. *Institutas*. 1.18.2
[296] CALVINO J. *Institutas*. 1.3.5.
[297] CHEUNG, V. *Melhor do que "Ex Lex"*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/apologetica/ex_lex_cheung.htm>. Acesso em 07/12/2018.
[298] CALVINO J. *Institutas*. 1.18.3.
[299] No tomismo, essas vontades são chamadas respectivamente de vontade simples e vontade ordenada.
[300] O renomado autor arminiano Carlos Augusto Vailatti diz o seguinte: "Em outras palavras, Deus estabelece a longevidade de um indivíduo de forma condicional ou incondicional? Tal ato divino leva em consideração a presciência das ações das criaturas ou não? A decisão divina concernente à durabilidade da vida terrena de um indivíduo é alterável ou inalterável? Se tal determinismo divino da longevidade de alguém é incondicional e inalterável, como podemos explicar o prolongamento da vida do rei

Ezequias, que, primeiro, é retratado como tendo os seus ‘dias contados’ (2Rs 20.1; Is 38.1), mas que, logo em seguida, recebe um acréscimo de longevidade de quinze anos (2Rs 20.6; Is 38.5)?”. (Disponível em: <https://www.facebook.com/arminianismodazueira/posts/o-salmo-13916-ensina-o-determinismo-divinopor-carlos-augusto-vailatti-frequentem/1241633205983504/ >. Acesso em 15/12/2018). O autor defende que Deus pode mudar de ideia de acordo com as decisões humanas. Essa ideia deve ser rejeitada. Isso só seria possível se Deus não tivesse presciência, pois sendo presciente, já saberia do fim desde o começo, e não precisaria ter mudado de ideia. Mas levantemos a possibilidade de que o autor defenda a presciência divina, nesse caso, Deus previu que a morte de Ezequias seria tal dia, e depois alterou a própria previsão? Como isso é possível em um Deus infalível? Portanto, no desejo de refutar o determinismo divino, o autor aniquila a perfeição divina quanto ao conhecimento, transforma Deus em um ser passivo que se alimenta das informações das criaturas e decide baseado na criatura, tornando-se assim, um ser causado. Enquanto isso a Escritura é clara: “Mas ele está resolvido, quem então pode desviá-lo? E o que ele quiser, isso fará; porque cumprirá o que está ordenado a meu respeito; e muitas coisas como estas ainda tem consigo” (Jó 23.13,14).

Outro autor que defende que Deus pode mudar é Vincent Cheung. Segundo Cheung, se oramos, Deus faz as coisas de um jeito, se não oramos, Deus faz as coisas de outro jeito. Para Cheung, Deus é tão soberano, que é soberano até para mudar o decreto. Obviamente um Deus que precisa mudar um decreto, é um Deus que pode ser melhorado, pois o jeito anterior não era tão bom quando esse novo decreto. Cheung comenta sobre a afirmação calvinista comum de que a oração muda o homem e não a Deus: “Oração não muda a Deus, mas muda você”. Isso é lixo estufado, e um *red herring*. Não há necessidade de mudar a Deus a fim de mudar as coisas. De fato, eu estou contando com que ele permaneça o mesmo – sempre – porque isso significa que ele vai continuar a manter sua palavra e cumprir suas promessas, incluindo suas promessas de mudar coisas quando eu oro. Deus é soberano, e esse é o porquê de não haver nada que pode impedi-lo de manter sua palavra para mim”. Disponível em: <https://defesaapologetica.blogspot.com/2015/10/ezequiel-1823-e-ezequiel-3311.html?fbclid=IwAR2vVd_VHDo1GB3P1B7c6Vsg2_GVJSSWikTuP1jvtighyeoIQfu2VI6diy4>.

[301] CALVINO J. *Institutas*. 1.18.4

[302] Essa vontade é conhecida no tomismo como Vontade Absoluta.

[303] Também conhecida por Vontade eficaz.

[304] Também conhecida por Vontade ordenada.

[305] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. CPAD. Vol 1. p 283, 284.

[306] TURRETINI, Vol 1, 2011, p 298-299.

[307] Pergunta feita pelo autor de um artigo sobre o assunto em um famoso site calvinista. Disponível em: <https://bereianos.blogspot.com/2012/07/qual-diferenca-entre-vontade-decretiva.html>. Acesso em: 15/12/2018.

[308] ZANCHI, Girolamo. *The Doctrine of Absolute Predestination Stated and Asserted: With a preliminary Discourse on the Divine Attributes*. Tradução de Joel Pereira. Disponível em: <http://calvinismoortodoxo.blogspot.com/2019/03/a-vontade-divina-segundo-girolamo-zanchi.html>.

[309] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 3. CPAD. 2015. p 541.
[310] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 1. CPAD. 2015. p 279.
[311] BEZERRA, LL, *Sobre a complexa relação entre a divina providência, presciência, predestinação e o mal na polêmica "De Auxiliis": o debate entre Molina e Báñez, e a sua síntese em Zumel*. 2018. Seção 7.
[312] AQUINO apud MARIN, A.R. Dios y su Obra. Biblioteca de autores cristianos. 1963. p 167.
[313] ARMÍNIO, J. *As Obras de Armínio*. Vol 3. CPAD. 2015. p 542.
[314] CALVINO, J. *Institutas*. 3.22.3.
[315] CALVINO apud SPROUL, R. C. *O que é teologia reformada*. Cultura Cristã. 2009. p 134-137
[316] O mesmo que dupla predestinação simétrica.
[317] SPROUL, R. C. *O que é teologia reformada*. Cultura Cristã. 2009. p 134.
[318] TURRETINI, Vol 1, 2011, p 545.
[319] *Cânones de Dort.* Seção 1.7
[320] *Cânones de Dort*. Seção 1.10
[321] Também chamado de sublapsarianismo.
[322] FERREIRA, F. MYATT, A. *Teologia Sistemática*: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. Vida Nova. São Paulo. 2007. p 306.
[323] TURRETINI, Vol 1, 2011, p 545.
[324] TURRETIN. Vol 1. 2011. p 445.
[325] *Infralapsarianism or Supralapsarianism*. 2012. Disponível em: <http://www.timothypeng.org/infralapsarianism-or-supralapsarianism/>. Acesso em: 31/01/2019.
[326] *Infralapsarianismo x Supralapsarianismo*. Uma resposta às "5 objeções de Turrentini" - Vincent Cheung Disponível em: <https://escrituralistascharismas.blogspot.com/2019/04/infralapsarianismo-x-supralapsarianismo.html?fbclid=IwAR3xLVi0uYPODDai4H_8k_qXhdBXeYDrBOanMaeH1ofS3A6uHUc-2Wc4iV0>. Acesso em 27/08/2019.
[327] A. H. Strong chama seu sistema de sublapsarianismo. Não está errado, pois, no amyraldismo, a eleição e reprovação ainda se dão depois da queda (*sublapsu* ou *infralapsu*).
[328] STRONG, A. H. *Teologia Sistemática*. Vol 2. Hagnos. 2003. p 471.
[329] STRONG, A. H. *Teologia Sistemática*. Vol 2. Hagnos. 2003. p 491-492.
[330] Alguns podem confundir a doutrina de Ário como sendo a mesma doutrina Jeovista, mas há diferenças. Ário defendia que o Pai era sem começo, o Filho era criado pelo Pai antes do tempo, e o Espírito Santo foi a primeira criatura criada pelo Pai por intermédio do Filho. O Espírito Santo é uma pessoa. As Testemunhas de Jeová defendem que o Pai é sem começo. O Filho a primeira criatura do Pai, e o Espírito Santo apenas uma força ativa de Deus, ou seja, é o poder de Deus em ação, mas sem pessoalidade. Então Testemunhas de Jeová são arianos apenas relativamente, mas não absolutamente. A doutrina que se assemelha a das Testemunhas de Jeová é a doutrina de Fausto Socino, herege da época da

reforma, com um detalhe de diferença. Para Socino, Jesus era um humano comum, se tornando divino apenas após a ressurreição, fato esse negado pelas Testemunhas de Jeová, que acreditam ser Jesus o primeiro Anjo.

[331] Alegação facilmente encontrada em sites Jeovistas como esse <https://wol.jw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/2012173>.

[332] Essência é o que não pode ser menos do que é, pois se for, será outra coisa. Explico: a essência responde a pergunta "o que é isto?" (*Quid sit?* ou *Quid est?*). A resposta a isso será a sua essência (quididade). Por exemplo, se eu pergunto: o que é uma pessoa? Eu não posso responder que a pessoa é Francisco, porque essa resposta responde quem essa pessoa é, não o que ela é, seu nome poderia ser Fabrício e ainda assim ela continuaria sendo um ser humano. Se eu respondo que ela é um advogado, não responde a pergunta porque essa mesma pessoa poderia ser um engenheiro ou ter qualquer outra profissão e ainda continuaria sendo uma pessoa, quer dizer, ela tem partes que mesmo que não estejam com ela. Ainda assim, ela não deixa de ser o que é, mas se eu tiro uma parte dela em que ela deixa de ser uma pessoa, então ali eu retirei sua essência. Uma pessoa, no caso aqui, é um humano, sua essência é essa. Assim, aquilo que pode ser tirado sem afetar o que a coisa é, é chamado de acidente, e aquilo que não pode ser retirado, sob o risco de virar outra coisa, é chamado de essência. Por isso podemos chamar um embrião, que ainda não tem braços e pernas, de pessoa, porque ele já é um ser humano, mesmo que ainda não tenha muitas partes que os adultos têm, pois, essas partes são acidentes, e não a essência do ser. Essência também pode ser chamada de natureza. Quando falamos que o homem tem uma natureza pecaminosa, não estamos dizendo que essa natureza é pecaminosa em si mesmo, pois o pecado é um acidente, já que o homem não deixa de ser homem caso ele fique livre do pecado, mas que essa natureza se corrompeu e que agora, depois da queda, ser homem é ser pecador, como se fizesse parte dele, portanto, é equivocado dizer que o homem seja pecador por natureza, mas é mais apropriado dizer que o homem é pecador por natureza caída, não é pela natureza em si mesma, pois foi criada boa, mas por uma corrupção se tornou podre, como alguém que adiciona um veneno em uma água.

[333] Como Deus não é um e três no mesmo sentido, então a Trindade não é uma contradição, porém, alguns autores têm afirmado que a Trindade é um paradoxo, eles afirmam que Deus é uno e trino no mesmo sentido, o que é uma contradição. Entre eles está Cornelius Van Til e R N Champlin.

[334] TURRETINI, Vol 1, 2011, p 264

[335] TURRETINI, Vol 1, 2011, p 265.

[336] BAVINCK, H. Vol 2. 2012. P 152

[337] CFW Seção 2.3

[338] Substância – Agostinho equivale à essência. É importante lembrar que os pais da Igreja não eram unânimes no emprego desses conceitos. Hilário entendia substância como sinônimo de subsistência, enquanto Agostinho dizia que há três pessoas e uma só substância, Hilário diz que há três substâncias na deidade.

[339] Já a Subsistência é diferente da essência, como aponta João Calvino. Por subsistência Calvino entende como a personalidade, são as propriedades individuais de cada pessoa da Trindade que as fazem distintas umas das outras, embora tenham a mesma essência ou

substância. Visto que o Verbo não somente era Deus, mas estava com Deus, é necessário que o Verbo tenha uma pessoalidade que seja incomunicável, única, singular, que o faz distinto do Pai, a isso é entendido por subsistência. Calvino diz: Deus que, enquanto relacionada com as outras, se distingue por uma propriedade incomunicável. Pelo termo subsistência queremos que se entenda algo mais que essência. Pois se o Verbo fosse simplesmente Deus, contudo não tivesse algo próprio, João teria dito erroneamente que ele estivera sempre com Deus (Jo 1.1). Quando acrescenta imediatamente em seguida que também o próprio Verbo era Deus, ele nos volve para a essência única. Mas, uma vez que não podia estar com Deus sem subsistir no Pai, daqui emerge essa subsistência que, embora fosse unida à essência por um vínculo indivisível, não se pode separar dela, possui, no entanto, característica especial em virtude da qual se distingue dela. Santo Agostinho parece não discordar quando diz que há três subsistências e uma só essência. Atualmente, o termo subsistência também pode ser chamado de Hipóstase ou pessoa. No entanto, os pais gregos usaram antigamente esse termo como sinônimo de essência, algo que foi alvo de controvérsias e considerado um erro mais tardiamente.

[340] Os três juntos, uma só substância (*ousia*): mesmo que consubstancial (*homoousious*).

[341] AGOSTINHO apud FERREIRA, F. *Agostinho e a Santíssima Trindade*. Disponível em: <http://www.ministeriofiel.com.br/artigos/detalhes/666/Agostinho_e_a_Santissima_Trindac Acesso em 04/11/2018.

[342] STRONG, A.H. Teologia Sistemática. Ed Ver e Ampl. Vol 1. Hagnos. 2007. p 534.

[343] ANGLADA, P. *Sola Scriptura*: A Doutrina Reformada das Escrituras. São Paulo: Os Puritanos, 1998, p 180-82 Disponível em <http://www.monergismo.com/textos/credos/credoatanasio.htm>. Acesso em 20/10/18.

[344] CALVINO, J. *Institutas* 1.13.2

[345] CALVINO, J. *Institutas* 1.13.19

[346] *O Credo Niceno*. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/credoniceno.htm>. Acesso em: 11/11/2018.

[347] Composto pelo Concílio de Niceia (325 AD), Concílio de Calcedônia (451 AD) e pelo Concílio de Toledo (Espanha, 589 AD).

[348] CALVINO. *Institutas* 4.9.8.

[349] É salutar pensar que há uma diferença entre geração e processão, pois a Escritura nunca diz que o Espírito Santo foi gerado do Pai, mas que procede do Pai. Assim, nas igrejas ocidentais (Católicos Romanos, Anglicanos e Protestantes) se admite que a geração é somente do Filho, e a processão é quando é do Pai e do Filho (*filioque*). No entanto, a Igreja Oriental Ortodoxa considera esse termo *filioque* inadequado, alegando que foi uma adição posterior ao credo original. Assim na Igreja Ortodoxa crê-se que o Espírito Santo procede somente do Pai e não do Filho. O argumento usado é que o Pai é a fonte da divindade e somente ele deve ser a fonte da divindade, pois se assim não for se perde o aspecto de unicidade do Deus cristão, pois se o Espírito Santo também proceder do Filho, então temos Pai e Filho sendo fonte da divindade, o que se perderia o caráter uno de Deus. No fim das contas, não se sabe muito bem qual a diferença entre geração e processão, mas é um bom debate.

[350] CALVINO. *Institutas* 1.14.26.
[351] CALVINO. *Institutas* 1.13.25.
[352] CALVINO. *Institutas* 1.13.24
[353] CALVINO. *Institutas* 1.13.29
[354] *Confissão de Fé de Westminster*, Seção 2.3.
[355] *Catecismo Maior de Westminter*, pergunta 10.
[356] IRONS, L. A Eterna Geração do Filho. Disponível em: <http://www.e-cristianismo.com.br/teologia/cristologia/a-eterna-geracao-do-filho.html#_ref6>. Acesso em 25/11/2018.
[357] IRONS, L. A Eterna Geração do Filho. Disponível em: <http://www.e-cristianismo.com.br/teologia/cristologia/a-eterna-geracao-do-filho.html#_ref6>. Acesso em 25/11/2018.
[358] TURRETINI, Vol 1, 2011, p 383.
[359] O que é muito curioso, é que a seita Testemunha de Jeová discorda que Deus seja plural ao mesmo tempo que tem como ponto de honra que o nome mais apropriado para Deus seja Jeová. O nome Jeová é uma junção do tetragrama *YHWH* e a palavra *Adonai*. A palavra *Adonai*, como já foi dito, é uma palavra no plural, logo, o próprio nome Jeová é um nome no plural, destruindo as pretensões jeovistas.
[360] "O Verbo estava com Deus": refuta os modalistas e sabelianos, que acreditam que Pai, Filho e Espírito Santo são apenas manifestações do mesmo Deus, mas que não há distinção de pessoas. Segundo esse versículo, o modalismo é impossível, já que, caso estejam certos, Deus não poderia estar consigo mesmo. É importante ressaltar que o sabelianismo é uma heresia extinta hoje, pois o ponto máximo de Sabélio era negar a humanidade real de Cristo. No entanto, o modalismo ainda existe.
"O Verbo era Deus": refuta os arianos, já que é impossível existir dois deuses, logo, o Verbo tanto estava com Deus, como era Deus, sendo o mesmo Deus, mas distinto em pessoa, como ensina a doutrina da Trindade. Na época da reforma essa heresia foi ressuscitada.
[361] Testemunhas de Jeová, com sua Tradução do Novo Mundo, distorcem esse texto traduzindo como: "... o Verbo era um deus". Essa tradução é totalmente inadequada, como mostra, de forma exaustiva, o teólogo Marcelo Berti nos artigos:
1- <https://marceloberti.wordpress.com/2010/01/15/o-que-dizer-de-jo-1-1/>.
2 - <https://marceloberti.wordpress.com/2009/11/16/listas-de-traducao-de-jo-1-1/>.
3- <https://marceloberti.wordpress.com/2010/01/18/jesus-e-um-deus/>.
[362] Russell Norman Champlin e o problema da Trindade no batismo. Disponível em: <http://russellnormanchamplin.blogspot.com/2013/06/russell-norman-champlin-e-o-problema-da.html>. Acesso em 03/11/2018
[363] Quando um texto não aparece nos manuscritos mais antigos, pode indicar que foi adicionado tardiamente, considerando que não estavam nos escritos originais, como é o caso de 1Jo 5.7, ou a história da mulher adúltera em Jo 8. No entanto, essa regra não é absoluta, pois a determinação dos textos originais pode se dar pela antiguidade dos manuscritos ou pela quantidade de manuscritos que contém a passagem, sem considerar a antiguidade dos mesmos. Isso se deve ao fato de que manuscritos antigos que estejam bem

conservados tenham chegado até nós por falta de uso e a falta de uso representa que o manuscrito não era bom.
[364] TERTULIANO Apud CALVINO, J. *Institutas* 1.13.6.